

NO PÓRTICO

Retoma a Revista do Instituto a regularidade de sua publicação, depois de uma pausa de 12 anos.

A necessidade da construção de uma sede própria, onde o instituto pudesse entesourar toda a sua colheita, retirada das searas da história e da geografia; das ciências e das artes; das letras e da tradição, levou-o a voltar suas vistas para uma frente única, essa desejada construção.

Somos um país de escassas fortunas particulares, e onde os gestos de filantropia em favor de instituições do caráter do Instituto se contam com extrema raridade.

Gestos como o de Francisco Alves, em favor da Academia Brasileira de Letras, são até censurados pela nossa incultura. Um juizador simplista, um Job da cultura dos tempos modernos, apegado às estreitezas do seu egoísmo, teria achado mais justo que o grande livreiro tivesse deixado a fortuna que acumulára negociando com o fruto da inteligência dos nossos homens de letras a algum parente remoto e ocioso que a gastasse ingloriamente.

Vem a pelo ilustrar estas considerações com um fato ocorrido em Minas, referido por um cronista do Jornal do Brasil.

Um certo coronel Antônio Ramos dos Reis, homem abastado, não tendo filhos e sendo viúvo, pregou uma peça bem desagradável aos seus parentes, ciosos de sua herança:

Aberto o seu testamento, ao ocorrer a sua morte, viu-se que ele destinára toda a sua fortuna à celebração de missas pelo repouso de sua alma.

A mentalidade do coronel não era de ordem a compreender que outros, favorecidos pela lei e pela tradição, sendo seus parentes, tirassem vantagem do fruto do seu trabalho, após o seu falecimento, quanto mais instituições, que ele, por certo, considerava puerilidades, tolices de ideólogos.

Se ele sonhou aos parentes o benefício da sua herança, por uma questão do fechado egoísmo, o que dele poderiam esperar as instituições de ordem cultural?

Dentro dessa visão estreita, que é uma resultante da nossa escassa cultura, como hão de eclodir, crescer e frutificar institutos e academias, ao abrigo de eventualidades desalentadoras?

Sem casa própria, onde possam viver e progredir, terão vida precária, se não efêmera, as instituições da natureza do Instituto.

Em rápido discurso que proferimos a 2 de Abril de 1939, na so-

iciedade da inauguração do nosso edifício próprio, demos o histórico resumido dessa demorada peleja em que nos metemos e de que saímos vitoriosos, em meio a descrença geral.

Agora podemos dispensar atividade por outros setores.

Adquirimos para a biblioteca um conjunto de estantes de aço e um outro de arquivos do mesmo material, para a guarda de documentos históricos, custando tudo quasi vinte cinco contos de réis.

Encadernaram-se centenas de volumes e publicou-se um nutrido volume especial desta Revista, consagrado ao 1.º Centenário de Tobias Barreto, o genial sergipano que elevou tão alto o nome do Brasil.

Agora reenestamos a publicação regular da Revista.

Não é demais acentuar que o êxito de nossa campanha pela construção de sede própria não o devemos a esse corajoso e grande construtor do Brasil econômico e político que é o preclaro Presidente Getúlio Vargas, e ao seu culto e dinâmico Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema.

Sem a ação benfazeja destes notáveis homens de governo, e do Conselho Nacional de Assistência Social, a cuja frente se encontra esse varão de Plutarco, que é o Ministro Ataúlfo de Paiva, a nossa luta não teria ainda chegado ao seu auspicioso fim.

Ben haja, pois, o Brasil imenso, a cuja direção um destino feliz levou um braço forte, uma inteligência esclarecida e um coração magnânimo, sempre inflamado pelo amor da pátria, a velar pela sua grandeza.

É justo consignar aqui, entre os últimos eventos felizes para a vida do Instituto, a oferta da biblioteca que pertenceu ao notável sergipano Dr. José Rodrigues da Costa Dória, feita pelo seu culto irmão, Dr. João Rodrigues da Costa Dória, clínico na capital baiana.

Essa biblioteca, além de numerosa em volumes, é formada de obras de grande valor, contando-se entre elas muitas obras dos clássicos de todos os tempos. O seu catálogo será publicado oportunamente.

EPIFANIO DÓRIA.

GEOGRAFIA DE SERGIPE NO DOMÍNIO HOLANDÊS

LUIZ DA CAMARA CASCUDO

Em Março de 1637 Bagnuolo, perdendo Porto Calvo, fugiu para S. Cristóvão, em Sergipe. O conde de Nassau ainda lhe tomou bagagens deixadas à margem do S. Francisco. Bagnuolo, a 31 de Março essepava em S. Cristóvão. Abrira o caminho para o holandês. Nassau, da margem esquerda do grande rio, mandou erguer um Forte. Chamou-se *Mauritius*. O lugar se chamava Penedo, *ubi Opinedam venit*. O forte vigiaria a passagem e também marcaria a pista para Sergipe del-Rei. Em Novembro de 1638 os holandêses assaltavam S. Cristóvão, incendiando casas, engenhos, destruindo plantações, cortando arvores do fruto e voltando, com o *vaid* feito, ao forte *Mauritius*, na riba alageana. Com as guerras baianas, Sergipe é *no men's land*. O forte atende aos chamados. Vagarosamente o holandês vem aparecendo para plantar e colher, ao longo das praias do S. Francisco, subindo a corrente. Em 1639 Nassau o inclui entre os domínios da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Sergipe era um deserto, com engenhos à fôgo-morto, roçarias secas, índia espavorida pelas descargas. Aqui e além falava-se o alemão e o holandês, nas casas de taipa de bofete, cobertas de cólmo, presas com tóros ou raras telhas côncavas. A toponímia mostra a raridade do colono português. Os nomes são tupis ou flamengos em sua maioria. Era região pobre. Nem a mandaram vigiar, por capitão de fama, quando o conde da Torre reunia a grande esquadra em Baía, para o desastre de Janeiro de 1640. Os guerrilheiros, batendo pé desde Baía, furavam Sergipe, nadando com cavalêtes o S. Francisco e vindo matar o holandês na sapata do *Mauritius* ou nos arredores do Recife. Nassau, na lua-de-mel com o marquez do Montalvão, não esqueceu, em 1641, de mandar tomar S. Cristóvão, a cidade rebelde e tenaz. A posse foi imediata e o governador geral Pedro da Silva, o Duro, já reclamara a invasão além do velho *Opava*, o mar, dos indígenas, que era o S. Francisco português em sua costa sergipana.

As represalias inicia-as o potiguar Felipe Camarão. Ilhados, os holandêses comiam o que lhes chegava, tardiamente, do Recife. Nassau não tem tempo para consolidar a posse sergipana. Tem o Ceará, o Maranhão, Angola, S. Tomé, a expedição maluca ao Chile, com

Brouwer, soldado, o Herkmann, poeta. O fogo se levanta, desde 1642, no Maranhão e corre ao Ceará. O limite ao sul fôra o *rush* do coronel Hans Van Kun, no Rio Real, onde, no mesmo Outubro de 1640, Camarão, João Lopes Barbalho e dom Francisco de Moura o expulsavam. Em Julho de 1645, socorrendo os moradores de Penedo, o capitão Nicolau Aranha Pacheco parte do Rio Real, passa o S. Francisco, em Agosto, cercando o forte Mauritius, repelindo as sortidas e tomando-o em oito dias. O forte foi arrasado. Terminara o domínio.

Qual seria o conhecimento geográfico do holandês na Prefeitura de *Cirií vel Seregippe del-Roy cum Itapuáma* ?

O rio S. Francisco parece estar conhecido por eles até a ilha do Ouro. Regista-se apenas um acampamento de Tapuias, de Tapiria, n'altura da ilha do Ferro. Para cima as indicações apenas mencionam asperidades, *das Wachter, velfche huyson, klippeylanden*, noções pouco simpáticas à colonização agrícola. O desenho, até a maloca tapuia, faz correr o rio entre orlas de serras. Seguem-se Araticuí, um riozinho, ilha da Anta, entre o rio S. Francisco e o rio das Porteiras, outro vestígio tapuia. Depara-se o primeiro curral de gado, *hier Cordeiro, Pa pen curral*. Monotonamente, Ianipatúá, na curva dum afluente do S. Francisco, o rio das Pedras, abaixo outro curral, de Steenen. Lago Granda, outro lago, o Itabanga, *os Efolz-berg*, denominando uma cinta de montanhas; Purupú, lago ligado ao S. Francisco por dois canais, um na extremidade setentrional e o segundo no terço médio, Urubú, com sinal de moradia, currais e arvores de fruto, o *Limboa* curral, uma ilha que Barlaeus denomina de *t Schoenmaockers*, um fortim (*houte Wambis*), possivelmente aproveitando antiga casa portuguesa e nada mais.

S. Francisco ainda está com sua denominação bilingue, Parapítima ou Rio de San Francisco.

Barléu reduz a *prefectura de Cirií vel Seregippe del-Roy* às terras compreendidas entre o S. Francisco e o Vasa Barris. Seu limite ao sul jamais seria o Rio Real, várias vezes assaltado, mas o Vasa Barris, na latitude sul de 11^o,8'.

O Vasa Barris é ainda o *Potiúbeba*, o rio dos camarões chatos. Subindo pelo Vasa Barris (hoje também Irapiranga) até a serra da Migueba (Miaba, no município de Campo do Brito) tem-se a extrema da expansão geográfica conhecida oficialmente pelo holandês e registrada em Barlaeus.

As informações, nos relatórios que passaram pelas mãos eruditas de Gaspar Van Baerlo, são inindoneáveis. A situação dos rios, bases geográficas, estão em direções diversas. Barléu deveria ter afrontado dezenas de desenhos para decidir-se pelos mapas que seriam de Franz Post, com os motivos ornamentais, de sugestiva precisão local.

Os caminhos partem de S. Cristóvão em várias direções. Para S. Maria, para S. Gonçalo, para Sirigi delrei. Sobem até margens do Vasa Barris. Um, passando por Piranupama (Piramopama), atravessa o Ixaperangu, indo acima. Um ramal atinge Ipitanga e Tapera-goa, povoados. Eleva-se, indo pelas encostas da região serrana, à Itabalana (Itapuama, do Barléu), pelo Ipoxiguaçu, antes do Cajuibuçu, entrando pelas serras. Subia uma estrada até Migueba (Miaba,

município de Campo do Brito), limite da expansão norte, no rumo baiano. Casas, currais, plantações são acusadas pelos desenhos quadrangulares ou fingindo morada e fortim.

O outro braço atira-se, quasi em reta, calcando o varjão, passando rios, até Simão Dias, numa situação errada aliás, onde ha variante para S. Antônio. Desde, pelo Tapuruçu, entre Moitubama, varando o boqueirão e voltando a rearticular-se, depois do estirão em terra branca de topomimos e cortada pelo Iacarencica, com a estrada que do Sirigi del-Rei, olhando casas esparsas, residências de Capuchinhos (*Cupacius huys*), reencontrando-se num ponto inominado, na mesopotamia do Ciriri e Lourenço de Sousa.

Entre o Cotinguiba e o Ipoximirí a região é povoada de plantio e moradia, capela de Nossa Senhora do Rosário. Entre o Cotinguiba e o baixo Ciriji as moradas surgem, timidas mas não raras. Ultrapassado o rio, só breves trilhos levam ás roçarias distantes e destas aos pontos assinalados por cruces na pancada do mar.

A estrada que parece principal, depois de reunir-se, salta um grupo de serras, inidentificáveis nos mapas que vi, e desce, desce para dividir-se. Um caminho para o mar, direito, ladeando currais, por Camaravi, Molins, Bottenberg, Kergerberg, beirando zonas entre rios até separar-se ante Naguin, outra residência de colono holandês. Essa trilha vem ligar-se a que, partindo de S. Antônio, para Acajuiba, outros currais, como o Webers-curral, finda em S. Donna Isabella (rio Santa Isabel) e daí ao mar. De Naguin-curral, a estrada para em *Houte Wambis*, casa de gente invasora e aldeã, possivelmente fortificada, vendo as aguas do S. Francisco.

Entre o S. Francisco e o atual Japarandaba, nenhum vestigio de comunicação afora pelas cabeceiras. Entre o S. Francisco e as serras de Itapuama ou Itabaiana, o desertão...

Pelo litoral, sem recursos duraveis, a moradia é fortuita. Nenhum sinal de gente na ilha dos Passaros (*Reygers eylandt*) no braço escoante do S. Francisco, antes de Guaratiba, até S. *Christophlo*, é o areial. Transposta a foz do Ciriji é outra brancura deserta até S. Maria. Antes do rio dos Ciris, riscando a projecção da ponta, um nome: — Apacuypomonga, Pomonga de hoje. Subindo o rio histórico, uma palavra em português: — Os coqueiros.

As serras quasi se juntam num enovelado que Barléu regista: — Itapuama. Os mapas atuais dizem: — Itabaiana. Postas num cone imenso cuja base se volta para o sul, têm o primeiro olhar. As outras elevações são raras e sempre em cadeias.

Entre o Vasa Barris e o Ciriji adensa-se a maior população.

O Vasa-Barris de Barléu prolonga-se, pelo interior sergipano, em curvas estreitas, numa direção obstinada, para o norte, até perder se nas fraldas duma serra, Itaperaba.

Pela margem esquerda toma o Rio das Pedras e, muito abaixo o Icaperangu que nasce nos baixos das serras onde estava a povoação de Taperangoa, Toperaguá, Agua Azêda, no município de S. Cristovão. Mais dois afluentes sem nome e o Piranupama, Piramopama, em cujas margens se ergueu a cidade de S. Cristovam o que Barléu co-

locou no rio Cirijí, Sergipe. A barra anterior à real, tem na extrema esquerda o Pt.^o de S. Maria fortim ou povoação que é um porto.

Pela margem direita, o Vasa-Barris ou Potiipeba recebe, à montante da foz, o Coandi e o Caigoêra.

O Rio das Pedras, afluente único para a geografia holandêsa, inflete-se para lêste, transpondo um *boqueiaró* (boqueirão) dividindo-se após em dois ramos. O que sobe, atravessa o varjão onde os holandêses acreditavam existir minerais preciosos e onde dizem fazer ouro e salitre. Barléu anota, cuidadoso : *Mina, Mina*. Essa corrente passa outra cordilheira, tendo afluentes. O primeiro banha currais, marcados pelos quadrangulos. O segundo se estira numa várzea deserta. O terceiro, maior, vencendo toda planície, morre, com quatro riachos formadores, ao pé d'utras serras, desenhadas nas extremas do mapa. Um sub-afluente dêsse terceiro rio desce, para o sul, rodeando habitações e caminho trilhado.

Os afluentes da esquerda do rio das Pedras estão apenas curtammente indicados no curso. O primeiro, logo à sair do boqueirão, ganha declividade e subdividido em correntes que parecem surgir da serrania. O segundo afluente da esquerda, adiante separado, toma em seu sub-tributário esquerdo, o nome de Rio da Iatabóca, (e nasce na serra Itapuámucú. O outro, sub-afluente da direita, vem ter cabeceira na mesma serra mas não mereceu as honras do batismo.

E' toda informação sôbre o Potiipéba ou Vasa Barris.

O Cirijí (Sirigipe, Sergipe) representa-se com larga embocadura e bancos submersos em ambos os lados. Fóra da barra, a indicação : — Apacuípomonga, que deve ser apenas o Pomonga.

O Pomonga, no que sabemos, é um canal que liga os rios Cotinguiba e Japarutuba. Forma a grande ilha dos Coqueiros. Em Barléu não se deduz a ilha dos Coqueiros, e sim, como distacada da margem esquerda, uma facha de terra, banhada pelo Cirijí, e com a legenda em português : — "Os Coqueiros". Duas indicações de povoados antes de S. Cristóvão, e, depois um rio que se lança no Cirijí, o Paramiri.

O Cirijí, estreitando-se, curva-se em angulo reto, pelas terras de *ácvores* fruteiras, e, quasi em espiral, desaparece para lêste. Confunde o Barléu, visivelmente, com seu tributário Jacaréscica (Jacaréica) a quem dá trajeto longe e faz cabeceiras no enovelado de Itapuama. O afluente de vulto, à margem esquerda do Cirijí, é o rio de Lourenço de Sousa, talvez o Ganhamaroba, que banha Maruim.

Pela direita o Cirijí recebe quatro rios : — Jacarecica, Cotinguiba, Marocají e Ipoxiaguçu.

O Jacaréscica alcança, depois de estirado curso em região desabitada e nua de vegetação cuidada, a cordilheira de Itapuama (Itabaiana) por Itapuamoinha, vasando o *boqueiarom*, abrindo-se em quatro rios afluentes : — o rio do Pinheiro, curto, com curral de gado, o rio Salobre (Salobro tributário direto do Sergipe), um enigmático "*RdEter*", do Heitor ? do Sal ? e o Jacaréscica, cujas nascentes demoram por três correntes, numa garganta à lêste. Entre o "*RdEter*" e o Jacaréscica, depois da divisão, fica a povoação de S. Antonio.

O Cotinguiba recebe, pela destra, um afluente sem denominação,

e este o riacho Comendaroba. Este cãe diretamente no Cotinguiba, ensinam os geógrafos.

No Comendaroba, currais e moradias, à montante e jusante. Não identifique o Marecaji. O Ipoxiguagu, último tributário da direita, é o atual Poxim. Como Ipoxiguagu vai ter aos primeiros contrafortes de Itabajána (Itapuama). Um ramo fluvial se some por um boqueirão. Adiante, com o Cajuibuçu, alcança a serra, na porção média exterior, findando em dois riachos formadores. O Ipoxiguagu possui dois afluentes. Um da esquerda, o Iponimirim, que será o Ipoximiri. Um da direita, o Ipitanga. Em parte alguma Aracajú.

Entre o Cotinguiba e a margem esquerda do Vasa Barris está a região densamente habitada. Aí ficam Nossa Senhora do Rosario, residências de frades Capuchinhos, S. Gonçalo, Siriji del Rei, com casario espalhado até Taperagoa, Taperaguá, cuja nhengatú denuncia abandono e mistério. Entre os rios Ipoxiguagu e Icareacica, no terço superior, outra desolação sem vida.

O Japarutuba (Iuparatibuçu, de Barléu) tem apenas um tributário pela esquerda, o Iuparatibemiri, e um pela direita, formado por dois sub-afluentes, o Ciriri e o Maxiçoba, possivelmente conhecida atualmente por Lagartixo.

Depois do Japarutuba ha o breve Icatu...

Da foz do Iuparatibuçu até o Pirapitinga (S. Francisco) dizem *oicial de S. Izabel*, Barléu não menciona esse estirão monotono,

Regista o S. Donna Isabella, que é o rio Santa Izabel. Ha outro riozinho sem nome. O próximo, é a grande mancha viva do S. Francisco.

Os afluentes sergipanos do S. Francisco são apenas o Araticui (Aracaré), o rio de Porteiras, o rio das Pedras, um inominado e o comprido Ipoxi, cujo tributário direito banha terras povoadas de fazendas de criação, e o afluente esquerdo, dilatando-se para formar uma lagôa, a Upapoxi, estende-se até o flamengado Hengerberg.

Que sabiam os holandêses em Sergipe? Qual a área esquerda e conhecida. O mapa de Barléu é a denúncia da insignificância da ocupação flamenga em Sergipe. Sua ocupação nunca se positivou numa extensão consideravel. Ficou, ocasionalmente, substituindo os moradores portugueses expoliados. Apesar de Barléu escrever que o Brasil holandês se iniciava do Rio Real, não o incluiu no seu mapa. O Itoral se compreende entre o Vasa Barris e o S. Francisco. Daquele rio, para o sul, nenhum registro. Era um terço menos do que, no Sergipe português, possuíam os colonos vencidos.

O conhecimento geográfico é mínimo. Com a fabulosa situação da Itapuama (Itabajána) o mapa atinge sua máxima em oeste. São 70 quilômetros distantes do mar e já nevoentos, embaraçados, confusos. O limite positivo da expansão chegaria a Siriji del Rei, num ou noutro assalto.

As margens do S. Francisco são indistintamente descritas. A vigilância mais eficiente começava em Penedo. Daí para a foz. Apenas 46 quilômetros. Para cima, a extrema do S. Francisco no mapa oficial alcançará alturas de Piranhas, a 277 quilômetros. É o máximo

da notícia holandêsa sôbre o grande rio, OPARA, o mar, com história velha e atração constante.

Teriam os flamengos conhecido a cachoeira de Paulo Afonso? Nenhuma referencia autoriza afirmar-se. A tradição existente é meramente verbal, irmã da que se refere aos tesouros enterrados. George Maregrav, o maior estudioso do mundo holandês, nada adiantou sôbre o sumidouro na HISTORIAE RERUM NATURALIUM BRASILLIAE. E é mesmo explícito em indicar o limite da informação obtida em matéria geográfica: — *“Os nossos compatriotas nestes últimos anos, subiram este rio, numa pequena embarcação, até quarenta milhas mais ou menos, onde ainda era suficientemente largo e profundo. Quanto ao mais, a damos crédito no que dizem os Indígenas e os Portuguezes, de se apresenta de tal modo que, cerca de cinquenta milhas da distancia do mar, se precipita de altíssimos rochedos ou cataratas, a que chamam CACOERAS e que não pode ser remontado mais acima, por aqueles que vêm do mar”*. E segue o registro levando o S. Francisco a nascer de um grande lago, com muitas e lindíssimas ilhas, habitadas pelos bárbaros.

Era tudo quanto sabia Maregrav, através da palração indígena e da conversa portugêsa. A *Cacoera*, cachoeira de Paulo Afonso, está a 342 quilômetros da foz, quasi sete vezes a distancia, em milha holandêsa, do cálculo de Maregrav.

Terra de saque para o holandês militar, Sergipe era a reserva do gado e sua perda, em 1645, multiplicou os cuidados para a conservação do Rio Grande do Norte, o outro curral de 20.000 cabeças fáceis. Enquanto S. Francisco ficou vigiado num pastoreio que não dava canceira, houve relativa abundância nas praças fortes pernambucanas. Destruído o CASTRUM MAURITII AD RIPAM FLUMINIS S. FRANCISCI, violência justificou a penúria de viveres.

CIRII era terra de ocasional conquista. Não teve braço. Verdade é que Handelman fala num braço d'armas para Sergipe: . . . *“e o de Sergipe, um sol cercado de raios sôbre três corôas abertas”*. Barléu escreveu, no poema dedicatório do cronicão, algumas frases. Alfredo de Carvalho, que recenciou a heráldica holandêsa no Brasil, (rev. Inst. Arq. Pern. Volume-XI, n. 61, p. 574. Março de 1904) não incluía Sergipe entre as Câmaras agraciadas no armorial flamengo.

Franz Post, que iluminou com desenhos deliciosos os mapas de Barléu, não dedicou um só quadro a Sergipe. Ornou o mapa com uma grinalda de fôlhas e frutos decorativos, indicando a simples colheita como processo normal de trabalho. Um cactus rasteiro, três animais, o porco-do-mato, um maracajá e uma anta, dão ideia convencional da fauna sergipana.

Era a informação total que, da terra sergipana, tinha a Holanda dominadora. . .

Natal — Rio G. do Norte.

A DOUTRINA POSSIBILISTA EM GEOGRAFIA HUMANA

FELTE BEZERRA.

Catedrático de Geografia no
Ateneu Sergipense.

Não é de hoje que se têm feito referências sobre o homem e suas relações com a natureza. O problema fôra abeirado por Hipócrates no "Tratado dos Ares das Aguas e dos Lugares". Sócrates também salientou a diferença de temperamentos entre indivíduos de terras elevadas, mergulhados em atmosfera úmida, "de alta estatura, doces e bravos", e habitantes das terras secas e descobertas, onde o clima soffria mudanças rápidas, que eram "nervosos e de caráter arrogante". As observações de Sócrates foram seguidas por Platão nas "Leis" e por Aristóteles na "Política". Daí para cá, seria inexgotavel a lista de homens de ciência, poetas, filósofos, moralistas, etc. que deixaram referências, em várias obras, sobre a questão do homem e o ambiente que o cerca.

Já em tempos modernos Bodin, que deixou, como outrora Platão o fizera, uma "República", encarou a questão da influência do meio físico sobre a vida política dos homens. Deos, nas "Reflexões críticas sobre a poesia e a pintura", refere-se a agentes físicos naturais condicionando o progresso literário e artístico. Chegamos, por fim, a Montesquieu, no seu tão divulgado "L'Esprit des Loix", onde é amplamente abordada a influência do clima e solo sobre as leis. Tratando da Índia chega ele a dizer: "*Heureux climat, qui fait naître la candeur des moeurs et produit la douceur des lois*". Adeante, referindo-se à Grécia, declara que a esterilidade do terreno da Atica foi responsável pelo governo popular, como a fertilidade do da Lacedemônia deu-lhe governo aristocrático. Comentado por Voltaire, este impõe certas restrições quando escreve: "*On a peut-être attribué trop d'influence au climat*". Prosseguindo alcançamos Buffon, onde o problema já não é encarado com o mesmo rigorismo, pois ele não acredita num domínio brutal do meio sobre o homem. Buffon acha que o homem na Terra "é um ator", diz Lucien Febvre.

Foi nesse estado de coisas que Hipólito Taine definiu o meio, como sendo a atmosfera moral, material e intelectual onde o homem vive e se move. A expressão fôra antes usada por Lamarck, no desenvolvimento da doutrina evolucionista, onde brilharam os nomes de Darwin e Haeckel, este criando a *ecologia*, ciência que estuda as adaptações

dos animais e vegetais ao meio que os cerca, delimitando as condições de ambiência para cada tipo ou espécie.

Sob tal conjunto inspirador, Frederico Ratzel assentou as bases da corrente *determinista* em antropogeografia, fundamentada na inteira subordinação do homem ao meio, chegando seu partidário Coussin ao cúmulo de assim se expressar: "Dá-me o mapa de um país, seu clima, suas águas e ventos, sua produção, flora e fauna, e eu me encarrego de dizer, *a priori*, como será o seu habitante e qual a sua história, de hoje e de todos os tempos". A tal exagero bastaria que se argumentasse como, sendo a Grécia antiga situada no mesmo local, dispondo das mesmas condições de clima e solo, qual a razão de sua decadência? E um conhecedor da moderna geografia médica (que já constitui cadeia especializada em escolas alemãs) responderia: entre outros fatores, o impulsudismo...

Como se vê, é bem provável que a questão do *meio*, tão em evidência no século XIX como teatro da doutrina evolucionista, houvesse influído o bastante em Ratzel para que lançasse as diretrizes da antropogeografia no caminho do *determinismo*, estabelecendo a chamada escola alemã, se bem que seguida igualmente por geógrafos franceses (Coussin), ingleses (Huntington), americanos (Ellen Semple) e de outras nacionalidades. Em contraposição, surgiu a denominada escola francesa, patrocinada pelo grande geógrafo Vidal de la Blache, logo acompanhado por Jean Brunhes, onde a influência decisiva do meio sobre o homem cede lugar às relações entre o meio e o homem. Esta doutrina *possibilista* tende a ganhar terreno sobre a anterior. A civilização tem provado que, paralelamente ao seu avanço, segue a libertação do homem das exigências de solo e clima.

Além de Brunhes também Lucien Febvre e Camille Vallaux, franceses, bem como Fridrich e Krebs, alemães, ou americanos como Gregory, seguidos de Marinelli, na Itália, abraçaram a corrente vidaliana. Entre nós, autores modernos que tratam da geografia humana, como objeto ou em referências, colocam-se entre os possibilistas, na sua grande maioria. Af estão Afranio Peixoto, Gilberto Freire, Josué de Castro, Arnájo Lima, Ovídio da Cunha, Florentino Menezes e outros.

Gregory nega que o clima tropical, por si só, seja obstáculo ao desenvolvimento de colônias fundadas por europeus do Norte, servindo-se do testemunho de Elkington, que observou prosperidade e ótimas condições de salubridade entre os colonos holandeses de Kissav.

André Missenard, estudando sob o ponto de vista médico as influências do clima no homem, defende a corrente monogenista, mostrando os caracteres diferenciais do indivíduo que dependem da hereditariedade, da alimentação e do clima; subordina o segundo fator ao terceiro, dando assim capital importância a este último. Adeante, porém, sente quanto é complexa a simples questão da coloração da pele, fazendo notar, por exemplo, que, se a pele negra irradia bem o calor interno do corpo, diversas medidas parecem indicar que ela absorve melhor os raios visíveis do espectro solar do que os ultra-violetas. A própria fisiologia esclarece-nos que o clima quente não é entra-

ve à vida humana porque, por admirável mecanismo, diante de uma temperatura elevada o organismo efetua suas compensações: ha maior quantidade de vapor d'agua que se elimina na respiração, com redução de oxidações, ao passo que os capilares se abrem largamente. Em face de uma temperatura baixa, será difficil a irradiação calorifica, com a vaso-constricção dos capilares. O equilibrio térmico é sempre assegurado, dentro de determinadas temperaturas, máxima e mínima.

Torna-se preciso é que certos fatores attribuidos à influencia do clima sobre o organismo humano sejam desassociados e a elles se dê a justa causa. A hygiene, a engenharia sanitária, a policultura, os rápidos meios de comunicação, que condicionam a permuta de produtos, e os modernos processos de preservação dos alimentos, desobrigaram o clima de pesadas responsabilidades a ele imputadas. Sem embargo, Huntigton apresenta estatísticas, processo usual entre os geógrafos norte-americanos, para demonstrar que o clima favorece a civilização em determinadas regiões.

Gilberto Freire, em sua clássica obra "Casa Grande & Senzala", expõe a capacidade de colonização dos ibéricos em climas tropicais, em contraposição aos europeus do Norte, ao tempo da colonização do Brasil. O exemplo de Gregory, já citado, nos mostra todavia que, com os modernos processos de adaptação, franceses se acomodam na Africa Occidental, como ingleses na India ou holandeses em Java. Aliás, Gilberto Freire faz sentir que, naquele caso, o clima a considerar é "o ar e todo-poderoso" aqui encontrado pelo português em 1500, e ele mesmo afirma que a importancia do clima vai sendo reduzida, à medida que delo desligamos certos fatores.

Por outro lado, o advento da era pasteuriana eliminou a injustiça até então feita a climas e emanações telúricas, que não mais respondem pela insalubridade de certas regiões. A ciência da nutrição explica dadas moléstias (beri-beri). O triplice sistema germe-mozquito-homem traduz, por sua vez, outras tantas (febre amarela, malária). Com tais argumentos e outros de igual valia, Araújo Lima demonstra eloquentemente a improcedência do velho anátema lançado ao clima amazônico e tudo mais quanto dele decorre para que se considere a vasta região brasileira como imprópria à expansão humana, e conclue pondo abaixo velhos preconceitos climáticos e telúricos.

Si Euclides da Cunha, pela influencia de dados e conhecimentos insufficientes no seu tempo, foi a voz nacional que proclamou impróprio à vida o clima amazônico, e si, ainda em nossos dias, um grande espirito, como o de Oliveira Vianna, tambem se agarra às diretrizes da escola determinista, inclinando-se a condenar o clima em apreço, é bem diversa a opinião de grandes conhecedores do assunto que visitaram a Amazonia. Si Reclus e Agassiz consideraram o dito clima suportavel e compativel com a vida, Wallace o acha o mais ameno do mundo, e Humbolt, que lá esteve largo tempo, predisse para a *Hylaea* o destino de encerrar a super-população do futuro, ou pelo menos ser ella o grande celeiro do globo. Enquanto isso, a missão americana chefiada por William Schurz, que fez sobre a região estudo científico completo, afirma que, de um modo geral, toda a bacia hidrográfica possui clima

regular e uniforme, onde o europeu poderá viver perfeitamente bem e produzir tanto ou mais que em seu continente, uma vez que o clima aí o torna capaz de maior esforço e trabalho. Ainda, chefes de expedições japonesas têm expressões como esta: "o clima é excelente e as matas contêm muita riqueza". Depois, vêm as provas científicas. E' Araújo Lima quem explica que o beri-beri é uma consequência mediata da monocultura, esta produzindo a avitaminose, fator causal ou coadjuvante da moléstia; que o impaludismo foi levado para a região pelo navio-galôa, viagem mais rápida do que as até então feitas em canoas e que tornou possível, no *hinterland*, a execução do triplice elemento de Grassi: hematozoário de Laveran, anofeles, homem.

A aparente imprestabilidade da Amazônia não é, portanto, culpa do clima nem do solo. Em primeiro lugar, para tal concorre a escassez de habitantes, a irrisória densidade da população, que impossibilita ação eficiente na remoção dos males, uma vez que não existe nem solidariedade nem cooperação. Depois a monocultura, que perdurou enquanto só se pensava na *hevea brasiliensis*, que não soubemos conservar como nossa. Modificada, porém, a situação econômica da região, com o cultivo de cereais e legumes frescos e ricos em vitaminas, mudou-se o quadro amazônico, desapareceu o beri-beri.

Partindo-se, pois, de considerações sobre o que se deva entender por meio, de acôrdo com Taine, não se trata apenas do meio físico, propriamente dito, que sob o ponto de vista estritamente geográfico tem ação sobre o homem, porém do meio social e psicológico, do meio cultural, em suma. A ação se exerce pelo clima, como pela vegetação, isto é, pela alimentação, onde a reação do homem tem alterado grandemente a paisagem de certas regiões. Aí estão as realizações gigantescas da engenharia e da higiene, os canais de Suez e Panamá, as culturas do antigo golfo de Zuydersée, a fertilização do deserto de Arizona.

Sem a preocupação de chegarmos a uma doutrina livre-arbitrista, na qual as condições de vida do homem independam, de um modo absoluto, da influência do meio geográfico, podemos sentir, com Delgado de Carvalho, que "as influências do meio são mais negativas do que positivas". A ação humana não é por ele coagida, apenas limitada. Além de certas latitudes, limites do ecúmeno, a vida é impossível; mas entre esses extremos o homem vive sempre, reagindo contra as condições de ambiência, ao modificar os seus efeitos. O homem fez o clima humano. As habitações não refletem apenas a natureza do material de suas construções ou o gráu de civilização dos povos, mas também revelam o poder de adaptação do homem à situação climatérica. A mudança de condições econômicas igualmente altera por inteiro o quadro social. O homem reage, acomoda-se e tem a iniciativa de contornar as exigências do clima. Não ha mistér escolher determinadas e restritas temperaturas, mas saber delas triunfar, mudando inteligentemente o modo de vida. Não ha psicose dos trópicos, é necessário tão somente que o estrangeiro troque seus hábitos por outros concordantes com a climatologia do lugar. Nenhum obstáculo à colonização por qualquer povo em qualquer terra. Si o homem, como dissera Hum-

bolit, é cosmopolita, pensemos com Eugéne Pittard quando mostra que, de todas as espécies animais, é ele o que melhor escapa às ações do meio, não porque possa eliminá-las, mas porque é capaz de sobre elas exercer absoluto controle.

Em resumo, não ha *influências* do meio sobre o homem, mas *relações* entre ambos; nisto consiste a diferença entre Ratzel e la Blache. Ha um conjunto de inter-ações, na expressão de Araújo Lima. O homem não se coloca como ser inerte e impassível, em face da natureza; esta deu-lhe abrigos e alimentos naturais, por assim dizer, nas cavernas e nos frutos e raízes coletadas; mas o homem creou o seu ambiente, construiu seu lar e cultivou os vegetais por ele seleccionados. O homem reage, adapta-se, defende-se. Transforma o teatro de sua existência afim de obter melhores condições de vida. Cresce, expande-se e precisa de novas paragens; si estas não oferecem a mesma propícia ambiência, modifica-se o homem nos habitos ou altera a fisionomia da Terra.

Este o moderno conceito que orienta a geografia humana.

Dezembro de 1938.

CONFERÊNCIA

REALIZADA PELO PROF. JORGE BAHLS,
PERANTE AS PROFESSORAS DO COLÉGIO
"VOLUNTARIOS DA PÁTRIA", DE PORTO
ALEGRE, EM 5 DE OUTUBRO DE 1938.

Ilustres colegas !

Atendendo ao um gentil convite da muito ilustre e digna diretora desta modelar casa de ensino, aqui estou para falar-vos sobre nossa América, tão rica em preciosidades arqueológicas, e tão desconhecida em seu fulgurante passado pela maioria dos espíritos cultos de nosso Continente.

Até há bem pouco tempo, os nossos intelectuais pouca ou nenhuma importância davam às cousas do remoto passado da América, e isto porque era convicção arraigada que nesta parte do mundo só existiram antropófagos e bárbaros. Só um ou outro estudioso estava mais ou menos informado de que no Perú e no México houve brilhantes civilizações.

Os professores de história falavam com conhecimento de causa, e até com entusiasmo contagioso, dos hieroglifos egípcios e dos cuneiformes persas, mas pouco ou nada sabiam a respeito dos importantes Códigos ameríndios e dos quipos. Descreviam ponto por ponto as pirâmides egípcias e os monumentos mesopotâmicos, mas quasi nada diziam das famosas pirâmides, templos, palácios e obeliscos levantados em diversos pontos da América, dessa América que todos nós amamos, não só pelo seu passado cheio de encantos, como, também, pelo seu futuro, que os bons fados resolveram tornar brilhante.

Em vários de nossos livros lembramos a ideia da criação de uma cadeira especial, em nossas escolas — a da História da América — com o fim de se divulgar conhecimentos arqueológicos. Hoje, graças à elevada visão de nossos governantes, foi criada essa cadeira.

E' bom, é necessário mesmo, que conheçamos o passado dos outros povos, mas é imperioso que nos familiarizemos com o passado de nosso Continente.

Esse nosso amor à época precolombiana tem suas razões de ser. Há muitos anos que nos vinhamos batendo na reabilitação do ameríndio, já argumentando dentro da lógica, já exibindo documentos incontestáveis. Mais de uma vez fomos atacados por intelectuais retrogados. Travámos polémicas acaloradas, e de todas elas conseguimos, por estarmos com a razão, sair de cabeça erguida. As descobertas arqueológicas fôram-se avolumando, e disso resultaram, como é

natural, provas insofismáveis de que a América não foi somente habitada por selvagens, mas, também, por povos altamente civilizados, que deixaram, apesar das perseguições e destruições de que foram vítimas, eloquentes vestígios de sua cultura. Creou-se, assim, a Americanologia, nova ciência que está empolgando o mundo científico.

No Brasil, onde os descobridores lusos só acharam povos atrasados, foram descobertos, não ha muito, vestígios interessantes, que nos levam a vislumbrar uma civilização apreciável.

Máu grado a serem ainda reduzidos esses vestígios, já constituem uma prova de que em tempos pretéritos houve, no Brasil, uma cultura que diversos motivos auxiliaram a destruir.

Em nosso livro "ARTES AMERINDIAS" fizemos referência a uma importante estatua, encontrada no lugar denominado "SALTO DO INFERNO", no Panamá, por uma caravana de excursionistas. Essa obra de arte, que os descobridores batisaram com o nome de "ESFINGE DO SALTO DO INFERNO", é de linhas impressionantes. Representa uma mulher de singular belêsa, olhos grandes, nariz aquilino, lábios delgados e bôca bem feita. O tipo racial, pela rápida descrição que acabámos de fazer, em nada se parece com o dos nossos aborígenes. Disso surge uma interrogação: Que raça representa a estatua? Para dar-se uma resposta rigorosamente científica, é necessário que se façam investigações demoradas.

Deixemos, porém, a "ESFINGE DO SALTO DO INFERNO", e transportemo-nos para a Ilha dos marajoaras. Como é do conhecimento de todos vós, a cerâmica encontrada é de tão fino lavor, que denuncia um apurado gosto artístico por parte de seus autores, cuja civilização se perdeu devido ao fato do meio ambiente não lhes ter permitido uma expansão cultural semelhante a que tiveram em seu país de origem.

Os acanhados limites de uma palestra não nos permitem os detalhes desejados.

Estamos convencidos de que em nosso caro Brasil ha tesouros arqueológicos de grande valor. Não importa que até a presente data os vestígios encontrados tenham sido relativamente insignificantes. Na Argentina, também, antes das descobertas dos Irmãos Wagner, em Santiago del Estero, não se supunha haver existido uma civilização como a que foi encontrada. E' questão de tempo, método e amor à ciência arqueológica.

O Brasil agora marcha, a passos largos, para o seu glorioso destino. Os responsáveis pelo progresso do país começam a dedicar sua atenção ao passado de nossa terra. Isso nos enche de jubilo, já que fizemos da Arqueologia Americana a nossa preocupação máxima. Como um dos mais ardorosos soldados dessa cruzada científica, queremos ter a satisfação de um dia poder gritar, pela tribuna e pelo livro: "O Brasil prehistorico teve a sua civilização! No Brasil ha zonas arqueológicas, graças à elevada visão e ao americanismo dos governantes!

—:—

Atualmente ha uma verdadeira febre de pesquisas arqueológicas em quasi todo o Continente. Raro é o dia em que o telégrafo não nos traz a notícia de uma nova descoberta.

Queremos aproveitar esta feliz oportunidade para divulgar as importantes descobertas de caráter arqueológico realizadas na Bolívia. Vós, como professoras inteligentes e cultas que sois, sabereis apreciar o valor que representam para a América as referidas descobertas.

O nosso ilustre amigo, dr. Maka E. Portugal, Diretor do Museu Nacional da Bolívia, é um dos arqueólogos mais reputados na América, descobriu, em TIAHUANACU, vários monumentos indígenas verdadeiramente interessantes.

Trabalhador infatigável, cientista honesto, o dr. Portugal desde vários anos vem empregando o melhor de seus esforços na reconstituição do passado dos povos americanos, principalmente daqueles que viveram na Bolívia.

Em maio de 1937, depois de inteligentes pesquisas, conseguiu descobrir os primeiros vestígios dos monumentos que no fim do ano passado foram completamente desencavados.

O monumento n. 1 é uma peça toda feita de pedra polida, o que é um índice de que os seus autores já estavam adiantados na arte de trabalhar a pedra bruta.

O referido trabalho de arte representa um idolo, cujos braços descansam sobre os joelhos, e cujo cabelo, em forma de trança, cae sobre os ombros.

Os olhos se assemelham aos dos mongóis, o nariz é mais ou menos adunco, e os zigomas, salientes. O referido idolo tem, como unico vestuário, uma especie de turbante na cabeça, e uma faixa em torno do ventre.

Que representará a nudez do idolo? Arte ou copia do modo de viver dos habitantes da região? A nudez absoluta só foi adotada pelos selvagens. Estes não deixaram monumentos. Os autores de tais obras já estavam regularmente adiantados, e os povos adiantados sabiam vestir-se.

O monumento n. 2 apresenta muita semelhança com o numero 1. O mais importante de todos, porém, conforme a autorizada opinião do proprio arqueologo que os descobriu, é o numero 4. Este apresenta sobre a cabeça uma tiara com tres pontas triangulares, o que nos leva a ver nisso um simbolo iniciatico.

A tiara foi, na antiguidade, emblema de dignidade sacerdotal. O triangulo é outro simbolo iniciatico e o fato de se encontrar tres pontas triangulares, mais reforça o nosso ponto de vista, posto, que o número 3 foi tido, mesmo pelos ameríndios, como número altamente significativo sob o ponto de vista religioso.

Já dissemos em "RELIGIÕES AMERÍNDIAS" que na America existiram varios ramos religiosos, alguns verdadeiramente transcendentais. Essas correntes religiosas foram avassalando as regiões mais favoraveis ao progresso.

O arqueologo deve valer-se da intuição para poder — onde faltarem documentos completos — reconstituir alguns detalhes do passado. Assim como o paleontologo reconstitue um animal prehistorico atravez de uma mandibula, da mesma forma o arqueologo reconstitue um periodo, tomando per base um monumento.

Os monumentos de Tiahuanacu, já pelas suas dimensões, já pelas suas linhas, provam que houve, ali, uma cultura apreciável.

O monumento número 1 apresenta, conforme o seu ilustre descobridor afirma, grande semelhança com o ídolo zapoteca, a que fizemos amplas referências em nosso livro "RELIGIÕES AMERÍNDIAS". O referido ídolo representa o Hermafrodita. O fato de no México haver-se encontrado deidades hermafroditas, e na Bolívia um ídolo semelhante, leva a supor que esse culto, na América Precolombiana, estivesse mais ou menos difundido. As descobertas do Dr. Maks E. Portugal vêm trazer, assim, novas luzes à Americanologia.

Atualmente se processa uma verdadeira revolução nas concepções referentes à História. Já não se aceitam, sem discussão, os fatos como no-los transmitiram os cronistas do tempo da Conquista. Estes escreveram seus relatos ao sabor da época, e de conformidade com os interesses dos conquistadores, sem nenhum método científico. Carecem de observações justas.

As descobertas do Dr. Portugal são importantes, precisamente porque vêm aumentar a área das zonas arqueológicas.

O monumento número 4 tem alguma semelhança com os monumentos mesopotâmicos, principalmente no que se refere à cabeça.

Eis, ilustres colegas, em poucas palavras, um aspecto da Arqueologia Americana. Todos os professores devem inculcar no ânimo de seus discípulos o amor ao passado da América. Espero que vós desempenhareis essa missão com abnegação e inteligência.

Prof. JORGE BAHLLIS.

VIDA ALHEIA

ZÉCORRÊA.

Como si contasse uma história longa, daquelas que sempre ouvi, quando criança, de Chico de Gonçalo, negro supersticioso, valente quando bebia, serviçal e muito amigo de meu velho pai, começarei a que se segue:

Era uma vez...

Ouvimos, contritos, como os melhores católicos apostólicos de Roma, um dos atos da Santa Missão no velho Lagarto, minha santa terrinha. Do púlpito, um arremêdo de tribuna, improvisado de caixões vãos, enfeitado de bambú, fazia arrancar lágrimas, ao mais rijo coração, o capuchinho, não sei si italiano ou alemão; o certo, porém, é que difficilmente se compreendia o que nos falava muito emocionado, eloquente, aquele velhinho de barbas longas, à Antônio Conselheiro.

Santo Antônio, o povoado daquela abençoada terra, onde se celebravam os atos da Igreja, não tinha, como ainda não tem, iluminação elétrica, apenas a do intolerável candieiro a querosene.

As valas de sêbo, raquiticas, de Igreja pobre, em redor do servo de Deus, uma a uma, como que exaustas da longa jornada daquela noite religiosa, adormeceram de corpo e alma nos calices dos castiçais, deixando o pregador em meio do caminho, justamente no momento mais psicológico do sermão, pois o venerando de hábito e densas barbas, dissertava sôbre a morte e paixão de Jesus Cristo — o nosso Salvador!

O acólito, meu parente bem chegado, habilíssimo serventuário de quantos pregavam a palavra de Deus na paróquia que me viu nascer, desorientado com o fracasso das velas que lhe pareciam tão sinceras, acendeu, apressadamente, o fumacento "alcoviteiro", passando-o em seguida às mãos do patrono que, à sua vez, segurava a imagem do Senhor, afim de melhor impressionar os rebeldes pecadores.

Restabelecida a claridade no altar-mór, prosseguiu o sacerdote a sua oração, ainda com mais eloquência, apontando com a lamparina o estado de compaixão em que o perverso Judeu deixou o Divino Mestre!

E clamava:

—Aqui está, meus queridos irmãos, o nosso Salvador! Olhai,

atentamente, este semblante, estas chagas vivas, chagas que falam a perversidade do Judeu ! Olhai e arrependei-vos dos vossos pecados, antes que vos chegue a hora derradeira, quando não mais vos podereis preparar para a companhia do Senhor !

Outras e mais outras palavras emocionavam o auditório, não se ouvindo o menor ruído em toda aquela latada caprichosamente coberta de palhas de coqueiro e licuri.

Estava a terminar o ato. Todos os cristãos ali presentes, de joelhos e alma postos ao chão, mãos espalmadas ao peito, cabisbaixos, imploravam perdão para as suas culpas, quando, em dado momento, saindo de detrás do púlpito, onde adormecera embriagado, assomou ao pedestal o caboclo Matias, mais conhecido por Judeu errante e, em alta voz, bradou :

— Está muito bem, seu capuchinho, agora toque fogo nas vestes do nosso Salvador, e diga também que foi o pobre “Judeu” Matias !...

AS ALMAS DAS CARNAÍBAS — UM CÉU NO RIACHÃO — RESQUÍCIO DAS INTITU- LADAS “SANTIDADES”

J. DANTAS MARTINS DOS REIS.

A crença no Brasil vem dos tempos coloniais. Muito se desenvolveu entre índios, africanos, portugueses, curibocas e cafuzos, dado o grau de ignorância da época. Originou-se, no afirmar de PEDRO CALMON, do religiosismo português, da crença aborígene e de certo fetichismo africano (Espírito da sociedade Colonial). Com o desaparecimento dos *pagés*, diz GILBERTO FREIRE, atraz de si ficaram as “santidades”, uma como revivescencia de “*religião e magia de caráter fático*”. Superstições que se arraigam no espírito do povo. Fatos verdadeiramente assombrosos eram referidos como tendo sido vistos e observados por pessoas de certo destaque, nos tempos coloniais, muitos deles registrados nas *Visitações do Santo Ofício* (vide “*Casa Grande e Senzala*”, 1.^a Ede., pag. 106, nota). As “Santidades” eram espécie de seita em que muitas vezes se elevavam pessoas que dela faziam parte, a categoria de santos e vultos outros da Igreja com faculdade até de praticarem milagres. Tinham liturgia própria, e vida orientada sob princípios preestabelecidos. Essas práticas tiveram lugar no fim do século XVI. Mas, apesar de sua decadência ou melhor de sua tendencia para completo desaparecimento, surgiu um simile delas no município do Riachão, em pleno século XIX !...

E por ser um fáto que a ação dos tempos, que tudo destrói e acaba, tende a fazer cair para o esquecimento, vale registra-lo, para que os vindouros dele tenham conhecimento. No lugar “Carnaíbas”, da-quele município, organizou-se ou fundou-se um Céu ao vivo. Em torno das práticas de conhecido rezador, com feitio de *pagé*, despreparado, porém inteligente, agruparam-se pessoas desocupadas, mameucos, negros foragidos e malfeitores, que vinham sendo espreitados pela policia, e resolveram criar um Céu na terra, em que podessem passar um vida mais tranqüila e suave, n’uma promiscuidade sem peias, gozando as delicias da despreocupação e da impunidade. E, de dia a dia, o grupo dos supostos crentes ia crescendo e se avultando, fortalecido pela confiança na fé dos novos adeptos que surgiam da circunvizinhança. Aumentava de momento a momento. D’este

geito se reuniram as almas das "Carnaibas", como eram chamadas, no Céu que organizaram no lugar que lhes deu o nome. De logo cuidaram de distinguir certos companheiros de Crença, elevando-os á categoria de supostos santos. Assim surgiram no agrupamento santos e santas, respeitadas e havidas como tal, pelos companheiros. Lá estavam, muito de seu, Nossa Senhora, N. Senhora do Amparo, N. S. das Dores, Sant'Ana, Sta. Efigenia, Jesus Cristo, S. João, Sto. Antonio, S. Francisco e outras divindades da nova Côte Celeste, sem faltar tambem o indefectível SATANAZ, tão necessario ás discordias do novo Céu, pois que sua palavra era obedecida e respeitada, naquelle antro repelente. A crença no poder do espirito maligno era tão grande, que *Satanaz* representava na vida humana um papel quasi tão importante como o do proprio Deus. O Selvagem, de Couto Magalhães, 3.^a ed. na "Brasiliana" — pag. 145. Os sectarios de tão singular seita, viviam, homens, mulheres casadas e solteiras em franca promiscuidade, gozando da mais ampla liberdade, dormindo juntos ao relento, nos matos, em torno da Santa Cruz do lugar, confraternizados, por entre "agrados afrodisiacos". Infrigiam ainda as leis penais, praticando furtos, roubos, agressões e assaltos aos viandantes e muitos outros delitos.

Mas, o Céu das "Carnaibas" durou pouco. Teve vida breve, não por força dos castigos divinos, que não se fizeram sentir, mas por deliberação dos homens da vila. As autoridades do Riachão e cidadãos qualificados, alcançando o perigo, resolveram destroçar com o novo Céu em formação. Combinaram atacar e prender os membros da seita tão original. Reunidos, destacamentos da vila e lugares proximos, populares e até pessoas de destaque, dentre elas o delegado, capitão Marcolino José de Araujo e os cidadãos Manuel da Costa e Silva, Teofilo Martins Fontes, Joaquim Lopes de Almeida, José Domingos de Araujo, José da Rocha Berges e muitos outros, rumaram para o novo Céu. A reação por parte dos fieis foi grande, travou-se luta a páu entre os dois grupos. A pancadaria foi grossa, formidavel. Afinal, depois de renhida luta, em que só falaram o *páu d'arco* e o *buranhen*, foram vencidos os supostos crentes. Muitos santos amarrados e de cabeça quebrada. Aprisionados mais de sessenta entre santos e fieis, trazidos para o Riachão onde fizeram retiro apropriado na cadeia e receberam conselho das autoridades, depois de ouvidos em autos de perguntas. Por ocasião da detenção, verificou-se que muitas santas se achavam em estado *interessante* e que mais de quinze virgens já não traziam as suas grinaldas de flores de Laranjeiras.

Assim começou e assim acabou o Céu do Riachão, das almas da "Carnaiba".

Aracajú, 1939.

O HISTORICO DAS NOSSAS SUPERSTIÇÕES

CONFERENCIA FEITA EM CAMPINAS,
NO CENTRO DE CIENCIAS, LETRAS E
ARTES, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1940
PELO ENGENHEIRO ARQUITETO ED-
MUNDO KRUG.

É possível que muitas pessoas, aqui reunidas, para cá vieram, impelidas pela curiosidade, afim de ouvirem algum assunto tólo, afim de ouvirem assuntos humorísticos, talvez, também, afim de ouvirem alguma perície chistosa, acontecida comigo nes nossos vastos e lindos sertões paulistas, onde o homem, devido ao pouco contato, que tem com a civilização, se conservou ainda ingenuo, de bõ fé, acreditando em tudo que lhe é contado, acreditando em tudo, que é supersticioso. Puro engano, redondamente se enganaram aqueles que assim pensaram, e bem logo perceberão a improcedencia da suas ideias.

Aqui entre nós, fui eu quem iniciou o estudo das superstições nacionais: já ha trinta anos venho cultivando este vasto e interessantissimo ramo da ciencia antropologica e, francamente, tenho notado, que muita superstição vulgar entre nós, tem uma procedencia estrangeira.

Vejamos, porém, em primeiro lugar, a que grupo da antropologia pertence a Superstição? Ela pertence ao enorme grupo dessa ciencia, que se ocupa com o *folk-lore*, que, por sua vez, foi um vocabulo empregado pelo cientista inglez William Thoms, no ano 1842, afim de designar todo o conjunto de poesias populares de autores desconhecidos, de rimas, proverbios, opiniões populares, também receitas contra males, que afetam a população de um país etc. entre cujos assuntos sobre o folk-lore se acha a superstição. Mas o que significa, o que se pretende designar sob a significação do vocabulo superstição?

Como preliminar seja afirmado, que todos nós somos supersticiosos, pois uns acham, que lhe vai succeder algum mal por lhe ter parado o relógio, outro não quer se entender com mulher velha, antes de efetuado um importante negocio; o terceiro se sente mal, quando viaja com padre etc.

Ha anos tentei explicar a sua significação, erradamente affirmei que tudo, que não pertencesse á crenga religiosa de um paiz, que tudo, que não se pudesse comprovar cientificamente, deveria ser considerado superstição.

Esta teoria estava errada, errada porque não crentes consideram toda religião um conjunto de superstições; errada porque inumeras concepções scientificas são falhas, no entanto não se pôde dizer delas pertencerem ao ciclo das superstições: o *Espiritismo científico* — não o *espiritismo tolo*, não o *espiritismo*, que os charlatães empregam para desnortear e engabelar os incautos — não pôde ser explicado cientificamente, no entanto o *espiritismo* não pôde ser considerado uma superstição. A *Grafologia*, antigamente considerada materia absurda, é hoje uma materia clara. A *astrologia* era uma praxe tóla, como consideravam-na os sabios de outrora, hoje porém, como me parece, inicia uma carreira gloriosa!

Sou de opinião, que o vocabulo *superstição* deve ser explicado como a *falsa dedução de fatos observados*. E', porém, provavel, que alguém d'esse seletto auditorio ou mesmo pessoa mais versada no assunto, conteste essa minha teoria e apresente uma explicação mais logica para a palestra que, hoje, vai roubar bastantes minutos de vosso precioso tempo.

Como já affirmei, somos uns mais, outros menos supersticiosos e o nosso paiz está repleto de superstições ou credices, affirmando certos conhecedores do interessante assunto, serem elas originarias de tres fontes bem distintas, citando-se, em primeiro lugar, as superstições originarias da Africa, trazidas para cá pelo negro. Mencionam-se, em segundo lugar, as superstições provenientes do pagé, do nosso indio; e, finalmente, as de origem portugueza, isto é, as que foram trazidas para o nosso meio pelo emigrado luzitano.

Ousamos afirmar, que a presente classificação não tem uma base historica, e que quem propalou ou estabeleceu tal teoria, jamais meditou sobre o assunto e affirmou cousa, que jamais existiu.

O indio não podia ter espalhado superstições por aqui, por serem os conhecimentos de sua própria existência muito vagos. Sendo superstição a falsa dedução de um assunto observado, o indio mostra-se sempre e completamente indifferente para taes observações, mormente quando elles estão fóra da sua esfera fisiologica, isto observamos nas suas lendas muito pouco logicas. A vida do pagé somente traduz o pensamento em encher o estomago, pois, para isso ele caça; para isso faz as suas plantações muito sem sistema; para isso ele vai pescar. Si ele procura outra zona, é porque esta aqui não lhe oferece caça sufficiente para si e para os seus; si ele mata um intruso, que penetrou nas suas terras, é porque temia a boca que lhe vinha tirar-lhe o alimento.

Com o negro, proveniente da Africa, em tempos coloniaes, succedia identico fato, pois, sendo ele um individuo nostalgico e tambem pouco observador, nada poderia ter trazido para a nossa terra. O que o negro trouxe para cá foram as *macumbas* e as *feiticarias*, cujas praxes foram augmentadas com o contato, que tiveram com o povo ignorante, porém intelligente, proveniente de Portugal, que para cá veio em mas-

sa, quando Pombal, o eminente Sebastião Carvalho e Mello, o conde de Oyeiras e Marquez de Pombal expulsou do reino os jesuitas, isso no ano 1557, com os quizes imigraram para a nossa bendita Terra de Santa Cruz inumeros semitas, afim de explorarem os incautos e cujas celulas, aliás prolificas e pouco recomendaveis, infelizmente aqui ficaram, transparecendo constantemente no sangue de inumeras familias patricias.

Seria enfadonho citar no momento fatos referentes a esse assunto historico também não é lugar apropriado no momento, para isso, seja, porém, mencionado, com um simples exemplo, o detestavel habito de *regatear*, de *pechínchar*, como diz o vulgo, isto é, de levar horas a fio, negociando uma mercaderia de valor determinado, para obter redução no preço.

Estes portuguezes boçaes, porém, intelligentes, trouxeram para cá, com outros elementos luzitanos, inumeras superstições, aliás bem poucas originarias do seu proprio país.

Quem conhece a *Historia da invasão dos barbaros*, sabe que ao promontorio iberico se dirigiram, nos seculos IV e V, muitas tribus, que compunham o povo germanico, isto é os Alanos, os Suevos e os Visigodos, e compreenderá immediatamente, que foram esses, na maioria, que levaram aos portuguezes grande quantidade de superstições. Depois da derrota dos germanos na península, esta foi invadida, pela segunda vez, pelos mouros, que de seu lado, levaram para Portugal e Hespanha inumeros habitos supersticiosos, também, como os primeiros, novos vocabulos, ainda hoje adotados e discutidos nos dicionarios e gramaticas.

Pode-se pois afirmar, positivamente, que grande parte das superstições vulgares no nosso ambiente, são provenientes da Europa e diversos foram os elementos, ou antes, varios foram os fatores historicos, que contribuíram para a sua divulgação.

Afirmar, porém, positivamente, que as superstições vindas de longe, mesmo que tenham um cunho germanico, sejam provenientes da Germania, seria uma afirmação um tanto audaciosa, afirmação essa, que seria refutada por aquele que estuda o assunto com amor e dedicação.

Tambem essas crendices vieram de bem mais longe, sendo que sua origem se perde nas trevas da grande antiguidade.

Veamos, contudo e de inicio algumas superstições ou crendices, que afirmamos serem de origem germanica; seja, porém, dito de antemão, que quando falo do povo germanico, não penso no povo alemão, mas sim nesse conjunto historico, nessa mescla de povos, que habitou o norte europeu já em tempos prehistoricos, como sejam os atualmente chamados alemães, francezes, belgas, holandezes e escandinavos, excluindo dessa lista os albiões, que por sua vez, eram descendentes dos celtas, que não são verdadeiros germanos, porém, primo-irmãos destes.

Diz o supersticioso, que, para se livrar de visitas incomodas, joga-se sal ao fogo ou vira-se, na cosinba, a vassoura para cima, não tardará ela se retirar.

Tentemos explicar a origem dessa superstição : Na opinião dos velhos germanos o sal afugentava as bruxas e os maus espiritos. O simbolo desses entes fantasticos era a vassoura, pois, na noite de Valpurgia, isto é, na noite entre 30 de Abril e 1.º de Maio, tambem na do solsticio do verão, em 21 de Junho — eradamente colocada pelos velhos no dia 24 de Junho — elas, montadas nesses instrumentos domesticos, voavam nos morros isolados do norte europeu, morros esses chamados *Blockberg*, onde se iam encontrar com Satanaz, a fim de lhe prestar a devida continencia annual e novo juramento de fidelidade.

O sal, ainda usado na Igreja catolica, isto é, no batismo de uma creança, na sagração de um sino, relembra perfeitamente esta superstição, pois o uso do sal, nesse ato, pretende simbolisar o afastamento dos maus espiritos, que, porventura, venham disputar a existencia da creança, que não sabe se defender. O som do sino sagrado, tambem com o sal, afugenta os maus espiritos, até onde o seu som for ouvido.

A vassoura colocada atraz da porta faz lembrar, unicamente, o convite feito á visita importuna para se retirar.

A pergunta que ocorre é porque, sendo a vassoura o instrumento predileto das bruxas, é ele, tambem, usado para afugenta-la ?

A resposta a essa pergunta seria a seguinte : Frequentemente são usados na superstição taes meios, é a *similia similibus curare*, é a cura do mal com o proprio mal. A vassoura, apesar de servir á bruxa de instrumento de locomoção, incute-lhe medo e respeito !

X X X

Diz o germano que as folhas da palmeira, colhidas no proprio pé, no domingo de Ramos e queimadas durante a tempestade, preservam o caso de danos meteorologicos, — acrescentando o mesmo patriocio supersticioso : afugenta as bruxas e outros maus espiritos ! O crente prefere, para obter identicos effeitos, que as folhas tivessem sido bentas pelo padre.

E' claro que a presente superstição não é de origem mitologica, devendo ser originaria de época, relativamente, moderna.

A maior parte do povo se esquece, que a palmeira da religião cristã, atada em forma de feixe, consequentemente em forma de vassoura, tem grande influencia, como já vimos, sobre a bruxaria, e, como qualquer modificação no tempo é attribuida aos maus espiritos, é usada a inocente palma contra as maldades desses entes !

Sobre o mesmo assunto diremos, que outros supersticiosos acendem velas por occasião de tempestades etc. Como ainda veremos, o fogo e os seus derivados, como sejam a vela, o raio, o fogo fatuo etc. tem, na superstição, identico papel que a vassoura : tem por unico fim afugentar os maus espiritos.

X X X

Na época do carnaval os camponios da actual Silesia, tambem em outras partes da culta Alemanha, lembrando os tempos pagãos,

jogava-se, mutuamente com agua e fazem isso com o unico intuito de não serem picados por mosquitos durante o trabalho no verão.

Aqui entre nós, em identica época, jogava se, tolaente, agua nos moradores da propria casa e nos transeuntes da rua. Esta brincadeira de máo gosto, com a benefica intervenção da policia, está sendo completamente esquecida pela nova geração e, mesmo as gerações antigas ignoravam o motivo desse barbaro uso.

Pessoa a quem tive necessidade de consultar sobre a significação e etimologia da palavra *entrudo*, pois assim era denominada essa estulta brincadeira, afirmou-me ser uso ibarico, desconhecendo a verdadeira origem do vocabulo.

Verifiquei posteriormente estar esse meu amigo equivocado, pois nada tem o povo ibarico com esse costume popular, me devendo, porém, ser permitido, aqui, dar uma explicação mais logica ao assunto :

O Carnaval, época quando era usado o *entrudo*, não pôde ser considerado um uso pagão, ele já entra no ciclo das praes cristãs. O uso da agua, porem, é vestigio da creença judaica. Todo esse costume era, pois, uma mescla de uso semita com uso cristão, mescla esta muito frequente nas nossas superstições.

Pois bem, o carnaval era festejado com grandes despesas monetarios pelos italianos, especialmente pelos ricos habitantes da cidade de Veneza, lugar muito apropriado para essa brincadeira. Estes festejos eram iniciados no dia 8 de Janeiro e iam até a quarta-feira de Cinzas, e tinham por unico fim o povo se despedir das iguarias que continham *carus* — daí a palavra *Carnecale* que quer dizer *Vida e carne*.

Este uso italico relembra muito as festas dedicadas à *Primavera*, denominadas *Lupercales* e *Baccantes* e incidiam na época da *Epifania*, isto é, no tempo durante o qual se festejava a *aparição* de um certo deus. *Epifania*, vocabulo de origem grega, traduzido para o nosso idioma, significa *Aparição*.

Ora, sabemos da *Escritura Sagrada*, que os tres Magos, atendendo e orientados por um fenomeno celeste, vieram ao berço de Cristo no dia 6 de Janeiro.

O dia 25 de Dezembro é tido como o dia do nascimento de Cristo : como, porém, o batismo era considerado pelos hebreus uma cerimonia higienica, que visava limpar o corpo dos males provenientes do sangue paterno ou materno, os primeiros cristãos, afim de lembrarem essa cerimonia, afim de não se esquecerem da data do batismo de Cristo, continuaram se banhando, banho esse, que degenerou, posteriormente e, especialmente, aqui entre nós, entre os povos sulinos de origem latina, em brincadeira estulta, havendo necessidade da intervenção da policia para coibir um habito antiquissimo. Na Alemanha o habito continuou como creença supersticiosa, porém em ambos os paizes foram esquecidas as origens da praxe.

X X X

Na Suica é habito vulgar se acender debaixo de animal doente

um punhado de palha seca, provavelmente na suposição de ser o fogo o afugentador do mal, que afeta e abala a saúde do animal.

Aquí entre nós os sertanejos, também, se utilizam de idéntico meio porém, somente quando o animal está cansado, esfregando, para isso, a palha seca de milho sobre o seu lombo. Outros acham, que a mesma manipulação com o sabugo ou resto do milho deixado pelo proprio animal na mangedoura, seja bastante para evitar as consequências da canceira. O calpira julga, que todos os males originam-se nos círculos do diabo, e como o sabugo de milho é aquí entre nós o simbolo do demonio, utilizam-se os mesmos do *similia similibus curare*, como preventivo a qualquer mal que pudesse vir afetar o animal.

X X X

Achar trevo de quatro folhas é superstição puramente germanica, aliás dos tempos da transição do paganismo ao cristianismo, tanto assim é que a planta, que denominamos *trevo* — *Oxalis* — nada tem de comum com o trevo europeu — *Trifolium*.

A origem dessa superstição deve ser procurada na forma de cruz das quatro folhas juntas.

X X X

Aranhas, quando encontradas casualmente em as diversas horas do dia, são pronunciadoras de agouro ou de felicidade.

Este fato é idéntico em os países de origem germanica: encontradas ao amanhecer, são portadoras de más noticias, deparadas á noite, pronunciam fortuna, felicidade.

As teias desses animais, leves como são, fôgem facilmente com qualquer sópro, com qualquer movimento de ar ou de vento, e havendo uma co-relação entre a fuga das teias e a felicidade, elas não devem ser espanadas, porque levam consigo a fragil fortuna.

Na mitologia germanica as aranhas, isto é, as fazedoras de teias, eram consideradas sagradas, sagradas por serem animais prediletos da deusa Freia, sagrado, também era tudo que tivesse alguma relação com esses animais, como sejam as teias, que também na nossa superstição experimentam papel proeminente.

X X X

E' crença supersticiosa, vulgar em os nossos lindos e inegualáveis sertões, que o *Jararacussú* picando um doente afetado do terrível *mal de Lazaro* cura-o infalivelmente.

Na velha Germania e nos países de origem germanica, existia e existe ainda a superstição idéntica, porém, afirma lá o vulgo, que *quem beber agua na qual pereceu afogada uma vibora, ficará curado da tísica*.

Tambem é superstição corrente, lá e aquí, que um pedaço da cauda da cobra que picou alguém, cortado e posto com o tópo sobre a ferida, esta tem a faculdade de sugar o veneno e deixar o picado em condições normais.

X X X

Sobre o gato correm, aqui entre nós, as mais variadas e descontraídas crendices : ora são portadores de felicidade, ora de agouro ao seu proprietário, isso especialmente com referencia aos gatos pretos.

O habito de afogar e de não mata-los violentamente, é habito intimamente ligado a uma superstição, que prenuncia azar ou infelicidade a quem o mete, aconselhando exterminar essa raça de animais por submersão.

Conhecido é, igualmente, a nossa crendice analoga a de lá, que afirma, que quem ingerir o pelo de gato, adquire a tísica !

Na mitologia germanica o carro da deusa Freia, mulher repudiada pelo seu marido, pelo deus Wodan, o principal deus desse povo, era puchado por gatos. Já esta circumstancia de ser abandonada pelo seu marido seria sufficiente para considera-la portadora de infelicidade, pois tal qual a sua dona, são os gatos prenunciadores da morte. O vulgo aqui entre nós afirma, que gato atravessando a rua diante de um viandante, prenuncia-lhe agouro. E' o que se afirma, tambem lá do outro lado do Oceano.

X X X

Geralmente a côr de qualquer objeto tem uma influencia decisiva sobre o resultado, sobre a feição de uma superstição : o branco é a côr da felicidade ; o preto é o simbolo do luto, principalmente o simbolo da morte, ele prenuncia a infelicidade. Isto vemos, por exemplo, quando o anú preto ou quando o chopim vem a cantarolar perto de uma chocha, na qual existe pessoa doente : quando o urubú vem pousar sobre o telhado de uma casa : quando o negro é o elemento principal da superstição, quando se depára com padre etc.

A côr verde é a côr da felicidade, da esperanza, pois, pousando um inseto qualquer dessa côr sobre um individuo, afirma-se, que não tardará esse individuo experimentar uma surpresa agradável. Quando um passaro verde canta perto de uma casa, onde existe grave doente, afirmam os supersticiosos, que este doente experimentará logo sensiveis melhoras.

Quanto á côr vermelha, trazida por alguem, em forma de laço ou de fita ela a côr vermelha, preserva-o do *mau olhado*.

Expliquemos porque : O vermelho é a côr predileta do deus germanico Donnar, do deus, que sempre desejou á seus adetos a maxima felicidade. Por isso, quem carregasse comsigo qualquer objeto de côr vermelha, fosse em forma de laço, fosse como fita, experimentava, sempre, as maiores venturas nos seus negocios.

O povo germanico, que trazia o laço ou a fita de côr vermelha com o intuito de experimentar essa felicidade, amarrava-o, na época da transição cristã, em forma de cruz, para que o seu efeito fosse maior, assunto que ficou perdido para nós, sendo bem possivel, que junto ao laço, tivessem sido proferidas frases, em forma de oração, afim de se dar mais força ao ato supersticioso.

Convém, no entanto afirmar, que temos aqui, incontestavelmente, uma mescla de credices pagãs e cristãs.

Aqui entre nós pode-se observar esse divulgado habito, mormente nas exposições de gado, onde quasi toda vaca ou bezerro, pertencente a vaqueiro portuguez, é portador de um lacinho vermelho, allás, sempre respeitado, voluntariamente ou sem querer, pela comisão julgadora.

Quanto ao vinho, internado involuntariamente sobre a toalha da mesa, os convidados supersticiosos fazem cruces com o liquido na testa, presumindo se tornarem felizes, devido a côr vermelha do liquido, applicado em forma de cruz.

Conhecemos aqui entre nós um meio muito usado, para um individuo se livrar de verrugas, molestia feia que cobre mãos e outras partes do corpo :

Consiste este meio em *contar exactamente o numero existente das pirivicas e dar em um fio de linha ou de algodão tantos nós, quantas forem elas, enterrando-o em seguida.*

Incontestavelmente uma superstição trazida para o nosso meio por emigrantes de procedencia alemã, que lá procedem da mesma forma, tomando, porém, *um fio vermelho*, para que o remedio surta o desejado effeito.

A côr vermelha é applicada, no presente caso, com o mesmo intuito psicologico, afim de se conseguir pleno exito, afim de se ser feliz na applicação do remedio.

Aqui entre nós se qualifica de perverso todo aquelle individuo portador de cabelos ruivos. Isso, porém, tem outra razão de ser, si bem que haja uma relação muito íntima, com aquilo, que acabo de afirmar: o deus Donnar, um dos deuses mais queridos dos germanos e um dos mais poderosos na mitologia desse povo, era sempre representado *com cabelos ruivos*, isso talvez, por ser o deus fazedor dos raios, o protetor do fogo domestico etc. tendo tido os apóstolos de Roma, na época da transição, o grande cuidado de sempre afirmarem, que esse deus não era tão bondoso como se julgava. Aos poucos essa afirmação ganhava terreno e os germanos cristianisados, por sua vez, transformaram-n'o em tipo identico ao Judas Escariote. Como Judas é sempre representado com cabelos ruivos, devido a tradição germanica e considerado ruim, tambem Donnar é considerado ruim e perverso. D'aí a superstição corrente.

X X X

A corda do enforcado, que suportou o pezo de um suicida, é muito disputada, aqui entre nós, por aquelles que acreditam na efficacia da superstição, isto é, como sendo portadora de grande felicidade. Não explicamos a especie de felicidade que nos traz o pedaço de corda obtido de qualquer forma — licita ou illicitamente. — O descendente do germano tem, porém, inumeras credices relacionadas com esse fato : com a corda do enforcado.

Sel de experiencia propria, que os meus operarios, quando se suicidou o meu guarda das officinas, se *surraram* para obter um peda-

cinho da corda. No meu proprio escritorio a affluencia do operariado não cessava, pois, todos os interessados no pedaço de corda vinham com pedidos estultos, até que a policia, tomando conta dos poucos haveres desse infeliz operario, pôz cobro no assunto. Posso, porém dizer, que na propria policia a corda desapareceu, não se sabendo para onde!

Pois bem, diz o supersticioso alemão, que tudo que pertenceu ao enforcado é portador de felicidade.

Afirma, que ela, passada por tres vezes pela soleira da porta da casa, traz felicidade a esta. O raio não bate nela, o cervejeiro sem escrupulo, que quizer ter muita venda do seu produto, joga no barril um pedaço da corda do enforcado, em cuja ponta firmou um dedo do criminoso.

Para entendermos bem o sentido dessa superstição, precisamos afirmar, que o sangue do criminoso, que jorra de suas veias decepadas, tem, ainda, um valor superior á tudo que pertenceu ao morto. Assim foi, que o mulheiro supersticioso, logo depois da decapitação do rei dos francezes, Louis XVI, invadiu o cadafalso para molhar os seus lenços no sangue desse infeliz monarca: Logo depois da decapitação de um criminoso na cidade alemã de Haano, o povo corria como desesperado para beber o sangue dessa fera humana, e quando, em 1864, dois assassinos foram decapitados na cidade de Berlim, os carrascos mergulharam centenas de lenços no sangue desses homens, para depois vende-los por preço remunerador". Igualmente as estatísticas feitas pelas casas lotericas alemãs, falam que no dia da decapitação de um criminoso, a venda de bilhetes é enormemente superior a que em os dias comuns.

Ora, tudo isso relembra os tempos pagãos, durante os quaes se sacrificavam homens, mulheres e animaes, com cujo sangue beuntava-se tudo, que estivesse nas suas imediações e, mesmo, os presentes ao sacrificio.

Idêntico caso se dá com o criminoso, que, depois de sofrer a pena maxima, não é mais considerado criminoso, *mas sim um mártir, um santo*. Porisso, por ser santo, tudo que lhe pertenceu é portador de felicidade.

Esta é a ideia, que se deve desenvolver, quando se trata da corda do enforcado, quando se trata de qualquer objeto, que pertenceu a esse infeliz.

X X X

Aqui entre nós, quando se fala em molestias contagiosas, cospa-se ao lado, talvez para indicar, que a molestia contagiosa nos causa nojo. Esfrega-se, igualmente, saliva sobre o papo, para faze-lo desaparecer, sobre a barriga da perna, em forma de cruz, para dominar a dormencia, tudo isso tal qual na velha Germania, possuindo o alemão actual, ainda outras praticas muito provavelmente de origem *indo-germanica*, cujo antigo povo considerava a saliva inseparavel da alma, attribuindo-lhe propriedades terapeuticas.

X X X

É habito muito comum, que infelizmente e por imbecilidade de certos espiritos curtos está desaparecendo ; é o costume de se atirar flôres ao tumulo de um morto.

Em todos os paizes de origem germanica esse belo uso era comum ao nosso. A origem desse uso deve ser o seguinte : os velhos germanos, mormente os longobardos, usavam presentear o defunto com riquissimas joias e mais ricas eram elas, quando atiradas ao tumulo por parentes e amigos intimos.

Um imperador sensato, julgo ter sido Henrique IV, proibiu esse ato como sendo prejudicial á propria familia do doador, prejudicial á economia particular. Posteriormente estabeleceu-se a dadiva de flores em substituição a esse habito milhenar.

Muitos dos presentes acharão ser essa praxe seja uma praxe puramente grega porem esses se esquecem, que na sua interminavel migração, antes de se estabelecerem no norte européu, os germanos tiveram contato demorado com gregos e iliricos, sendo possivel, que esse uso, tão divulgado naquela época entre os gregos tivesse tido sua origem nessa ocasião.

X X X

Finalmente para terminar essa serie de citações, analogas em ambos os paizes — Alemanha e Brasil — e como já afirmou por diversas vezes, tem a sua origem na velha Germania, diz ser de mau agouro se conservar pombos na propria casa, pois prenuncia atrazo na vida do seu dono, quando abandonam o pombal.

Igualmente é prenuncio de infelicidade o encontro com mulher velha ou com padre ; tambem brigará, si deixar cair sal sobre a meza e será infeliz, si o proprio relógio parar.

A semelhança entre as superstições apontadas e as nacionais é evidente e a lista poderia ser consideravelmente, aumentada, si se pretendesse desenvolver mais esse interessantissimo capitulo.

Unicamente resta dizer, que nos é completamente incompreensivel a persistencia com que elas se conservaram até o dia de hoje.

X X X

Existe uma categoria de superstições germanicas, cuja origem seria as leis em vigor em épocas idas. Elas estão intimamente ligadas aos simbolos, que faziam parte integrante de qualquer ação jurídica.

Muitos desses simbolos se conservaram entre nós, como o uso do martelo no leilão, cujo ato faz lembrar na lenda do deus germanico Donnar, tambem chamado Thor, que, empunhando constantemente um martelo, jogava-o longe de si, afim de indicar até onde iam as suas propriedades. *O martelo era, pois, o simbolo da posse.*

Sejamos, porem, mais explicitos quanto aos simbolos.

Analfabetos como eram os povos de então, que habitavam o vasto

territorio germanico, pois, poucos sabiam ler, isto é, bem poucos sabiam interpretar os sinais cuneiformes empregados naquela época como meio de comunicação, era necessario que qualquer ação juridica, que se efetuasse perante o juiz e partes interessadas, fosse acompanhada de um simbolo de uma figura, de uma ação, que ficasse gravada na memoria dos presentes, para não se esquecerem da referida sentença.

Simbolo, proveniente da palavra grega *symbolum*, cujo correspondente entre os latinos era, tambem, *symbolum*, significava, originariamente, duas placas de metal ou dois aneis, que rompidos com força, se ajustavam perfeitamente um ao outro com a maxima facilidade.

Estes objetos, assim rompidos, eram os sinais pelos quaes se reconheciam os convidados a um banquete, ou os adetos das mesmas ideias.

Na forma juridica antiga o simbolo nada mais era que a representação de uma ação por intermedio de qualquer coisa, que tivesse íntima relação com esse negocio, com essa ação.

Desde os mais remotos tempos pagãos o cetro, a espada, tambem a lança, etc. eram os simbolos que representavam a força, o poderio. O aperto de mão, o *manusfirmare* do romano, era o simbolo de qualquer promessa; levantada a mão até uma certa altura, este gesto era o simbolo, que acompanhava o juramento; o anel simbolisava o noivado, a troca de aneis no ato conjugal equivalia a união legal dos noivos, e assim por diante.

Em toda religião, especialmente na religião catolica, conservam-se inumeros usos e costumes simbolicos, cuja significação ficou, completamente, esquecida para o povo, especialmente para a maioria dos crentes, que os emprega mecanicamente, que julga-os serem de invenção moderna, se esquecendo, que os velhos apostolos tiveram necessidade de conservar muito uso e costume pagão, afim de melhor poderem introduzir a nova crença religiosa entre aqueles que desejavam se converter.

A cruz, a hostia e os deveres amuletos em forma de *santinhos*, nada mais são que os simbolos que faziam lembrar a posse, o corpo de Cristo e a *representação* dos diversos santos, correspondentes aos da crença religiosa cristã, respectivamente catolica.

Sobre esse vasto e interessante assunto, teremos ainda ocasião de relatar mais minuciosamente, justamente por servirem eles aos supersticiosos nas suas tolas praticas.

E' fato incontestavel, que a velha Germania tinha inumeros simbolos, que, com a migração dos componentes da raça para outras zonas, ficaram esquecidos ou se transformaram, aos poucos, em atos supersticiosos, motivo porque nos poderemos referir somente á esses, que occupam lugar na superstição nacional, não nos interessando os demais.

Igualmente seja-me licito afirmar, que inumeros desses simbolos, passam por simbolos de origem romana. E' fato que eles aparecem na jurisdição romana, porém, tambem é fato, que foram os romanos, que copiaram a maioria dos simbolos germanicos, pois, si bem que

a historia dos dois povos se oculta nas densas trevas do passado, tambem é fato, que os germanos tinham, antes das diversas invasões romanas no seu territorio, usos e costumes bem definidos, tinham seus simbolos, possuíam, igualmente, suas leis bem elaboradas, tinham seus codigos muito claros e insofismaveis, que, ainda hoje, são citados pelos juriseconsultos, tão bem feitos eles eram !

Em primeiro lugar citemos o *simbolo da porta* : Na Germania todo individuo, que adquiria, ou por doação ou por compra, uma casa, era obrigado a entrar nessa casa, com o pé direito, affim de tornar legitima a posse, colocando-o sobre a soleira e pegando, em seguida, e batente, as dobradiças ou o puchador, isto é, qualquer parte da porta, que lhe oferecesse maior comodidade. Em inumeros casos o novo proprietario, abria e fechava-a.

Temos nas nossas superstições palpaveis referencias a esse ato simbolico, pois, constantemente ouve-se, fulano levantou-se *com o pé direito*, que tal individuo levantou-se *com o pé esquerdo*, diz-se, tambem : *entre com o pé direito*, etc.

X X X

Barba e cabelo eram o simbolo e caracteristico dos individuos livres (não escravos) e de maior idade. Aparar o cabelo da cabeça, equivalia, com referencias aos *godos, francos e longobardos*, tornarem-se tutelados de alguem. Foi assim, que o rei dos godos, de nome Alarico, adotou Clodowigo, o rei dos francos.

Um homem livre poderia tornar-se escravo de um individuo qualquer, entregando-lhe os proprios cabelos cortados, e é o que nos interessa no momento, pois, sabe-se, que antigamente o nosso patricio era de uma honestidade unica : quando contraía uma divida, era praxe o devedor não assinar documento de especie alguma, a simples palavra era sufficiente para ser acreditada e obter o credito necessario. Não é como hoje, que frequentemente contratos, letras assinadas e endossadas de nada valem. Pois bem, o antigo cidadão, quando contraía uma divida em dinheiro, arrancava um cabelo da barba e entregava-o ao seu credor, como para confirmar a sua submissão, como para reconhecer sua sujeição ao credor. E era sufficiente para que o credor não fosse burlado !

Somos de opinião, poder-se escrever muito mais sobre os simbolos germanicos, para, porem, não destendermos demasiadamente esse nosso trabalho, e para não cansarmos o tão gentil auditorio, que sejam essas citações suficientes, para ficar provado que sempre affirmamos, isto é, que inumeras superstições nacionais tem uma relação muito intima com os simbolos germanicos.

X X X

Simbolos, porem, existem, que não foram aproveitados por completo, isso talvez, por comodidade do executante ou por falta de comprehensão com referencia ao proprio simbolo, que se pretendia em-

pregar ; certo, porém, é, que parte de inumeros symbolos era aproveitada e o resto desprezado, como succede com o martelo.

O martelo era o instrumento, que se achava, constantemente, nas mãos do deus Donnar, que atirando-o contra as rochas, produzia raios; arremessado-o longe de si, desinava com esse manejo, até onde iam as suas posses, suas propriedades.

O symbolismo germanico aproveitando-se desse instrumento, desinava, atirando-o, até onde ia a propriedade de certo e determinado individuo.

Quisesse alguém adquirir uma gleba de terra, ele atirava o martelo sob circumstancias determinadas : ora era ele atirado com a mão direita, olhando para a direcção onde mesmo deveria cair, ora era o martelo jogado por debaixo da perna esquerda ; ora o individuo ia ao rio, e com agua até a cintura, jogava o instrumento longe de si. Nada d'isso encontramos nas nossas superstições, porém, nos é muito conhecido o *CHRENECRUDA* ou tambem *CHRENECRUNDA* dos francos, que é o atirar para detraz, por cima dos hombros, de um objeto, que nos é prejudicial, ou ao qual legamos, por uma acção qualquer, um habito prejudicial a nós ou a nossa saúde, porém, sem nos voltarmos, afim de não vermos onde esse objeto cae.

O seguinte exemplo supersticioso serve para comprovar o que acabamos de afirmar : Cura-se a gagueira, levando-se o gago á beira de um rio, onde é obrigado a beijar tres cascudos, que são jogados, de novo, ao rio, por cima dos proprios hombros, sem se voltar para traz. A significação do assunto é a seguinte : Com o beijo o individuo transmite a gagueira aos tres cascudos. Estes levam a gagueira para a correnteza e esta a gagueira para longe. O numero tres não equivale a trindade religiosa, frequentemente encontrada nas nossas superstições, porém, deve ser interpretada da seguinte forma : um cascudo poderia trazer a gagueira de volta, dois combinariam voltar ou não voltar, o terceiro será o desempatador.

X X X

Em paginas anteriores tratamos dos symbolos religiosos. Estes, quando pertencentes á cerimonia religiosa, nada de supersticioso tem, porém, com fins diversos á crença, desempenhando missáo completamente alheia á religião, são acções supersticiosas, si bem que não-crentes interpretam esse assunto bem diversamente.

Já o velho apostolo Bonifacio, o celeberrimo missionario, que enviado por Roma, no VIII seculo, ao norte européu, afim de converter o povo germanico ao cristianismo, achou necessario reunir sacerdotes interessados, afim de, juntos, estabelecerem normas, com as quaes julgava poder combater eficazmente a superstição. Era uma pretensão um tanto improficua, pois, superstições jamais se tira do espirito do povo, a superstição está tão entranhada no corpo humano como é necessario o sangue para a sua vida normal.

Reza o V capítulo sobre o combate á superstição, aprovado pelo Concílio nacional alemão, que se efetuou no ano 742 o seguinte :

“Cada bispo, dentro da sua diocese, com o auxilio dos Condes,
“que são os defensores da igreja, cuide, que os povos cristãos
“se abstenham de qualquer uso pagão, que os detestem, que
“os repugnem. Cuidem que não se façam sacrificios junto
“aos mortos, com o fim supersticioso, que não exerçam magi-
“cas, advinhações, atos de bruxaria, que façam, tão pouco
“fogos relembrando os sacrificios, como costumam fazer, pes-
“soas ingenuas, de quando em vez, junto ás igrejas, invocando
“nessas ocasiões os nomes de mártires e de confessores, com
“cuja invocação provocam a raiva de deus e dos santos.
“Devem ser, igualmente, prohibidos os fôgos ímpios, denomi-
“nados *Nedfrates*, assim como todos os usos pagãos.

No ano seguinte, quando o apóstolo Bonifácio presidia o Conselho de Lepetina, teve, novamente, ocasião de relembrar a proibição feita no Concílio nacional alemão.

A ata desse Conselho é redigida em trinta artigos, dos quaes faz parte uma lista de usos supersticiosos, que eram praticados pelos novos adetos do cristianismo, isto é, Bonifácio no seu enorme amor pela causa da igreja, julgava acabar com a superstição, legislando sobre o assunto, mal sabendo ele, que naquela época as idéias sobre as crenças abordadas, eram bem mais divulgadas entre os germanos que entre os romanos. E não podia ser de outra forma, pois adetos do cristianismo, e, também educados na mitologia, do seu paiz, forçosamente deveriam descambar supersticiosamente para esta.

Sendo de interesse para o nosso trabalho, seja nos permitido a tradução aproximada de alguns desses artigos, isto é dos artigos, que mais nos dizem respeito :

O segundo artigo trata dos abusos exercidos junto aos mortos, tendo por epigrafe : *De sacrilegio inter defunctus I. dadisas*.

O vocabulo *dadisa* é desconhecido no actual vocabulário, ele provem do antigo alemão e significa *refeição junto ao morto*.

Era uso pagão, aliás, também encontrado entre os nossos sertanejos, se guardar alguns restos da meza de refeição, collocando-os no caixão mortuario, presumindo, que o defunto se levantaria do seu eterno sono, para se satisfazer nos restos que o acompanhavam.

Foi também o Santo Agostinho, que, posteriormente, verberou contra essa praxe absurda, pois, o povo recémconvertido julgava, que os restos ou as migalhas cuidas da meza ao chão, deveriam aí ficar, porque assim desejavam os mortos.

Posteriormente eram efetuados verdadeiros banquetes junto ao tumulo do finado, sendo que o manjar principal, oferecido aos presentes, se compunha de ervilhas e de lentilhas. Também era bebido despropositadamente nessas ocasiões, pois, condição era, que nada sobrasse nos pratos e nas vasilhas, e que tudo fosse comido e bebido. Quem mais se *enchesse*, era considerado o maior amigo do morto, mo-

tivo porque, então, eram cometidos verdadeiros abusos, verdadeiras extravagâncias eram praticadas pelos convidados ou por aqueles que se apresentassem voluntariamente, não sendo raros, nessas ocasiões, os ataques apoplecticos.

Estas festas eram levadas a efeito, não somente no dia do enterro, como também em outra época, por pessoas, que se apresentassem vestidas de branco, afim de comemorar o morto.

O café servido durante a guarda do morto aos presentes, aqui entre nós, deve ser o último vestígio desse uso pagão, aliás completamente esquecida a sua origem das atuais gerações.

X X X

O terceiro artigo trata das festas, que se efetuavam no mez de Fevereiro e tinham como nome de *spurcalibus in februario* ou *Sporkelfest*. Sporkel era o nome alemão para o mez de Fevereiro, tendo-se conservado até a atualidade em muita zona tedesca e, também, na Belgica, cuja designação para Fevereiro é *Sporkelmaed*.

Era nessa época que se sacrificava a Juel, isto é, ao sol, porque os dias do rispido inverno se tornavam, aos poucos, maiores.

Consistia essa festa em se matar porcos, mansos e selvagens, que eram sacrificados para o bem do rei e da patria.

Claro era, que essa matança de porcos fosse precedida ou acompanhada de festas, onde o vinho feito de mel — o *Met* jorrava ás canadas.

Muitos dos homens, que tomavam parte nessas festas, guardavam pedaços desses porcos sacrificados, naturalmente devidamente preparados, para, posteriormente, serem levados ás roças, dentro de cestas, nas quaes eram transportadas as sementes destinadas as novas plantações. Também dava-se dessa carne misturada com aveia, aos animaes, que puchavam os arados e reviravam a terra.

Com essas praticas os camponezes auguravam fartas colheitas. Como o povo da roça não queria abandonar essa pratica supersticiosa, os apóstolos alemães de então, transferiram as referidas festas para o dia de São Thomé, isto é, para o dia 21 de Dezembro, fazendo-as terminar no dia 13 de Janeiro, afim de obrigarem os camponios a se esquecer desses atos supersticiosos. Posteriormente essa festa foi mudada para o dia 25 de Dezembro, festejando-se, exclusivamente o nascimento de Cristo.

O Natal aqui entre nós, se está tornando uma festa popular, porem, o carater pagão continúa, apesar dos inauditos esforços dos apóstolos germanicos pois, o solstício do inverno era sempre festejado pelo velho germano, e como não se podia acender as fogueiras do verão, os fogos de S. João sobre as montanhas, como sucedia no solstício do verão, afim de afugentar o bruxedo, que nesse dia achava de passear, isso devido a néve, que impedia se achar lenha enxuta nas matas, ele acendeu as velas na arvore de natal, simbolizando, dessa forma, a fogueira, afim de afugentar as bruxas.

X X X

O artigo VI trata dos lugares sagrados nas matas, lugares esses denominados *NIMIDAS* ou, como os romanos diziam : *De sacris silvarum quae Nimidas vocant.*

Os velhos germanos não possuíam casas ou templos próprios para os seus sacrificios. Estes eram feitos nas matas, diante das mais possantes arvores, geralmente diante de carvalhos multiseculares, e, para que não se cometesse sacrilegio algum junto delas, as mesmas arvores eram cerradas.

Nas Potenciaes, isto é, nos estatutos proibitivos do apóstolo Bonifácio, e, também, de acordo com as deliberações de diversos Conselhos gaulleses, e germanicos, eram expressamente prohibidos aos cristãos os juramentos e sacrificios junto a essas arvores seculares. Porém, quanto mais fossem prohibidos, tanto mais eram praticados, motivo porque bispos e apóstolos lembravam, aliás em vão e frequentemente, essa prohibição.

Os objetos, que constituíam geralmente o mencionado sacrificio eram cabeças de cavalos, e, muito raramente, cabeças de outros animaes. Estes sacrificios eram feitos no nono mez da nossa contagem, isto é, no mez de Setembro, mez este chamado pelo germano de *Hagelmonat*, isto é o mez dos sacrificios-mensis sacrorum — Como eram sacrificadas nove cabeças de animaes, durante a festa, ela era denominada a festa dos *Nimidas*, palavra puramente germanica, cuja primeira sílaba significava *nove* : a segunda *hidos* ou *hidas*, proveniente de *hoet* ou *het*, tem a significação de cabeça.

O resto dos animaes sacrificados, era dependurado no mato, com cujo sangue era tudo besuntado, que estivesse nas suas proximidades, inclusive as pessoas presentes ao ato. Depois da cerimonia a carne dos animaes mortos, era comida pelos presentes.

O apóstolo Bonifácio consultou o papa Gregorio II, si era permitido aos cristãos comerem dessa carne, mesmo si depois do sacrificio fosse feito sobre ela o sinal da cruz. A resposta do papa foi um simples não, *por ter ela servido a um sacrificio pagão*. Igual resposta deram Gregorio III, o papa e Zacharias.

Os vestigios, que temos aqui entre nós desse culto pagão, são frequentes e a vista de todo mundo. São elles as caveiras de cavalos e de rezes, espetadas em paus roliços e colocadas nas roças, também as armações bovinas, vistas dentro de armazens, cujos proprietarios são, geralmente, portuguezes ; que estes objetos tem por fim, quasi exclusivo, evitar o *mau olhado*, que pudesse prejudicar a roça ou a freguezia da casa comercial.

X X X

O decimo artigo trata de *PHYLACTERIS* e de *LIGATURIS*.

O vocabulo *phylacteris* é proveniente da palavra grega *phylacterion*, que equivale a guardar, conservar. Os judeos tinham por habito escrever sobre uma tira de couro certas passagens da escritura santa, trazendo-as em volta da cabeça ou amarrada ao braço, afim de guar-

da-las cuidadosamente e não se esquecerem do seu conteúdo. Também essas fitas tinham um fim supersticioso, isto é, eram usados para se preservarem de certas molestias etc. Pelo sentido do assunto, nos quer parecer, que o apóstolo Bonifacio queria coibir essa praxe, que, aliás, ainda hoje perdura no habitante do sertão e da roça, e que denominamos *CABORGE*, isto é o uso de saquinhos de pano ou de couro, dentro dos quaes se encontram preces supersticiosas contra toda especie de mal etc. preces estas, que degeneraram em verdadeiro abuso aqui entre nós, sendo que inumeras pessoas cultas dão enorme valor a elas. Penso no momento, quando digo, que degeneraram em abuso, nas verdadeiras ordens escritas sobre papel sujo e atiradas nos corredores das residencias particulares, rogando, ou antes, ordenando, serem copladas tantas vezes, enviando-as para diante, tudo isso sem mencionar com que intuito deve ser feita essa transcrição.

O autor da *Francia orientalis*, o celebre historiador, filosofo e teologo Eckhard, que nasceu em 7 de Setembro de 1664 na localidade denominada Dueringen, pessoa, cujos multiplos conhecimentos demonstravam sua competencia para dar um bem fundamentado parecer sobre o assunto, afirma que *phyllacteria, servatoria, amuleta e brevia* tem a mesma significação. Aqui entre nós são chamados esses objetos de *Santinhos*, aos quaes se juntou o signo de Salomão, a figa, caramujos encastoados, caroços de azeitona, sementes de mamona, dentes de jacaré, de cachorro e da uranha caranguejeira etc. tendo cada um desses objetos a sua significação especial, pois, muito alem de servirem á religião, servem para satisfazer ideias supersticiosas, logo que sejam bentos pelo padre, que nesse caso não é mais o sacerdote, mas sim o negociante, pois, recebe para benzer essa bugiganga, frequentemente, boa quantia como paga.

Nos memoraveis tempos do apóstolo Bonifacio estes Santinhos eram feitos de cobre, de folha de metal, de couro, ou de qualquer material resistente, sobre o qual era gravada a respectiva figura ou imagem.

Nesses tempos esses objetos eram trazidos ao pescoço e bem visiveis. Santo Agostinho já verberava contra taes praxes, afirmando serem simbolos do demonio.

Os germanos chamavam esses objetos de *PLECHIR*, isto é, feitos de folha de metal. Atualmente Blech equivale a *metal em folha*, tendo, tambem, um sentido de menosprezo, pois Blech, na conversa corriqueira, quer dizer *cousa atoa, babozeira, talice etc.*

Um outro autor, que concatenou as leis gaulezas, o *Codex Franco*, chamou-as de *Zanbergkripp*, isto é, *Escrita magica*.

As *Ligature*, isto é as já mencionadas fitas ou ligas feitas de cipós de diversas plantas, trazidas ao redor dos braços, do pescoço, e mesmo ao redor do corpo, eram colocadas no seu lugar definitivo sob a recomendação de uma prece, rezada bem junto » em voz baixa da *ligatura*.

Julgava-se afugentar com identica pratica os maus espiritos e curar molestias, que difficilmente eram curadas com remedios.

Vestigios desse culto possuidos entre nós, sendo, geralmente utilizados pelos pretos, que tirando em um cadarço as exatas medidas

das diversas partes de uma imagem de tamanho natural, applicam-n'as nos respectivos lugares do proprio corpo, afim de curar reumatismo, dores de garganta, papeira, etc.

De acordo com as cronicas daqueles tempos, quer-nos parecer, que os germanos convertidos não só se apegavam tenazmente aos antigos costumes, usados na sua mitologia, como tambem, davam muito valor a taes meios supersticiosos, pois, quando o apostolo germano Bonifacio quiz prohibir-lhes essa pratica, em uso de santinhos etc. perguntaram-lhe, imediatamente, si os cristãos em Roma não se utilisavam desses mesmos meios. O papa Zacharias respondendo a uma consulta desse futuro santo sobre o assunto, não negou essa afirmação, dizendo, porém, que o seu antecessor, Gregorio III, castigava com penas canonicas todo aquele, que tentasse espalhar taes usos e abusos em Roma.

Não será necessário se falar mais sobre o mencionado assunto, conhecidissimo no nosso meio e aprovado pela propria igreja, pois, si o uso e abuso de santos não fosse prohibido pelos bispos, os seus servos, os sacerdotes, não se atreveriam benzer todos esses meios supersticiosos, que, de quando em vez, formam no pescoço de uma criança um verdadeiro arsenal de armas supersticiosas, entre as quaes se notam objetos verdadeiramente indescentes, todos eles applicados contra males, que poderiam abalar a saúde do seu portador.

X X X

Tratamos em linhas anteriores dos fôgos que *lembram sacrificios como costumam fazer pessôas ingenuas de quando em vez*. Estes fôgos eram denominados *NOSFRATES*. Trata-se aqui do fogo adquirido por intermedio de fricção de duas diversas madeiras — uma mole e outra dura.

Sobre esse assunto tivemos occasião de fazer interessante comunicação ao Instituto Historico e Geografico de São Paulo, sendo, talvez, oportuno repetir alguns trechos da mesma :

“No solsticio, em toda Europa, eram acesas, nos cumes das
“montanhas enormes fogueiras, então chamadas *Fogos de sol-*
“*ticio ou Fogueiras de São João*, tendo por fim unico, espantar
“as bruxas e os maus espiritos, que pelos ares vagavam e que,
“por serem inimigos da luz, tambem do fogo, evitavam-n'as.
“Nas planicies essas fogueiras eram acesas de forma diversa:
“os rapazes iam de casa em casa arrecadar as vassouras gas-
“tas, que especialmente para esse fim, eram guardadas du-
“rante o ano inteiro, não se recusando familia alguma con-
“tribuir com a valiosa oferta. Em muitos lugares eram apa-
“gados, então os fogões, e, para reacende-los e, para acender
“a fogueira, a rapaziada fazia girar sobre um eixo de madeira
“mole, uma roda velha de carro. Encandecido esse eixo, ele
“fornecia o fôgo á fogueira e aos fogões das moradias da
“respectiva aldeia.
“Em muitos lugares eram acesos com esse fôgo as lampadas

“das igrejas pois, sendo esse fogo um produto espontaneo,
“deveria, forçosamente, ser considerado sagrado.
“Acesos os fogões das casas, a garotada reunida, fazia uma
“terrivel algazarra com tudo que pudesse provocar barulho,
“soltando morteiros, dando tiros com trabucos e gritando de
“todas as maneiras, principalmente arremedando animaes,
“como relata um autor daquela época ; tudo isso com o unico
“fim de espantar os maus espiritos, que andavam alvoroçados
“na época solsticial.
“Podemos deduzir, pois, logicamente, que as nossas fogueiras
“joaninas são vestigios desse uso germanico, trazidos para o
“nosso meio por intermedio de emigrados.
“.....

Esse fogo, obtido por frixão é que era proibido por Bonifacio no seu artigo V.

Não será necessario tratar com mais minudencia desse fogo de São João, por ser muito conhecido pelas nossas populações ruraes, onde, ainda, se festeja o dia de São João com fógos e fogueira, sem se conhecer a correlação existente entre a bruxa da antiguidade e a fogueira acesa por intermedio de frixão.

X X X

Finalmente trata o artigo XXVI da referida ata *dos idolos de massa feita de farinha de trigo*.

Muitos dos meus caros e presentes patricios acharão, que taes objetos supersticiosos não são encontrados aqui entre nós. Pois enganam-se, redondamente aqueles que assim pensam : Temos vestigios apreciaveis desse velho culto germanico. Necessítamos, porem, entrar em uma confeitaria alemã ou italiana, afim de verificarmos a exatidão dessa asserção. Sobre os taboleiros de folha de flandres achamos, aliás pessimamente modelados, grande numero de figuras em forma de homens, mulheres, cavalinhos etc. feitas de massa. O confeitiro, ignorando, por completo, de que se trata, já fez dessas figurinhas uma figura ridicula, comica, metendo, no lugar dos olhos, uma passa ou amendoa. Igualmente nas residencias particulares são achadas muitas formas, tambem feitas de folha de flandres, afim de servirem de instrumento cortante para o feitiço de biscoitos, etc.

Pois bem, estas figuras nada mais são, que os ultimos vestigios desse culto, cuja significação ficou esquecida já ha muito tempo. O apostolo Bonifacio denominava esse culto de *DE simulacro de comperza farina*. Nos tempos germanicos essa massa de farinha era preparada com agua usada durante os sacrificios que se fazia aos deuses, e essas figuras eram guardadas na propria casa com intuitos supersticiosos, ou, tambem, vendidas em determinados dias da semana.

Aos adetos do cristianismo era proibido, como vimos, a compra ou o uso dessas figuras.

Um outro vestigio desse culto é, certamente, o pão trançado,

feito pelos padeiros, especialmente, em época da Pascoa. Ignoro si Bonifacio, tambem inclua esse uso na sua prohibição, si bem que a sua significação seja uma outra : Na referida época as moradias de boa gente eram visitadas pela deusa Marzana, que tinha por obrigação verificar, si as moças tinham feito bonitas tranças nos seus cabelos. Para não se esquecerem dessa obrigação, os padeiros da época presenteavam-n'as com tranças feitas de massa.

Não devemos entrar em mais pormenores sobre a acção da igreja contra a superstição, porém, seja-nos licito observar, que foi justamente a igreja que mais contribuiu para a divulgação de usos supersticiosos, pois, na faina de impedir taes abusos, homens inteligentes como o bispo Burchard de Worm, e outros, escreviam livros e mais livros sobre o assunto, descrevendo os atos supersticiosos com uma tal minuciosidade, que, incontestavelmente, o individuo pouco inteligente, desejava experimentar esses meios, sempre duvidando daquilo que os intellectuais escreviam. Si esses homens sensatos, no louvavel intuito de eliminar, uma por todas as vezes a superstição, exigiam nos seus escritos, que os sacerdotes não se esquecessem de inquerir no confissionario, si aqueles que confessavam, cometeram algum ato supersticioso, contribuiam, involuntariamente, para a divulgação desse assunto.

Igualmente o Concilio Provincial de Moguncia, que teve lugar no ano 1310 prescrevia que todos os videntes fossem excomungados e que, somente, os bispos os pudessem absolver.

Tambem a reunião clerical, que se efectuou em Colonia no ano 1356 determinava, que todo individuo (fosse mulher ou homem) que se dedicasse ao culto pagão, fosse excluido da igreja, pois, como afirmava a ata daquela reunião, o bispado ouvira, infelizmente, que usos supersticiosos tinham se introduzido em diversos lares de crentes.

Finalmente uma reunião, que se efectuou em Colonia no ano 1662, o arcebispo Maximiliano Henrique determinou, novamente, que se perseguisse, com toda energia a superstição, pois, si ela estava ganhando terreno, era devido á duas circumstancias : a curiosidade e á ignorancia ; somente á deus era dado o poder de fazer do impossivel alguma coisa de possivel.

Pelos inumeros exemplos citados por nós no presente trabalho, certamente, não restará a menor duvida, que grande quantidade de superstições existentes em o nosso meio, são provenientes da velha Germania.

Comprovado isto resta saber de que forma este velho povo adquiriu tão grande quantidade de material. E' o que pretendiamos esclarecer, si a hora não fosse tão adiantada, seja, porém, dito, que grande quantidade de material aí existente, encontramos já em épocas babilonias akadias e referentes á outros povos da grande antiguidade.

O TRIBUNAL DE APPELLAÇÃO DE SERGIPE

DA SUA CREAÇÃO ATE' HOJE

J. Dantas Martins dos Reis,
Juiz de Direito.

Muitas e nobres aspirações teve o povo brasileiro em pleno regimen colonial, quando ainda o Brasil sob o jugo de Portugal.

Era natural que, dentre aquellas aspirações, surgiasse a de ter sua justiça com mais ampla autonomia, desligada, de certa forma, da sujeição aos tribunaes portuguezes.

A *Casa de Supplicação* de Lisboa foi por longo tempo o nosso superior tribunal, até ser creada a primeira *Relação do Brasil* por alvará de 7 de Março de 1609, com séde em São Salvador (Bahia).

A justiça do Brasil, desta sorte, ainda em pleno regimen colonial, já se ia afastando da sujeição que a prendia aos tribunais da metropole.

As inconstancias ou prevenções do governo portuguez para com a sua rica e prospera colonia, nos seus vai-vens de patrão pouco generoso, fizeram com que, em breve tempo, o tribunal creado fosse supprimido pelo alvará de 5 de Abril de 1626, para, mais tarde (*Lei de 12 de Setembro de 1652*), ser restaurado. Dentro nesse periodo em que teve funcção a Relação creada, o territorio de *Sergipe d'El-Rei*, que fazia parte da ouvidoria mór da Bahia, esteve sob a jurisdição daquella cõrte de justiça.

Ainda em 1696, quando a ouvidoria ou comarca de Sergipe d'El-Rei, depois de desmembrada da ouvidoria mor da Bahia, com territorio delimitado a *começar de Itapoan exclusive para a banda do Norte até o rio São Francisco*, sob as vistas do seu primeiro ouvidõr DR. DIOGO PACHECO DE CARVALHO, continuou dentro na jurisdição daquelle referido tribunal. Um pouco mais tarde, por alvará de 13 de Outubro de 1751, foi creada uma segunda Relação, com séde em S. Sebastião do Rio de Janeiro, tendo por seu districto todo o territorio que fica ao Sul do Estado do Brasil.

Com a vinda de D. João VI, os horisontes da Justiça na colônia um pouco mais se definiram. A *Relação* do Rio de Janeiro foi elevada à categoria de *Casa de Supplicação* com prerogativas de *Tribunal Supremo* (alvará de 10 de Maio de 1808), e outras foram creadas em S. LUIZ DO MARANHÃO (alvará de 23 de Agosto de 1811), e em Pernambuco, com séde na villa de RECIFE (alvará de 6 de Fevereiro de 1821). A Constituição Política do Imperio, promulgada pela lei de 25 de Março de 1824, estatuiu :

“Art. 158 — Para julgar as causas em segunda e ultima instancia haverá nas Provincias do Imperio as Relações, que forem necessárias para commodidade dos povos.

Art. 163 — Na Capital do Imperio, além da Relação, haverá tambem um Tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de juizes letrados, tirados das Relações por sua antiguidade”. (1)

Com assento no primeiro dispositivo foram creadas, em 6 de Agosto de 1873, mais sete Relações, (2) ficando estabelecido que a *Relação* de BAHIA E SERGIPE, com séde naquella, exerceria sua jurisdicção nos territorios das referidas provincias.

E assim continuou SERGIPE tendo com a BAHIA um mesmo Tribunal, no decorrer de todo o periodo do regimen decahido.

Só com a proclamação da Republica foi que veio elle a decretar a organização do seu primeiro Tribunal de Justiça. E o fez o seu governo revolucionario, fundando-se na Constituição do Estado, que fora promulgada em 8 de Junho de 1891, que no seu artigo 24 assim estabelecia: — O Tribunal de Appellação compõe-se de cinco magistrados tirados dentre os Juizes de Direito do Estado.

Fixou o Decreto n. 9 de 6 de Novembro de 1891, o dia 16 do alludi-

(1) Em observancia a este dispositivo constitucional, foi pela lei de 18 de Setembro de 1828 instituido o Supremo Tribunal de Justiça, que foi installado em 20 de Janeiro de 1829, provisoriamente, na “Casa do Illustrissimo Senado da Camara” sendo seu primeira presidente o Conselheiro José Albano Fragoso.

(2) Foram as seguintes : a de S. Paulo (comprehendendo S. Paulo e Paraná) ; a de Belém (Pará e Amazonas) ; a de Fortaleza (Ceará e Rio Grande do Norte) ; a de Porto Alegre (Rio Grande do Sul e Santa Catharina) ; a de Ouro Preto (Minas Geraes) ; a de Cuyabá (Matto Grosso) ; a de Goyaz (Goyaz).

Depois desta criação as antigas relações ficaram com os seguintes territorios : a de Bahia com Bahia e Sergipe ; a do Rio de Janeiro, com o Municipio neutro e provincias do Rio de Janeiro e Espirito Santo ; a de S. Luiz, com Maranhão e Piauby ; e a de Recife com Pernambuco, Parahiba e Alagoas. O numero de desembargadores nas Relações do Imperio era : na do Rio ou do Côrte, 17 ; nas da Bahia e Recife, 11 ; nas de Matto Grosso e Goyaz, 5 ; nas outras, 7. (Vide COSTA MARXO, *Processo na Seg. Instancia*, pag. 8).

do mez para installação do Tribunal, e por Decreto n. 10 dos referidos mez e anno foram nomeados membros *vitalicios* do mesmo os seguintes juizes de direito :

João Baptista da Costa Carvalho.
Candido de Oliveira Ribeiro.
José de Barros Accioly de Menezes.
João Gomes Barretto.
Gumersindo de Araujo Bessa.

Depois de solemnemente installado o Tribunal (2a) foi annullado o acto da sua criação pelo Decreto n. 17 de 28 dos referidos mez e

(3a) Acta referente ao acto :

Acta da installação do Tribunal de Appellação do Estado de Sergipe,
aos 16 de Novembro de 1891.

Aos desenhais dias do mez de Novembro do anno de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica, presentes ao meio dia, na sala das sessões do Tribunal, os Senhores ministros João Baptista da Costa Carvalho, Gumersindo de Araujo Bessa, Candido de Oliveira Ribeiro, João Gomes Barretto e José de Barros Accioly de Menezes, nomeados por Decreto de dez do corrente mez e anno, o Sr. ministro Costa Carvalho, occupando interinamente, a cadeira de Presidente e levantando-se, prometteu em voz alta e clara cumprir bem fielmente os deveres do cargo de ministro do Tribunal e convidou aos senhores ministros a fazer a mesma promessa, os quaes a começar pelo mais velho, fizeram a dita promessa, usando a formula — "Assim o prometto". — Em seguida o Sr. Presidente declarou installado o Tribunal de Appellação do Estado de Sergipe. Acto continuo, procedeu-se a eleição do Presidente effectivo e feita a apuração do escrutinio secreto deu o seguinte resultado : Dr. Gumersindo de Araujo Bessa, quatro votos, Dr. João Baptista da Costa Carvalho, um voto. Em seguida o Sr. Presidente interino declarou eleito presidente effectivo do Tribunal o Sr. ministro Dr. Gumersindo de Araujo Bessa, o qual fez a promessa de bem fielmente cumprir os deveres de seu cargo e occupar a cadeira de Presidente, mandou-me lavrar a presente acta, que depois de lida por mim vae por todos assignada. E eu José Sotero Barreto, amanuense servindo de secretario, a escrevi (a. a.)

Vicente L. O^o. Ribeiro — João Baptista da Cta. Carvalho, P. I.
Governador do Estado Gumersindo de Araujo Bessa, P. eleito.
Candido de Oliveira Ribeiro.
João Gomes Barretto.
José de Barros Accioly de Menezes.
Apuleiro Motta.
Joaq^o. Fontes.
Benilde Romero.
José Pereira Carvalho.
Feliciano Eusebio Dias Prazeres.
Terencio Sampaio.
Francisco de Magalhães Policiano.

gno, que declarou de nenhum efeito os actos da Assembléa do Estado praticados na sessão de 8 de Junho de 1891, como os do Governador Coronel Vicente de Oliveira Ribeiro, que, tendo adherido ao golpe de Estado, foi forçado a abandonar o governo em consequência do contra golpe de 23 de Novembro do mesmo anno, que poz fim á dictadura militar.

Promulgada a Constituição do Estado em 18 de Maio de 1892, que, depois de assentar que seriam órgãos da soberania os poderes *Legislativo, Executivo e Judiciario* (art. 5), estabeleceu que este poder teria por órgãos :

a) *Um Tribunal da Relação com séde na Capital* (art. 37).

E acrescentou que o Tribunal se comporia de 5 magistrados, (3)

Dr. Galdino Telles de Menezes.
Ananias Azevedo.
Cypriano C. Duarte.
Melanio da Silveira,
Raymundo Ribeiro.
Dr. Thomaz Diogo Leopoldo.
José Antonio de Menezes.
Manoel Cardoso Barretto.
Gonçalo Vieira de Mello.
Augusto Pans de Azevedo
Paulilio Fernandes Barros.
Joaquim Dias Braga.
Evangelino José de Souza.
João Menezes.
Alvaro de Medeiros Chaves.
Julio da Fouseca Pinto.
Manoel Francisco de Argoilo.
Luiz B. Madureira Rollemberg.

(3) Este numero de desembargadores foi elevado por Decreto legislativo de n. 279 de 27 de Junho de 1898, a sete, e mais tarde reduzido a cinco pela lei n. 396 de 29 de Outubro de 1900, "sendo declarados avulsos os que excederem deste numero" (art. 41).

Por Decreto n. 76 de 5 de Setembro de 1931, art. 10, elevou-se esse numero a seis e logo depois foi diminuido p.^a cinco pelo Dec. n. 190 de 20 de Dezembro de 1933, art. 1.^o. Após a promulgação da Constituição de 16 de Julho de 1934, por proposta da então "Côrte de Appellação" do Estado, o numero dos desembargadores componentes do Tribunal foi elevado a sete (art. 1.^o do Dec. Lei, n. 287 de 13 de Março de 1935). Finalmente o Dec. Lei n. 224 de 10 de Julho de 1939, após o fallecimento do Desembargador Octavio Cardoso, estabeleceu, no seu artigo 1.^o, que o Tribunal de Appellação, como passou-se a chamar pela Constituição de 1937, passava a se constituir de cinco desembargadores, logo que se abrisse uma outra vaga, a contar da anterior, ficando assim reduzido o seu numero.

denominados desembargadores, de nomeação do Presidente do Estado *dentre os juizes de direito, por antiguidade absoluta* (art. 38) (4 e 4a). Por Decreto n. 40 de 28 de Dezembro de 1892, o governo nomeou os seguintes desembargadores :

Drs. Gustavo Gabriel Sampaio Vianna,
João Baptista da Costa Carvalho,
Guilherme de Souza Campos, (5)
Francisco Alves da Silveira Brito, (5a)
José Sotero Vieira de Melo, (5b)

e por Decreto n. 41 de 26 de Dezembro de 1892, designou o dia 29 do mesmo mez, a 1 hora da tarde, para a installação do Tribunal da Relação, estabelecendo o ritual para a solemnidade.

Esta é a acta que então foi lavrada :

Acta da installação solemne do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe aos 29 de Dezembro de 1892.

Aos vinte nove dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e noventa e dois, quarto da Republica, a uma hora da tarde, nesta cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe e no palacete da Assembléa Legislativa edificio designado para funcionar provisoriamente o Tribunal da Relação, achando-se presentes os senhores Desembargadores, doutor João Baptista da Costa Carvalho, doutor Francisco Alves da Silveira Brito e doutor Gustavo Gabriel Coelho de Sampaio, nomeados por Decreto de 26 do corrente mez, acclamaram d'entre si o senhor Desembargador Costa Carvalho para presidir os trabalhos preparatorios na conformidade do disposto no Decreto n. 41 de 26 deste mesmo mez. Em seguida o senhor Presidente interino, fez em alta voz, a promessa constitucional de bem e fielmente cumprir os

(4) No artigo 3º das disposições transitorias dizia a mesma lei que as nomeações para o Tribunal da Relação seriam *dentre os juizes de direitos de mais nota*. As reformas constitucionais de 10 de Outubro de 1895 e 10 de Outubro de 1901, estabeleceram que nas nomeações se devia observar alternadamente os principios de *antiguidade e merecimento* (art. 8 e 18), exigindo a última — que o candidato tivesse, pelo menos *dois annos de exercicio*. — A reforma de 20 de Setembro de 1913 (art. 60, acompanhou a precedente e a de 24 de Outubro de 1923 estabeleceu que as nomeações dos desembargadores far-se-ão *dentre os juizes de Direito, os juizes privativos de menores, e os advogados distinctos pelo seu saber e probidade, que tenham pelo menos seis annos de pratica forense no Estado* art. 63).

(4a) O primeiro feito entrado no Tribunal foi a Apelação criminal da comarca de S. Christovam. — Appelante o juiz de Direito — Appelado José Santos Corrêa. Foi distribuída ao desembargador Gustavo Sampaio, na sessão de 13 de Janeiro de 1893.

(5, 5 a, 5b) Foram aposentados pelo Decreto n. 143 de 9 de Setembro de 1895, *a bem da ordem e dos interesses da justiça* (?!..)

deveres inherentes ao referido cargo, recebendo igual promessa dos outros senhores Desembargadores presentes.

Verificada a formalidade acima descripta, o sr. Presidente declarou installado o Tribunal da Relação do Estado e convidou os srs. Desembargadores para procederem a eleição do Presidente effectivo do Tribunal.

Corrida a votação por escrutínio secreto e feita a apuração das cédulas recolhidas a urna, deu o seguinte resultado : Desembargador Costa Carvalho, dous votos e Desembargador Coelho de Sampaio, um voto. Considerado eleito Presidente effectivo do Tribunal, o Desembargador Costa Carvalho, assumiu desde logo o exercicio das respectivas funções, sob a promessa já feita. Acto continuo o sr. Desembargador Presidente convidou os srs. Desembargadores a tratarem da organização da Secretaria do Tribunal de accordo com o disposto no artigo 82 da Lei n. 38 de 26 de Setembro deste anno, afim de poder elle dar começo aos seus trabalhos ordinarios. Resolveu o Tribunal que a organização da Secretaria fosse feita por eleição dos respectivos funcionarios, e procedendo-se a escrutínio secreto, foram eleitos os cidadãos seguintes : Secretario, dr. Joaquim do Prado Sampaio Leite ; amanuense, Alfredo Gomes da Silva e porteiro-continuo Theodulo Lobão.

Terminados os trabalhos de installação do Tribunal e organização da respectiva Secretaria, pela forma acima descripta e nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente declarou encerrada a sessão, convidando os srs. Desembargadores para se reunirem novamente no dia seguinte, afim de cuidar-se da confecção do regimento e mais trabalhos do Tribunal. E eu, Joaquim Ribeiro de Aboim, amanuense da Secretaria do Governo, designado para lavrar a presente acta, a escrevi.

(aa) João Baptista da Costa Carvalho P.
Gustavo Gabriel C^o. de Sampaio.
Francisco Alves da Silveira Brito.

DESEMBARGADORES NOMEADOS POSTERIORMENTE Á INSTALLAÇÃO DEFINITIVA

	data das nomeações
6 <i>Benilde Romero</i> (6)	17—XII—1895
7 José de Barros Accioly de Menezes	15—I—1896
8 <i>Bemvindo Pinto Lobão</i> (6a)	15—I—1896

(6) Os nomes em itálico são dos Desembargadores que serviram na procuradoria geral do Estado, quando este cargo podia ser desempenhado por um dos membros do Tribunal.

(6 a) Por Decreto de 6 de Outubro de 1896 foi nomeado desembargador o bacharel Heraclito Diniz Gonçalves, que prestou o compromisso em 9 do mesmo mez e não tomou posse do cargo, accetando, logo depois, o logar de Chefe de Policia — (?)

	Datas das nomeações
9 <i>Gonçalo Vieira de Melo</i>	27—IX—1897
10 <i>Simeão Teles Menezes Sobral Junior</i>	5—II—1898
11 Francisco Alves da Silveira Brito (7)	1—VII—1898
12 Guilherme de Souza Campos (7a)	1—VII—1898
13 José Sotero Vieira de Mello (8)	8—VII—1898
14 <i>Homero de Oliveira</i>	6—VII—1899
15 João Maria Loureiro Tavares	13—VII—1899
16 Antonio Teixeira Fontes	25—XI—1904
17 <i>Zacharias Horacio dos Reis</i>	3—IV—1905
18 Liberio de Souza Monteiro	5—XII—1907
19 Manoel Caldas Barretto Netto	17—VI—1908
20 João da Silva Mello	20—X—1908
21 <i>João Maynard (9)</i>	31—XII—1910
22 Dionisio Telles de Menezes	31—VII—1912
23 Evangelino de Faro	24—IX—1913
24 Lupicino Amyntas da Costa Barros	28—VI—1916
25 Armando Hora de Mesquita	7—VIII—1924
26 Francisco Monteiro de Almeida	5—VI—1926
27 Ascendino de Avila Garcez	5—VI—1926
28 <i>Octavio Gomes Cardoso</i>	18—X—1926
29 João Maria Loureiro Tavares (10)	18—X—1926
30 João Dantas de Britto	19—X—1926
31 Gervasio de Carvalho Prata	1—XII—1930
32 Edson Oliveira Ribeiro	16—IX—1931
33 Zacharias Lourenço de Carvalho	20—III—1935
34 Luiz Loureiro Tavares	20—III—1935
35 Hunald Santaflôr Cardoso	20—III—1935
36 José Joaquim da Fonseca	2—I—1941

PRESIDENTES

- 1 João Baptista da Costa Carvalho — Dezembro de 1892 a Janeiro de 1896.
- 2 José de Barros Accioly de Menezes — Janeiro de 1896 a Julho de 1899.
- 3 Guilherme de Souza Campos — Julho de 1899 a Março de 1905.
- 4 José Sotero Vieira de Mello — Abril de 1905 a Junho de 1908.
- 5 Homero de Oliveira — Junho de 1908 a Dezembro de 1910.
- 6 Zacharias Horacio dos Reis — Janeiro de 1911 a Janeiro de 1912.

(7 e 7 a) Foram novamente nomeados para os dois lugares creados pela Lei 279 de 27 de Junho de 1898.

(8) Novamente nomeado depois de ter sido violenta e illegalmente aposentado.

(9) Depois da Reforma Constitucional de 20 de Setembro de 1913, o procurador geral deixou de ser escolhido dentre os membros do Tribunal.

(10) Filho do precedente de igual nome.

7 Manoel Caldas Barretto Netto — Fevereiro de 1912 a Agosto de 1924.

8 Liberio de Souza Monteiro — Dezembro de 1924 a Julho de 1926.

9 João Maynard — Fevereiro de 1926 a Outubro de 1926.

10 Lupicino A. Costa Barros — Fevereiro de 1927.

Octavio Gomes Cardoso 30—VII—935

Gervasio de Carvalho Prata 3—VII—1937

PROCURADORES GERAIS DEPOIS QUE A ESCOLHA DEIXOU DE SER FEITA
DENTRE OS MEMBROS DO TRIBUNAL (11)

Datas das nomeações

Francisco Martins Fontes	24—IX—1913
Lupicino A. Costa Barros	21—XII—1915
Armando Hora de Mesquita	3—VII—1916
Gervasio de Carvalho Prata	23—X—1922
Armando Hora de Mesquita	26—III—1924
Ascendino de Avila Garcez	7—VIII—1924
Francisco Monteiro de Almeida	29—I—1925
Alexandre Lobão	5—VI—1926
Edison de Oliveira Ribeiro	19—V—1928
Octavio Gomes Cardoso	14—I—932
Alexandre Lobão	21—XII—934
Hunald Santafior Cardoso	6—VII—934
Alexandre Lobão ..	22—III—935
Manuel Candido dos Santos Pereira	6—V—935
Adolpho Avila Lima	15—X—935
Juarez de Figueredo	3—XII—937
Abelardo Cardoso	2—III—938
Alvaro Andrade	IV—939

SECRETARIOS DO TRIBUNAL

Datas das nomeações

<i>Bacharel</i> Joaquim Prado Sampaio Leite	29—XI—1892
“ Ernesto Rodrigues Vieira	14—VII—1895
“ Adolpho Vieira de Mattos	26—I—1899
“ João Dantas de Brito	20—VII—1900
<i>Advog. Prov.</i> Cel. José Corrêa Paes	3—I—1903
“ “ Major Antonio Gervasio de Sá Barreto	10—IV—1913
<i>Bacharel</i> Carlos Affonso Filgueiras	21—X—1926
<i>Advog.</i> Antonio Gervasio Sá Barretto	I—X—1935
Bel. Flavio da Rosa Mello	29—VIII—1938
Sub-Secretario	
João Freire Ribeiro	20—III—1935 (*)

(11) Reforma Constitucional de 20 de Setembro de 1913, arts. 73 a 78; Cod. Org. Judic. (Lei n. 648 de 25 de Outubro de 1913), arts. 123 a 125.

(*) Nesta lista não figuram os nomeados em comissão, — pois não fazem parte do quadro dos funcionarios.

COMPOSIÇÃO ACTUAL DO TRIBUNAL

Desembargador	— Gervasio de Carvalho Prata. P.
"	— Edson de Oliveira Ribeiro. V. P.
"	— Luiz Loureiro Tavares.
"	— Hunald Santaflôr Cardoso.
"	— José Joaquim da Fonseca.
Procurador Geral	— Vago.
Secretario	— Bel. Flavio da Rosa Mello.
Sub-Secretario	— João Freire Ribeiro.

*
* *

Dia a dia, dado o desenvolvimento do Estado, em todos os seus ramos da administração, nota-se o crescendo da actividade forense e o consequente augmento das causas que vão ter ao Tribunal.

*
* *

Para que bem se possa aquilatar do augmento do trabalho do Tribunal, nestes ultimos annos, estabeleçamos um confronto entre o numero dos feitos julgados no anno de 1937 e nos anteriores, por longos periodos.

E não ha a menor duvida de que apparelhada como se faz myster a Justiça, o movimento, de logo, se tornará de modo a duplicar.

MOVIMENTO DO TRIBUNAL

Em 1900	julgou	90	feitos
Em 1910	"	73	"
Em 1920	"	103	"
Em 1929	"	156	"
Em 1937	"	229	"

*
* *

Damos por terminado este modesto e desprezencioso trabalho, que, dentre outros fins, visa facilitar aos que vierem depois mais simples pesquisas para obra mais completa e de maior alcance noticioso.

Aracajú, Abril 1941.

SOMBRIAS PERSPECTIVAS (*)

A IMINENCIA DA SÊCA

I

Opressos todos os corações, difficilmente respira, sob o peso de prenuncios mortificantes, a ordeira e laboriosa população de Anápolis e cercanias.

E' que, nos olhos de todos, despontam, tarjadas de negro, as perspectivas sombrias do amanhã, sob a cruel iminencia da sêca.

Muito embora não tenham ainda a feição concludente e positiva do flagelo, já trazem penoso receio os sinais até então observados.

Lembrei-me, por ser momentoso, de gizar, palidamente, alguns quadros tristes, observados nesses tempos anormais, em que se de-

(*) Este trabalho foi escrito e publicado ha 28 anos, no "Diário da Manhã", deste Estado.

Inaiste, agora, Epifanio Doria em reedita-la na *Revista do Instituto Historico e Geografico de Sergipe*.

Tive que ceder, atento que as impressões aí debuxadas fazem recordar um período que já vai longe e, por isso mesmo, entrando para os domínios da historia.

O problema das sêcas, apenas esboçado de referencia a um angulo estreito de observação — o municipio de Anápolis, na zona occidental sergipana — é, hoje, assunto versado com proficiencia.

Depois que o Governo Federal compreendeu tratar-se de uma questão de interesse nacional e criou a *Inspecção de Obras contra as Sêcas* um largo plano de estudos foi executado, com proveito crescente.

Deve-se, sobretudo, ao governo Epitacio Pessoa a destemerosa arrancada para o nordeste, com o fim de dar solução tecnica e eficiente ao problema.

Intensificaram-se as grandes acudagens, as rodovias, perfuração de poços, levantamento topograficos, cartografia, estudo do solo, das plantas, do *habitat*, enfim, das regiões assoladas.

A esse tempo representávamos Sergipe na Camara Federal e aí colaboramos nas medidas legislativas necessarias.

Infelizmente o vasto programa de Epitacio Pessoa foi sacrificado em parte, nos governos que o sucederam.

Invenio e caro material ficou perdido, resultando prejuizos incalculaveis. As firmas construtoras C. H. Walker etc. Co.; Norton Griffith etc. Co. e

clara o fenomeno, e que a minha retentiva fixou numa tela sombria, emoldurada de luto.

Oxalá ao terem curso estas impressões, já se tenha desmentido o geral temor das gentes sertanejas.

E a sêca se tenha sumido no horizonte, fugindo... sem deixar traço a sua marcha eternamente assassina e cruel.

Escrever, nos dias correntes, algumas palavras sobre sêcas é desfiar todo um rosario extenso de angustias, e de moções e apêlos patrióticos, desde André Rebouças até Euclides da Cunha, do Senador Pompeu a Eloi de Souza.

Vasta literatura, e rica, pejada de soluções científicas, propõe-se resolver a magna questão.

Expedientes multiplos têm sido lembrados, aventam-se arrojadas hipóteses, fundam-se teorias, traçam-se planos e se formulam projetos; o fenomeno, no entanto, continua, impavido, destemeroso, fático, a requerer, certo, menos palavras e teorias, e mais trabalho e vontade, mais energia e providencias da parte de quantos responsabilidades tenham na marcha e futuro do País.

As vozes estranguladas de milhões de patriotas infelizes, que perambulam, em farandula desventurada, pelos escampes adustos ou pelas varzeas astorricadas da região ferida do flagelo, não ecoam ainda, com estridor, na alma dos governantes da Nação. Têm chegado até lá como um sumido vozear de pedintes resignados — Plotas miseros dessa Laconia madrastra — enquanto a Capital da Republica, em pompas de megalomana, se adorna e baila, celebra festas e dá banquetes, mergulhada no banho rutilante de milhares

Divigth P. Robinson Incorporated, ficaram com seus equipamentos e instalações entregues á ferrugem do tempo.

Releva acentuar que a Revolução de 1930 retomou o caminho abandonado. E, embora seguindo plano diferente, obras novas foram realizadas em todo o nordeste. E' de justiça destacar nesse empreendimento o nome de José Americo, Ministro da Viação.

Fôrça é confessar, entretanto, que muito ha ainda por fazer. A açudagem por si só não basta. A fixação do nordestino ao seu solo exige obras complementares. As aguas acumuladas nos grandes reservatorios, os rios que cortam as regiões assoladas, devem ser drenados por canais de irrigação, para manter a lavoura e o criatório, como fonte permanente de riqueza local, conservando o homem no seu meio.

E' este o problema de agora, já estudado na sua complexidade.

Exemplos não faltam, notadamente da Africa em regiões mais sêcas do que as nossas.

Um outro Epitacio Pessoa poderá dar o impulso decisivo para a solução desejada.

e milhares de luzes, como refletindo nas águas da formosa Guanabara um império imenso de grandezas infinitas.

Felizmente, com a fundação do Ministério da Agricultura, despertam mais vivas esperanças no coração atribulado dos invencíveis titans do Norte.

E como a raia começa por essa regiões distantes, no tópo longínquo de suas serranias, o amanhecer promissor de um menos ingrato futuro.

E' que o governo vai vendo já que é preciso solver com esses incansáveis sofredores uma dívida antiga, uma velha obrigação de muitos anos, qual a de não retardar por mais tempo a luta contra o terrível inimigo, que dizima, numa derrocada sinistra, as populações sertanejas, e deixa a marchar com a rotina uma enorme parte do território nacional.

O Problema do Nordeste pois bem o é, começa de ser encarado, então, com o emprego de medidas tendentes a um resultado pratico favoravel, pela União.



Ao muito que se tem escrito sobre seca em geral, não junto aqui a minha etapa. O alvo colimado é mais modesto; não abrange a vastidão toda do cenario por elas invadido. Retrai-se de raia, localizando-se num trato pequeno da região assolada. E' em Sergipe, na sua faixa do Oeste.

Como é sabido, o teatro das secas se estende do Ceará ás fronteiras setentrionais de Minas Gerais. E nesta linha abrange todos os Estados intermediarios. Sergipe não lhe foge, pois. Alcançamo, na sua divisa do poente, os cansados sertões baianos, distendendo até aí a região desolada, onde campeia, infrene, em epocas quasi medidas, em ciclos quasi invariaveis, o flagelo tremendo.

Os centros de população localizados nessas bandas são atingidos todos.

Dos Picos do Tará, que dão nascença ao Xingó, rumo para o S. Francisco, as cabeceiras do Rio Real, paira, nos dias anormais e torturantes, a canícula mortifera, irradiante do Ceará.

Transmontada, longe, a fleira de serras, que se sucedem dos Picos do Tará á Serra Negra — esta talhada dentro no território do Estado — ela se prolonga até alcançar as raizes da Serra da Tabanga.

Avança, por outro lado, sobre os grotões de Canudos, vinga todos os cêrros desnudos de suas cercanias, estende os raios de sua ação em torno, e atinge Geremoabo e colhe Cicero Dantas, alongando-se, ao cabo, mais para o levante, onde apanha, nas suas malhas incandescentes, a zona sergipana. E aí se desata, depois de saltar as serras de João Grande e Capitão, para todos os quadrantes, num ultimo e desapiedado assomo de destruição, que diminue, lento e lento, á medida que se avizinha gradualmente do litoral.

S. Paulo, Campo do Brito, Pedra Mole, Cuité e Anapolis, ao

centro; Samba, Campos, Itabaianinha mas ao sul, são os pontos mais cruelmente golpeados. Ela avança, por entretanto, em línguas abrasadas, sobre outros trechos; assim em Itabaiana como no Largo.

E pode dizer-se que de uma parte, em seus efeitos deletérios interessa a todo o Sergipe.

II

A sede das observações que se seguem é Anápolis, o principal recanto deste, fulminado, em intermitências dolorosas, pelo rescaldo das soalheiras.

A prospera cidade sertaneja, normalmente dotada de vida fácil e de progredimento, declina sensivelmente quando, de modo assustador, como um presságio de extermínio, reponta, longe, no horizonte esbraseado, a aureola cadente da seca.

Vêm claros os dias, tufado de alvas nuvens altaneiras o belo azul do céu. Transcorre sem sombras e trovoadas a almejada estação dos fortes aguaceiros. Dos ares não se despejam as chuvas costumadas e bemfazejas.

E' o prenúncio desolador do fenómeno que se repete.

Despertam na alma dos habitantes, alegres, geralmente, e descuidosos, os primeiros sustos, angustiando-os.

Um surdo desânimo se apodera, pouco e pouco, da população mais pobre.

E' que ela, triunfante de anteriores refregas, não advinha se transpóra o novo ciclo infernal.

Causa seca tem o seu cortejo pavoroso de mortes e miséria; tal a razão capital do pavor que anima.

Celebram-se as festas populares do fim do ano sem o entusiasmo e as galas, que lhe são a vida nos bons tempos.

O Natal, costumeiramente animado, passa sem a acolhida festiva dos anos anteriores. E eis que ás portas bate o Ano Novo, em vez de esperanças trazendo ao coração angustiado do pobre tabaréu um vago receio depressor, de morte...

Transcorrem, claros e quentes, os primeiros meses.

Fogem, sem alentadoras promessas, Janeiro e Fevereiro. Março reponta, no entanto, recebido com palidos raios de desalentada confiança: — um resquício ainda desse anciar continuo pelo bem.

Passado é, porem, o equinocio, sem se desfiar das nuvens, que debandam, em fuga celere, um breve aguaceiro dos muitos que soem despejar-se, quando propicia vai a estação.

E a desluzir-se começam, então, os ultimos lampejos de fé no dia de amanhã, uma sombra de tristeza amortalhando tudo.

O temível fenómeno meteorologico declara-se sem possibilidade de retrocesso; é uma fatalidade que se impõe, irremovível, sem

peças! Não ha fugir-lhe; ela traz uma como rigidez inquebrantavel, como uma trajetoria firme de lei cosmica.

A lavcira mingua, crestada, pouco e pouco, pelo sol incendiario.

O solo feito, de onde em onde, em clareiras adustas pelas queimadas, parece empedrado. Falta de todo a safra, por isso que se não plantaram roças.

E algum camponio que, jogando ao ezar, semeara com labor a sua propriedade, vê, com olhos contristados, a impreficuidade da tentativa.

Foi-se-lhe, perdido, o dinheiro, e tambem se lhe foi, desfeito, o optimismo.

A vida encarece a saltos; os mantimentos crescem de preço em avanços rapidos, estando-se, apenas, a dois passos do começo.

O anapolitano, até então amolentado e descuidoso — naturalmente confiante na ação onipotente e piedosa da Providencia — ainda se não havia entrincheirado para o rude combate. Um vago suspeitar de melhores dias de todo se não diluira de sua alma credula.

Mas a evidencia clamorosa do flagelo não mais o detem, desperta-o para a energia e para a luta.

E silo-o, de repaño, transfigurado.

A natureza ingrata e desamorosa vai ter o embate de um adversario de fibra, resolute e valente. E' ao tempo em que dos céus devêra cair, em alvas bagas copiosas, as chuvas fertilizantes.

Passa afogada no boenorno dos dias escaldantes a estação do inverno. Tripudia, enfim nefastamente, a canicula, succedendo-se no contrasto dos dias claros e sufocantes e ventiladas e frias noites. O homem é agora uma resistencia animada e conciente. Procura medir o alcance do mal que o cerca, e inicia e tenta os primeiros meios de defesa. Arvora a poupança á altura de um principio, e cre-lhe um salvaterio para a fome, que advinha proxima.

Armazena, quanto lhe permitem as posses, mantimentos de primeira necessidade, e despense poucamente a agua, que já ameaça faltar nos tanques exiguos.

Eis senao quando um elemento extranho vem agravar-lhe a situação dolorosa. O caco dos serroes incendiados cresce pouco e pouco, e invade, como uma praga terrivel, a occidental cidade sertaneja. São legioes da miseria em marcha, famintos andrajosos e esquandor, fugindo á inclemencia das castingas combustas. Anapous, que resistiria por mais tempo ás avançadas daninhas do inimigo cruel, vê-se de subito a pique de uma derrocada final. Dia a dia engrossam as fileiras desordenadas dos invasores lamelicos, trazendo nas faces encovadas e terrosas o sem teorico da fome.

Homens, mulheres, velhos e crianças na mais negra promiscuidade, desertando... e espalhando, sob seus passos, a visao tragica do extermínio, que lhes rastreia a machuca, descompassada e lugubre. E em pouco tempo Anapolis é a sede desse ajuntamento de gente miseravel de todos os matizes.

E' que em derredor tudo faitou: do mais desvaloroso alimento á mais imprestavel agua. E a fome e a sede se congregam, firmes,

na cidade, exaurindo-a, minando-a. A população normal, que lhe era de 7.000 habitantes, cresceu aos covados, subiu aos metros, aumentou consideravelmente com as levadas incessantes desse funebre cortejo de infelizes retirantes.

Um aspecto sombrio, de terror, parece empolgar a cidade invadida, outr'ora alegre e feliz.

É a quem a contemplesse, então, de certo se lhe afiguraria um vasto hospital onde se reunisse, em desmantêlo, toda uma população emagrecida e doentia. E dia e noite o mesmo quadro sinistro, desgraçadamente verdadeiro: — pervagam, cruzando as ruas, ou atulhando as calçadas, corpos esgrouviados e ossudos de criaturas abatidas, estendendo as mãos tremulas e descarnadas á caridade publica, e implorando, com voz rouquenha e debil, uma esmola pelo amor de Deus!...

III

Anapolís auffer das mais cruas provações.

Entrementes circumstancia de mais vulto converge para a agravação do mal: secou o Tanque Nôvo! O extenso e aprofundado reservatorio succumbiu a sucção de tantas bocas sedentas, não contando já com a evaporação operada pelos ares calidos, que sopram de todos os lados em lufadas caloríferas.

A romaria interminna que se abeirara, noite e dia, do precioso logradouro, estseca, subito, desvairada diante da nova calmmidade: não ha mais agua! E num raio de algumas leguas, em tôrno, ecôa a noticia como um plangente e dorido sinal funebre...

Toda a redondeza, que se dessedentava nesse açude unico, acolhe a triste nova como uma sentença de morte.

Por toda a parte a conflagração: matas reduzidas a galhos secos e ardidos, campos forrados de uma escassa grama queimada pelos sôes, e a desolação e a morte!

Uma arma de defesa resta ainda inproveitada: ainda não feriu combate! E sem tardança lhe põe as mãos o pobre anapolitano acossado. Refiro-me ao riosinho modesto que resistira até alli, com prodigios de resistencia, ás vicissitudes todas do flagelo. Bordas lascadas e em desabrigo, pouco importa! Em poços menos atingidos pela ação direta dos raios solares tem vida o calmo Caiçá.

E desta vez, como outras tantas, é ele, o riosinho silencioso, que vai salvar da morte, ou da imigração em massa, a população de Anapolís.

Abrem-se-lhe ás margens cacimbas e a agua filtrada pelas paredes das barrocas arredondadas vai entretendo todo um pôvo, cujas esperanças, agora volvidas para os ceus, se fundem em misticas orações ao Deus onipotente.

Avançada vai a séca... Cessou dos emigrantes a tragica debandada: é que os não ha mais pelos sertões longinquos... Deixaram de coriar os ares, que enchiam de notas vibrantes, os bandos

álacres dos papagaios, em fuga, para o litoral... Não mais se vê a revoada mansa das meigas cardilheiras desterradas... Casas desertas e sem dono permanecem fechadas e mudas, como espectros, á ourela das estradas enterradas. A população, desfalçada pelos efeitos cruciantes do flagelo, anela agora para o milagre dos santos e faz promessas. O sentimento religioso se desperta em têrcos e laidainhas, entradas, todas as noites, nos altares de todas as armidas.

Lá um dia, unidos pela fé abatidos sob o peso da desgraça comum, ei-los a desfilar, soturnos e graves em procissão merencoria e dolente.

É a hora avocada de uma tarde de Domingo... Gemem no espaço badaladas, vibradas dos bronzes da Matriz, como soluços prolongados, perdendo-se nos ares... Os fleis, congregados á romaria, enchem de lado a lado a Igreja, em cuja nave pestanejam os cirios acêsos, tremeluzindo... E começa a desfilar, passo miúdo e remorado, a procissão religiosa... Num rico andar, guarnecido de veludo e ouro, alçado aos hombros dos cristãos, entre alas de archotes de luz mortua, abre o cortão sagrado a imagem ensanguentada do Cristo. A docura infinita dos seus olhos tristes como parece infundir na alma dos fleis um consôlo e uma paz immorredoiras... Do turbula, a tilintar, fumegante, nas mãos do vigario, sobem, em deheis espirais de fumo, o incenso perfumado, circumdando a fronte perdida do exceo Nazareno.

Murmuram-se preces e ouvem-se, de quando em quando, soluços abafados. A multidão concentrou-se toda numa fé ardente, sincera e comovida.

Move-a o poder ingente de uma nevrose coletiva.

Barafusta por todas as ruas a peregrinação dos crentes, e de todos os pontos sobem preces ao Salvador que passa, fisionomia abatida e bondosa.

E eis-a a caminho do Tanque Nôvo, em excursão piedosa através do taboleiro exsicado e monotono... Mas a tarde morre; é á hora do crepusculo... O horizonte é uma extensa chapa incandescente.

Para siém sumiu-se, afogado em chamas, o sol violaceo... Rebramam ainda, prolongados, gemebundos, os sinos da Igreja. E reflôe a ela, miúdo passo e remorado, a procissão religiosa... A noite sobrevem envolta numa tristeza grande. E a cidade pesadamente adormece num silencio apavorante de cemiterio...

Ao outro dia não mudou, porem, o tempo; o sol reponta emergindo de um banho de fogo, e continúa a faina destruidora, queimando... ardendo...

E dias successivos as mesmas auroras deslumbrantes, os mesmos sóes inaturavais, os mesmos crepusculos incendidos... O fenomeno parece eternar-se; não sofre a menor influencia depressiva e colupa termometrica, mantida sempre em graus elevados.

As soalheiras ascendem, de continuo, terrivelmente, e os pobres moradores da zona ardida, habituados já á fragua incessante do clima adverso, começam por se deslembrar de um amanhã que lhes restitua a felicidade de outros tempos.

Mas, muito ha que tripudia nefastamente a sêca : está a cumprir-se o ciclo marcado pelas anteriores.

E vai cenão quando alvíceras chegam á cidade, abalando-a, de chofro, numa comoção intensa de jubilo.

Fazão chovidos os sertões e chuvas as ha em varios tratos assolados. Abril é chegado, recebem-no, cheios de esperança, os sobreviventes da crise. O regresso festivo dos passaros emigrantes dá uma nota de alegria, vibrando no coração de todos.

Reemigram, em bandos parladores, paracais e maracanã. Re-fluem nos sertões bravios *no nome das sêcas e com ellas*, revoando nelo tãpo ressequido das arvores crestadas, as *juacús, as asas brancas*.

O âmbito das chuvas se alarga, adumbrando-se de nimbus pardacentes e espessos os horizontes.

Homens e mulheres ocupam-se na limpeza e escavação de todos os tanques e sendes, e como suplemento não ha nota que se não limpe, varilha que se não raspe, ramela que se não esvasie.

Pouco e pouco avancam os agnaceiros, precidos de trovões, que rebôam o espaço, com estrondos demorados.

Longe... por detrás dos montes, ziguezagueiam, rasgando o espaço como laminas afoqueadas, relampagos em demasia, após ressoando o cavo rugir medonho da trovoadas. Galoam, proximas, as nuvens, e breve, do lado do nascente, o céu escurece sob a negrura delas, distendidas em vasta cordilheira, barrando o espaço.

A temperatura é abafadiça, e ventos não transfogem pelos ares; uma immobilidade da atmosfera bochornal e quêda ! Subito, um raio deflagra, aclarando o céu obumbrado, segue-se-lhe num forte rouquejar de canhão atroando, o titoteio ensurdecedor dos trovões... E como uma extensa cortina acinzentada que se fecha, occultando o horizonte, desce, em curvação, a chuva almejada.

Asinha ella alcança todo o espaço á vista, caindo emfim sobre os telhados róxos das casas as preciosas gôtas, que instilam, no seio endurecido da terra, o amor, a produção e a vida.

E dentro, na cidade, uma desordenada alegria passeia, batendo todos os cantos, dobrando todas as esquinas, animando todas as ruas.

E' que a alma dos anapolitanos, num forte e natural expandir-se, desperta do desanimo e acorda para a vida, desmorre da apatia e reasurge para a luta, apaga da lembrança as provações da miseria e reacende nos corações e esperança das grandezas !

Sobem, fugindo para o alto, em rasgos estrepitosos, girandolas festeiras, metralhando foguetes, que estalam, em cima, numa saralvada de bombas, musicando o espaço... E cai... cai sempre... cerrada e copiosa, a chuva abençoada. Resvalam, celeres pelos caminhos ressequidos e gretados, as aguas em enxurro. Entopem-se, prestes, grotões e barrocas, ao impetuoso turbilhonar das torrentes.

E pouco e pouco se entumescce, canalizando vertentes, o Caiçá magriço, engordando... enchendo...

Sob o perene bategar das limpidas gôtas das nuvens diluidas, cruzam, sapicando-se pelas ruas encharcadas, pessoas innumeraveis, prêsas de jubilo inenarravel. E ao termino feliz da sêca abrasa-

dôra e assassina, sucedem, na cidade que resuscita, as passeatas triunfais dos seus habitantes, precedidos de bandas de musica, e desferirem vibrantes notas, que parecem alegres de um povo, alto entoando Alleluia !... Alleluia !...

IV

De simples aspecto descriptivo são os artigos até hoje estampados. Interessa, porém, passar em revista, sob diverso prisma, os effeitos prejudiciais inexoravelmente acarretados pela sêca, na ordem social e economica. E, sob feição tal, as consequencias são um acervo enorme de males que se graduam da pobreza á miseria e á fome, tendo como expoente o furto, o roubo e a vagabundagem, modos anormais de actividade criminosa e anti-social. Em rapidas syntheses, urge ferir alguns desses temas mais pertinentes ao assunto.

A riqueza dessa região, exaurida pelos sóis, consolida-se, principalmente, na lavoura e no commercio de gados. São estes dois ramos de trabalho os esteios que amparam a vida rude do povo, senhor de uma terra fecunda e maravilhosa na vigencia dos bons tempos, das estações regulares, e improduttiva e ingrata, nas difficis conjuncturas das sêcas esterilizadoras e letais.

A agricultura ali é, não obstante a rotina dos processos empregados, progressiva e remuneradora. O café, o algodão, o assucar, o fumo, o milho, o feijão, a mandioca têm-se em desenvolvida escala com resultados satisfatorios. A variada colheita de frutos constitue mais um delcete do lavrador do que propriamente um interesse commercial. É uma feliz occupação do anapolitano ter a sua malhada referta de plantações, agomando em rebentos fortes o aipim precioso, a batata ramando pelo chão, abrolhando nas leiras a cebola e o alho. Ao lado das grandes roças dos proprietarios abastados se estendem pequenas, mas trabalhadas, as roças dos agregados. E todo o tabaréu de posses mais seguras tem o seu sítio, onde demora a estancia feliz dos seus sonhos. A lavoura é, pois, uma preocupação geral, de todos. Pertence ao rico, como ao pobre, ao fazendeiro, como ao agregado. Em tais circumstancias, em apparecendo a sêca, todos experimentam, a um tempo, os prejuizos dela decorrentes, matando aos poucos as plantações que foram, cuidadas de esperanza, o labor quotidiano do povo. É como consequencia natural, irremediavel, fatal, devido ao fenecimento dos vegetais cultivados, vão parceladamente subindo em preço os mantimentos, que se iniciam na carestia ao jogo da grande lei da oferta e da procura. O deesequillibrio rapido e sensível entre a grande procura — milhares de bocas insaciadas — e a menor oferta — pequenos sindicatos que bebem o sangue miseravel das gentes pobres — chega a elevar a preços inacreditaveis generos como o milho, o feijão, a farinha, que constituem a alimentação mais directamente procurada pelo povo.

A safra, que se esperava e não vingou, traz, por isso mesmo, a entrada de mantimento de outros pontos do litoral, o que, porém,

não atenua a carestia, pela razão simples de que o frete, dia a dia, se torna mais pesado e exigente. A pastagem que falece, amarelada e combusta nos campos, as capineiras que secam, reduzidas a talos, o milho, que, pela elevação espantosa do valor, não pode mais ser buscado para a ração das alimarias, tudo vem agravar a penosa e difficilissima condição do transporte, que chega, quasi, a exceder o valor comum e corrente da mercadoria importada.

A escassez da agua, senão a sua falta quasi absoluta, vem tornar mais prementes as condições de vida. E' ao tempo em que as levas de retirantes, sucessivamente aumentadas, concorrem para a celeridade do flagelo, que se declara, então, a pino, no auge das mais angustiadas provações. A parca alimentação da pobreza reduz-se a uma miseravel etapa de generos estragados, senão ao consumo de raizes selvagens, que envenenam o organismo, já de muito debilitado pela poupança obrigatoria.

E os que não ficam abandonados ás estradas desertas, vencidos pela fome e pela sede, aventuram-se aos matos, buscando afanosamente o *bró*, a *mucunã*, ou disputando aos animais combelidos e tontos os *cabeças de frade*, os *gravatás*, a *chupa*, a *macambira*, que tudo proveítam e comem como um repasto valioso e raro.

O consumo de ervas e vegetais pouco recomendaveis aos poucos os intoxicam, tornando-os, não raro, empapucados e macilentos, facilitando a opilação, geralmente observada na grande maioria dos exangues retirantes. Tais, na agricultura, o efeito desolador operado pelo terrivel flagelo.

O mesmo com a criação e commercio de gados.

A natureza é aí a unica fatora na produção dos gados. Nenhum engenho humano tem sido empregado no intento de melhorar as raças, de seleccionar as crias ou mesmo de favorecer as condições naturais da terra. Tudo anda e desanda sem a intervenção intelligente do homem.

A obsessão do lucro sem dispendio tem, neste ponto, descurado os criadôres dos mais rudimentares processos de industria pastoril.

E', no entanto, uma das principais fontes de riqueza do Município, onde ha terrenos de criar e terrenos de lavar, competentemente divididos e regulados por posturas. Para a receita municipal e do Estado concorrem os gados com relevante quantia. A avultadas somas atinge o custo de uma rez, de um carneiro, de um bode, que são aí de largo consumo e indispensavel, mercê da distancia em que está a cidade do litoral, donde lhe chegariam peixes por preços exorbitantes. Ademais, a morrinha, unida agora á fome e á sede, levam a morte aos campos e sôitas de criação, que se extinguem quasi. A carne alcança um agio verdadeiramente excepcional, o que a torna inacessivel á pobreza. Ao matadouro as rezes, que afluem para a imolação, trazem o espinhaço ossudo, avultando sob o couro tisanado a magreza dos pobres animais esfomeadas, a orrar... a urrar... O lombo luzidio e polpudo das novilhas maninhas, o tontico alevantado e reboludo dos velhos quadimás, de perigalhos volumosos e dependurados, e algados chavelhos ameaçado-

ras, os servidos bois de carro de arrobação afamada, tudo desaparece pouco a pouco do mercado, onde, agora, apenas se disputam, a alto lance, as carnes magras de boiadas urrantes e tropegas.

A' pobreza, miseravelmente alimentada, restariam o xarque e o bacalhau, se estes, não guindassem, a breve trecho, a pasmosas alturas os seus preços exorbitantes.

Por igual com outras carnes abatidas. Um porco, a um tabareu que o possuía, dá para fazer face ás investidas do flagelo, por semanas, tai a escassez com que esses animais acodem ao açougue. A caça que, de princípio, ia dando para o consumo de uma legião impenitente de caçadores, diminúe grandemente, emigrando ou morrendo, mercê da atroz perseguição, que a torna mais precitada e fugidia.

Só os funebres urubús revôam, mansamente, pelos ares saciados, como uma nuvem negra de coveiros tetricos, espreitando, na terra desnuda e deserta, a ossamenta espalhada de milhares de victimas, na luta incessante e desapiadada que lhes moveu a natureza, sob o caustico insolador da seca.

V

Pelas verdades, no último artigo comunicadas, bem se vê a que reduz a seca os dois fatores principais da vida econômica e comercial de Anápolis. E em idénticas circunstancias se alinham, qual a qual mais tarficado, os outros departamentos atingidos. Desaparecida, assim, a forragem, como absorvida pelos ares quentes e pela infinidade de bocas sequiosas as ultimas aguas, estagnadas e impuras, a miséria campeia e domina com mão de ferro. E, então, as extremas providências que se tomam restam sem efeito, senão concorrem, ainda mais, para a afitiva agravação do mal, sob todas as faces cruelmente dolorozas. O penoso retiro remorado dos gados de uma fazenda, para outra, os ranchos sezonáticos à beira rio, as migrações tristes dos animais estropeados, de parca e pobre ração, reduzidas ao *cereus jarroacuru* e outras cactaceas. — tudo isso é um demoníaco avançar para a morte, que ceifa a talante, inexoravelmente...

Releva agora, gizados os quadros até hoje expostos à publicidade, esboçar outras telas não menos sugestivas, comquanto de lineamentos mais apagados, mercê da extrema complexidade do tema. Tal a urdidura de fatais consequências na ordem social e moral.

Debuxo-a de relance.

É' ponto fora de óvida que a miseria acarreta uma sequência infinita de males e abjeções, de prejuizos e degradações enormes. É' como uma visao trágica de extermínio, que aparece acompanhada de um sequito horrível de fantasmas hediondos : — um pervagar invisível de sombras demoniacas, projetando, no caminho andado, abomináveis marcas da sua pertinaz destruição, disfarçada de mil formas.

Solapa o organismo, debilita-o, redul-o a uma armação de ossos, rascendo ; encaveira as faces rosadas, polpudas, sadias ; descarna os

labios, tremulos sobre a boca encovada, por vezes escancarada num rictus sombrio e pavoroso; líana a cõr, a tez, tornando-a terrosa e ressequida; dá aos olhos bons um exquisito brilho, terrificante, de morte... e a própria fala, macia e corrente, se transmuda num rouco articular de palavras secas e agudas, como se fôra o rugido abafado de uma fêra enjaulada, com fome...

Mas peor do que tudo isto, do que esses escombros sombrios de corpos desfibrados e abatidos, é o solapar escondido e ignorado das almas, assediadas, de continuo, por um exercito de vícios da mais infima catadura.

É o vício em marcha, o crime triunfante, como uma epidemia, minando... corrompendo... envenenando...

E os bons sentimentos se contaminam do virus e se debilitam e enfraquecem, abatidos, sem resistência...

É a moral, pouco e pouco, se encharca no lodo de todas as torpezas, vilmente arrastada pelas congostas sujas de degradação social. É que a fome minou o organismo e envenenou o sentimento, roubou o vigor à matéria e destruiu cerebro a capacidade inhibitoria. O poder de inibição anula-se no corpo depauperado, desabrigando-se, lamentavelmente, de energia os centros de resistência.

As pressões exteriores atuam com vantagem, então. E onde existia, apenas, uma fraqueza de animo, uma tara remota e insignificante, um simples e apagado germen de degenerescência, elas, como uma incubadora prodigiosa, fazem desenvolver um caracter exposto a debiliquescência, uma alma entregue à corrupção.

Da ensanchar para um livro o problema das sêzes no tocante a esta parte.

É assinalando-o apenas, não desmerecem as minhas asserções pelas não escudarem dados estatísticos. O Brasil grandemente se resente da falta de um aparelho bem organizado de estatística criminal, que refletisse, no computo das cifras, a existência desgraçada desse exercito de criminosos, vítimas indefesas da sugestão do meio, rebatido e corrompido pelo ambiente pestifero da miséria.

Ver-se-ia, com olhos ensombrados de tristeza e abatido animo, em kaleidoscopio surpreendente, girarem, uma por uma, todas as formas anormais do temperamento enervado, envenenadas pelo alcool e prostradas pelo vicio, formando uma galeria tragica de impulsivos e détraqués, que vão dos simples criminosos occasionais até os temiveis delinquentes, que ensopam no sangue do homicidio as suas paixões violentas e bestiaias.

Ver-se-iam, através da lógica e das bases científicas, surgir os pro-homens do crime, os tipos exatos desses temiveis alistados na criminalidade atavica, brutal, e violenta, feita de muscules e ferocidade. E tambem se veriam, posto que em menor escala, entre nós, no inscufusco das nossas sociedades do interior os tipos polidos da criminalidade evolutiva, essa criminalidade de calculo e de astúcia, que hoje forma nas grandes cidades um grande problema às pesquisas da polícia.

E entre o sombrio desfilar dos emulos de um Cartouche ou de um Verzen, de um Chambige ou de um Herz, passar-se veria uma desgraçada legião de mocinhas imbeles, disputadas, como prêsas raras, para o

banquete da orgia, no comércio da carne, na bruteza do estupro, no eclipse total da moralidade e da virtude!

E no lódo, respirando em seus pulmõesinhos fracos o ar mefítico do deboche e da prostituição, desditosas criancinhas a resvalarem sobre o plano inclinado de todas essas coisas abomináveis, passariam, sem os risos da inocência e as graças da infância, para o futuro... uma nova geração... ou, melhor, *un fin de race*...

E os poderes da União, penetrados, até ao cerne, das suas políticas pessoais, talvez nada vissem...

bemaventurados os que vêem...

VI

E' mister ferir, posto de leve, outra face do problema, quiçá a mais impenetravel. Tal a das determinantes, a das causas, que se conjuram para a eclosão do terrível fenomeno.

E' de todo em todo fastidioso reeditar as conjecturas brilhantes, as hipóteses arrojadas que se têm ventilado no intento nobre e humanitario de expungir os tristissimos efeitos do clamoroso fenomeno climatológico, procurando-se-lhe as causas, pesquisando-se-lhe a origem. Exorbita mesmo o plano sintético destas notas prosseguir na rota dessas considerações.

Ademais, sobejamente cuidada se ha a questão através de uma infinidade de livros, monografias e artigos de periodicos, profusamente publicados.

E desde a teoria do Barão de Capanema, falida e péca, posto seductora e atraente, procurando uma razão de dependência entre as manchas solares e o aparecimento das sêcas, até aos últimos ensaios, que se reportam a uma crescente complexidade de causas, vai um conjunto de importantes teoria, patrocinadas pela autoridade científica de sumidades. A' parte as mais antigas, profundam lucidamente a questão os estudos de G. Weber, de Orville e Derby, de Pereira da Silva, de Alberto Loefgen e outros muitos, cujas observações são um inestimavel subsidio para quem quizer por si deletrear a materia.

Euclydes da Cunha, no perquirir diretamente a origem do flagelo dá que um dos motivos das sêcas repousa na disposição topográfica. "Ficha ás terras flagoindas do norte uma alta serra que correndo em direcção perpendicular áquele vento (o nordéste), determine a *dynamic cooling*, consoante um dizer expressivo".

E adiante acrescenta: "Este desfilar de conjecturas tem o valor unico de indicar quantos factores remotos podem incidir numa questão que duplamente nos interessa, pelo seu traço superior na ciência, e pelo seu significado mais intimo no envolver o destino do extenso traço do nosso país. Remove, por isto, a segundo plano o influxo até hoje inutilmente agitado dos aissios, e é de alguma sorte fortalecida pela intuição do próprio sertanejo para quem a persistência do nordéste,— o vento da sêca, como o batista expressivamente — equivale á permanência de uma situação irremediavel e crudelissima".

Partando-me à tarefa de investigar com a incognitas do problema, reservado aos técnicos, cumpre, todavia, assinalar que a observação do grande historiador de Canudos encontra frisantíssimo apóio nos fatos notados na pequena zona, que venho de estudar.

Posto de modo alternado e de efeito local, o anteparo da Serra dos Palmares, agindo como fator de precipitação meteorica, é uma atenuante ao rigor e à inelamência das soalheiras, que varrem da atmosfera a humidade carregada pelos ventos.

A causa, porem, precípua que nessa serra determina uma precipitação mais abundante, em contraste com os terrenos que se lhe distendem à roda, é o poder de suas matas, a influência mágica da floresta, contrabalanzando as aperturas rígidas do clima.

Nessa devastação assombrosa das matas vai-se lobrigar uma agravante, se não um fator das sêcas.

A ação poderosa da floresta, mantendo em equilibrio o clima, sem lhe permitir amplas modificações, salvante as quadras naturais das estações, é hoje um dogma esteado em provas científicas irrefragáveis.

Extensos tratos de terra que se esterilizam; rios que minguam; correços que desaparecem, pondo a calvo o leito desprotegido; temperaturas que se modificam, agravando-se em ascensões cada vez maiores, mercê do reverbero dos terrenos devastados; tudo dimana do desaparecimento da floresta.

Vezeas são pesadas moles de terra que desmoronam por lhe faltar o sustentaculo das raizes; esboroamento de pendentes; colinas que desabam, lento e lento, em consequência da desnudação; fendas que se lascam, fundo, nos terrenos desabrigados do anteparo benéfico da copa frondejante da mata; uma faina, enfim, de destruição sob as mais variadas formas.

Exemplo característico se encontra no município de Anápolis, onde a devastação escalou já acidentados graus.

Correços que derivaram, outr'ora, entumescidos e frescos, serpenteando sob os desvãos ensombrados da floresta; mananciais que rompim de entre lages encaixadas na argilla e externamente revestidas do franjado tapete do limo transudante; fontes perennemente rompentes das encostas humidas das montanhas, desapareceram, pouco e pouco, enquanto, por um processo barbaro e condensavel — o fogo reduzia a cinzas, carbonizava extensas matas verdejantes...

A região que fôra, noutros tempos, de condições climatológicas favoráveis, mercê dos seus matos que regulavam as precipitações, resvalando, do tópo das serras para os vales, os aguaceiros chovidos das nuvens, hoje se apresenta em mais de dois terços coberta de capuêras, genão de todo ao desabrigo, exposta a nã à influencia dos agentes atmosféricos, que vão operando lento, e lento, a incessante transformação, desagregando... destruindo...

Por igual as condições hidrográficas, que se ressentem, à medida que são anatidas, nas margens dos rios, os formosos joquitibás resistentes, as clarinhas verdeongas, que se dobravam, em arco sôbolas aguas, como formando um verde palio umbroso e sussurrante...

E onde se esbarravam os ventos humidos, resultando a conden-

sação dos vapores, que se transmudavam em orvalho, á meia encosta dos outeiros, ou pelo cimo das serrarias, hoje se elevam colunas inflamadas de calor, esvurmadas da terra desnuda e escalavrada.

Os terrenos que marginam o Vasa-Barris, na sua passagem pelos limites do município, são uma amostra evidentíssima do cruetante feito da devastação. Os vastos latifundios que se estendem a Pedra Mole, S. Paulo, Campo do Brito, e cercanias, são hoje despidos inteiramente de floresta. E, a perder de vista, desata-se a rala e empobrecida flora de velames, alecrins, candeias e juremas, até ás lindes do sertão baiano...

Em Anápolis insula-se, em meio aos terrenos despojados da circunvizinhança, a fazenda Balção e parte do engenho Mercador, que ainda ostentam, com galhardia, preciosas matas, revestindo os flancos íberes das serras.

Onde porém, as matas conservam com mais pujança a sua fôrça, dando o aspecto de mata virgem, é nos Palmares, ou Outeiros.

Aí, ao lado dos caules grossos de grandes arvores, se tecem mil hames de esgalhos e cipós. E o amago da floresta é como uma rede impenetravel, de interstícios diminutos.

Feitas estas considerações, o meu intuito é tornar bem claro que, entre nós, na município de Anápolis, na devastação florestal encontra a sêca o seu mais poderoso auxilio.

Por ser materia à parte, não profundarei aqui, intrometendo-a no assunto de sêcas.

Apenas de relance encaro o problema, como o fiz já nos artigos que publiquei sob a epigrafe. "Pela Historia — Um Trêcho do Sergipe Ocidental" — (*Diário de Manhã*).

E pondo termo a estas notas, acode-me citar ao dr. J. R. Monteiro da Silva, na seguinte passagem "às vezes são 30, 50, e 80 alqueires de matas virgens, que ruem debaixo do affiado machado do cabôclo, que não deixa uma arvore em pé..."

As terras uma vez utilizadas são consideradas improduttivas, sem mais seiva, destituidas de qualidades nutritivas. Cansada... costumam dizer convictamente os incuriosos exploradores desse imenso patrimonio nacional, que está a pique de uma falencia, sob todos os sentidos pavorosa...

E destarte vão ampliando sempre o raio de devastação, á medida que, em consequencia, se tornam frequentes as enchentes caoticas e inundações sinistramente prejudiciaes, que afogam, nos enxurros bravios irreprimiveis, aldeias e cidades, reduzindo a boias turbilhonantes sobre as aguas, em fuga precipite para o oceano, o resultado do labor quotidiano de muitas gerações operarias...

Em Anápolis urge reprimir a inconciencia dos fazedores de capuêras!

Ou, então, esperemos todos que prossiga, no seu ciclo fatal de destruição e morte, o sinistro, o cruento, o assassino imperar das sêcas periodicas!

E não pensem nunca nos extremos favores da União!...

Pensal-o é, de todos, o nosso maior mal!...

Anápolis, Janeiro de 1913.

Carvalho Neto.

A BIBLIOTÉCA PROVINCIAL DE SERGIPE

ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA

Por Epifanio da Fonseca Doria

Datam de épocas um tanto afastadas as primeiras tentativas para a fundação de uma biblioteca publica em Sergipe, destinada a facilitar nos estudiosos os meios de illustração e a guardar para as gerações porvindouras os tesouros da sabedoria e da arte, condensados em livros.

Coube ao Dr. Martinho de Freitas Garcéz, então deputado à Assembléa Legislativa da Provincia, a gloria de ter sido o precursor de tão util estabelecimento, pois, foi ele que alçou a voz autorizada no recinto da referida Assembléa, tão cheia de nobres tradições, pelo valor moral e intellectual dos seus membros, para propor a aprovação de uma lei que autorizasse o Poder Executivo a fundar uma biblioteca publica na Capital da Provincia, então a hoje decadente cidade de S. Cristóvão.

Merceu o apoio da Assembléa o projeto do Deputado Martinho de Freitas Garcéz, o qual foi sancionado em 16 de Julho de 1848, pelo Presidente Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, que se tornou mais tarde uma das figuras de maior projeção na vida politica do Império.

Essa lei, porem, não teve logo a necessaria execução, como era de esperar, uma vez que no orçamento daquele ano figurava uma verba para esse fim, verba que figurou ainda no orçamento do ano seguinte, e contava o governo com um salão para instalar tão util estabelecimento, pois na sessão de 23 de Maio de 1848 leu-se uma representação do prior do Convento do Carmo da Cidade de São Cristóvão, oferecendo um dos salões do seu convento para nele ser estabelecida a Bibliotheca.

Em 1850 a Congregação do Liceu de S. Cristóvão composta dos cidadãos Galdino Barbosa de Araujo, Olympio Fiúsa Muniz Barreto, Euzebio Vanero e padre José Gonçalves Barroso, no seu Relatório de 11 de Novembro desse ano, propoz ao governo, como meio de "facilitar e aumentar a instrução em geral, a realização da Bibliotheca Provincial, criada pela lei n. 232, de 16 de Junho de 1848".

Tomando em consideração essa proposta, o presidente, dr. Amancio João Pereira de Andrade, pediu aos religiosos Franciscanos um dos salões do seu convento para nele ser instalado o novo estabele-

cimento e nomeou comissões para angariar donativos de obras literárias e científicas.

No seu Relatório apresentado à Assembléa Legislativa, em 11 de Janeiro de 1851, o aludido Presidente, comunicando ao poder Legislativo a deliberação que tomára, pediu-lhe o necessario credito orçamentario.

Foram estas as suas palavras á Assembléa Legislativa :

"As necessidades do Liceu constam no relatório da respectiva congregação : a de que se trata na parte final do mesmo relatório, em que vai o interesse do ver preenchidas as vistas beneficicas da lei n. 233, de 16 de junho de 1848, vai sendo remediada pela Presidencia, que espera deixar creada uma biblioteca publica nesta Capital. Acha-se preparado, e com pouca despesa, um salão que a pedido da Presidencia cederam prontamente, em seu convento, os religiosos franciscanos : comissões vão ser nomeadas de cidadãos prestantes que se encarreguem de agenciar e adquirir alguns livros que deverão allzer recolhidos ; e de vós espera-se alguma consignação para auxilio de um estabelecimento que tanto pode concorrer para facilitar e augmentar a instrução".

Tão consentaneo pedido foi, infelizmente, olvidado pela Assembléa que nenhuma verba votou para a fundação da Biblioteca. A despeito disso, porem, foi ella instalada a 2 de julho desse ano sob os auspicios do aludido Presidente.

Na mesma data foi expedido o Regulamento respectivo e baixada a nomeação do bibliotecario, a qual recaiu na pessoa do padre José Gonçalves Barroso, notavel orador sacro, jornalista vibrante e politico dos mais combativos de sua época.

Festou juramento e assumiu o exercicio do cargo no dia seguinte ao de sua nomeação.

A 3 de julho foram nomeados Antonio Leoncio de São Tiago, para o logar de ajudante, com os vencimentos annuaes de 360\$000, e Joaquim de Lemos Mascarenhas para o de amanuense, servindo de porteiro, com os vencimentos de 240\$000, tambem annuaes.

Releva notar que, tendo a lei n. 233, de 16 de junho de 1848, criado somente o logar de bibliotecario, o presidente da provincia, ao baixar o regulamento que devia ser observado no serviço da biblioteca, criou mais os lugares de ajudante e de amanuense-porteiro, ates que foram approvados posteriormente pela resolução provincial n. 381, de 10 de maio de 1854.

Comquanto não houvesse no orçamento, votado para 1851, verba especial para as despesas de instalação e compra de obras, como já ficou dito, comtudo, o dr. Amancio de Andrade se não quedou diante desse empecilho : determinou que se efetuassem as despesas da instalação que montaram em 754\$420, e ordenou a compra de obras, que importou em 749\$000, somando tudo 1:503\$420.

Fundada com 415 volumes, doados pelo mencionado Presidente e por particulares, a biblioteca atingiu nesse mesmo anno de 1851 o numero de 737 volumes ; em 1852 o de 837 ; em 1853 o de 1043 e em 1854 o de 1.642 volumes. O successor do Dr. Amancio na presidencia, dr José Antonio de Oliveira e Silva, no seu Relatório de 8 de março de 1852, consagrando um longo capitulo á biblioteca, lembrou ao

Poder Legislativo a necessidade da consignação de uma verba de 500\$000 para a compra de livros e assinaturas de revistas européas no exercício de 1852-1853.

A Assembléa porem, cerrou ouvidos ao patriótico alvitre, ficando a biblioteca privada dos recursos pedidos para a compra de obras.

A 30 de abril de 1852, foi exonerado, a pedido, do cargo de amanuense-porteiro o cidadão Joaquim de Lemos Mascarenhas, sendo nomeado para substituí-lo, sob proposta do bibliotecario, o cidadão Juvencio Alves dos Santos Fortes, por ato de 23 de agosto daquele ano.

No seu Relatorio de 22 de novembro de 1853, o presidente, dr. Luiz Antonio Pereira Franco, dedicou tambem um longo capitulo á Bibliotheca, salientando a necessidade da consignação de uma verba sufficiente para compra de livros e assinatura de jornais e revistas.

E' para sentir que o operoso presidente dr. Inácio Joaquim Barbosa, de saudosa memoria, não houvesse seguido o exemplo dos seus illustres antecessores, no sentido de dar incremento á bibliotheca.

Tratou ligeiramente dela no seu Relatorio de 20 de abril de 1854 e, absorvido pela politica da epocha e, sobre tudo, pela idéa da mudanca da Capital, nenhuma referencia lhe fez no Relatorio de 1.º de março de 1855.

Assim foi que a despeito dos lisongeiros progressos que ia tendo o util estabelecimento veio a indiferença, o obscurantismo simulados em economia, extinguir tão importante elemento de cultura.

Pela resolução provincial n. 424, de 3 de Maio de 1855, foram supressos os lugares de bibliotecario, de ajudante e de amanuense, e resolvida a remoção dos livros para a nova Capital, sendo os mesmos a' depositados na Tesouraria Provincial, onde ficaram sob a guarda de um zelador com os vencimentos anuais de 300\$000.

Para esse logar foi nomeado no dia 15 de Maio do mesmo ano o cidadão Benjamin do Prado Leite Salgado, avô do Dr. Prado Sampaio.

Na Tesouraria Provincial permaneceram os livros, até 1858, quando foi supresso o logar de zelador, pela resolução legislativa n. 496, de 24 de Maio, e ordenada a remoção dos mesmos para a Secretaria da Assembléa, ficando ali sob a guarda do respectivo official-maior, a quem foi abonada, de accordo com o artigo 3.º da citada resolução uma gratificação annual de 200\$000 pelo aumento de mais essa atribuição.

Com semelhante remoção da bibliotheca se realisára a *larga economia* de 8\$333 mensais, expondo-se aquella riqueza entesourada pelos antepassados, á incuria de um funcionario cuja atividade era consagrada ás occupações de outro cargo.

A 13 de julho de 1859, em obediencia ao artigo 25 da resolução legislativa n. 577, da mesma data, foram removidas para o arquivo da Assembléa as coleções de leis gerais que faziam parte da bibliotheca.

Começára o fatal desagregamento do precioso bloco.

O monumento litterario que o talento erigira, em 1851, entrára a ruir, aos golpes do obscurantismo.

E' que a conveniencia partidária afastára do recinto da Assembléa o verbo trovejante do padre Barroso, a dedicacão de Guilher-

me Rebelo aos meios de alargamento do ensino e a vigilância de Martinho Garvez (da Comendaroa) em prol do estabelecimento cuja primeira pedra fôra ele quem lançára.

E' que a conveniencia partidaria estiolára n'uma Assembléa, quasi toda de homens formados nas letras jurídicas, medicas e sacras, o amor e a veneração aos livros, veios de puro da intelligencia, fontes perenas do saber, artias de combate dos abnegados pioneiros da jornada das letras.

A 12 de dezembro de 1861 o presidente da provincia, dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, fez uma visita á biblioteca, com o intuito de ver as condições em que a mesma se achava.

O "Correio Sergípense", organo official da epoca, noticiou essa visita nos seguintes termos :

"No dia 12 do corrente dirigiu-se S. Ex. o Sr. presidente da provincia á Secretaria da Assembléa Provincial, afim de ver o estado em que se acham os livros da extinta Bibliotheca que para ali foram transferidos em virtude do disposto da Resolução provincial n. 496, de 24 de Maio de 1858.

Consta-nos que S. Ex. saiu bem pouco satisfeito do resultado de sua inspecção, lamentando o pouco zélo da guarda, e conservação daquelles livros, não obstante o dispendio de avultada soma que com isto tem tido a provincia.

Esperamos do espirito economizador que tanto domina a S. Ex. o emprego de providencias que façam acabar com uma despesa inutil, e que ao mesmo tempo ponham em melhor guarda os livros supracitados, muitos dos quais consta (valha a verdade) que se tem extraviado".

Dispendio de avultada soma... (duzentos mil réis annua!) e uma despesa inutil... (com a da conservação da bibliotheca!).

Como se viam naquele tempo as cousas que interessavam á cultura da intelligencia!

E era o próprio jornal official que publicava semelhante noticia!

O que é fato é que a 4 de janeiro de 1862 o alludido presidente, dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, baixou uma portaria ordenando a remoção dos livros para a secretaria do governo, afim de serem ali conservados sem onus para os cofres da Provincia.

Realizára-se, pois, a economia, aconselhada, ficando a bibliotheca sem uma pessoa remunerada que velasse pela sua conservação.

Ficára entregue á propria sorte; sorte da obra que no seu inicio perdéra o artifice devulgo; sorte do monumento abandonado a beira da estrada, a receber em cada ano as pedradas do viandante que passava; sorte do tempo olvidado que a mão imperitente do profano, tentando arruina-lo, ia despojando-o dos recursos de vida, ao tempo em que ele, estoicamente, indefessamente, de paredes retas abraçado á heza que o procurava suster, ia pela vida em fóra, a avançar para o futuro como que buscando encontrar uma humanidade menos utilitaria capaz de proporcionar-lhe o carinho que já tivéra.

A 4 de agosto de 1864 o presidente dr. Cincinato Pinto da Silva, nomeou uma comissão composta dos cidadãos dr. Guilherme Pereira Rebelo, dr. Candido Augusto Pereira Franco e Aristides Joaquim da Guia para examinar os livros ainda restantes da malograda biblioteca publica apresentando um inventário dos mesmos.

Essa comissão desempenhou-se de sua tarefa enviando a 8 de setembro daquele anno ao aludido Presidente um minucioso relatório, acompanhado de um catalogo systematico dos volumes encontrados.

O dr. Guilherme Pereira Rebelo, distinto baiano que prestou, com o seu talento e operosidade, inestimaveis serviços á instrucção publica de Sergipe, fôra um dos obreiros e entusiastas da biblioteca, em 1851.

A sua longa carta dirigida ao presidente da provincia a 1.º de julho daquele anno é uma prova do que ai ficou affirmado.

Calcula-se com que magua não revolveu ele aquellas ruínas de um monumento para cuja construcção, destinada a enfrentar o embate dos seculos, fôra ele operario cheio de abnegação e de ardor.

Em sua Carta dirigida á Assembléa Legislativa, a 1.º de março de 1865, assim se externou sobre a biblioteca o dr. Cincinato Pinto da Silva :

“Um dos estabelecimentos para o qual chamo a vossa attenção é a livraria publica, que encontrei em pessimo estado.

A sua conservação é para certa porção dos habitantes desta capital uma necessidade que convem ser satisfeita.

Fechadas as portas a semelhante estabelecimento, onde os que desejarem, vão educar o coração e illustrar o espirito, que lhe resta ?

Por mais limitado que seja o numero dos individuos que o visitem entendo sempre enriquecê-lo todos os annos com bons livros.

No empenho de conhecer o estado da livraria nomeei, em 4 de Agosto, uma comissão, composta dos Drs. Inspector Geyal das Aulas, Guilherme Pereira Rebelo, Candido Augusto Pereira Franco e o amanuense da Secretaria do Governo, Aristides Joaquim da Guia, para apresentar relação dos livros nela existentes.

Essa comissão desempenhou satisfatoriamente a tarefa que lhe foi incumbida mandando no dia 8 de setembro o officio e catalogo que submeto a vossa consideração”.

Que differença deste que edificava para aqueles que demoliam, deste que abria templos á veneração dos mestres, para aqueles que fechavam um tesouro á mocidade !

Uma biblioteca é igualmente uma escola é um templo.

E' um templo onde se veneram os mestres da humanidade, nas suas obras magistrais; é a escola onde, nos livros dos sabios, bebem-se preciosas lições, onde colhe-se o cultivo intellectual.

As bibliotecas são os santuarios da ciencia, os veiculos que, atra-

vessando os seculos, nos trouxeram, nos seus livros, as conquistas intellectuaes dos sabios que floreceram na mais alta antiguidade.

São ellas celeiros onde as gerações futuras encontrarão os tesouros da ciencia contemporanea.

Em falo das bibliothecas publicas de carater geral, universal, posso dizer, porquanto não estão adstrictas a uma classe ou ordem determinada de leitores.

As suas portas se acham abertas aos pioneiros de todas as cruzadas intellectuaes, sem lhes perguntar que religião professam ou que escola defendem.

O Comendador Agelo Francisco Ramos, presidente da provincia, em sua Fala dirigida á Assembléa Provincial, no dia 20 de Janeiro de 1866, dedicou á bibliotheca o seguinte capitulo que merece ser transcrito :

*Depois que foi retirada do paço da Assembléa, a bibliotheca, por ato de 4 de Janeiro de 1862, acha-se ella em uma sala da secretaria da presidencia.

Existem 987 volumes divididos pelas seguintes classes: linguistica — 28, ciencias morais e theologicas — 105, philosophia — 150, jurisprudencia — 125, ciencias naturais, medicas, fisicas e fisico-matematicas — 57, ciencias economicas — 29, historia — 235, belas artes e ciencias politicas — 29, litteratura — 238.

Destes 170 estão completamente estragados.

O desprezo em que têm estado estes livros, a falta de asseio e de uso, na opinião da comissão que, pelo expresidente Dr. Cincinato, foi incumbida de corta-los, e de fazer o catalogo das materias, os tem constituído o pasto de miriades de vermes; e a não haver para elles um zelador, que os expurgue constantemente da poeira e da traça, devendo se colocar os leitores na ordem de principais zeladores, daqui ha alguns anos não haverá mais um livro que se possa ler.

Em verdade, no estado e no ponto em que se acha a bibliotheca nenhuma utilidade pode prestar: lembro-vos que ella pode ser removida para outra sala do pavimento terreo do palacio do governo, fóra do recinto da secretaria onde póde ser frequentada durante o dia.

A posição, em que se acha a mesma sala, dá logar a que o porteiro da secretaria da presidencia exerça vigilancia ás pessoas que quizerem devotar algumas horas ao estudo, e podéis obrigar um dos escripturarios de vossa secretaria a ter exercido ali durante o tempo, em que não funcionar a Assembléa, podendo auxiliar o expediente da presidencia, como era auxiliado o da tesouraria provincial com outro empregado, que tinha exercicio na secção do contencioso.

Ou deveis aproveitar para o publico e como uma homenagem a civilização, perto de mil volumes, onde se ostentam as inestimaveis riquezas da intelligencia de muitos filosofos

e pensadores, adotando a medida que proponho ou o que melhor sugerir a vossa illustração, ou manda-los por em haeta publica antes que sejam completamente inutilisados, poupan-do-se à provincia um prejuizo maior.

Conserva-los como se acham, é um procedimento que não assenta com os nossos hábitos; é procurar para a nossa sociedade um reflexo desses tempos de barbaria, em que só os dotes físicos formavam a grandeza do homem; em que já se venerava o livro como o marco miliarío erguido na estrada do Progresso; como o santuario dos conhecimentos recolhidos pelos seculos".

Tempos de barbaria por certo muito remotos esses em que se não venerava o livro, pois dois mil annos antes de Cristo, cerca de três mil e quinhentos antes da imprensa já se lia na porta que fechava a grande biblioteca de Menfis, antiga capital do Egipto, as seguintes palavras: "Remédios d'alma".

Era os livros, ali carinhosamente conservados que se referia aquella inscrição "Chela de sabedoria e de verdade".

Champollion, o moço, encontrou nos humbraes da porta que foi da biblioteca do Rhamesseum de Tebas o hieroglifo da perfeição divina conhecida pelo nome de Thóth, o espirito de Deus, ciencia e luz "no humbral da direita da mesma porta, leu o hieroglifo do estudo Suf, qualificado como o nome de Senhora das letras, presidindo a sala dos livros, tendo na mão todos os utensilios proprios da escrita e acompanhada da personificação do ouvido, figura humana encimada por uma enorme orelha". (*)

O interesse que despertavam então as bibliotecas era tão grande que muitos chefes de Estado se consagravam com paixão ao engrandecimento das bibliotecas do seu país, havendo até rivalidades entre elles.

E' uma dessas rivalidades que devemos a invenção do fidalgo pergaminho. Sabendo Ptolomeu Philadelfo, rei do Egipto, que Eumenes, rei do Ponto, pretendia manter em Pergamo, capital do seu reino, uma biblioteca capaz de suplantar a de Alexandria, tendo com esse intuito feito grande encomendas de papiro no Egipto, Ptolomeu, para cortar os planos de Eumenes, prohibiu a exportação daquelle artigo.

Eumenes, espirito superior, não se deixou apoucar com semelhante medida do seu rival. Voltou suas vistas para os recursos do seu proprio país, mandando preparar a pele de diversos animais para o uso da escrita, resultando d'aí a descoberta do pergaminho que tirou o seu nome da capital do reino onde foi inventado (Pergamo).

Não sei se me torno enfadonho transcrevendo o que encontrei em documentos officiaes sobre a Bibliotheca. E' que se tratando de materia pouco vulgarizada, desconhecida mesmo nos dias que correm, achei de bom alvitre reviver, interessantes documentos condenados a completo olvido.

(*) P. Larousse, Grand Encycl. et Dic. Universelle.

No seu Relatório apresentado á Assembléa Legislativa, a 21 de janeiro de 1867, o presidente dr. José Pereira da Silva Morsis, termina, com estas palavras, um longo capítulo que consagrou á Bibliotheca.

—Deveis decretar quantia sufficiente não só para sua conservação e encadernação de livros, como mesmo para compra e assinatura annual de obras e jornais interessantes.

Só assim poderá a provincia auferir as vantagens de um estabelecimento desta ordem, que poderá por ora continuar na mesma sala em que se acha, mediante regulamento dado pelo governo e sob a direcção de dois empregados, um dos quais poderá ser tirado da vossa secretaria no intervalo das sessões, ambas com alguma gratificação”.

Medidas tão consentaneas não foram infelizmente, autorizadas pelo poder legislativo, ficando por isso a bibliotheca entregue ao abandono de antes.

E’ que de certa época em diante ella ficou sendo um mero pretexto para retorica nos Relatórios e Falas presidenciais; e nenhum presidente depois da mudança da capital levou a serio o problema da sua restauração.

Não se póde acreditar que faltasse a qualquer deles o necessario prestigio para conseguir do poder Legislativo o insignificante credito de um ou dois contos de réis annuaes para tão nobre fim.

No seu Relatório de 1.º de março de 1869, o presidente, dr. Evaristo Ferreira da Veiga, dedicou á bibliotheca, estas palavras:

—Eu desejaría bem que a provincia tão falta de instrução superior, pudesse oferecer aos habitantes da capital, ao menos um estabelecimento regular onde a mocidade estudiosa fosse encontrar as inestimaveis riquezas da intelligencia, estudar a historia dos povos e dos heróis e aprender as verdades que lhe são desconhecidas.

Não é despesa improduttiva aquella que se faz com a instrução, unico meio de formar os bons e prestaveis cidadãos.

A despesa de conservação não será grande; e com qualquer auxilio que voteis poderá a bibliotheca da provincia prestar importantíssimos serviços.

Não vos é extranho que a maior parte dos livros que ainda existem e muitos dos que se tem perdido foram doados por particulares; pois bem; hoje como então domina o mesmo espirito de engrandecimento, a mesma filantropia, e não faltará, estou bem certo, quem espontaneamente concorra com obras de subido valor para o enriquecimento da nova bibliotheca.

Depois de se realizar a idéa de um curso de instrução superior na Capital, em edificio que tenha as acomodações necessárias, pode a bibliotheca ornar um dos seus salões com proveito da mocidade estudiosa.

.....

O amor das letras entre nós não está morto: espera apenas que o tirem do torpor a que se acha condenado pelo indiferentismo. Deixo a vossa sabedoria outras considerações e espero que ligueis a este assunto a importancia que merece”.

Disse bem o dr. Evaristo: “Não é despesa improduttiva aquella que se faz com a instrução”, porque como bem disse Spencer, a ciencia “é o veredictum para todas as interrogações”; e acrescentou: “Para a directa conservação propria, para a conservação da vida e da saúde, o conhecimento mais importante é a Ciencia. Para a indirecta conservação propria, o que se chama ganhar a vida, o conhecimento de maior valor é a Ciencia.

Para o justo desempenho das funções de familia o guia mais proprio só se encontra na—Ciencia. Para a interpretação da vida nacional, no passado e no presente, sem a qual o cidadão não pôde justamente regularisar o seu procedimento, a chave indispensavel é a Ciencia. Para a produção mais perfeita e para os gozos da arte em todas as suas formas, a preparação imprescindível é ainda a Ciencia, e para as fins da disciplina intellectual, moral e religiosa — o estudo mais eficaz, é ainda uma vez, a Ciencia”.

Sem a instrução nenhuma conquista de valor é realizavel.

A grandeza de um país não se mede pela extensão do seu território, pela exuberancia da sua flora, pela abundancia da sua fauna ou pela riqueza do seu solo, mede-se pela cultura e capacidade intellectual do seu povo, apto para explorar todas as riquezas que a natureza possa oferecer á actividade humana.

Um país que possuindo prodigiosas riquezas naturais, se acha sob o domínio de um povo falho de cultura para explorar essas riquezas é um tesouro fechado ao gozo, além de ser um alvo das conquistas dos países fortes pelo saber e pelas armas.

Leibnitz dizia: “Dai-me a educação que eu mudarei a face da Europa em menos de um seculo”.

E’ que o notavel sabio e politico tinha a noção exacta do valor do homem sabio.

Uma vez que um país só pôde flutuar á tona da politica internacional, pesando no concerto das nações, e valendo nos destinos do mundo por meio da cultura do seu povo, nenhum sacrificio se deve registar na solução do magno problema da instrução publica.

Vem a proposito repetir aqui as palavras de Ricardo Jorge:

“Nos deveres capitais do Estado — função organica da propria sociedade — figura o da elaboração d’um plano de cultura universal, nas suas relações com os progressos da vida colectiva. Nas modernas doutrinas politicas o Estado encara-se, como o educador da sociedade, como um instituto de educação nacional”.

Voltemos ao assunto deste trabalho transportando para aqui o que sobre a biblioteca escreveu o presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior, no seu Relatório de 3 de março de 1871, ao falar do Gabinete Literario Sergipano, que florescia então nesta capital.

Devo antes consignar aqui que a esse presidente deve Sergipe o

assinalado serviço da fundação do Ateneu Sergipense, utilissimo estabelecimento que nos vem prestando os mais relevantes serviços através de quasi cincoenta anos de vida. (1) Que fale o Tenente Coronel, depois Marechal Cardoso Junior :

“Esta associação”, (referia-se ao Gabinete), “preenche uma grande falta que aqui se notava, falta que no passado se tentou reparar, mas que, depois causas desconhecidas e para mais inexplicaveis, fizeram rolar por um declive fatal o ponto a que atingira, dava esperanças de um rapido desenvolvimento”.

Em 1871, depois de inaugurado o edificio do Ateneu Sergipense, edificio que por uma singular coincidência está hoje occupado pela Biblioteca Publica do Estado, (2) foram os livros da extinta biblioteca para ali transportados da secretaria do Governo, ficando na sua nova instalação sob a guarda do respectivo porteiro.

O culto intelectual e operoso diretor da instrução publica da provincia, dr. Manoel Luiz Azevedo d’Araujo, no seu Relatorio da Instrução Publica de 31 de dezembro de 1871, consagrou á biblioteca este capitulo que merece ser divulgado :

“Reliquias quasi inproveitaveis da primitiva Biblioteca Publica são os livros que se guardam ainda em uma das salas do Ateneu. Truncadas as melhores obras e todas ellas carcomidas das traças e vermes é contristador contemplar-se até onde chegaram a incuria e o desprezo aos trabalhos do penio, aos despojos das ciencias, aos frutos das letras ; quão pouco importam mesmo os sacrificios da provincia na aquisição desses mestres mudos da intelligencia, que, desgraçadamente, contrariados em seus destinos, foram cedo atirados como em um sarcophago, nas pratleiras empoeiradas das estantes. Como sergipano, e principalmente como homem de letras, choro sobre essa pagina da nossa historia, que reabrindo o passamento do Liceu de S. Cristovão, marcará a data igualmente infausta da biblioteca, que bem enriquecida já contavamos. Quando a aula se extingue é natural que a biblioteca se feche : esta é a conclusão daquels.

Como havia de ler um povo que não se ilustra ? Como despertar na população o amor das letras, apagar-lhe o gosto pela literatura, faze-la depositaria das verdades scientificas, si se lhe fecham as veredas que até lá conduzem ; si se lhe apagam o unico foco de luz, que a pôde iluminar no seu carinho ? como faze-la senhora da opulencia das letras gregas e latinas, das belezas da literatura de todas as idades, das verdades filosoficas, religiosas e politicas, da coparti-

(1) Este trabalho foi escrito em 1919, alterada agora a sua orthografia.

(2) Foi isto em 1919. O edificio está hoje occupado pelo Tesouro do Estado.

cipação dos inventos das ciências diversas, quando lançados esses magníficos despojos em altas prateleiras se lhe tira a instrução secundaria que é a escada que até lá a consegue levar? Um véo, entretanto, sobre o passado; é o futuro que se nos enfrenta, e que exige-nos a reforma. E' justa esta exigencia, que nunca pode matar a sede de illustração ás massas, e simultaneamente, por um termo à expiação que experimentámos, pelo abandono de sua causa. A biblioteca publica ao lado do Ateneu é de primeira necessidade. A escola sem a biblioteca é infructifera, diz um escritor de genio, porque o ler não deve ser procurado sinão como instrumento para alcançar os grandes resultados. Saber ler os diversos ramos necessários ou agradaveis das letras, sem a possibilidade de os ler, é como ter conseguido penetrar n'um pomar verdejante povoado das arvores mais uteis, e não colher nenhum dos multiplicados frutos que estejam convidando com as vantagens dos seus resultados medicinaes ou com as delicias do seu agradável sabor. Encareço quaesquer esforços de V. Ex. no sentido de prover-se a esta necessidade".

Até 1873 permaneceram os livros em uma das salas do Ateneu Sergipense, sala pequena e infima que teve depois um destino bastante humilde.

Nesse ano (1873) o dr. Manoel Luiz, redator proprietario do Jornal do Aracajú, órgão official da epoca, poz-se em campo, lutando, com o concurso de outros, pelo restabelecimento da biblioteca.

Em longo artigo publicado no alludido jornal de 23 de abril do referido ano, subordinado ao titulo — "O restabelecimento da Biblioteca Publica Provincial", alguém abrigado ao pseudonimo de *Florus*, entre outras causas dizia:

"Quer-se falar da deliberação tomada ultimamente por S. Excia. (referia-se ao dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão) no intuito de restabelecer a biblioteca, que tendo expirado em S. Cristovão ainda não pôde ressuscitar no Aracajú.

Neste louvavel intuito, vendo o Exmo. Sr. Dr. Galvão que não está estancada ainda a necessidade de instituições sobre as que já existem, mais convergentes ao desenvolvimento da educação litteraria e scientifica das massas populares, propoz-se levantar as estantes da antiga biblioteca, abatidas pelo menas prego de mãos dadas com o arruncho no desempenho da obra do mais cruel exterminio; crendo ser este alvitre o mais proficuo a ampliar os meios de aquisição de instrução pelos seus governados.

Se por julgar o administrador zeloso sem complemento da obra dos seus antecessores, é que tenta, no que parece, o reerguimento dessa biblioteca, compreendendo que de nada

valeria a ministração do ensino ao povo, sem que se lhe consagrasse o meio de aproveitá-lo.

.....

Certo que não será com esse montão de alfarrebios truncados e carcomidos pela traça, atestado vivo da inercia dos calhambolas das civilisações modernas, e nem com a deficiencia dos cofres publicos tão anômicos como se acham, que se enfiarão as prateleiras de uma biblioteca em perspectiva do modo porque somente ella poderá preencher o seu fim, isto é, com a profusão e o criterio que reclama na escolha das obras. Torna-se por demais necessario que poderoso concurso de todos os sergipanos, dos pobres como dos ricos, que as economias de uns e as obras de outros, soergam-se em auxilio de quem não desdenha qualquer adminiculo para o bom exito do que empreende. E' o que ora se invoca, na esperanza de uma aquiescencia condigna de todos os que tem a felicidade de respirar o ar desta Provincia. E certamente os sergipanos a quem se dirigem estas linhas, jamais consentirão em deixar hereditar que amortença a chama que a vestal do patriotismo alimenta dia e noite em honra de cada um".

Em 1873 foram os livros transportados do Ateneu Sergipense para uma das salas do lado sul do pavimento terreo do palacio do governo, onde ficaram guardados e conservados por uma praça do Cor-de-Policia !

A 14 de Julho daquele anno ainda de 1873 o dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, que então presidia a provincia, baixou dois atos — um criando o logar de porteiro da biblioteca, a que denominou Gabinete de Leitura, e outro nomeando o cidadão José Valentim de Brito, para o logar que criara, com os vencimentos annuaes de 300\$000.

Que aptidão tinha esse funcionario para exercer daquella cargo, pode-se avaliar pela mesquinhez do ordenado a que se sujeitou.

Foram esses dois atos o resultado unico de uma campanha longa e assidua do dr. Manoel Luiz Arevedo de Araujo e de outros que se não faziam propaganda pela imprensa, contribuiam com donativos de obras literarias.

A despeito de haver naquella epoca febre ardente pelo estabelecimento de bibliotecas populares em todo o territorio do Brasil, sendo mesmo comissionario pelo Consalheiro João Alfredo, então Ministro do Imperio um nosso agente consular para estudar minuciosamente a organisação de varias bibliotecas da Europa, contudo, pode-se afirmar que a idéa do restabelecimento da biblioteca publica de Sergipe não obedeceu a influencias extraneas ao meio sergipano, foi ao contrario um resultado da nossa maia cultura, do nosso adiantamento intelectual naquella occasião.

Verdade seja que havia naquella época, como já ficou dito, intenso calor pela fundação de bibliotecas em todo o Imperio, sendo para no-

tar que a então provincia do Rio de Janeiro foi além de todas as outras, autorizando, por lei, o poder Executivo a fundar na séde de cada município uma biblioteca popular.

Essa lei, sancionada em 1872, não foi ao que parece, executada.

E' provavel, entretanto, que esse calor *bibliotecofilo* que reinava na Córte e nas provincias do Imperio contribuisse de algum modo para fazer recrudescer o entusiasmo que lavrava em Sergipe, sendo forçoso acentuar que em todas as campanhas contra o obscurantismo Sergipe sempre marchou na vanguarda, com a sobranceira das maiores e mais ricas provincias do Imperio.

O livro, este "mestre mudo da ciencia", foi sempre objeto de culto para o sergipano.

Provam a lei de 16 de junho de 1848; a fundação da biblioteca publica em 2 de julho de 1851; a fundação, em Aracajú, do Gabinete Literario Sergipano, em 1871, do Gabinete Literario Tobias Barreto, em 1889, do Clube Literario 24 de julho em 1898 e do Clube Esperanto em 1907; a fundação do Gabinete Literario de Itabaiana em março de 1875; a do Gabinete de Leitura de Maroim em agosto de 1877, Gabinete que ainda se ostenta magestoso honrando as tradições gloriosas dos seus fundadores; a fundação, na cidade da Estancia, do Clube Literario Eutanciano em 1884, do Clube Caixeiral em 1900 e do Clube Commercial em 1901; a fundação, em Laranjeiras, do Gabinete Literario Laranjeirense em 1886, por iniciativa do saudoso republicano professor Baltazar Góis e, por fim, a fundação na vila do Buquim, em 1905, do Clube Literario Progressista, que teve por principal promotor, o autor deste trabalho.

Varias foram as pessoas que fizeram donativos á biblioteca publica provincial em 1873. Citarei as seguintes: Dr. Manoel Luiz Araujo de Azevedo, Dr. Alexandre Pinto Lobão, Dr. Pedro Pereira de Andrade, Dr. Americo Alves Guimarães, Professor Severiano Cardoso, D. Julia E. B. de Castro, Professor Geminiano Paes de Azevedo, Dr. Francisco José Martins Penna Junior, Dr. José Guilherme da Silva Martins, Capitão Florentino Teles de Menezes e Francisco Xavier Catfina.

A 12 de novembro de 1874, o presidente da provincia, dr. Antonio dos Passos Miranda, exoneros o cidadão José Valentim de Brito, do logar de porteiro da biblioteca e nomeou para preencher a vaga o cidadão Manoel Pereira de Leão. Em seu Relatorio da Instrução Publica de 31 de janeiro de 1875, falando da Biblioteca, disse o Dr. Manoel Luiz:

"Continua a Biblioteca Publica sem que a seu respeito se possa assinalar um melhoramento de qualquer especie. Abandonada em um dos infimos aposentos do palacio do governo, erma de leitores e apenas sentindo quebrar-se-lhe o silencio sepulchral de sua salêta de leitura á palestra de algum ocioso que entende ir praticar com o porteiro, era justo, a não querer-se fazer o sacrificio de restabece-la em condições de utilizar ao publico, fechal-a até melhores tempos. A exigua quantia que me foi autorizada para compra de obras, sobre

não ser suficiente para atrair o povo á leitura em seu gabinete, ainda até hoje não me foi entregue, apesar de buscála por vezes receber. Retira-la da humilíssima e recondita habitação que lhe destinaram, e garantir-lhe por uma verba orçamentaria annual a aquisição de novas obras — tal é o meio de restabelecer porveitosamente a Biblioteca Publica”.

Pela resolução provincial de 20 de abril de 1875 foi supresso o logar de porteiro da Biblioteca Publica e determinando a remoção dos livros do pavimento terreo do palacio do governo para um dos salões do palacete da assembléa Legislativa, onde deveriam ficar guardados pelo porteiro da mesma Assembléa, ao qual foi abonada uma gratificação annual de 100\$000, por esse serviço.

Essa situação precaria da Bibliotheca fôra criada pelo dr. Passos Miranda que tendo contrariado a boa marcha do ensino publico estabelecida pela dedicacão do Dr. Manoel Luiz Araujo de Azevedo, no periodo de quasi cinco lustros, teve de soffrer a forte campanha que este illustrado homem de letras lhe moveu da tribuna da Assembléa Provincial nesse ano 1875.

Manoel Luiz, tendo deixado a Diretoria do ensino publico para exercer o mandato de deputado, não mais voltou ao exercicio do cargo

Foi confiada então a Diretoria do ensino publico ao dr. Thomaz Diogo Leopoldo, que consagrou á Bibliotheca o seguinte capitulo no seu Relatório de fevereço de 1876 :

Está ella (referia-se á Bibliotheca) em uma salêta ou antes quarto do pavimento terreo do palacio da Assembléa Provincial, entregue aos cuidados do porteiro da mesma Assembléa, mediante a gratificação annual de 200\$000. Enquanto a Provincia não estiver nas condições de possuir uma bibliotheca publica enriquecida de livros de ciencias, historia, viagnes, literatura, artes, officios e jornais; e atendendo á despesa infrutifera feita com o actual zelador que, como porteiro, presume-se incapaz de exercer as funções de bibliothecario, acho melhor que ella sendo composta de poucos livros, em grande parte carcomidos, e de obras truncadas, exceto algumas em bom estado, seja guardada na secretaria da instrucção, sob a immediata inspecção do director geral, que com os empregados da repartição a zelará melhor e irá pouco a pouco promovendo seu melhoramento, até que aumentada, collocada, e servida convenientemente, possa prestar-se ao publico”.

Nenhum estabelecimento publico da Provincia teve sorte mais ingrata, vida mais errante do que a bibliotheca.

Em 1877, por força do artigo 152 do regulamento da instrucção publica, de 9 de janeiro do mesmo ano, foram os livros removidos do palacete da Assembléa para a diretoria da instrucção, onde ficaram

sob a guarda do respectivo secretario, a quem foi abonada, por mais esse serviço, a gratificação annual de 200\$000.

Por ato de 18 de maio de 1878, o presidente da provincia — dr. Francisco Hedefonso Ribeiro de Menezes, a pretexto de forçada economia fez cessar a gratificação que fora abonada ao secretario da directoria da instrução, revogando assim, com um ato seu, o artigo 152 do citado regulamento de 1877.

No seu Relatorio da Instrução Publica, de 25 de janeiro de 1880, o professor Tito Augusto Souto de Andrade, dedicou à biblioteca o seguinte capitulo :

O numero das poucas obras existentes na biblioteca publica, sob a guarda do secretario desta directoria, é o mesmo desde a epoca de sua transferencia para a secretaria da instrução. Na todo cuidado e zelo para que se não continuem a estragar os poucos e oella maior parte imprestaveis livros que ali ainda se encontraram".

De 1886 a 1889 passou a biblioteca uma existencia vegetativa, arrastando uma vida obscura ignorada, entregue ao maior menosprezo.

Vio então a Republica e com ella uma larga porção de sangue novo na circulação administrativa do país.

Assumindo as redess do governo do Estado, a 13 de dezembro de 1889, o dr. Pelsberto Freire, guiado por sentimentos patrióticos, procurou, desde logo, agitar o aparelho administrativo, suprimindo as deficiencias que encontrara, como herança do regime decaido.

O abandono da biblioteca foi logo condemnado, sendo baixado, a 27 de março de 1890, o decreto n. 34 que crea na capital uma biblioteca museu.

Paramos aqui este insignificante trabalho, deixando para outra oportunidade e confissão de uma outra noticia, relativa à vida da biblioteca na Republica.

TOBIAS BARRETO

Irradiações feitas pelo academico COSTAFILHO,
Delegado da "Academia Sergipana de Letras",
pelo microfone da "Radio Tupi", sobre a idéa em
marcha de um monumento a Tobias Barreto

RIO DE JANEIRO, 1941

— I —

“A “Federação das Academias de Letras do Brasil”, por decisão unanime do seu Corpo Deliberativo, deseja e quer erigir num dos logradouros públicos desta Capital, uma estátua de bronze a Tobias Barreto, o robusto pensador, o emérito jurista, o notável filósofo, o primoroso poeta, o polemista imparisavel, o erudito professor, o tribuno e o musicista, cujo nome e cuja memória devem ser exaltados por quantos neste país estimam as Letras, amam a Pátria e cultivam a Beleza espiritual e artistica.

Tobias Barreto não conheceu o Rio de Janeiro, nem outras Capitais de Provincias além de Aracajú, Salvador e Recife, cidades onde na última das metades do 2.º Reinado illustrou e agigantou o seu colossal espirito. Não lhe sorriram em tórno as delicias da fortuna nem os encômios dos jornais. Ao contrário, foi sempre um homem pobre e uma personalidade combatida.

Autodidata maravilhoso, conseguiu aprender, falar e escrever o Latim tão bem quanto Cicero, Horácio Virgilio e Leão XIII; e o Alemão, quanto Goethe Lessing e Martins. Jurista que reformou o ensino do Direito no Brasil, fez na “Escola do Recife” o cêebre concurso, que foi o debate oral academico mais famoso até hoje entre nós; poeta, nenhum outro aqui e em toda a América ultrapassou em lirismo as estrofes candidas e mimosas desse poema de casto e ingênuo amor, que é o “Beijaflor”; polemista, jamais outro tão nababesco em argumentos lógicos, em verve contundente e afiada, em réplicas e tréplicas mais fulminantes impressivas, em humorismo e ironia mais causticante e inolvidaveis, do que o valente campeão que arrason com a clava da sua pena, com a mordacidade de seu estilo e com a sapiência da sua pomposa cultura, uma comunidade inteira de frades e teólogos illustres do Maranhão, em demorada polémica, que ficou memoravel nos anais da nossa Imprensa e que constitue um dos alentados volumes das obras completas do insigne pensador, mandadas editar pelo Governo do Estado de Sergipe.

Grande vulto do Pensamento do seu século, grande no raciocínio, grande nos gestos, grande na palavra falada e escrita, grande pela emancipação espiritual, grande na luta, grande no heroísmo das atitudes assumidas, grande no infortúnio, grande na morte, Tobias Barreto honrou Sergipe pela sua grandesa mental, dignificou o Brasil pela enormidade dos seus talentos e glorificou o gênero humano pela preciosa raridade da sua espécie.

Foi um homem marco, um homem símbolo, um homem único, um super-homem. Para bem compreendê-lo, para bem interpretá-lo, para bem distingui-lo, necessário foi que meio século de cultura filosófica, literária e jurídica se acumulasse sobre a lápide do seu túmulo pela mentalidade brasileira; e ainda mesmo assim, ha colonos mentais e retrógnos fetichistas em nossa atmosfera intelectual, que não conseguiram obter a bemaventurança estética de muito amá-lo e assiduamente bem-dizê-lo.

Sergipe, pela aristocracia da sua Inteligência, que o erigio em patrono, já levantou à sua memória um monumento elegante e eloquente de granito e bronze, em cujos fundamentos entesourou suas gloriosas cinzas, e já adquiriu a modestíssima casinhola onde, faz mais de um século, nasceu êle, na então vila de Campos do Rio Real; a "Escola de Direito do Recife" já iluminou o seu nobre recinto com o busto erístico do seu egrégio Mestre; o Governo da República fez cunhar moeda corrente e legal com o seu perfil no ano memorativo do seu centenário; agora, todas as Academias de Letras do Brasil, representadas pelos seus legítimos Delegados, embaixadores da Cultura literária e científica nacional, sem discrepancia de uma só voz, deliberou homenagear Tobias Barreto com uma estatua monumental na Metrópole da República.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Getulio Vargas, que tem sido e sabido ser o Mediceis democrata das nossas Letras, amparando-as e enaltecendo-as, a "Federação das Academias" solicitou a decretação de um crédito especial para a efetivação da idéa em marcha, do projeto em andamento, que estamos convencidos será realidade em futuro próximo, tais as simpatias, a solidariedade e os aplausos que temos recebido da Imprensa, dos núcleos culturais e das mais notáveis expressões intelectuais de todo o Brasil.

Uma dessas expressivas manifestações consiste na boa vontade e na patriótica solicitude com que atendeu o nosso apêlo a prestimosa "Rádio Tupi", concedendo-nos 15 minutos do seu microfone todas as 4^{as}. feiras a estas mesmas horas, para que cada Delegado das Academias de Letras dos Estados junto à "Federação", fale sobre a vida, a obra e a glória de Tobias Barreto. Iniciando hoje este programa de irradiações literárias, o Delegado da *Academia Sergipana de Letras* em nome desta agradece a todas as suas congêneres prestigiosas a colaboração entusiasta que veem prestando no desenvolvimento das suas atividades em assunto tão relevante quasi o de mais uma vez homenagear aquele que, na terra bérço de Silvio Romero, de Fausto Cardoso, de João Ribeiro, de Laudelino Freire, de Gumermin Bessa, de Hermes Fontes, de Pedro de Calazans, de Maximiniano de Mo-

reira Guimarães, de Felisbello Freire e tantos outros luminares do *catetelato* cerebral do Brasil, foi dentre todos o maior, o mais completo, o mais fulgurante e o mais alto”.

— II —

“Tobias Barreto, o “Homem Sól do Império”, conforme a feliz denominação do eminente e douto educacionista-soldado General Liberato Bitencourt, continúa a irradiar seu intenso clarão espiritual sobre as Letras e a Cultura mental da República.

Durante os cinquenta e dois anos decorridos após sua morte, o Pensamento brasílico não avançou além das idéas e pensamento seus expressos até 1889, tão grandes e tão previdentes foram os conceitos, os preceitos e os conhecimentos por ele ditados, manifestos e escritos nos seus livros, nos seus discursos, nas suas aulas, nas suas polémicas, nos seus estudos, nos seus argumentos, todos tocados da chama do seu Gênio, da maravilhosa graça do seu espírito creador e dos novos encantos do seu empolgante estilo, ora lampejante e assustador como o fogacho de um meteoro elétrico, ora sávido e agreste como o saibro de uma fruta bravia; já melodioso e redolente como a toada de uma cantiga sertaneja, já pitoresco e surpreendente como o gorgoeio das aves noturnas no fundo das matas nordestinas.

Tobias Barreto antecipou-se um século na evolução da nossa intellectualidade, pois que discutiu, estudou e definiu assuntos e problemas de ordem cultural, que ainda hoje se nos afiguram difíceis de assimilar, difíceis de entender, difíceis de posicionar. Entre matérias que tais, destacamos a relacionada com a capacidade cerebral do sexo feminino, vale dizer, da reivindicação jurídica, social e política da mulher, queiram ou não queiram as inteligências patriarcais, o problema por excelência, o aspecto dorsal, o *test* neuro-sociogienico mais importante e mais enconrado deste século da viação aérea, do cinema, da radiofonia e da televisão.

Bem dizia o filósofo teutónico Lange, “que Tobias Barreto, no meio do povo brasileiro, sobressaia como um gigante”; bem julgava o notavel filósofo alemão, porquanto verdadeiramente gigantesco se impunha aquele espírito superior, tratando aqui, no Brasil escravocrata do século XIX, da emancipação da mulher, que ainda também existia submetida a um regime mais ou menos medieval de escravidão, escondida nos recessos dos sobradões dos Engenhos, procreando paralelamente com as négras favoritas do marido; e nas cidades, vivia como antigas turcas e árabes, embrulhadas em longos e vastos vestidos de gorgorão e seda, cujas mangas quase lhe não deixavam ver as mãos e lhe ocultavam até os burzeguins de veludo, ainda por cima de tudo isso, analfabeta ou quase.

Até então, somente uma única mulher havia se rebelado intellectualmente no Brasil contra a infima situação branca do seu sexo: Nisia Floresta Brasileira Augusta, que foi, *mutatis mutandi*, a Julia Lopes de Almeida do seu tempo, no tocante às diretrizes pedagogicas e morais da emancipação feminista, ambas, talvez, inspiradas na obra primorosa, emocionante e erudita de Madame de Sevigné.

Ha traços muito parecidos na inteligência desses tres grandes vultos femininos. Sevigné, excedeu em maternais desvelos com a sua filha Madame de Grignan, assim como Nínia com a sua adorada Livia e Julia Lopes com a sua estremecida e estremosa Margarida, essa estupenda artista do verbo declamatório, em cuja alma parece vibrarem as vozes inspiradas de todos os poetas do Brasil.

E', pois, ao gigante do Pensamento, que em tempo tão ingrato para a posição da Mulher, escreveu em jornais e em livros dissertações e defesas em favor da abolição feminina, que a "Federação das Academias de Letras do Brasil", por unanime resolução do seu Corpo Deliberativo, quer erigir um monumento de bronze, que aqui na Capital da República perpetue a magestade olimpica da sua e do mundo figura brasileira e americana de sábio, de jurista, de poeta, de filósofo e de musicista, símbolo cabôclo de uma raça morena, de uma geração de talentos idealistas, de revolucionários mentais, de românticos reformistas.

Utilizo-me desta minha irradiação de hoje através do microfone e sobre as antenas da "Rádio-Tupi", para formular um apêlo da intellectualidade nacional com assento nas poltronas eletivas de 20 "Academias de Letras", à Mulher culta do Brasil: para que se solidarize e adira ao pensamento e à resolução justos da Federação das Academias de Letras do Brasil, manifestando-se pela palavra falada e escrita, por mensagens, missivas e telegráficas ao Excelentissimo Chefe do Estado Novo, Presidente Getulio Vargas, solicitando a abertura do crédito necessário para a realização do nobre objetivo. Tobias Barreto fez jus e tem direito a esse gesto cultural da Mulher erudita da Mulher illustre, da Mulher escritora, poetisa, jurista, médica, engenheira, vitoriosa enfim, em qualquer ramo da atividade artistica, científica e trabalhista. Tobias Barreto foi o precursor intellectual do feminino no Brasil".

— III —

"Si todas as mulheres brasileiras já possuíssem uma cultura média em assunto jurídico, todas estariam solidárias com a ideia em marcha da "Federação das Academias de Letras do Brasil", no sentido de ser aqui no Rio de Janeiro erigido um monumento de bronze a Tobias Barreto, pois que êle fôra o maior, o mais douto, o mais corajoso advogado dos direitos femininos durante a última metade do século passado, no Brasil do 2.º Império.

O poeta enternecedor e ao mesmo tempo empolgante, que tantos versos impereciveis consagrou à Mulher; o filósofo genial, que não vacilou em declarar doutrinarmente que "considerava extinta a metafísica da cabeça, mas, não acreditava pudesse ser nunca morta a metafísica do coração", consagrou páginas sapientíssimas de Direito Criminal ao sexo feminino, no seu livro *Menores e Loucos*", páginas que ainda no presente momento da nossa "Criminologia" tem aspectos e problemas cujo debate prosegue caloroso entre mestres do Magistério e da Magistratura. Para exemplo, focalisemos aqui, pela

rama, neste rápido instante radiofônico, a opinião de Tobias Barreto sobre a posição da mulher, psicologicamente, em face do Amor e frente ao Crime, conforme o Direito Penal vigente em 1883, que é, com pouca diferença, ainda o nosso atual: achava ele, o grande penalista sergipano, que “em vista do pouco que nos é dado conhecer das maravilhas desse país encantado e inexplorável que é a vida espiritual, a subjetividade feminina, podemos concluir que o predomínio da paixão, do Amor, sendo como é, ocasional e passageiro do homem, é permanente na mulher, pois constitui a sua própria essência; o homem, quando ama, ainda tem tempo de trabalhar, de passear, de fumar o seu cigarro; não assim a mulher, que nesse estado, não tem tempo de pensar em outra coisa senão no seu amor”. porque então, conclue o insigne juriconsulto sergipano, para individualidades psíquicas tão distantes e distintas se estabelece em Lei o mesmo grau de imputabilidade e a tarifa das mesmas penas? Assim pensando, com essa lógica aristotélica, com esse justo raciocínio profundamente humano e geometricamente certo, Tobias Barreto, naquele remoto tempo, quando apenas se iniciava entre nós o movimento simpatisante em favor da alforria feminina e da abolição da escravidão negra, argumentava na cátedra de Professor da Escola do Recife, contra o Código Criminal da Monarquia, chegando mesmo a sugerir, em suas esplêndidas lições, fôsse a mulher somente julgada, como o eram e ainda hoje o são os homens, por um tribunal de seus pares, ou seja um tribunal de mulheres.

Nada mais razoável. Entretanto, ainda nos dias correntes, as nossas leis penais continuam a mesma rotina, já, porém, com algumas restrições apreciáveis.

Hoje, a mulher cidadão, que já teve assento na Câmara dos Deputados e nos Conselhos Municipais, acha-se também com assento nos tribunais do Júri.

Tobias Barreto, o valente patrono, o indefesso advogado da Mulher, está sendo em parte ouvido e realizado em assunto de tão magna importância. Incorporando-se, portanto, a mulher brasileira, ao nobre movimento cívico, cultural e patriótico iniciado pela Federação das Academias de Letras do Brasil, no sentido de homenagear a Tobias Barreto com uma estátua colossal na Metrópole da República, paga tão somente um tributo de gratidão a quem tão impávida e sabiamente defendeu os direitos do sexo feminino neste nosso grande e extramercado país, na segunda metade do século dezanove; ao jurista poeta e ao filósofo cantor, cujo coração magnânimo e sonhador ele mesmo definiu na seguinte quadra:

“O coração também é um metafísico,
Estremere por formas invisíveis;
Anda a sonhar uns mundos encantados,
E a querer umas cousas impossíveis”.

DOCUMENTARIO

ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO DO GOVERNO DA
PROVINCIA DE SERGIPE

CXXXIX

Sessão de 2 de Maio de 1831

Aos dous dias do mez de Maio do anno de 1831, nesta Cide. de S. Christovão, Capital da Provincia de Sergipe, no Palacio do Governo, e Salla das Sessões do Conselho do Governo, comparecerão o Exmo. Sr. Vice Preside. da Prov^a. Capmor. Mel. de Deos Machado, Corel. Bento de Mello Per^a., Capmor. Joaquim Martins Fontes, os Conselheiros Supplentes o Capmor. Ignacio Dias de Oliveira, Tene. Corel. Manoel da Cunha de Mesquita, e Tene. Corel. Antonio Roiz Montes, o Rdo. Vigr^o. Geral das Vacantes Serafim Alvares da Roxa Roxa por terem dado pte. de doentes os actuaes o Rdo. José Franc^o. de Menez, Sobral. — o Vigr^o. Gonsalo Pereira Coelho, e o Conselheiro José Pinto de Carvalho, o q. sendo chamado não compareceo.

Derão principio aos trabalhos da Sessão ordinaria, mandando se fazer a leitura da Lei de 20 de 8 hr^o. de 1823, finda a qual exigio o Exmo. Vice Preside., que os Membros do Exmo. Conselho propuzessem e lembrassem o que melhor julgassem convir ao Bem estar da Prov^a.

Logo indicou o Exmo. Conselheiro Roxa Roxa, que a Camara Municipal desta Cide., reunida, e mais Cidadãos, q.^s presentes se achavão, que eles receiosos com a noticia de que na Sessão de hoje se pretendia anular em todo, ou em parte, o que se havia deliberado e resolvido pelo Exmo. Conselho nas duas ultimas Sessões extraordinarias de vinte nove e trinta do mez passado, pela menor falta, e cumprimento dellas protestavão na presença deste Exmo. Conselho levar o seo protesto de queixa a Regencia de Sua Magestade O Imperador, o Sr. Dom Pedro 2.^o e que de mais requerião que o Exmo. vice-Presidente da Provl. sem a menor pèrda de tempo fizesse cumprir tudo quanto se havia resolvido nas ditas Sessões extraordinarias para o Bem estar e segurança da Provincia, ao que tódo o Conselho reunido asseverou ser vaga a noticia, que move ao dito Corpo Municipal e Cidadãos a comparecer na Salla das Sessões.

O Exmo. Sr. Vice Preside. de acôrdo com o Conselho, marcou os dias Sabados e Segundas para os trabalhos do Exmo. Conselho.

Do que pa. conatar se lavrou a presente Acta, em que assignarão o Exmo. Vice Preside. e Conselho, que eu Franc^o. Benicio de Carv^o. Ar^o. e Vasc^{os}. Official Confirmado da Secretaria do Gov^o. no impedimento do Secretario, escrevi.

(AA.) *Manel. de Deos Machado,*
Bento de Mello Per^o.,
Joaquim Martins Fontes,
Ignacio Dias de Olive^o.,
Manuel da Cunha de Masquito,
Serafim Alvares da Rosa Rosa,
Ant^o. Roiz. Montes.

CXL

Sessão de 7 de Maio de 1831

Lida, e approvada a Acta antecedente foi aberta a Sessão, estando presentes os Exmos. Srs. Vice Preside. Rdo. José Franc^o. de Menes. Sobral, e Conselheiros do Governo abxo. assignados.

Lêo-se um requerimento de Domingos José Jucitibá, em que pede ser reintegrado ao Emprego de Escrivão do Trem Militar desta Província : resolve o Conselho que fôsse reintegrado ao seo d^o. Emprêgo, que está vago, com o vencimento de 500 rs. diarios contados da data desta em diante, conformando-se com a informação que sôbre este objecto dera em 29 de Janr^o. ultimo o Exmo. Sr. Preside. da Província Joaquim Marcellino de Britto pêla Repartição da Guerra, e que esta resolução se levasse ao Alto Conhecimento de S. M. O Imperador Constitucional pêla Secretaria d'Estado dos Neg^{os} da Guerra, para Determinar o que fôr do Seo Imperial Agrado.

Foi lido hum requerimento de Antonio Joaquim Pitanga, Professor de L^{as} Letras da Povoação da Divina Pastora, no qual pede ser demittido do d.º Emprego : o Conselho resolvêo, que se lhe deferisse com a demissão pedida, pondo-se a Concurso a mm.^a Cadeira, o qual teria lugar no dia 7 de Julho deste anno, para o que se expedissem os Editais do estilo.

Lêo se igualmte. hum Off^o. da Camara Municipal da V^a. de St^a. Luzia da Estancia, datado em 5 do corre. em que participão havêrem marcado o dia 12 do mm^o. mez p.^a Acclamarem solenemente ao Senhor D. Pedro Segundo Imperador Constitucional do Brasil, cujo Off^o. foi apresentado pelo Cidadão Antonio Moreira de Magalhães, enviado pela d.^a Camara, o qual entregando-o, fez huma falla cujas expressões Patrioticas foram agradaveis ao Exmo. Vice Presidente, e Conselho, e deliberação approvar semelhante medida, filha do Patriotismo.

Apresentou o Exmo. Vice Preside. hum requerimento dos Criadores de Gados do Tr.^o da V.^a de Proprihá, o qual sendo lido se mandou informar a Camara respectiva em tempo breve.

Indicou o Exmo. Sr. V. Preside., que achando-se vaga a Cadeira

Publica de 1.^{as} Letras desta Capital, era de necessidade, prover se interinamente até q. se ponha em Concurso na forma da Lei : resolveu o Cons.^o, que se participasse a Camara Municipal, para propor huma pessoa idonea, que com approvação deste Cons.^o possa desempenhar interinamente o d.^o Emprêgo.

Indicou mais o Exmo. V. Presid.e A.^o estando marcados os dias de Sabbado e 2.^{as} para os trabalho deste Cons.^o, convinha ao Serviço Publico, que alem dos dias houvesse mais huma sessão, a vista do que o Conselho resolveo, que ficassem marcados, trez dias successivos, a saber Seg.das, terças, e 4.^{as} de cada semana para os referidos trabalhos.

Do q., para constar se lavrou a preze Acta, q. eu Francisco Benicio de Carv.o Ara.e Vascos, Off.al Confirmado, e Off.al Maior inter.no, servindo de Secretario, escrevi.

(A A.) José Francisco de Menezes Sobral, V. P.
José Ant.o Neves Horta.
Joaquim Martins Fontes.
Ignacio Dias de Olivr.a
Manuel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvarez da Rosa Rosa
Ant.o Roiz. Montes.

CXLI

Sessão ordinaria de 9 de Maio de 1831

Lida e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes os Exmos Sr.es V. Presid.e Rev.do José Fran.co de Menezes Sobral, e Conselheiros do Governo abx.o assignados.

Lendo-se hum requerimento de Francisco Bemvindo Campos, que pede ser nomeado para provisoriamente reger a Cadeira vaga de Las Letras da Povoação de Divina Pastora: resolveo o Exmo. V. Presid.e, ouvido o Conselho, que fosse o dito requerimento enviado a Camara respectiva para deferir ao Supp.e

Lido hum requerimento de Manuel Ciriaco de Salles Neuna, que pede ser provido no Emprego de Escrivão do Hospital Militar: resolveo o Conselho que recorresse o Supp.e ao Exmo Sr. V. Presid.e da Prova a quem compete deferir-lhe.

Lêo-se hum requerimento de Francisco Benicio de Carvalho Aranha e Vasconcellos, em que ped hum Attestado: resolveo o Conselho, que requeresse ao Exmo. Sr. Presid.e, a quem compete deferir-lhe.

Lida huma supplica de Domingos José Juquitibá actual Escrivão de Trem Militar, na qual pede augmento de ordenado: resolveo o Exmo V. Presid.e de acôrdo com o Conselho, que devia o supp.e esperar pela ultarior Deliberação de S. M. O Imperador Constitucional.

Indicou o Exmo Sr. V. Presid.e, que se devia officiar ao Admin.or da Fazenda Publica desta Provincia para remetter quanto an-

tes as Contas de Receita e despeza dos annos passados e atrasado, afim de serem fiscalizadas por este Conselho na forma da Lei, e assim se mandou.

É par aconstar se fez esta Acta, que eu Francisco Benicio de Carvalho Aranha e Vascocellos, Official Confirmado, e Official Maior interino, servindo de Secretario, a escrevi.

-A A.) José Francisco de Menezes Sobral V. P.
Joaquim Martins Fontes,
Ignacio Dias de Oliveira
Manuel da Cunha de Mesquita.
Serafim Alvoras da Rosa Rosa.
Antônio Roiz Montes
José Antão Neves Horta

CXLII

Sessão Ordinaria do dia 10 de Mo. de 1881

Lida e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice Presidente Edm. José Francisco de Menezes Sobral, e Conselheiros abaixo assignados.

Leo-se o requerimento de João José Gomes, pedindo augmento de diaria, em consequencia de se lhe haver tirado os emolumentos, q. per celi, como Escrivão da Commissão de Provocação das Lactancias: foi resolvido, que devia recorrer ao Exmo. Vice Presidente, a quem compete deferir em taes casos.

Indicou o Ilustre Conselheiro Montes, que se devia lembrar a Camara Municipal d'esta Capital o cumprimento do § 1.º e 5.º do Artigo 66 To. 3.º da Ley do 1.º de Outubro de 1828, mandando reedificar as pontes dos Rios Poxim grande, e marim, que se achão desmanchadas, bem como a desta Cidade, que está arruinadissima, originado todas as demais, que necessarias forem para o bom transitio: outro sim, cuidar da expulsão dos daninhos (sic) (*) entre os Engenhos Mocori, Candeia, Manguinhos, Taboca, e Coqueiro: e os Sítios M. da Hegne, Jardim, S. Bento, Taboca de fóra, Oiteiro, Calumbi, Sobrado, Pão grande, Bugio e Olaria, logares beiramar, e de plantação, que por desuido da d.ª Camara está a Fazenda Nacional tendo hum notavel prejuizo, como se lhe tem feito ver, á requerimento de partes.

Sobre o que foi resolvido, que se officiasse a referida Camara neste sentido, para que, tendo em vista os §§ da indicada Lei, dê toda a providencia a tal respeito.

Leo-se huma representação datada em dez do corrente do Capm. Inspector do Trem, em q. pedia approvação interina de oito Artigos, para pr. elles se reger o d.º Trem. Resolveo o Exmo. V. Presidente, ou

(*) Está daninhos, mas deve ser caminhos.

vido o Conselho, que se devia conservar a pratica té hoje estabelecida té ulterior Determinação de Sua Magestade o Imperador.

E para constar se lavrou a presente Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(A. A.) José Francisco de Menezes Sobral
Joze Ant^o. Neves Horta
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliv^o.
Serafim Alvares da Rosa Rosa
Ant^o. Roiz. Montes
Manoel da Cunha de Mesquita

CXLIII

Sessão Ordinaria de 11 de Maio de 1831

Lida e Approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice Presidente, e Conselheiros abaixo assignados.

Indicou o Exmo. Vice Presidente que se devia nomêar examinadôres para os pertendentes á Cadeira de Grammatica Latina da Villa do Lagarto, posta a concurso no dia 16 do corrente pãlas dez horas da manhã, qua se achu vaga pr. falecimento do que a exercia, o Pe. Joze Francisco Glx. : e ouvido o Conselho, resolveo-se que fôsem nomeados para examinadôres o Pe. Me. Fr. Antonio de Sta. Anna e Souza, o Pe. Me. Luiz Correia Caldas Lima, e o Pe. Me. Fr. Ignacio de Sta. Rita Lajola, e que se lhes fizesse o competente aviso.

Indicou o Ilustre Conselheiro Oliveira, que este Conselho devia rendêr conta á Assembléa Geral Legislativa dos movimentos, que tiverão logar nos dias vinte nove, e trinta do mez d'Abril proximo passado, constantes das Actas dos referidos dias, na conformidade do § 8.^o Artigo 24 da Lei de 20 de Abril de 1823.

Sobre o que o Conselho unanimemente resolvêo q. com a possível brevidade se remetesse ao Conhecimento da Assembléa Geral Legislativa os referidos Actos.

Do que para constar se lavrou a presente, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario inter^o. do Governo, escrevi.

(A. A.) José Francisco de Menezes Sobral
José Ant^o. Neves Horta
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias Oliveira.
Serafim Alvares da Rosa Rosa
Ant^o. Roiz. Montes
Manoel da Cunha de Mesquita.

CXLIV

Sessão Ordinária do dia 16 de Maio de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. V. Presidente, e Conselheiros abaixo assignados.

Comparecerão os Examinadores o Pe. Me. Fr. Antonio de Sta. Anna e Sza., o Pe. Me. Luiz Corrêa Caldas e Lima e o Pe. Me. Fr. Ignacio de Sta. Rita Lolola, nomeados p.a o exame das pertencentes a Cadeira de Grammatica Latina da Va. do Lagarto, vaga pr. falecimento do Pe. Jozé Francisco Glz", q. a exercia, posto hoje a concurso; e prestado o juramento, do estilo, com o Exmo. V. Presidente assignarão.

Jozé Francisco de Menezes Sobral
Fr. Antonio de S. Anna
Luiz Correa, Caldas Lima
Ignacio de Sta. Rita, Lolola.

Lerão-se dois requerimentos do Pe. Manoel Jozé Abz", e Jozé Abz" Pitangueira, pedindo serê admittidos ao presente exame, e por sê acharem competentemente habilitados, fôrão atendidos. Nesta mesma occasião appozerão-se a referida Cadeira primeiro o d^o. Jozé Abz" Pitangueira, e depois o Pe. Manoel Je. Abz", os quaes, sendo legalme. examinados pelo referidos examinadores, forão pr. elles approvados cum laudê, como constou da certidão pr. todos assignada. E querendo o Exmo. V. Presidente em Conselho provêr a hum dos dois, pondo a votação, unanimemente Resolvêo o Exmo. Conselho, de acôrdo com o Exmo. V. Presidente provêr ao mesmo Jozé Abz". Pitangueira para regêr a mencionada Cadeira de Grammatica Latina da Va. do Lagarto desta Provincia, percebendo o ordneado, q. tinha seo antecessôr, pago na forma do estilo; devendo procurar seo Título, para com elle impetrar a legal Nomeação.

Do que para constar, se lavrou a presente Acta, que, eu Antonio Joaquim da Fonca. Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

Jozé Francisco de Menezes Sobral
Jozé Anto. Neves Horta
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliveira.
Serafim Alvaros da Roxa Roxa
Ant^o. Roiz. Montes
Manoel da Cunha de Mesquita

CXLV

Sessão Ordinária do dia 17 de Maio de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. V. Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Lêo-se hum officio da Camara da Villa de Sto. Amaro de 27 d' Abril preterito, queixando-se da Camara d'esta Capital ingerir-se nos Direitos inherentes a aqila. Resolvêo o Exmo. Conselho de accôrdo com o Exmo. V. Presidente, que se transmitisse pr. copia á Camara da Capital o mencionado offo. pa. á vista d'elle respondêr em tempo breve o que se lhe offerecêr.

Lêo-se hum requerimento de Jozé Joaquim de Mello, pedindo sêr empregado em hua das Cadras. vagas de primeiras Lettras. Resolvêo Exmo. Conselho de accôrdo com o Exmo. V. Presidente q. o Suppe. achando-se competenteme. habilitado, comparecêsse em occasião de concurso.

Do que, para constar, se lavrou esta Acta. q. eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secro. intero. do Governo escrevi.

Jozé Francisco de Menezes Sobral
Jozé Ant^o. Neves Horta
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliveira.
Serafim Alvarez da Roxa Rosa
Antonio Roiz. Montes
Manuel da Cunha de Mesquita.

CXLVI

Sessão Ordinaria do dia 18 de Maio de 1831.

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Lêo-se hum requerimento de Antonio d'Aro. Peixoto de Bessa, pedindo ser conservado no Emprego de Cirurgião-mór do Hospital Militar d'esta Cidade. Resolvêo o Exmo. Conselho que o Suppe. deve recorrer ao Exmo. V. Presidente, a quem compete deferir tal pertençaõ.

Propoz o Exmo. Vice Presidente, que se devia por a concurso a Cadeira de primeiras Lettras d'esta Cidade, vaga pelo abandono de Antonio Jozé Peixoto Valadares, que interinamente a regia. Resolvêo unanimemente o Exmo. Conselho que se pozesse a concurso no dia 18 de Julho vindôro, para o que se expedissem os editaes do estilo.

Do que para constar, se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonca. Neves, Secretario interino do Governo escrevi.

Jozé Francisco de Menezes Sobral
Jozé Ant^o. Neves Horta
Joaquim Martins Fontes
Manoel da Cunha de Mesquita
Ant^o. Roiz Montes
Ignacio Dias de Oliveira.
Serafim Alvarez da Roxa Rosa

CXLVII

Sessão Ordinaria do dia 30 de Maio de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão prezentes o Exmo. Vice Presidente e Conselheiros abaixo firmados.

Propoz o Exmo. Vice Presidente, conformando-se com o Officio do Administrador da Fazenda Publica, em data de 21 do corrente, a offerença a consideração do Exmo. Conselho, que deverião ser reenviadas a Administração da Fazenda Publica as Contas de Receita e Despesa, excoide o Exmo. Administrador, em consequencia da Resolução do mesmo Conselho tomada em Sessão Ordinaria de 9 do referido mez de Maio; visto não ser com estas, as que, na conformidade do § 11º artivo 21, da Lei de 20 de Outubro de 1823, devem ser examinadas pelo Exmo. Conselho; ao que o Exmo. Cons. unanimeme. annuo.

Do que para constar se lavrou a prezente, que eu Antonio Joaquim da Fonce. Neves, Secretario interino do Governo escrevi.

Jozé Francisco de Menezes Sobral

Manoel da Cunha de Mesquita

Joaquim Martins Fontes

Ignacio Dias de Oliveira.

Severino Alvarez da Roza Roza

Antº. Roiz Montes

Jozé Anto. Neves Horta.

CXLVIII

Sessão Ordinaria do dia 31 de Maio de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, prezentes o Exmo. V. Presidente, o Illustre Conselheiro, Coronel Jozé Roiz Dantas e Mello, q. tomou assento, e os mais abaixo firmados.

Leo-se hua representação da Camara Municipal da Va. de Sta. Luzia e Estancia de 21 do corre., em que participa 1.º q. Joaquim Mauricio Cardozo, Lente d'humas das Cadeiras de Primeiras Letras da Povam. da Estancia, que com licença d'esta Presidencia estava em Pernambuco, d'ahi lhe communicára, q. se demettia do referido Magisterio; 2.º q. reconhecendo q. o substituto, q. ficara na Cadra. Heliodoro Branford Cardozo, tem desempenhado seus deveres o deixou na regencia da da. Cadra, até ser provida na forma da Ley. Sobre o que Resolvêo unanimemente o Exmo. Conso. de accordo com o Exmo. V. Presidente, q. se pozesse a concurso no dia 20 de Julho d'este anno a referida Cadeira, vaga pela demissão, que pediu o do. Joaqm. Mauricio, para o que se passassem os Editaes do costume; e q. qto. a approva-

ção do substituto; q. fosse este conservado interiname. na Cadra. até q. seja legalme. nomeado outrem pa. rege-la.

Do q. para constar, se lavrou esta Acta q. eu Antonio Joaquim da Fonca. Neves, Secretario interino do Governo escrevi.

Jozé Francisco de Menezes Sobral
Joaquim Martins Fontes
Manoel da Cunha de Mesquita
Ignacio Dias de Oliveira.
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Jozé Rodrigues Dantas Mello
António Roiz. Montes

CXLIX

Sessão Ordinaria de 1.º de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice Presidente, e Conselheiros abaixo firmados. Foi lida a resposta que a Camara desta Capital deo em seo officio de 28 do mes pp. sobre o Offo. da Camara da Villa de Sto. Amaro de 27 d'Abril ultimo; e á vista das rasões que expende aqlla. Camara Resolvéo o Exmo. Conselho de accordo com o Exmo. Vice Presidente, q. como este nego. estava affectado ao Conselho Geral da Prova. nos proximos dias do encerramento das suas Sessoes Ordinarias, a elle cumpria dar a decisão sobre este objecto; o que se communicaria a ambas as Camaras pa. suas intelligencias. Do q. para constar se lavrou esta Acta q. eu Antonio Joaquim da Fonca. Neves, Secretaria Interino do Governo escrevi.

(A A.) *José Francisco de Menezes Sobral*
Joaquim Martins Fontes.
Ignacio Dias de Oliveira
Manuel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Jozé Rodrigues Dantas e Mello
Antonio Roiz. Montes

CL

Sessão Ordinaria de 6 de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta anteceda. Foi aberta a Sessão, achando-se presentes os Exmos. Sres. Vice-Presidente e Conselheiros do Governo abaixo assinados.

Lido hum requerimento do Capm. Francisco Soares Vieira de

Mello, a vista do seu conteúdo, resolveu o Exmo. Conselho, que o Supplicante deve recorrer a Camara respectiva.

E para constar se lavrou esta Acta, que eu Francisco Benicio de Carvalho Aranha e Vascos, Confirmado Official, e Official Maior interino, servindo de Secretario do Govto. e do Conso., escrevi.

(A A.) José Francisco de Menezes Sobral
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliveira
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvarez da Rosa Rosa
José Rodriguez Dantas, e Mello
Antonio Roiz, Moraes.

CLII

Sessão Ordinaria de 7 de Junho de 1831.

Lida e approvada a Acta da Ses antecedente, foi aberta a Sessão, estando presentes os Exmos. Sres. Vice-Presidente, e Conselheiros do Governo abaixo assignados.

Primeiro o Exmo. Sr. Vice-Presidente, que sendo pela Junta da Provincia do Bahia arrecadadas as Rendas desta Provincia, accitaco recebê-las sem em moeda papel, privativa a aquella, soffrendo os Empregados desta accitaco rebates nas Lettras com que são pagos dos seus ordenados, servindo por isso pedir-se à Sua Magestade O Imperador Constitucional o remedio necessario, Autorizando ao Governo para poder fazer o rebate por conta da Fazenda; o que pôto em discussão, foi unanimemente approvado.

E para constar se lavrou a presente Acta, que eu Francisco Benicio de Carvalho Aranha e Vasconcelos, Official Confirmado, e Official Maior interino, servindo de Secretario do Governo e do Conselho, escrevi.

(A A.) José Francisco de Menezes Sobral
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliveira
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvarez da Rosa Rosa
José Ant^o. Nunes Harta
Antonio Roiz, Moraes.

CLIII

Sessão Ordinaria de 8 de Junho de 1831.

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Resolvêo o Exmo. Conselho, que se officiasse a todos os Juizes de Orfãos desta Provincia pa. na forma do seo Regimento executarem tudo quanto nelle lhes he incumbido sobre a educação dos Orfãos; e menores, principalmente dos q. não tem patrimonio algum.

Do o. p.^a constar se lavrou a presente Acta, q. eu Antonio Joaquim da Fonseca. Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(A A.) *Jozé Francisco de Menezes Sobral*
Jozé Ant.^o Neves Horta
Joaquim Martins Pontes
Ignacio Dias de Oliveira,
Serafim Alvarez da Rosa Rosa
Antonio Roiz. Montes
Manuel da Cunha de Mesquita

CLIII

Sessão Ordinaria do dia 14 de Junho de 1831

Lida e approvada a Acta da antecedente foi aberta a sessão, presentes o Exmo. V. Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se hum requerimento de Francisco Benicio de Carvo. Ara. e Vascos., que ficou adiado.

Do o. pa. constar se lavrou esta Acta, q. eu Antonio Joaqui. da Fonseca. Neves, Secro. intero. do Governo, escrevi.

(A A.) *Jozé Francisco de Menezes Sobral*
Jozé Ant.^o Neves Horta
Joaquim Martins Pontes
Ignacio Dias de Oliveira,
Manuel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvarez da Rosa Rosa
Antonio Roiz. Montes

CLIV

Sessão Ordinaria do dia 15 de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. V. Presidente Edo. Jozé Francisco de Menezes Sobral, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se o requerimento de Francisco Manoel de Carvalho Ara. e Vascos., com hum documento em publicas formas, que tendo do Exmo. V. Presidente Edo. Jozé Francisco de Menezes Sobral, o qual immediatame. se retirou pa. outra sala, accoendo se tratar do objecto da queixa: e logo presidio em seo lugar o Exmo. Conselheiro de mais votos o Capmor. Joaquim Miz. Pontes, na forma do Artigo 17 da Carta de Lei de 28 de Outubro de 1823.

Deliberou o Conselho, á vista da dita representação, e documento, e
ela junto, q. sobre o seu conteúdo fosse ouvido o Exmo. Vice-Presidente,
pa. dizer o q. se lhe offerere sobre a dita queixa.

Do que para constar se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim
da Fonseca Neves, Secro. interino do Governo, escrevi.

(A A.) *Joaquim Martins Fontes*
Ignacio Dias de Oliveira.
Manoel de Deus Machado
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Antonio Roiz. Montes
Jozé Ant.º Neves Horta.

CLV

Sessão Ordinaria de 20 de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, pre-
zentes o Exmo. Vice-Presidente, o Exmo. Coronel Commandante inte-
rino das Armas Manuel Ignacio da Silveira, que tomou assento como
Conselheiro Supplente, e os mais abaixo firmados.

Propoz o Exmo. Vice-Presidente q. para poder o Exmo Conselho
dispor da oitava parte das rendas d'esta Provincia, na forma declarada
no Art. 25 da Carta de Lei de 20 de Outubro de 1823, era preciso ha-
ver do Administrador da Fazenda Pca. informação a tal respeito: o q.
posto em discussão, foi anuido unanimemente, pelo Conselho.

Do que para constar se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim
da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(A A.) *Jozé Francisco de Meneses Sobral*
Manoel Ignacio da Silva
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias Oliveira.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Ant.º Roiz. Montes.

CLVI

Sessão Ordinaria de 21 de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, pre-
zentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Propoz o Exmo. Vice-Presidente, q. constando-lhe ter-se demetti-
do da Vara de Juiz de Orfãos da Va. de Itabaiana, pr. occasião das Ac-
tas de 29 e 30 d'Abril pp., Manoel Fernandes Pera, Lisboa, Portuguez,
não amigo da Causa Nacional: depois do que tornou a reassumir a si a
d.ª Vara; o q. tem dado logar a indisposições de alguns cidadãos con-
tra o d.º, q. não quer cedêr do Emprego, vindo assim a apparecer naql.

Va. perturbações, onde se tem conservado a tranquillidade, e a boa harmonia athe então: o que leva ao conhecimento do Exmo. Conselho.

Resolvêo o Exmo. Conselho unanimemente de accordo com o Exmo. Vice-Presidente, q. se officiasse a Camara respectiva para que intimasse ao referido Juiz, que em conformidade da Deliberação do mm.^o Conselho, tomada em Sessão extraordinaria, de 30 do referido mez d'AbriL, está aqle. Juiz suspenso passando a Vara a quem competir na forma da Lei. Do que para constar, se lavrou esta Acta, q. eu Antonio Joaqm. da Fonca. Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(A A.) *Jozé Francisco de Menezes Sobral*
Manoel Ignacio da Silva.
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliveira.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Antônio Roiz. Montes.

CLVII

Sessão Ordinaria de 22 de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Excellentissimo Vice-Presidente Reverendo Jozé Francisco de Menezes Sobral, e Conselheiros abaixo assignados. Apresentou o Exmo. Vice-Presidente a sua resposta por escripto documentada em data de hoje, sobre a queixa do Official desta Secretaria Francisco Manis digo Francisco Benício de Carvalho Aranha e Vasconcellos: e immediatamente se retirou para outra Salla, e ficou presidindo na presente Sessão o Conselheiro de mais votos o Capitão-mor Joaquim Martins Fontes; e a face da dita representação, e resposta do mesmo Excellentissimo Vice-Presidente Reverendo José Francisco de Menezes Sobral; resolvêo o Conselho de accordo com o Exmo. Vice-Presidente desta Sessão, que na forma do § 15 do Artigo 24 da Carta de Lei de 20 de Outubro de 1823, se remetteste tudo ao Alto Conhecimento de Sua Magestade O Imperador pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, com a Cópia da Acta de 15 do corrente, e desta, e com a competente informação deste Conselho, o qual de unanime accordo se conforma com o conteudo na resposta do Exmo. Vice-Presidente desta desta Provincia, e com ella informa ao Mesmo Augusto Senhor.

Do que para constar se lavrou esta Acta, que eu José Guilherme Machado de Araujo, Official da Secretaria no impedimento do Secretario interino do Governo, escrevi.

(A A.) *Joaquim Martins Fontes*
Ignacio Dias de Oliveira.
Manoel Igneo. da Silva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Ant.^o Roiz. Montes.

CLVIII

Sessão Ordinaria de 27 de Junho de 1831

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se hum offo, do Pe. João da Silva Lemos, datado de 15 do corrente, em que por motivos justos pede demissão de substituto da Cadeira de Grammatica Latina de Villa Nova, q. a tem regido desde o anno da 1823 té agora por impedimento de molestia do Proprietario Fortunato Antonio Ribeiro Perreira da Cunha.

Resolvêo o Exmo. Conselho do Governo de accordo com o Exmo. Vice-Presidente, q. se officiasse a respectiva Camara, pa. esta nomear pessoas intelligente, e de bons costumes, afim de entrar na Secretaria interina da referida Cadra., até cessár tal impedimento; dando conta de assim o ter cumprido.

Propoz o Exmo. Vice-Presidente, q. sendo necessario, na conformidade do § 3.º Art. 24 da Carta de Lei de 20 de Outubro de 1828 vigiar-se sobre prisões e casas de correções, lembrava ao Exmo. Conselho que se officiasse as Camaras Municipaes, para que nos seus respectivos Districtos fação executar o disposto na mmª. Lei pelo melhor modo que for possível: Resolvêo unanimem. o Exmo. Cons. de accordo com o Exmo. Vice-Presidente q. se officiasse neste sentido a todas as Camaras da Provincia para o seo devido cumprimento.

Do que para constar se lavrou esta Acta que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(A A.) *José Francisco de Menezes Sobral*
Ignacio Dias de Oliveira.
Serafim Alvarez da Rosa Rosa
Antonio Roiz. Montes
Manoel Igneo. da Silva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Joaquim Martins Fontes.

ESCRITURA DO CACHORRO MORTO

Tradado de Escripura Publica como abaixo se declara.

Escripura de compra e venda, paga e quitação, retificação ou confirmação, que entre si fazem o Coronel Jeronimo Vieira Tosta e sua mulher Dona Francisca Garcia de Moura Pimentel e Aragão de um sitio de terras denominado Caxorro morto, como abaixo se declara, com Sebastião da Fonseca Doria e sua mulher.

Saibão quantos este Publico instrumento de Escripura Publica de compra e venda, paga e quitação retificação e confirmação, ou como em direito melhor nome e lugar haja de ter, virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, oito centos quarenta e sette nos desete dias do mez de Junho de dito anno neste sitio Cabeça vermelha Termo da Villa de Campos anexo ao do Lagarto Comarca da Villa Constitucional da Estancia Provincia de Sergipe d'El-Rei em casas de Sebastião da Fonseca Doria onde fui vindo eu Tabellião adiante nomeado, e sendo ahí compareceram presentes partes havidas e contractadas, assaber de huma como vendedores o coronel Jeronimo Vieira Tosta e sua mulher Dona Francisca Garcia de Moura Pimentel e Aragão Tosta por seus Procuradores Manoel Joaquim de Oliveira Campos e Antonio Rodrigues de Sá, e da outra como compradores Sebastião da Fonseca Doria e sua mulher Dona Maria do Espirito Santo, pessoas todas que reconheço pelas proprias de que faço menção e dou fé, e pelas primeiras, isto é, pelos procuradores dos vendedores me foi dito que a seus constituintes pertencia o Sitio Caxorro morto, o qual fôra vendido,

... aos compradores pelo finado Coronel José Garcia de Moura, Administrador do Vinculo, cujos bens passaram para elles outhorgantes, sendo hoje allodiaes e livres, axando-se o mesmo Sitio em virtude dessa mesma venda, em poder dos compradores, que como proprietarios do que suppunhão ser fizeram nelle suas situações e bemfeitorias: e por isso, por ordem dos seus constituintes retificarão (sic) e confirmavão a mesma venda feita aos ditos compradores, ou vendição novamente como em direito melhor poder valer, recebendo ao passar desta a quantia de quatrocentos mil reis em moeda corrente, preço do primeiro contracto, e valor que directamente pode ter o terreno, da qual quantia lhe dão pura e geral quitação para mais nunca lhe ser pedida, sendo demarcado o terreno vendido na forma constante da Escripura Publica daquella predita venda, que hé da forma seguinte: principiará da parte do poente da Barra do Riacho do Alto da Boa Vista com o Rio Rial rumo direito pelo dito Rio e Riacho

asima até encontrar em uma baixinha chamada da Sambambais, cuja baixinha fica pela parte do Nascente entre dito Rio e o mesmo Riixo, e da mesma baixinha seguirá rumo direito até encontrar no dito Rio e assim mesmo até topar no dito Riixo, ficando de travessa em linha reta pela cabeceira da dita baixinha". E mais disserão os ditos procuradores dos vendedores que confirmavão os compradores na posse em que se axam, e lhes sadiam e trespassavam todo o dominio que seos constituintes tinham do acusado Sitio, promettendo fazer esta venda bõa valiosa em todo tempo a custa dos bens de seos constituintes, de seos proprias, embora fultem aqui quaesquer clauzulas necessarias, ou utais que as dam por esprescos. E pelos compradores me foi dito que accitavão a presente venda ou retificação assim e da forma asima declarada havendo ja pago o imposto de Sisa cujo conhecimento da Collectoria me apresentarão, o qual hé do theor seguinte: "Sisa Linhas Numero digo — Sisa Numero secenta e hum" Collectoria da Villa dos Campos" anno mil oitocentos quarenta e seis amil oitocentos quarenta e setta. (Lugar das armas.) Fica a cargo do actoaal Collector, Domingos de Souza e Oliveira a quantia de quarenta mil reis, recebida de Sebastião da Fonseca Doria, Siza correspondente á quantia de quatrocentos mil reis, preço por que comprou o Sitio Caxorro morto deste Termo ao Coronel Jeronimo Vieira Tosta e sua mulher. Do que para constar se lhe deo o presente, na falta de conhecimento impresso.

Cabeça Vermelha dezosete de Junho de mil oitocentos quarenta e setta:" O Collector Domingos de Souza e Oliveira. — O Escrivão Francisco Doria Campos — E por tanto me requererão huma e outra parte que lhes lavrasse a presente Escriptura, inserindo nesta Nota Procuração dos vendedores. E eu como pessoa Publica, accitando em nome da pessoa, ou pessõas ausentes, a quem por Direito tocar possa, tanto quanto posso e devo, digo a Procuração dos vendedores, a qual vai adiante cupiada. E eu como pessoa Publica, accitando-a em nome da pessoa ou pessõas ausentes, a quem por Direito tocar possa, tanto quanto posso e devo em razão do meo officio, a lavrei nesta Nota a qual vai assignada pelos Procuradores dos vendedores, pelo comprador Sebastião da Fonseca Doria e pelo Collector Domingos de Souza e Oliveira, que assigna a rogo da compradora Dona Maria do Espírito Santo por não saber ella ler nem escrever sendo a tudo presentes por testemunhas Francisco Doria Campos, João Damasseno de Araujo, que juntamente assignou a presente depois de me ser toda lida por mim José Esteves de Montalvão, Primeiro Tabellião Interino que a escrivi e assignei em Publico e razo com o signal de que uso. Em testemunho de verdade (estava o signal Publico) José Esteves Montalvão—Manoel Joaquim de Oliveira Campos—Antonio Rodrigues de Sá—Sebastião da Fonseca Doria—Domingos de Souza Oliveira—Francisco Doria Campos—João Damasseno de Araujo.

Procuração a que se refere esta escriptura. "Jeronimo Vieira Tosta, Fidalgo Cavaleiro da Casa de Sua Magestade o Imperador, Cavaleiro da Ordem de Christo, Coronel Commandante da primeira

legião de Guardas Nacionaes da Cidade da Caxoeira e sua mulher Dona Francisca de Moura Pimentel de Aragão Tosta. — Pelo presente nosso Alvará de Procuração por hum feito e por ambos assignado, constituimos nosso bastante Procurador na Provincia de Sergipe e geral onde esta for apresentada, ao Senhor Tenente Antonio Dias Costa Doria, para que por nós como se presentes estivéssemos possa requerer e allegar todos os nossos Direitos em qualquer Juizo Secular ou Ecclesiastico, chamar a consiliação qualquer pessoa com poderes illimitados, assignar requerimentos e quaesquer termos em Juizo, requerer, appellar, agravar, embargar, desistir, confessar, louvar, apresentar e contraditar testemunhas, Jurar em nossos crimes qualquer lieito juramento reclamar e renunciar; desistir, confessar, louvar, receber em Juizo, ou fóra d'elle, qualquer quantia que nos pertença, e passar quitação, substabellecer esta em hum ou muitos Procuradores, e Advogados, tirando-se traslados necessarios, e ficando-lhe sempre os mesmos poderes, cedendo em parte, ou no todo os poderes que lhe são concedidos, e fazer tudo que fôr preciso em Juizo a nosso favor, assignar escripturas de venda, e retificar vendas e conciliações, Especialmente para reclamar aos herdeiros e viuva do Capitão Luiz de Mello de Faria e Oliveira a lesão enormissima e dello com que nos veio aqui comprar as terras do Rio Real, fazendo e mostrando em Juizo a condição da escriptura de venda e compra a vista da certidão das avallações das ditas terras que para tudo lhe concedemos poderes.

Engenho Subauma dez de Outubro de mil oitocentos quarenta e seis — Jeronimo Vieira Tosta — Francisca Garcia de Moura Pimentel e Aragão.

Reconheço a letra e firmas da Procuração retro e supra. Caxoeira trinta de Outubro de mil oitocentos e seis — (Estava o signal Publico). Em testemunho de verdade. Candido Joaquim Guedes.

Numero quatro — Sello — Reis cento e secenta reis. Collectoria da Villa de Campos oito de Março de mil oitocentos quarenta e sette — Souza — Almeida — Substabelleço a presente nas pessoas do Senhor Manoel Joaquim de Oliveira Campos e do Senhor Antonio Rodrigues de Sá com todos os poderes que nella me são conferidos, os quais igualmente para mim reservo.

Villa dos Campos dezenove de Maio de mil oitocentos quarenta e sette — Antonio Costa Doria. Nada mais se contém nem declarava em dita Procuração, reconhecimento, Sello, e Substallecimento que eu bem e fielmente cupiei nesta Nota, que vai sem cousa que duvida faça, e entreguei a propria a parte neste Sitio Cabeça Vermelha aos dezecete dias do mez de Junho de mil oitocentos quarenta e sette em José Esteves de Montalvão Primeiro Tabellião Interino e que acriví — as quizes escriptura e Procuração, em que outra alguma cousa não continha em Tabellião Trasladei do meu Segundo livro de Notas honde se acham exaradas desde Folhas cincoenta e sette varço até Folhas secenta varço; cupiei sem dello, malicia, engano ou cousa que duvida faça e conferi e concertei commigo mesmo e com outro escrivão abaixo o concerto assignado neste Sitio Cabeça

Vermelha aos dezoito dias do mez de Junho de mil oitocentos e quarenta e sette annos. E eu José Esteves de Montalvão primeiro Tabelião Interino que o escrivi: Certifico que tem para o Sello cinco meias folhas com a seguinte. O Escrivão Montalvão Sello N. 1.º Rs. \$800, Pag. de sello oitocentos reis. Collectoria da Villa de Campos no Sítio da Cabeça Vermelha, 18 de Junho de 1847. Souza, Doria Campos.

Cdo. Commigo Tam. José Esteves Montalvão — E commigo Escrivão Francisco Doria Campos.

PARA A HISTORIA DO POÇO-VERDE

Abaixo assinado (*)

"Exmo sr. Interventor Federal neste Estado, major Augusto Maynard Gomes. Os abaixo assinados, residentes na zona denominada Poço-Verde, município de Campos, onde se acha localizado o povoado do mesmo nome, nos limites do município com os de Bom Conselho, Estado da Bahia, torturados duramente pela sêca que lhes vem comburindo os campos e devastando os criatórios, reduzindo-os, conseqüentemente, à miséria economica, recorrem a v. excia. e por intermedio de tão nobre interprete a esse grande brasileiro que é o Ministro José Americo, amparo providencial do infortunado nordestino, neste trepidante momento de nossa existencia politica, supplicando um socorro urgente que lhes torne menos cruel a angustia em que se debatem, como se fossem párias, esquecidos de Deus e dos homens; angustia que vem sendo fortemente agravada pela ameaça permanente do banditismo que os ronda há tanto tempo, forçando-os ao abandono dos campos, apavorados ante o perigo dos trucidamentos mais inominaveis e das violações mais dantescas á honestidade dos lares.

Descrever aqui os lances amargurados de quantos neste trato torrido da terra patria vêm realizando anonimamente, na vida economica, a lenda de Sisifo, é cousa dispensavel, pois sobejam

(*) Este documento foi redigido pelo atual responsavel pela publicação desta Revista, o consócio Epifanio da Fonseca Doria, bisneto do doador Sebastião da Fonseca Doria e neto de Antonio da Fonseca Doria, bisneto tambem de Manoel da Rocha Franco. A seu pai, Capitão José Narcizo Chaves de Menezes, por cabeça de casal de sua mãe, D. Josefa da Fonseca Doria e Menezes (filha de Antonio da Fonseca Doria e D. Maria da Rocha Doria) coube, em face do disposto na escritura de doação a gerencia do patrimonio do Santa Cruz ou Capela do Poço Verde. Atendendo a este apelo o Interventor Federal, Coronel Augusto Maynard Gomes, mandou fazer a limpeza das "Contendas" e construir uma estrada de rodagem, sem obras d'arte entre Poço Verde e Trinão, no município de Anapólia e outra entre Poço Verde e Igreja Nova dentro do município de Campos. Estradas que tendem a desaparecer pela falta de conservação. Para elas muito concorreu a boa vontade do antigo diretor de Obras Dr. Josué B. de Jesus.

nos noticiários da imprensa e na própria literatura nacional registros de cenas capazes de comover corações de mármore.

Toda a vez que, como está acontecendo agora, a crueldade da natureza madraستا entende de hostilizar os que habitam esta zona inhospita, correm os que nela residem a gama de todos os sofrimentos, desde a miséria, comum aos mais desafortunados, á concorrência, em matéria de alimentação, aos animais de maior inferioridade, na escala zoológica, até á cruel humilhação da morte pela fome, como se tivessem fugido da terra o sentimento da piedade e o espírito de humanidade, ou como se não existisse consciência alguma capaz de compreender o pejo que deve causar a uma nacionalidade, nesta altura da civilização, fatos de tamanha significação moral na ordem social.

Em quadras como a que ora atravessamos, parece que o genio do mal nos abre a nós os que habitamos a chamada zona semi-árida, as comportas dos reservatórios de todas as angustias.

Não ha então tortura que falte ao desgraçado nordestino.

Os casais que nunca conseguiram amealhar qualquer caixil e que, por esta circunstancia, são os primeiros varridos pelo sopro da desgraça, são forçados ao abandono dos pagos queridos, em busca do litoral, na illusão do encontro de algum oasis sua *vía crucis*.

Partem, então, quais precitos repudiados da propria terra em que nasceram, do solo adorado que regaram com o suor do seu rosto, sempre com extremos de afeto, e seguem sua jornada de dores e desalentos, alijando aos poucos a carga que conduzem, buscando evitar o sossobro, que afinal é certo.

Essa carga são os filhos, carne de sua carne, pedaço de sua alma, vida de sua vida, miragem fugidia de sua felicidade.

Dessa terrível amargura, cujos ressaibos ficam indeleveis, só sabem compreender as mães que se vêm na amarissima contingência de ceder os seus filhos, com a alma em tempestades de revolta, a pais afortunados de filhos ditosos, ou então de padecer com elles nas agruras da fome, recebendo as censuras de corações de bronze, que não sabem avaliar o transe doloroso de uma mãe que prefere morrer de inanición, abraçada ao fruto de suas entranhas, a expô-lo ás possiveis sevícias de algum escravocrata evoluído, com apparencia de protetor.

O povoado Poço-Verde está assentado numa larga planície e fica a 73 quilometros acima da cidade de Campos, 50 ao sul de Anapolis, e 30 a oeste da vila Cicero Dantas, antigo Bom Conselho.

Possue clima sadio e ameno, sendo procurado por pessoas atacadas de molestias do aparelho respiratorio. O seu terreno é naturalmente enxuto, não estando sujeito ás endemias comuns ás zonas pantanosas.

As culturas principais de sua população são feijão, milho, algodão e mandioca, mas a industria principal é a criação de gados.

Tem sido o refugio dos perseguidos pelas calamidades geradas por fenomenos de ordem social, desde a ameaça de invasão por Antonio Conselheiro a Bom Conselho, como está acontecendo atualmente.

Contava 9 casas comerciais, mas 4 delas cerraram suas portas, por força de miséria ambiente, filha da sêca abrazadora.

Constitue um populoso distrito de paz e era, ha muito, uma secção eleitoral, contando cerca de 70 fogos, um cemiterio com capela, uma escola publica, bastante frequentada e uma agencia postal regularmente movimentada.

E' cercado de fazendas de gado, todas lurtante povoadas de rezes nos tempos normais, e de numerosos sitios de pequenos lavradores, que são, em geral, as primeiras victimas das calamidades produzidas pelas longas soalheiras.

O seu maior problema, até agora nunca amparado pelo poder publico, é o da capitação e reserva de aguas, como acontece, em geral, nas zonas onde o sol se torna o maior inimigo, o mais terrivel perseguidor do homem.

A falta de agua, pela ausencia de recursos naturais, como sejam rios, lagos e vertentes, foi sempre, desde a epoca da colonização, a causa de sua pobreza e retardamento do seu progresso.

Cada fazenda é obrigada a possuir o seu tanque, mas este, em regra, não é de molde a resistir aos fenomenos da evaporação rapida nas ameadadas fases de grande estiada.

Ha cerca de tres quartos de seculo o abastado fazendeiro Sebastião da Fonseca Doria contando com as vantagens do braço escravo, abriu em terras de sua fazenda Poço-Verde, um tanque de maiores proporções, o qual passou depois á servidão publica, sob a denominação de Tanque Grande.

Este tanque, porem, nunca mais foi beneficiado. As aguas pluviais, conduzindo detritos de toda ordem e areia, no seu trabalho de erosão permanente, atraves de tempo tão dilatado, acabaram por obstrui-lo em grande parte.

Resistiu este tanque a diversas secas que se registraram, mas terminou cedendo á de 1898-1899, e de então para cá não resistiu a nenhuma outra.

Em 1865 o fazendeiro Manuel da Fonseca Doria, filho de Sebastião da Fonseca Doria e proprietario da fazenda Contendas, A margem oeste do rio Rial, aproveitando o projeto de José Martins, seu antecessor na propriedade da referida fazenda, construiu uma presa sobre o referido rio.

Fê-la com tal eficiencia que ficou sendo o maior reservatorio de aguas das estingas num raio de muitas leguas, abrangendo os municipios de Campos, Bom Conselho e Geremoabo.

A sua parede de resistencia ás aguas do rio resistiu galhardamente as enchentes que se verificaram de então para cá.

Este reservatorio que passou tambem á servidão publica resistiu como o outro a todas as secas anteriores á de 1898-1899. Nesta, porém, secou, pela primeira vez, e de então por diante não tem resistido ás estiadas mais prolongadas que se têm verificado.

E' que a sua profundidade foi lagarmente prejudicada pelo trabalho permanente de erosão das aguas e pela imprevidente devastação das arvores ribeirinhas.

Prestará v. excia., de mãos dadas com o grande Ministro dr. José Americo, obra de humanidade e de interesse economico man-

dando desobstruir a antiga presa das Contendas, aliás, distante do povoado cerca de 10 quilômetros, mas por estar num local mais apropriado, podendo beneficiar todas as fazendas de gados de uma grande zona de Sergipe e Bahia, onde a natureza timbra em ser de uma avareza incompreensível em materia de reservas de aguas, deve ele ser o preferido.

Cousa facilissima, barata e util, pela natureza e condições especialissimas do terreno, que não conta accidentes nem frequencia de rios ou abundancia de vegetação de grande porte, seria, por outro lado, a construção de uma estrada de rodagem ligando, por uma recta, Poço-Verde á cidade de Campos, passando por dentro do florescente povoado de Igreja Nova.

Semelhante estrada, que poderá ser feita com exigua despesa, de vés que metade, ou um pouco mais da sua extensão total já foi feita pelo commerciante Antonio Justiniano de Meneses Filho, precisando apenas de reparos e de construção de poucas e pequenas obras de arte, irá encontrar com a de Itabaianinha a Campos, galgando aí a estrada de ferro de Bahia a Propriá, alem de arrastar para Sergipe o commercio de Bom Conselho, Geremoabo e de varios povoados circumvisinhos, alem do rio Real.

Aí está, exmo. sr. maior Augusto Maynard, o grito angustiado dos seus infortunados patricios desta zona, braços que eles levantam certos de que o grande coração de v. excia., tão solcito em acudir aos que soffrem, não lhes desprezará na hora afflitiva que vão vivendo, sobre tudo contando Sergipe e v. excia. com o apoio inequivoco do grande brasileiro que é o sr. dr. José Americo, amparo providencial, como acima ficou dito, deste nordeste tão repetidamente castigado por calamidades de toda ordem.

Poço Verde 15 de Novembro de 1932".

(Seguem-se numerosas assinaturas).

ESCRITURA DO POÇO-VERDE

Traslado da Escripura de compra e venda, paga, quitação e obrigação que faz o Alferes Manoel Felix d'Andrade em qualidade de Procurador bastante da Excellentissima Casa da Torre, ao comprador Sebastião da Fonseca Doria dos citios Posso Verde e Tabúa, terras próprias no termo de Jeremoabo pelo preço e quantia de hum conto de reis como abaixo se declara.

Saibam quanto este publico Instrumento de Escripura de Compra e Venda, paga, quitação, e obrigação, ou como em direito melhor nome e lugar haja verem que sendo no Anno do Nascimento e Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos trinta e nove, Dessimo oitavo da Independencia e do Imperio do Brazil aos doze dias do mez de Novembro do dito anno nesta Villa de Santa Thereza do Pombal Comarca do Itapicuru de Cima Provincia da Bahia em meo Cartorio apparecerão presentes pessoas entre si outorgantes, digo si otorgados havidas e contractadas, asaber de huma parte como vendedor o Alferes Manoel Felix de Andrade Procurador dos Excellentissimos Visconde, e Viscondessa da Torre de Garcia d'Avilla, como fez carto pela procuração que no fim desta vai transcripta, e a reconheço verdadeira; e de outra parte como comprador acertante Sebastião da Fonseca Doria, aquelle morador na Imperial Villa do Tucano, e este no Termo da Villa de São João Baptista de Jeremoabo, os quaes as Testemunhas abaixo assignadas me certificação ser o proprio; e pelo dito Procurador me foi dito em presença das mesmas Testemunhas que entre outros bens de raiz que os Excellentissimos seus constituintes possuem em mança e pacificamente ao vinculo do Morgado de Sua Excellentissima Casa he bem assim as Terras dos citios Posso Verde, e Tabúa no Termo da Villa de São João Baptista de Jeremoabo cujas extremas são as esguintas — Terá seo principio pela estrada do citio do Faria pela parte do Nascente abaixo da ladeira; dahi subirá baixa arriba pela parte do Norte em linha reta ao Riacho dos Tinguís; e dahi cortará em rumo direito pela parte do puente até o principio da Alagoa Agoa Comprida aonde atravessa a Estrada da Fazenda do Embuzeiro, e dahi cortará no mesmo rumo a Serra até aonde descerem as Agoas pela parte do Nascente e pela parte do Sul da dita baixa da ladeira até o Rio Rial, descendo Rio abaixo com todas as suas voltas e ensaiadas pela parte do poente até á altura da Malhada do Amargoso e dahi cortará em rumo direito ao Boqueirão do Cagado, que fica pela parte do puente, subindo Bopueirão arriba até aonde fizer fio a Serra aonde desagua as Agoas pela parte do

Nascente e puente, cortando de Sul á Norte pelo mesmo fio da Serra á cabeceira do riacho da Melancia cujas Terras assim confrontadas e demarcadas, disse o mesmo Procurador que pela permissão dos Excellentissimos seus constituintes tem do Governo de SUA MAJESTADE IMPERIAL vende em nome dos mesmos, como desde já vendido tem ao comprador Sebastião da Fonseca Doria pelo preço e quantia de hum conto de reis qua recebo ao passar desta em moedas Legal deste Imperio, da cuja quantia disse que dava ao Sobredito comprador como com efeito dá para, geral, e irrevogavel digo geral e irrevogavel quitação para mais nunca lhe ser pedida e que em nome dos mesmos Excellentissimos seus contribuintes demitia da pessoa delles seus herdeiros e successores, todo o direito acção, pertença, e posse e útil Dominio, que nas ditas Terras tem ou possam ter na pessoa do Comprador, e quer a tome quer não a há por dada e incorporada na pessoa do mesmo comprador para que as goze, possua, e desfrute com todas as suas Pontes, Pastos, Rios, Matos e logradoros na forma que as possuião, e antes delles os seus antepassados e se obriga em nome dos mesmos a fazer a todo o tempo boa esta venda, livre de duvidas, e Demandas que a respeito se possão suscitar, porque havendo-as a tudo se darão por Authoras e defensores a sua custa, te que o comprador seja restituído a sua pacifica posse, alias lhe tornarão a dar o seo dinheiro preço desta venda, e lhe pagarão todas as melhorias e melhoramentos que nas ditas Terras tiver feito sendo tudo avaliado na forma da Lei: cuja obrigação passará a seus herdeiros e successores. E pelo comprador foi respondido que aceitava como com efeito aceitou a presente Escriptura com todas as clausulas e condições nela contheudas: Finalmente por ambas as partes me foi dito que elles se obrigarão, a saber o vendedor pelas pessoas e bens de seus constituintes e o comprador por sua pessoa e bens a manterem e cumprirem a presente Escriptura e de nunca a contraditar em vagar, nem reclamar por si nem por outrem. Em fé e testemunho de verdade assim ablorgarão e me requererão lhe fizesse este Instrumento nesta Nota em que assignarão, pedirão e aceitarão, eu Tabelião á ceito em nome dos ausentes o que tocar possa como pessoa publica estipulante e aceitando para della dar os traslados necessarios e muito principalmente por mostrar ter pago ao Collector deste Município a Dessima como mostra o conhecimento seguinte — Villa do Pombal doze de Novembro de mil oitocentos trinta e nove Sebastião da Fonseca Doria vem pagar ciza porque comprou ao Alferez Manoel Felix de Andrade, como procurador da Excellentissima Casa da Torre os citios Posao Verde, e Tabua no termo de Jerimoabo, a saber setecentos mil reis a vista e trezentos mil reis a pagamento e annual da data deste—Manoel Felix de Andrade—Sebastião da Fonseca Doria. Numero secenta—A folhas treze verço do competente Livro ficão lançados em debito ao actual Collector Francisco Ignacio Cesar Setenta mil reis de Ciza que pagou o comprador Sebastião da Fonseca Doria e de como recebo aqui assignou. Villa do Pombal doze de Novembro de mil oitocentos trinta e nove — O Collector Francisco Ignacio Cesar — O Escrivão da Colleta Luiz Pereira de Carvaiho — E o theor da Procuração a que re-

feri he o seguinte — Pello presente nosso Alvará de Procu-
ração Constituímos nosso bastante Procurador nos Distritos das Villas
de Itapicuru de Gima, Monte Santo e Jerimoabo do Senhor Manoel
Felix de Andrade para que por nós como se propria fomos ou es-
tiveramos, possa ajustar e vender os citios e Fazendas pertencentes
ao Morgado da Casa da Torre citas nas ditas Villas, podendo assign-
nar as competentes Escripturas, para o que lhe concedemos os pu-
deres necessarios, ficando-lhos esta em seo vigor. Engenho do Pri-
piti quatorze de Junho de mil oitocentos e trinta e nove, Viscondessa
da Torre de Garcia d'Avilla.—Visconde da Torre de Garcia d'Avilla.

Numero cento e doia. Pagou oitenta mil reis de sello, Villa
tres de Agosto de mil oitocentos trinta e nove. Dias Ferreira —
Monteiro — E nada mais se continha em dito conhecimento e Pro-
curação que tornei a entregar áquelle ao Comprador e esta ao Pro-
curador dos vendedores que ambos aqui assignarão presentes por
Testemunhas Antonio Moreira Nunes, e José de Santa Anna Bar-
retto que tão bem aqui assignarão depois desta ser por mim lida em
suas presenças em Paulo Francisco da Fonseca Tabelião do Publi-
co Judicial e Notas que a escrivi — Como Procurador bastante dos
Excellentissimos Visconde da Torre e Viscondessa da Torre de
Garcia d'Avilla — Manoel Felix de Andrade — Sebastião da Fon-
seca Doria — Como testemunha presente, Antonio Moreira Nunes
— José de Santa Anna Barretto. E nada mais continha em dita Es-
critura Lançada no meo terceiro Livro de Notas desde folhas hua
até folhas tres do qual me reporto e com elle este conferi, corri, es-
crivi, assignei de meos signais publico e raso seguintes. Nesta Villa
de Santa Theresza do Pombal aos treze dias do mez de Novembro
de mil oitocentos trinta e nove. Paulo Francisco da Fonseca Tabel-
ião que a escrivi e assigno

P.

F.

Em tt.º de verde

O Tabam.

Paulo Francisco da Fonseca

Este traslado de escriptura tem no fim em apenso o seguinte
documento.

Rbi. do Sr. Sebastião da Fonseca Doria a qtia. de trezentos
mil reis restante de um conto de reis importancia da Fazda. Posso
Verde e Tabua, terras vindidas pr. ordem do Exmo. Sr. Visconde da
Tourri e eu recebo como Procurador do mmo. Excmo. Sr. e em No-
me do mesmo Exmo. me obrigo em todo tempo a fazer a sua com-
pra valiosa em mança, e pacifica posse, e pr. assim ser verdade, e
ploa. haver recebido passo o presente q. vai pr. mim some. assigna-
do, Fazenda do Posso Verde 6 de 7bro. de 1841 — Manoel Felix
de Andre. Como Testa. que este escrevy

Joaquim Manoel da Silva

Manoel Joaquim Ande.

Haris Bispo de Cena

Este traslado achava-se, em 1919, em poder de Manoel Benevides
do Rosario.

TRASLADO — ESCRIPTURA DE DOAÇÃO

Saibão quantos esta virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos cincoenta e sete aos vinte seis dias do mez de Junho do dito anno nesta Fazenda Poço Verde Termo da Villa de São João Batista do Geremoabo Comarca de Monte Santo Provincia da Bahia, e casas da dita Fazenda aonde eu Tabellião vim, abi perante mim, e testemunhas abaixo assignadas, appareceu Sebastião da Fonseca Doria conhecidos de mim Tabellião do que dou fé, e por elle foi dito que tendo doado a seus filhos Antonio da Fonseca Doria e Manuel da Fonseca Doria as terras do cemiterio Termo da Villa de Campos, provincia da Bahia, digo provincia de Sergipe, reservou para o mesmo um pequeno terreno onde tens edificado uma Santa Cruz e Capella para a mesma e sendo conveniente que esta possua um patrimonio afim

sendo conveniente que esta possua um patrimonio
de ter algum rendimento para
a referida Santa Cruz o dito das
doações feitas a seus filhos
.....
.....
principiará no marco de pedra da roça
..... do Puente, e dahi corta
..... o nascente té onde encontrar um marco
..... cortará na mesma direção a outro marco
de pedra e deste rumo direito ao Rio real descendo por elle abaixo
para a parte do Puente a confrontar com o marco principal acima
referido.

E por esta forma assim demarcada cede e transfere todo o dominio e posse que no referido terreno tinha a dita Santa Cruz, que é sua e fica sendo de hoje em diante sendo elle outorgante e administrador della, depois de sua morte será do seu filho Antonio da Fonseca Doria, e seguirá assim pelos seus descendentes até a ultima succepção, e eu Tabellião a estipulei e aceitei a bem dos e pessoas, a que pertencer.

E depois desta ser lida por mim perantes elles outorgado, a assignou com as testemunhas presentes Antonio da Fonseca Doria e Manuel José d'Andrade, que esta fiz em meu Livro de Notas.

Eu Trajano José de Carvalho Tabellião vitalicio que a escrivi

e a assignei em publico e razos de que uso — Em testemunho de verdade estava o signal publico — O Tabellião Trajano José de Carvalho — Sebastião da Fonseca Doria — — Nada mais se continha nem declarava outra mais alguma cousa em o dito Livro de Notas e a elle me reporto e este sem cousa que duvida faça por mim escripto e assignado nesta Villa, digo nesta Fazenda Poco Verde Termo da Villa de Geremoabo aos vinte seis dias do mez de Junho de mil oitocentos cincoenta sete. Eu Trajano José de Carvalho, Tabellião vitalicio que o escrivi e assignei em publico e razos de que uso.

(Tem o signal publico de Escrivão e Notas do pagamento do sello).

ESCRITURA DE DOAÇÃO

Dizemos nós, abaixo assignados, marido e mulher, Manuel da Rocha Franco e D. Rosalia Maria do Espirito Santo que somos legitimos senhores e possuidores de hum terreno no lugar denominado Caixorro-morto nosso Sitio, de cujo terreno fizemos doação de hum pedaço a Santa-Cruz do Poco-Verde no termo da Villa de Campos, para augmentar seo Patrimonio; cujo pedaço de terra he demarcado pelo modo seguinte... Principiará do marco de pedra do Nascente o cujo foi plantado pelo finado Sebastião da Fonseca Doria, e seguirá pelo lado do Sul rumo direito ao marco de pedra que plantamos no pé do Umbuzeiro no Caminho do Angico, e dahi rumo direito para o Poente a outro marco de pedra, e deste rumo direito para o Norte a uma brauna que se acha ao pé da Estrada nova que segue para o Bom Conselho aonde plantamos uma pedra de guia e desta na mesma linha rumo direito ao Rio Rial aonde tambem se acha outro marco de pedra plantado; voltando rio acima para o Nascente até encontrar com o antigo Patrimonio da referida S. Cruz. E para seu titulo lhe passamos o presente de nossa livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma, podendo ser possuido pela mesma para seo Patrimonio, augmentando o mesmo com o terreno que já possui; Sendo a presente entregue a nosso filho Marcolino da Rocha Franco para ser guardada e a todo tempo servir de documento. E para inteiro vigor este val por um de nós assignado, assignando a Rogo da doadora por não saber ler nem escrever Manuel Benevides do Rosario tudo perante as testemunhas abaixo firmadas. Sitio Caixorro Morto. 19 de dezembro de 1885. (A.) Manoel da Rocha Franco. A rogo da doadora D. Rosalia Maria do Espirito Santo por não saber ler nem escrever Mel. Benevides do Rosario. Como testemunhas Ananias Rolz de Souza, José Antonio de Carvalho Souza. Registrado a f. 27 v do meu Livro de Notas n. 4. Bom Conselho 20 de Fevereiro de 1886. O Tabelião de Notas Pedro Augusto Cezar.

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE DE 1930 A 1940

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta, às vinte horas, no salão de conferencias da Biblioteca Publica do Estado, onde o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe tem sua sede, presentes os membros da diretoria, Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, presidente; coronel Francisco de Souza Porto, vice-presidente; Florentino Teles de Menezes, 1.º secretário; Epifanio da Fonseca Doria, Tesoureiro; Franco Freire, orador e dr. Alfeu Rosas Martins, da comissão de fazenda, o presidente declarou aberta a sessão; mandando proceder á leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada.

O expediente constou de jornais, revistas e outras publicações, que foram mandadas arquivar, e de tres requerimentos, a saber: do dr. Alexandre Lobão, pedindo sua transferencia, da classe de socio efetivo para a de correspondente, de acordo com o artigo 13 dos Estatutos, em face de ter mudado de residencia; do capitão João Pereira de Oliveira, fazendo igual pedido, por se ter transferido desta cidade, para Realengo no Rio de Janeiro; de Anibal Xavier de Oliveira pedindo eliminação. Foram atendidos. Em seguida o Sr. Tesoureiro comunicou que verbalmente lhe dirigiram pedidos de eliminação os seguintes socios: Padre Alberto Bragança de Azevedo, Manuel Campos de Oliveira; Manuel Mauricio Cardoso e Carlos Dantas. — A Diretoria resolveu mandar excluil-os do rôl dos associados.

O dr. presidente comunicou á casa o andamento do projeto da Bancada de Sergipe no congresso Federal, referente ao auxilio de 60:000\$000, por parte do Governo da União, para a construção do prédio, sede do Instituto, do qual a mesma ficou inteirada.

E como nada mais houvesse a tratar o presidente declarou encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mes de Agosto de mil noventos e trinta, ás vinte horas, na séde do Instituto, presente o dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, cel. Francisco de Souza Porto, D. Maria da Gloria Chaves, Enoch Santiago, João Alfredo Macilac Mota, Niceu Dantas, Pedro Machado, João Montaivão Matos, Florentino Teles de Menezes, Estevão Magalhães, Otavio Cardoso, Hermenegildo Leão dos Santos, Floro Edmundo Freire, José Silverio, Aureliano Luiz Betamio, Alfeu Rosas, Edison de Oliveira Ribeiro, João Passos Cabral e Elias Carmelo foi pelo presidente declarada aberta a sessão, congratulando-se com o Instituto pela passagem do 18.º anniversario de sua fundação.

Em seguida o Tesoureiro, major Epifanio Doria, com a apresentação dos documentos respectivos, pos à casa ao corrente do seu movimento financeiro, apresentando um saldo de vinte e cinco contos cento e vinte e oito mil e oitocentos reis (25:128\$800), sendo aprovado o parecer da Comissão de Finanças dando como boas as contas da Tesouraria.

Neste ato o dr. Floro Freire pediu a palavra e apresentou á consideração do Instituto um voto de louvôr pela atuação do consocio Epifanio Doria, que foi aprovado, por unanimidade. O referido consocio Epifanio Doria pediu igualmente um voto de louvôr pelo comparecimento da professora d. Maria da Gloria Chaves, dando assim um testemunho do interesse da mulher sergipana pelos nossos superiores interesses. A aludida professora agradeceu o dito voto que foi accito por todos.

O consocio Enoch Santiago pede então a palavra e propõe que a casa se congratule com o seu vice-presidente, cel. Francisco de Souza Porto, pelo fato de sua escolha para o cargo de Presidente do Estado, o que foi unanimemente aprovado.

E como nada mais houvesse a tratar o dr. Nobre de Lacerda, presidente do Instituto, levantou a sessão, da qual lavrei a presente ata.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mes de Setembro de mil novecentos e trinta, no salão de conferencias da Biblioteca Publica reuniram-se membros da Diretoria do Instituto, dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, presidente; cel. Francisco de Souza Porto, 1.º vice-presidente, dr. Edison Ribeiro, 2.º vice-presidente; dr. Niceu Dantas, secretario geral; Florentino Menezes, 1.º secretario; Dr. Enoch Santiago, 2.º secretario; professor Manuel Franco Freire, orador, o Epifanio da Fonseca Doria, Tesoureiro, afim de realisarem a sessão ordinaria mensal, tendo o presidente declarada aberta a mesma sessão mandando em seguida ler a ata anterior, que foi aprovada.

No expediente foram lidos: — cartão do consocio Francisco Porto, presidente eleito do Estado, agradecendo as felicitações que o Instituto lhe transmitira; telegramas do senador Lopes Gonçalves, assim redigido: — Dr. Nobre de Lacerda, Aracajú. — Ontem requeri, sendo aprovada, urgencia votação credito Instituto. Parabens, abraços; do senador Pereira Lobo nestes termos: Official Dr. Nobre de Lacerda, Juiz Federal, Aracaju. — Rio 28. — Tenho satisfação em comunicar illustre patricio amigo que projeto sobre apelo Instituto Historico e Geografico Sergipe foi para redação final aprovado, data de ontem nesta casa do Congresso. Peço cientificar nosso amigo major Epifanio Doria. Saudações. Pereira Lobo. Idem do deputado Humberto Dantas, assim concebido: Epifanio Doria, Aracaju. Rio 9 de Setembro. Tenho prazer communicar presado amigo foi ontem sancionada a resolução legislativa autorisa governo auxiliar com sessenta contos construção Instituto. Cordiais Saudações.

Em seguida foi comunicado pelo tesoureiro á directoria a situação de atrazo de pagamento dos socios drs. Ascendino Xavier Argolo; Francisco Soares de Brito Travassos; Jardelino de Figueiredo Porto; Joaquim Mauricio Cardoso; José Marinho dos Santos; João Albuquerque Maranhão; Artur Batalha Ribeiro e dr. Benigno de Assis, tendo ficado resolvida a eliminação dos mesmos, o que efetivamente se deu.

E como nada mais houvesse a tratar mandou o presidente que se lavrasse a presente ata, que vai devidamente assinada.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão ordinária da Directoria do Instituto Historico e Geografico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos vinte três dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e trinta, no salão de conferencias da Biblioteca Publica do Estado, presentes vinte e seis socios, como se ve do livro respectivo, á flia. 40, foi pelo Presidente, dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda declarada aberta a sessão, mandando que o secretario procedesse á leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão foi aprovada.

Não houve expediente.

Em seguida o Presidente declarou que o fim da sessão era apresentar á consideração da casa uma proposta que lhe fora enviada com a assinatura de vinte e cinco consocios, no intuito de elevar o Exmo. Sr. Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, á categoria de socio benemerito do Instituto, dado o interesse demonstrado pelo illustre brasileiro para com a instituição, sancionando a lei numero 5874, de 8 de Setembro corrente, do Congresso Nacional, que autorizou o Poder Executivo a auxiliar com a quantia de sessenta contos de reis a construção da sede do Instituto.

Posta em discussão a proposta o consocio Epifanio da Fonseca

Doria requereu dispensa de interstício para ser deliberado o assunto, o que foi aprovado, sendo afinal, após parecer da Comissão de admissão de socios aceita a referida proposta, por unanimidade de votos.

Terminada a discursão da proposta anterior foi enviada á mesa outra no sentido de consignar na ata da sessão de hoje um voto de louvor aos consocios senadores: José Joaquim Pereira Lobo e Gilberto Amado, autores do projeto da lei de auxilio; e aos demais representes na Camara e no Senado, que lhes prestaram apoio; Drs. Antonio Batista Bitencourt, Graco Cardoso, Gentil Tavares da Mota, Leandro Maciel, Gilão Amado e Humberto Dantas, Deputados; e senador Lopes Gonçalves, comunicando-se-lhes em seguida a acceitação deste voto pela casa.

A proposta foi unanimemente aceita.

Votada a materia referida é remetida á mesa outra proposta de consignação de um voto de louvor pelos serviços que o Presidente do Instituto, Dr. Nobre de Lacerda, tem prestados em sua operosa direção, que, sendo calorosamente votado foi mandado consignar.

Igualmente foi aprovada uma proposta da mesma natureza pra com o Exmo. Sr. Presidente do Estado, Cel. Manuel Dantas, pelos serviços prestados ao Instituto, no seu quatrienio.

Ainda foi presente uma proposta firmada por cinco socios para eleger-se o sr. Anibal Falcão Lima, socio correspondente deste Instituto, assim como uma outra apresentando para socios efetivos os senhores: Amaud Quirino Rodrigues Silva, José Carmelo, Teonilo Leite e José Sebrão de Carvalho Sobrinho.

Com os pareceres favoraveis da comissão de admissão de socios foram ambas aprovadas.

E como nada mais houvesse a tratar, o presidente do Instituto encerrou a sessão da qual lavrei a presente ata que vai devidamente assinada.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão solene realizada pelo Instituto Historico e Geografico de Sergipe, para comemorar o primeiro centenario da abdicção de D. Pedro I.

Aos sete dias do mes de Abril do ano de mil novecentos e trinta e um, no salão de conferencias da Biblioteca Publica do Estado, onde o Instituto tem sua séde, ás 20 horas, presente grande numero de socios, foi pelo Exm. Sr. Presidente, Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda declarada aberta a sessão, começando por explicar o duplo fim da reunião. O primeiro era receber no seio do Instituto e na forma dos seus Estatutos o Exmo. Sr. Capitão Augusto Maynard Gomes, que em virtude de suas funções de Interventor federal ficará investido do cargo de Presidente Honorario desta Instituição.

A segunda era comemorar-se condignamente o fato historico da abdição do Imperador D. Pedro I.

Sobre esta ponto de nossa historia politica o dr. Nobre de Lacerda leu um magnifico trabalho tecendo esplendidos conceitos em torno do memoravel acontecimento.

Assumiu, então, a presidencia da sessão o Exmo. sr. intervenor federal, que em ato continuo concedeu a palavra ao orador da casa, professor Manuel Franco Freire.

De inicio, o orador começou a estudar a personalidade do Capitão Augusto Maynard e congratulou-se com o Instituto pela honra de recebe-lo em seu seio.

Em seguida passou a ler o seu estudo de fundo historico referente ao feito do primeiro monarcha e aos fatos que o conduziram á abdição, marco este de relevo na historica do Brasil.

Trminada a oração official o Exmo. Sr. Presidente facultou a palavra a quem a pedisse, e, como ninguem a solicitasse declarou encerrada a sessão da qual, para constar, eu, Enoch Santiago, 2.^o secretario lavrei a presente ata que vai devidamente assinada.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão extraordinaria do Instituto Historico e Geografico de Sergipe, convocada para tratar-se da questão de limites Baía-Sergipe, como abaixo se declara:

Aos vinte e oito dias do mes de Abril de mil novecentos e trinta e um no salão de conferencias da Biblioteca Pública do Estado, séde do Instituto, ás 20 horas, presente grande numero de socios, representantes de todas as classes sociais, foi declarada aberta a sessão, lida e aprovada a ata da sessão anterior. Explicando o fim da sessão que era tratar-se de estudar um meio de solucionar a velha questão de limites entre Baía e Sergipe, o dr. Presidente do Instituto pediu á assistencia que se manifestasse a respeito do assunto, achando por sua vez que, ambos os Estados, membros componentes da Federação, deviam dar ao caso uma solução pacifica. Leu em seguida a seguinte carta, que recebera, declarando-se em parte contrario a ela por que trata de firmar jurisdicção em territorio contestado: "Illustrre dr. Nobre de Lacerda. — Sincero o meu pesar por não comparecer a sessão que o Instituto Historico e Geografico vai realizar em pró de direitos á posse do territorio pertencente a Sergipe e que se acha atualmente sob a jurisdicção da Baía procurando sempre fugir a ventilação do caso — já no seio do Congresso Nacional já no processo de arbitramento por ela aceito, mas no qual brilhou pela ausencia, na pessoa do Sr. Braz do Amaral. Eis por que a meu ver, cumpre ao Instituto e ao Governo sergipanos, irmanados pelo patriotismo promoverem no momento um solução amistosa no referente á velha contenda de nossa politica territorial. Interrogar-me-

ã, porém, o illustre colega a quem me dirijo: — como promover amistosamente solução nesse particular se não ha unidade de vistas, se, ao contrario, ha choque de interesse?! E eu lhe responderei: Desde que o Governo revolucionario do país não resolveu até agora por termo as questões de limites inter-estaduaes, obrigando aos Estados a solvencia das respectivas questões, mediante prazo improrogavel, sob pena de ficarem tais territorios sendo territorios nacionais, bem pode o patriotismo do Governo de Sergipe, que ora pensa e sente sergipanoamente pôr em ação os processos usados pelas administrações baianas contra nós: — firmar jurisdicção sobre o territorio de que se acha a Baía de posse mas, que nos pertence, nomeando para elle autoridades policiaes, administrativas e judiciaes sem nenhuma exigencia de Foro. Essa idéa ou sugestão não é minha. Confiou-ma, em palavras intimas, o mais ardoroso defensor de nossas reivindicações territoriaes o general Ivo do Prado. Era o traçado que ele daria para a solução do caso, e o executaria, caso fosse um dia dirigente dos destinos de Sergipe. E me acrescentou: “Não conheço recurso mais eficaz para forçar a Baía a sair do seu estacionismo no assunto”. Com satisfação, subscrevo-me colega e amigo admirador. Prado Sampaio. Aracajú, 28 de Abril de 1931. “A idéa exposta não foi aceita, e teve a palavra o orador do Instituto, professor Manuel Franco Freire, que resumiu assim o seu discurso: como todo sergipano amante de sua terra não desconhecia a importante questão do nosso direito a uma faixa imensa de territorio até hoje sob a jurisdicção da Baía, que só podia alegar, como o maior dos argumentos a seu favor, a posse duas vezes secular, sobre a aludida região. Fez o orador o elogio da capacidade de trabalho do sergipano premido na estreiteza dum solo pequenino e pobre, assolado pelas secas periodicas, fadado a um eterno exodo e sua terra a serem as sementes em regiões longiquas da civilização prosperada pelo seu intenso labor, pela constancia impressionante de sua resistencia moral. Deante dessa situação, a Baía rica e prospera, de imensos territorios fertes, de grandes florestas e belas cachoeiras, de fartas minas, sob climas diversos e saluberrimos, onde a semente jogada ao solo é promessa segura, ficaria maior e mais bela mais poderosa e mais rica, se nos cedesse o territorio que reclamamos para que os sergipanos não continuem a emigrar para outras terras longiquas, mas possam fixar a tenda de seu trabalho bem aos seus dentro de sua terra. Lembra o orador a Baía cavaleiresca dos grandes Estadistas do Imperio; a Baía liberal de Rui Barbosa, a Baía lirica de Castro Alves, que hoje se tornaria maior e mais bela pela desambição, pela generosidade, pelo cavaleirismo de reconhecer o nosso direito a faixa de terra reclamada, diante dos documentos paciente e patrioticamente colligidos pelos grandes e nobres espiritos que se dedicaram a essa louvavel tarefa. Em comovida evocação lembra o orador a figura de Ivo do Prado, o nosso maior patrono; o idealismo da alma lirica de Sergipe elagorando os nossos direitos na palavra de João Barreto, allenta ainda os nomes de todos os que se dedicaram á questão vital da restauração do nosso territorio, como sejam Francisco Antonio de Carvalho Lima Junior, Mansel dos Passos de Oliveira Teles, pa-

dre João de Matos e Elias Montalvão. Por fim, perorando, disse o orador que Sergipe pelo patriotismo dos seus governos pela operosidade de seus filhos, havia de subsistir na historia dos povos pequenos, como exemplo edificante na luta admiravel em prol de sua riqueza economica e da liberdade de sua terra conquistada pela tenacidade heroica de sua gente". Terminada a oração, que foi muito aplaudida, teve a palavra o dr. Edíson Ribeiro que fazendo considerações em torno da questão de limites do momento nacional, lembrou que para dirimir a contenda, Sergipe, pelo arbitramento, desse um nome, Baía outro e o Presidente da Republica um terceiro. Falou, então, o Snr. João Freire Ribeiro, que declarou estar de acordo com a idéa da carta do dr. Prado Sampaio. Depois deste orador falou o dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles. Com a sua reconhecida autoridade de representante de Sergipe no Congresso de Belo Horizonte, explanou o assunto e declarou que a idéa do dr. Prado Sampaio, era do capitão do exercito, Bina Fonyat, e referiu a carta de Rocha Pombo, que disse ser o livro de Ivo do Prado uma verdade mas, que não havia tribunal que desse razão a Sergipe. Lembrou ainda que Rui Barbosa aconselhou a Seabra a occupação armada dos territorios, mas, Rui desconhecia os nossos documentos. Terminada a oração do dr. Manuel dos Passos falou um moço baiano, cujo nome não foi conhecido, que fez comentarios sobre o caso, sendo interrompido por alguns assistentes que apartavam de quando em quando. Terminou com uma saudação a Sergipe, que disse conhecer como um Estado prospero e operoso. Por ultimo falou o desembargador Gervasio Prata que disse: — "Todo sergipano tocado pelo seu amor á terra natal está no dever de prestar o seu apoio e trazer o seu concurso á causa dos nossos limites com o Estado da Baía. Nenhuma causa é maior entre nós, nenhuma pode exceder em desvelo e solicitude, nenhuma se afigura tão importante aos nossos sentimentos regionaes, como a questão das nossas fronteiras. Ha mais de dois seculos que o territorio de Sergipe se traça e retracha na carta do Brasil, sem uma fixidez definitiva, encurtando-se dia a dia por causa de uma colonização mal feita e pelo interesse que tem tido a Baía em se não desfalcar dos seus grandes territorios. De redução em redução, Sergipe ficou transformado numa migalha territorial comprimido entre o Rio São Francisco e as terras elasticas da Baía: Ficou pequenino e esmagado pelas massas territoriaes baianas. As suas jurisdicções, foram sendo tomadas pela occupação e pelas leis da Providencia da Baía, ficando-nos apenas esta area de menos de 39.000 Km. quadrados, em que existimos hoje como Estado Federado. Nunca, porem, nos conformamos com os despojamentos soffidos e a cada movimento realizado contra a nossa integridade territorial bradamos sempre, como nos dá testemunho a historia, vencidos, mas não convencidos da falta dos nossos direitos. E as nossas constituições sergipanas, falando pelo nosso direito, inscreveram todas na sua introdução que — O Estado de Sergipe tem por territorio o da antiga Provincia sem prejuizo do que lhe pertence, embora alheio a sua jurisdicção. E' nosso patrimonio territorial que esta fora do nosso poder e que vimos reclamar incessantemente, como uma reivindicação sagrada que um dia nos há de vir ás mãos. Os nossos gover-

nos não tem esquecido este dever. E se a nossa grande questão ainda se acha por solucionar, a culpa não tem sido deles, mas da insignificância de Sergipe e a braços com um contendor desproporcionado. Que poderia fazer mais Sergipe com 7 representantes no Congresso Nacional e a Baía com 25? Com uma população de 600 mil habitantes e a Baía com cerca de 4 milhões? Com uma receita de 8 mil contos e a Baía com 80 mil? Com uma superfície inferior a 39.000 Kms. quadrados e a Baía com outra maior de 500 mil? Essa desigualdade profunda na importância nacional tudo há dificultado a Sergipe, até mesmo a sua atual linha divisória, de fato, traçada pela Baía. O município de Coité avança contra nós, de ano a ano, nos seus lançamentos fiscais não se regula pela linha oficial de limites, de 1871, mas pela incorporação que fez dos nossos pedaços de terras ao seu município.

Quem percorrer a nossa fronteira, no setor de Oeste terá a prova chocante destes fatos. Isto mesmo fiz ver ao Governo, em relatório apresentado, no ano de 1928, demonstrando a necessidade de defendermos o território sergipano contra as infiltrações da invasão. Tão flagrantemente me pareceram as usurpações que clamei ao Governo as nossas providências contra elas. Os conflitos de jurisdição não cessam nessa zona, porque nos não podemos resignar com o desfalque daquilo que nos pertence, vendo os funcionários de outro Estado cobrarem impostos e praticarem atos de jurisdição além da linha que a própria Baía estabeleceu, a seu modo, para dividir connosco. Esses pequenos incidentes alimentam a nossa questão e nos trazem a consciência de que é preciso resolver, por uma vez este problema do Estado de Sergipe. Anteriormente só faziam reclamar o nosso direito, estando as provas esparsas nos arquivos. O Presidente Olímpio Campos foi quem teve primeiro a lembrança de encarregar o padre João de Matos Freire de Carvalho, para estudo do assunto e este notável homem de conhecimentos apresentou a monografia—QUESTÕES DE LIMITES SERGIPE-BAIA—, expõe convincentemente as violações que padecemos no lado do ocidente da nossa fronteira. Numa das suas Mensagens o presidente Josino de Menezes tratou longamente da questão. O Presidente Siqueira de Menezes levantou o caso de um modo ruidoso, fazendo atrair *in loco* um representante especial do Governo da Baía, o Dr. Braz do Amaral e, num lance de sergipano revoltado, mandou ocupar os trechos no Saco e Apertado de Pedra, trechos que foram restituídos pelo seu substituto no Governo. O Presidente Oliveira Vianna prosseguindo na causa magna do nosso Estado, entendeu de colligir os documentos possíveis, incumbindo da nobre missão o saudoso professor Lima Junior, que se desempenhou admiravelmente, apresentando o substancioso livro—Historia dos limites entre Sergipe e Baía. O Presidente Pereira Lobo promoveu entendimentos com o Governador da Baía, dr. J. J. Seabra, sobre os meios de findarem a controvérsia dos Estados. Tudo, porém, foi inútil. Cometeu, então ao pranteado General Ivo do Prado, um especialista na matéria, o encargo de escrever um trabalho a respeito. E o grande valor patriótico deu a publicidade uma memoria vasta e documentada:—A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias, onde mais do que os seus antecessores levou os direitos de Sergipe até muito longe. No Congresso de Belo Ho-

rizonte nutrimos a esperança de ter nossa pendência solucionada pelo arbitramento. Ivo do Prado e Manuel dos Passos fizeram chegar até lá as nossas pretensões. Mas, a Baía se arreceiou do arbitramento e nenhum passo adiantou sobre os seus limites com Sergipe. Suspensa tem estado daí para cá, a questão revivescida eventualmente por modestos incidentes de fronteiras. E mesmo nesses incidentes o sacrificado tem sido o nosso Estado. E' portanto um motivo de maior interesse para nós que o nosso litigio sobre limites seja definitivamente encerrado. A Revolução nos prometeu, no seu início, este acontecimento, mostrando-se decidida a dirimir as questões territoriaes dos Estados. Mas, como existe ainda uma grande soma dos problemas que ela se propõe resolver, afigura-se preferível que nos caiba a iniciativa do assunto, para não perdermos a oportunidade de vermos realizada uma aspiração multi-secular. Não sabemos se este novo esforço a que nos atiramos corresponderá aos nossos desejos. Não podemos assegurar que estamos certos de atingir o nosso objetivo. Mas refletimos que o Governo Provisorio da Republica encerra a autoridade necessaria para tomar a si a questão, suscitando os meios para resolve-la pela forma do arbitramento ou de outra igualmente pacifica e compativel com os sentimentos da fraternidade nacional. E' uma tentativa que os nossos impulsos sergipanos lançam ao poder maior da Nação. E com a facilidade de não serem precisas as ratificações do Poder Legislativo dos Estados, pois que este se acha suprimido no periodo revolucionario. Sergipe, que é o lesado, não deve perder o ensejo de provocar o ser resolvido o grande caso. O Instituto, despertando a questão entre os seus consocios e amparado por todas as classes, transmitirá ao nosso patricio o Interventor essa resolução. E ele, sergipano de idéal e possuido do mais firme amor a sua terra, se dignará do sagrado desempenho de solicitar ao Governo da Republica a iniciativa de uma solução civilizada na pendência de limites entre as duas unidades da federação, com a maior elevação de vista e patriotismo. No caso em que sejamos felizes nessa nossa aspiração, o Governo do Estado, de acordo com o Instituto, tratará de elaborar o Memorial, fixando os nossos direitos e as nossas pretensões, fazendo-o acompanhar das publicações que dispomos sobre o assunto, para servirem de base e estudo na discussão da grande causa. E' o voto que apresento e submeto á consideração do Instituto". Terminada a exposição do desembargador Gervasio Prata, que recebeu muitos aplausos, a presidente submeteu á votação a proposta apresentada, que foi unanimemente aceita, como a manifestação do Instituto Historico e Geografico de Sergipe, no momento presnte, para levantar a questão de limites Baía—Sergipe, e conclui-la, ficando encarregado o referido proponente de redigir o Memorial a ser apresentado ao Interventor Federal no Estado, capitão Augusto Maynard Gomes, que deve ser assinado por toda a Diretoria do Instituto. O presidente franqueou ainda a palavra a quem dela quizesse uzar, e como ninguém a solicitasse deu por finda a sessão.

A ela compareceu tambem uniformizada, a Escola Normal "Ruy Barbosa", acompanhada do seu diretor, dr. Helvecio de Andrade. E como nada hovesse a tratar mandou o presidente que, para constar, la-

vrasse eu, Enoch Santiago 2.º secretário, a presente ata que vai devidamente assinada.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão de Assembléa Geral para a eleição da Diretoria e Comissões permanentes, como abaixo se declara:

Aos trinta dias do mes de julho do ano de mil novecentos e trinta e um, ás dezanove horas, na séde do Instituto, presentes vinte e sete socios, o presidente, coronel Francisco de Souza Porto, declarou aberta a sessão mandando ler a ata da sessão anterior, que foi aprovada. No expediente nada ocorreu. Na ordem dos trabalhos o presidente disse que a sessão tinha por fim eleger os membros da nova Diretoria, para o bienio de 1931 a 1933.

Feito o escrutínio apurou-se o seguinte resultado: Presidente dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, 19 votos; 1.º vice-presidente: cel. Francisco de Souza Porto, 19 votos; 2.º vice-presidente, dr. Edison Ribeiro, 19 votos, secretario geral dr. Niceu Dantas, 20 votos; 1.º secretario, professor Florentino Teles de Menezes, 19 votos; 2.º secretario, Dr. Enoch Santiago, 19 votos; orador professor Manuel Franco Freire, 19 votos; Tesoureiro, Epifanio da Fonseca Doria, 17 votos; Comissão de Fazenda e Orçamento. Dr. Alexandre Lobão, 19 votos; Desembargador Otavio Cardoso, 19 votos; dr. Alfeu Rosas, 17 votos; Comissão de Historia — Professor Artur Fortes, 20 votos; dr. Manuel dos Passos, 19 votos; Elias Carmelo, 18 votos; Comissão de Geografia — Huberto Dantas 16 votos; dr. Edgar Coelho, 18 votos e dr. Prado Sampaio, 18 votos. Comissão de Admissão de socios — João Montalvão Matos, 19 votos, Joaquim Lins de Carvalho, 18 votos e Nicanor Nunes, 15 votos. Comissão de Manuscritos e autografos — Hermenegildo Leão, 20 votos; Pedro Machado, 19 votos e Dr. Clodomir Silva, 19 votos. Comissão de Redação da Revista—desembargador Gervasio Prata, 19 votos; dr. João Dantas Martins dos Reis, 17 votos, dra. Maria Rita, 17 votos.

Terminada a eleição proclamou-se o resultado, em face de não ter havido reclamação alguma, antes.

Com a palavra o presidente em exercicio, coronel Francisco Porto anunciou a proxima chegada, a esta capital do sul do Paiz do presidente efetivo, dr. Nobre de Lacerda, propondo uma comissão para apresentar cumprimentos em nome do Instituto, sendo nomeados Drs. Alfeu Rosas, Alexandre Lobão e Epifanio Doria.

Sob a proposta do tesoureiro Epifanio Doria foi nomeada uma comissão composta dos srs. professor Florentino Menezes, Pedro Machado e dr. Josefa Brandão, para agradecer pelo Instituto ao Intendente desta capital, snr. Camilo Calazans, a subvenção consignada no orçamento Municipal.

Pelo Tesoureiro, Epifanio Doria, foram apresentadas as contas

do ano findo, todas em boa ordem com o parecer da Comissão de Fazenda e Orçamento, aprovando-as, e pelas quais foi verificada a existência de um saldo de 33:161\$650, depositado no Banco Mercantil Sergipense.

E como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a sessão da qual lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

(AA.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão de posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mes de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e um, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no salão de conferências da Biblioteca Pública do Estado, às dezenove horas, havendo número legal, o presidente dr. Nobre de Lacerda, declarou aberta a sessão sendo lida e aprovada a ata da sessão passada.

O presidente, em seguida, fazendo um relato da vida do Instituto, no ano findo, disse que a sessão era para se efetuar a posse da Diretoria e das Comissões Permanentes, feitas para o biênio de 1931 a 1933, e estando presentes os consócios escolhidos, convidava-os a tomarem posse dos seus cargos, o que se verificou.

E como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar, eu, Enoch Santiago, 2.º secretário lavrei a presente ata.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara.

Aos dezoito dias do mes de Março do ano de mil novecentos e trinta e dois, às vinte horas, na sede deste Instituto, no salão sul do pavimento térreo do Palácio do Governo, realizou-se a sessão extraordinária convocada para homenagear ao major Juarez Távora, ora em Sergipe no desempenho de missão que lhe fôra confiada pelo Governo Provisório no Norte do País.

Com a presença do Ilustre soldado ao lado do Exmo. Sr. Major Augusto Maynard, Interventor Federal, e principais autoridades do Estado, foi aberta a sessão pelo presidente do Instituto, dr. Nobre de Lacerda, que em sucinto e elegante discurso expôs os fins da reunião, aludindo a simpática e valorosa figura do ilustre brasileiro que Sergipe se honra de hospedar.

Terminada que foi a oração o presidente do Instituto convidou o Exmo. Sr. Major Augusto Maynard Gomes, Interventor Federal, presidente de honra do sodalicio, para ocupar a cadeira principal e presidir a reunião.

Ocupando o seu posto de honra deu S. Excia. a palavra ao dr.

Enoch Santiago, para fazer a saudação oficial do Instituto Histórico ao Major Juarez Távora.

O orador proferiu uma saudação em que de par com os votos do Instituto pela satisfação de ter em seu seio o illustre soldado, aproveitava o motivo de sua missão no Norte do Brasil, para interessar o patriotismo de S. Excia. ao maior desejo dos sergipanos que era dirimir a velha questão de limites com a Baía, litígio de uma grande simplicidade que está a reclamar uma solução justa equidosa e pacífica.

Ágradecendo a manifestação do Instituto Histórico e Geográfico, o Major Juarez Távora congratulou-se com o Estado de Sergipe, pelo surto de progresso que se observa no seu centro de cultura e tradições, onde se vê confirmado o justo renome que a terra sergipana goza na esfera da intelectualidade brasileira. E atendendo ao apêlo que o Instituto vinha de fazer disse que, tanto quanto em suas forças estivesse, contribuiria para que a pendência de limites entre os Estados amigos, Sergipe e Baía, recebesse em prazo breve, uma solução honrosa e justa.

As últimas palavras do illustre homenageado receberam vibrantes aclamações.

Por fim o Exmo. Sr. Major Interventor Federal deu por encerrada a solenidade, da qual lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mes de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e dois, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no salão sul do pavimento térreo do Palácio do Governo do Estado, as vinte horas, presentes os consócios dra. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, presidente, Otávio Gomes Cardoso, Alexandre Lobão, Edison de Oliveira Ribeiro, professor Manuel Franco Freire, Senhoras João Montalvão e Epifanio Dória, todas da Diretoria, comigo Enoch Santiago, secretário, foi declarada aberta a sessão, mandando o dr. presidente que se fizesse a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Não havendo expediente o dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, em obediência aos Estatutos, passou a lér o Relatório de sua gestão, no período administrativo de 1931 a 1932. Salientou que a data marcava o vigéssimo ano do Instituto e que era motivo justo de congratulações, passou a narrar em seguida os fatos de maior relevo ocorridos no ano findo, salientou o que se refere a nossa questão de limites com o vizinho Estado da Baía.

Aludiu à memorável sessão realizada em prol da solução do tão importante problema, a qual compareceram os elementos mais representativos do nosso meio social e político. Todas as ocorrências sociais foram narradas com a maior precisão, sendo o trabalho do

dr. presidente acolhido e aplaudido como um fiel repositório de fatos da vida do Instituto na etapa vencida.

Após esta narrativa o tesoureiro pediu a palavra e apresentou o Balanço e comprovantes do fundo social da instituição, que acusa no presente momento: — Receita 9:964\$550, Despesa 1:545\$200. Saído 8:419\$350, este de 1931-1932, que junto ao anterior soma 41:581\$000.

Encerrado este assunto a Diretoria unanimemente resolveu mandar consignar na ata dos trabalhos da sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento dos eminentes sergipanos, desembargador Melchisedec Matusalem Cardoso e Manuel Bomfim, o primeiro magistrado de real merecimento, que residia no Rio Grande do Sul; o segundo residente no Rio de Janeiro e de quem Humberto de Campos em memorável crônica, escreveu: "Tenho tratado com homens de erudição e homens de talento, espíritos profundos que rasgam o sólo buscando o tesouro das gerações mortas e espíritos graciosos que lançam para o ar as sementes do ouro apanhadas ao vento. Confesso, porém, que jamais encontrei um celeiro de idéas gerais tão rico, tão cheio, tão opulento, como este que a morte acaba de destruir, sepultando na terra, e cobrindo de areia Manuel Bomfim foi na verdade, uma das mais vivas organizações mentais que o Brasil tem produzido".

Ainda foi resolvido que se consignasse um voto também de profundo pesar pelo falecimento do grande brasileiro Alberto Santos Dumont.

Como nada mais honvesse o presidente declarou encerrada a sessão, mandando lavrar a presente ata, para constar, o que foi feito por mim Enoch Santiago, 2.º secretário.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, solicitada pelo Exmo. Sr. Major Interventor Federal no Estado, para tratar da questão de limites entre o nosso Estado e o da Baía, como abaixo se declara:

Aos vinte dias, digo, aos vinte e nove dias do mes de Novembro do ano de mil novecentos e trinta e dois, às vinte horas, no salão do lado sul do Palácio do Governo do Estado, onde o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe tem sua sede, presentes o Exmo. Sr. Major Augusto Maynard Gomes, Interventor Federal, acompanhado de sua Exma. Esposa e auxiliares da administração, vários membros da Diretoria do Instituto, associados, grande número de pessoas de todos os centros cultos da capital, foi pelo presidente, dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda declarada aberta a sessão, convocada em vista da solicitação do Exmo. Sr. Major Interventor para dar conhecimento ao Instituto da situação em que deixou, após sua viagem à Capital da República, a nossa pendência de limites com o vizinho Estado da Baía. Declarando assim o motivo da sessão de natureza relevante e de máximo interesse público tanto que fizera acorrer ao Ins-

tituto tão crescido número de pessoas, o presidente declarou que passava a direção dos trabalhos ao Sr. Major Interventor, de acôrdo com o que determinam os estatutos da casa. Assumindo a presidência e alvo da expectativa dos presentes pela delicadesa do assunto que ia tratar, o Exmo. Sr. Major Augusto Maynard Gomes fez um ligeiro estudo de Sergipe em face dos seus problemas sociais e econômicos entre os quais avulta a velha questão de limites com o Estado da Baía. Saliou a necessidade que sentiu como Governo de empenhar-se para vêr resolvida semelhante pendência, em benefício da paz que deve reinar entre os Estados irmãos e ainda porque isto exige a economia pública de Sergipe, por tantos anos desfalcada de uma faixa de terra que lhe pertence, mas, de que a Baía se apoderou e teima em não largar, contra todas as razões e fatos históricos que daí estão demonstrando o direito de Sergipe. Prosseguindo alorlu S. Excia. que se alguém perguntar quais são, no momento, os limites do nosso Estado, ninguém saberá responder, pela diversidade das cartas geográficas. Assim, ao assumir o Governo compreendeu que era um dever, neste momento de reconstrução do Brasil resolver essa pendência. Encaminhados os estudos neste sentido e tendo o Governo Provisório da República nomeado uma comissão para as questões de limites, a ela Sergipe enviou seu representante, o que e também fez o Estado da Baía. Em meio, porém, aos estudos do litígio, foi logo presentido que o nosso grande Estado vizinho demonstrara intúitos de protelar e retardar sempre a solução do litígio, até que, esgotados os prazos e dilações requeridas, chegou ao extremo de levantar a suspeição do Integro general Ximeno Vileroy, presidente da comissão de limites, embora este gesto do representante da Baía sirva para assinalar a incoerência de suas atitudes, na inoportunidade do momento, isto depois de haver funcionado o requerido perante o digno árbitro, que sem poderes para decidir a pendência, apenas lhe cumpria o estado, e o parecer consultivo da mesma. Posta a questão neste pé resolveu como de seu dever de Governo e patriota, entender-se diretamente com o Chefe do Governo Provisório, reclamando a sua atenção para esse máximo problema sergipano. Feita a S. Excia. uma exposição leal dos fatos solicitou a sua interferência para que fôsse diminuída a questão em benefício da harmonia entre os dois Estados irmãos e como o estava a exigir os interesses de Sergipe. Arbitrou o Chefe da Nação um entendimento pessoal com o Interventor da Baía, para o estudo de fórmula conciliatória, árbitro que foi aceito, mas esse entendimento teve o resultado de demonstrar, perante o Governo Provisório, que a Baía estava procurando insistentemente por um fim de fugir à demanda, retardando-a sempre, tanto que propunha a organização de uma nova comissão para rever o assunto, a ser levado à próxima Assembléa Constituinte, que deliberaria em última análise. Restava ao Interventor sergipano dar ao Chefe do Governo o resultado da entrevista, o que fez, declarando que, como autoridade de sua confiança não criava embaraços à solução da pendência, mas Sergipe não podia aceitar a fórmula do Interventor da Baía, que significava um *ludibrio*, e assim o considerava encerradas as boas tentativas de um acôrdo entre os litigantes. Nessa altura reclamou do Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório que houvesse por bem de decidir a questão, em face das alegações e provas aduzidas,

como entendesse de direito, rogando tão somente que lhe autorisasse a comunicar ao Instituto Histórico e Geográfico de sua terra, que o Presidente da República assumiu o compromisso de solucionar o caso em apêço ainda na vigência do regime discricionário. O Chefe do Governo, ouvidas as razões do orador, e demonstrando que refletia sobre elas, após um instante de ponderação, declarou que podia fazer a comunicação que vinha de solicitar. Foi esta, em resumo, a explanação feita pelo Exmo. Sr. Major Interventor Federal, ouvida atenciosamente pela assistência do Instituto, que viu neste gesto do ilustre sergipano a expressão fiel de sua dedicação de homem de Governo pela solução do importante problema a que Sergipe reclama com insistência, para satisfação do seu direito e para se integrar definitivamente no seu verdadeiro território. E como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a sessão mandando o sr. presidente que se lavrasse a presente ata, para constar.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão de Assembléa Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos trinta dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e trinta e três, às dez horas, no salão da Biblioteca Pública, presentes vinte e três associados, conforme o livro de presença, assumiu a presidência o dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, e declarou aberta a sessão de Assembléa Geral convocada para eleição da nova Diretoria. Em seguida leu o relatório do ano social findo elaborado de acôrdo com os Estatutos. Terminada a leitura foi anunciada a eleição, cujo resultado foi o seguinte: Presidente dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, 20 votos; 1.º Vice-Presidente Desembargador Gervásio de Carvalho Prata, 2.º Vice-Presidente, Desembargador Edison de Oliveira Ribeiro 19 votos, cada um; Secretário Geral dr. Niceu Dantas, 20 votos; 1.º Secretário professor Florentino Teles de Menezes, 19 votos; 2.º Secretário dr. Enoch Santiago, 19 votos; Orador, professor Manuel Franco Freire, 19 votos; Tesoureiro, Epifanio da Fonseca Dória, 19 votos; Comissão de Fazenda e Orçamento: dr. Alexandre Lobão, Desembargador Otávio Gomes Cardoso e Coronel Francisco de Sousa Porto; Comissão de História: Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Dr. Elias Montalvão e professor Manuel José dos Santos Melo, 19 votos; Comissão de Geografia: Professora D. Norma Monte Alegre Reis, Dr. Edgar Ceólho e Coronel Jacinto Dias Ribeiro; 19 votos; Comissão de Manuscritos e Autógrafos: Professora D. Leonor Teles de Menezes, Pedro Sotero Machado e Hermenegildo Leão dos Santos, 19 votos; Comissão de Admissão de sócios: Major Nicanor Ribeiro Nunes, Joaquim Lins de Carvalho e professora D. Maria da Glória Chaves, 19 votos cada um; Comissão de Revista: Dr. João Dantas Martins dos Reis, professor Artur Fortes e professor Florentino Teles de Menezes, 19 votos cada um. Os membros da Comissão de Fazenda e Orçamento tiveram 19 votos cada um. Não havendo mais votos a

apurar o Dr. Presidente proclamou o resultado da eleição e designou o dia seis de Agosto para a posse da nova Diretoria, congratulando-se com os presentes pelo acerto da escolha. Como nada mais houvesse a tratar levantou a sessão, da qual para constar, eu, Enoch Santiago, 2.º Secretário, lavrei a presente ata.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão de Assembléa Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e três, às dez horas, no salão da Bibliotéca Pública do Estado, sob a presidência do dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, presentes vários membros do Instituto Histórico foi declarada aberta a sessão. O dr. presidente declarou que o fim da sessão era empossar os membros da nova Diretoria, eleita no dia 30 de Julho findo. Em seguida leu substancial trabalho histórico sobre a nossa questão de limites com a Baía, tecendo comentários em torno das novas fases da mesma questão, sendo muito aplaudido pelos assistentes. Empossados os novos diretores e trocadas as congratulações de todos anteendo as maiores prosperidades para o Instituto, o dr. presidente declarou encerrada a sessão, da qual, eu, Enoch Santiago, 2.º secretário, lavrei a presente ata

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos sete dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e trinta e três, às vinte horas, presentes vários associados e pessoas de relêvo social, no salão do edificio da Bibliotéca Pública do Estado sob a presidência do dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, realhou-se a sessão convocada para a conferência do professor Agustín Venturino. Aberta a sessão o dr. presidente deu a palavra ao consócio dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, para fazer a apresentação do conferencista, incumbência de que esse ilustre homem de letras se desobrigou com eloquência, estudando a personalidade do emérito sociólogo chileno, que visitava Sergipe. Em seguida falou o orador do Instituto, professor Manuel Franco Freire, que apresentou as saudações da casa, ao conferencista. Concluiu a sua oração entregando ao professor Venturino o Diploma de sócio correspondente, tendo o consócio Epifanio da Fonseca Dória requerido a dispensa de formalidades regulamentares, para que se fizesse essa entrega, e consequente inclusão do conferencista no selo do Instituto. Terminada a saudação tomou a palavra o professor Venturino, que por mais de uma hora discorreu com eloquência sobre sociologia. Foi uma conferência que muito honrou o Instituto pela cultura e vastidão de conhecimentos demonstra-

dos pelo orador. Finda a palestra, que foi sobremodo aplaudida, o dr. presidente agradeceu o comparecimento dos presentes, felicitando a todos pela agradável oportunidade de ouvirem tão ilustrado orador. Nada mais havendo foi encerrada a sessão, da qual eu, Enoch Santiago, lavrei a presente ata.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e trinta e quatro, no salão da Bibliotheca Pública do Estado, às vinte horas, sob a presidência do dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, presentes sócios, membros da Diretoria, foi declarada aberta a sessão, lida a ata da anterior, que foi aprovada. O expediente constou do seguinte: — carta do cônego Mário Vilas Boas, em resposta ao convite para fazer parte de uma caravana pro Instituto; carta do sr. Antônio Serrano agradecendo publicações que foram enviadas para a Bibliotheca do Museu Escolar Central, do Paraná, na República Argentina, e do qual é diretor; telegrama do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, dr. Antunes Maciel, comunicando que encaminhára ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório, o pedido do Instituto de referência ao auxilio monetário votado pelo Congresso Federal; telegrama do Exmo. Sr. Ministro da Educação, dr. Washington Pires, agradecendo a comunicação do lançamento da pedra do edificio destinado à sede do Instituto; proposta assinada por cinco sócios, com parecer favorável da Comissão de Admissão, no sentido de serem aceitos como sócios correspondentes o dr. Mário Ferreira Barbosa, diretor da Repartição de Estatística do Estado da Baía, e Francisco de Matos, redator do "Diário de Notícias" do mesmo Estado, outra proposta indicando para sócios efetivos os senhores João Freire Ribeiro e dr. Benedito Cardoso, intelectuaes sergipanos. Foi enviada a Comissão de Admissão para o parecer. Findo o expediente pediu a palavra o primeiro vice-presidente do Instituto, desembargador Gervásio Prata e lembrou que no dia 25 do mês em curso passa o décimo aniversário da morte do General Ivo do Prado, o grande defensor de Sergipe, na memorável questão de limites com o Estado da Baía. Assim, como uma homenagem do nosso civismo propunha que o Instituto promovesse o levantamento num dos logradouros públicos desta Capital, de um monumento ao benemérito sergipano, assim como que nessa data fôsem prestadas homenagens à sua memória, como uma romaria ao seu túmulo, no cemitério Santa Isabel, nesta cidade. Aceitas as propostas o dr. Presidente nomeou uma comissão composta do desembargador Gervásio Prata, professor José Augusto e dr. Enoch Santiago para organizarem a romaria e promoverem a construção do monumento, dando-lhes o encargo de preliminarmente solicitarem uma audiência do Exmo. Sr. Major Interventor Federal, presidente honorário do Instituto. Nessa audiência será pedido o auxilio do Estado para o monumento. Em seguida o tesoureiro Major Epifanio da Fonseca Dória fez m.

nuciosa exposição do estado em que estão as obras da sede do Instituto. Apresentou as diversas contas de materiais e folhas de operários, demonstrando que os trabalhos seguem orientados e executados da melhor maneira. A despesa até a presente sessão era de 35:951\$400, inclusive 25:000\$000 do terreno e despesas da escritura. Como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar, eu, Enoch Santiago, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos treze dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e trinta e quatro, as vinte horas, no salão do edifício da Biblioteca Pública do Estado, sob a presidência do dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, com a presença de vários membros da Diretoria, foi declarada aberta a sessão, sendo lida a ata da anterior, que foi aprovada. Não houve expediente. Na ordem do dia o desembargador Gervásio Prata comunicou, pela comissão de homenagem à memória de Ivo do Prado, que estivera com o Exmo. Sr. Major Interventor Federal dando ciência da intenção do Instituto, quanto ao monumento ao ilustrado patriótico e a romaria cívica ao seu jazigo. O Chefe do Governo do Estado prometeu auxiliar o monumento com a quantia de dez contos de réis (10:000\$000). Em seguida foi resolvido que a comissão convidasse a imprensa da capital, ao Instituto dos Advogados, à Academia Sergipana de Letras, e a Associação de Imprensa para se representarem nas solenidades do batimento da pedra do monumento e na romaria, pedindo a cada uma dessas associações um orador junto ao jazigo. Para falar no ato do lançamento da pedra foi designado o desembargador Gervásio Prata e na romaria o Orador do Instituto, professor Franco Freire. Como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Enoch Santiago, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(Ass.) *F. Nobre de Lacerda*
Enoch Santiago

Ata da sessão de Assembléa Geral, realizada no dia 12 de Janeiro de 1937, como abaixo se declara:

Aos doze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e trinta e sete às dezenove horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, nesta Capital, reunido grande numero de sócios usou da palavra o Major Epifanio da Fonseca Dória, que, dizendo ser o único membro da extinta Diretoria do Instituto, presente a esta reunião, que fôra especialmente convocada afim de proceder-se à eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes para o Biênio de 1935 a 1937, conforme o respectivo edital seguidamente publicado no "Diário Oficial" do Estado, cumpria-lhe declarar que

pelo livro de presença, existente sobre a mesa, já se verificára a existência de vinte e cinco assinaturas, podendo portanto, de acôrdo com o que dispõe o art. 29 dos Estatutos vigentes, ter lugar a sessão da Assembléa Geral, propondo, ao mesmo tempo, aos presentes, a pessoa do respeitável consócio desembargador Otávio Gomes Cardoso para presidir os trabalhos da mesma Assembléa, que se verificou por unanime aclamação. Tomando assento na cadeira da presidência, o Exmo. Sr. Desembargador Otávio Gomes Cardoso convidou os consócios dr. Inocência Astério de Menezes Lins e Anfilóquio Vale, para primeiro e segundo secretários, respectivamente, ficando assim constituída a respectiva Mesa. Verificando haver número legal e já haver sido aprovada a ata da sessão anterior, o Exmo. Sr. Desembargador Presidente declarou instalados os trabalhos da presente Assembléa Geral, convocada, segundo os respectivos editais publicados no "Diário Oficial" do Estado, para a eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes do Instituto, no período compreendido pelos anos de 1935 a 1937, convidando os presentes para collocarem os seus votos na urna que se encontrava sobre a Mesa, esclarecendo que cada sócio cumpria votar em uma cédula, contendo os nomes dos membros da Diretoria e Comissões Permanentes, de conformidade com o que estabelecem os arts. 6.º e 30 e seu parágrafo primeiro, dos vigentes Estatutos. Procedida a eleição foi a apuração imediatamente feita, verificando-se o seguinte resultado: Diretoria — Presidente, Major Epitácio da Fonseca Dória, vinte e três votos (23); dr. João Dantas Martins dos Reis, dois votos (2); primeiro vice-presidente, Desembargador Gervásio de Carvalho Prata, vinte e cinco votos (25); 2.º vice-presidente, Desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, vinte e cinco votos (25); Secretário Geral, dr. Niceu Dantas, vinte e três votos (23); dr. Costa Filho, dois votos (2); 1.º Secretário, Professor José Augusto da Rocha Lima, vinte e quatro votos (24), dr. Lauro Hora, um voto (1); 2.º Secretário, Anfilóquio Vale, vinte e quatro votos (24), dr. Costa Filho, um voto (1); Orador, Professor Manuel Franco Freire, vinte e três votos (23), Desembargador Edison de Oliveira Ribeiro dois votos, (2); Tesoureiro, Joaquim Lins de Carvalho, vinte e quatro votos, (24). Coronel Guilhermino Chaves de Rezende um voto (1); Comissões: Fazenda e Orçamento — Drs. Inocência Astério de Menezes Lins, Antônio Tavares de Bragança e Oto W. Leite, vinte e quatro votos cada um (24), Coronel Guilhermino Rezende três votos (3); História, Professor Artur Fortes, dr. João Dantas Martins dos Reis e Professor Sebrão Sobrinho, vinte e três votos (23), cada um, e dr. Costa Filho seis votos (6); Geografia — Drs. Luiz José da Costa Filho, Gentil Tavares da Mota, vinte e quatro votos (24) cada um, Almirante Amintus José Jorge vinte e três votos (23), professor José Alencar Cardoso quatro votos (4); Manuscritos e Autógrafos — Dr. Alvaro Andrade, Professor Florentino Menezes e Arnaldo Garcez, vinte e quatro votos (24) cada um, Professora Maria da Glória Chaves, três votos (3); Admissão de sócios — Major Nicanor Ribeiro Nunes, Coronel Guilhermino Chaves de Rezende e dr. Lauro Hora, vinte e quatro votos (24) cada um, Joaquim Lins de Carvalho, três votos (3); Revista — Dra. Francisco Leite Neto, Carvalho Barroso e Maria Rita Soares de Andrade, vinte e cinco votos (25), o primeiro vinte e qua-

tro votos o segundo e o terceiro, e dr. Edgar Coêlho, quatro, digo, dois (2), tendo em seguida o Exmo. Sr. Presidente proclamado eleitos os consócios mais votados. Pedindo a palavra o consócio dr. Lauro Hora, encarecendo a necessidade de ser quanto antes regularizadas as condições em que se encontrava o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, após o falecimento do seu antigo Presidente, o saudoso dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, isso pela falta de posse regular da Diretoria que o sucedeu e que deveria dirigir os negócios deste sodalício no período que compreendia de Agosto de 1935 a Agosto do corrente ano, propoz que desde já, isto é, na presente sessão, fossem os agora eleitos empossados nos seus respectivos cargos e comissões. Submetida a proposta a deliberação da Assembléa Geral, foi a mesma aceita e aprovada por unanimidade. A seguir o consócio dr. João Dantas Martins dos Reis, em ligeiras e expressivas palavras, congratulou-se com os demais consócios presentes pelo resultado da eleição que todos acabavam de realizar, augurando, bem assim, uma fase de maiores proveitos para o Instituto Histórico, dadas a operosidade e eficiência que eram de esperar dos eleitos, em benefício do nosso sodalício. Terminados assim os trabalhos, o Exmo. Sr. Presidente, depois de agradecer o comparecimento dos sócios presentes à sessão, declarou encerrada a mesma e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Anfilóquio Vale, na qualidade de 2.º Secretário a escrevi e também assino. Em tempo: Antes de encerrada a sessão, usando da palavra o tesoureiro eleito, sr. Joaquim Lins de Carvalho, aludido que a maioria dos sócios efetivos do Instituto se encontrava em atraso, no pagamento das respectivas mensalidades, isso, não por culpa dos mesmos, mas pela falta de um encarregado para a respectiva cobrança, propôs que, pela Assembléa Geral, fossem considerados anistiados todos aqueles sócios, para os efeitos do não pagamento das mensalidades atrasadas, isto é, para que ficassem delas dispensados até o dia 31 de Dezembro do ano próximo passado, propondo, bem assim, que a Assembléa Geral autorizasse a Tesouraria a admitir um cobrador para as mensalidades novas, que deverão ser pontualmente cobradas a partir do mês de Janeiro corrente, abonando-se ao dito procurador a percentagem de dez por cento (10 %) sobre as quantias pelo mesmo arrecadadas. Submetidas essas indicações à consideração da Assembléa Geral, foram elas aceitas e unanimemente aprovadas. Eu, Anfilóquio Vale, 2.º Secretário, escrevi a presente ata e também a assino.

(Ass.) *Epifanio da Fonseca Dória*, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, nesta capital, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública, atual séde provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os srs. Epifanio da Fonseca Dória, presidente; desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, 2.º vice-presidente; dr. Niceu Dantas, secretário geral; professor

José Augusto da Rocha Lima, 1.^o secretário; Amfilóquio Vale, 2.^o secretário e Joaquim Lins de Carvalho, tesoureiro, havendo número legal, foi aberta a sessão, mandando o sr. presidente que se fixesse a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada.

No expediente, foram lidos, pelo 2.^o secretário, officios da 5.^a Secção do Estado Maior do Exército, firmado pelo sr. capitão Severino Sombra, enviando ao Instituto dez exemplares da "Revista Militar Brasileira", edição especial dedicada ao Duque de Caxias; do sr. A. A. de Cerqueira Lima, pela Comissão Organizadora da Exposição Nacional de Educação e Estatística, convidando o Instituto para participar do dito certamen; do secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria do mesmo sodalicio, sendo igualmente lida a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto no mês de Janeiro do corrente ano.

Ainda no expediente, foi apresentada em Mesa e lida pelo 2.^o secretário, a seguinte proposta: — "Os abaixo firmados, sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no uso dos seus direitos e de acordo com o que estabelecem os arts. 9.^o e 10 dos seus vigentes Estatutos, propõem para *socios efetivos* do mesmo sodalicio, os seguintes cidadãos: dr. Artur de Sousa Marinho, culto juiz federal na Secção de Sergipe; bacharel Aldemar Hora Brito, advogado e procurador do Departamento de Assistência Municipal do Estado; bachareis Carlos Waldemar Acioli Rolemberg e José da Silva Ribeiro Filho, respectivamente delegado da Segurança Política e Social e delegado auxiliar do Estado; bacharel Afonso Ferreira dos Santos, advogado e diretor do Departamento de Assistência Municipal do Estado; bacharel Luiz Magalhães, promotor publico de Aracaju; bacharel Alfredo Rolemberg Leite, advogado e deputado à Assembleia Legislativa do Estado; bacharel Togo Albuquerque, advogado e diretor da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral; sr. Exuperio Monteiro, intelectual e diretor da Imprensa Oficial do Estado, todos residentes nesta capital. Para *socios correspondentes*, propõem, igualmente, os seguintes cidadãos: Bachareis José Barreto Fiuvo e Amândo Fontes, advogados, deputados federais por Sergipe e o dr. Rafael Xavier, advogado, diretor da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, todos residentes na Capital Federal, Aracaju, 6 de Fevereiro de 1937. — (aa) Amfilóquio Vale, Joaquim Lins de Carvalho, J. Dantas Martins dos Reis, Niceu Dantas, Amintas J. Jorge". Pelo sr. presidente, foi essa proposta encaminhada à Comissão de Admissão de Sócios, para emitir o devido parecer. Ao novo tesoureiro do Instituto, sr. Joaquim Lins de Carvalho, foi entregue, pelo sr. presidente, uma caderneta da Caixa Económica Federal neste Estado, sob n. 19.214, acusando o saldo da quantia de 6:4708000 (seis contos quatrocentos e setenta mil réis), propriedade do Instituto, em 15 de Janeiro do corrente ano.

Na ordem do dia, o consócio Amfilóquio Vale leu e submeteu à deliberação da Diretoria a seguinte indicação: — "Propomos que a Diretoria do "Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe" mande inserir, na ata dos trabalhos da sua sessão de hoje, votos de profundo pesar e de perene saudade, pelo falecimento dos ilustres sergipanos dr.

João Antônio de Oliveira e general Francisco Fontes da Silva, dignos consócios que eram do nosso sodalício. Aracajú, 6 de Fevereiro de 1937. — (a) *Amfilóquio Vale* — tendo sido unanimemente aprovada a mesma indicação.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e assino — (aa) *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Março de 1937, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. No expediente, foi lido, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Fevereiro pretérito. Na ordem do dia, foi lido o parecer da Comissão de *Admissão de Sócios*, dado na proposta apresentada em sessão do dia 6 de Fevereiro, concluído nos seguintes termos: — “Somos de parecer que sejam aceitos para os respectivos quadros de *sócios efetivos e sócios correspondentes* as pessoas cujos nomes figuram na presente proposta, assinada pelos consócios Amfilóquio Vale, Joaquim Lins de Carvalho, J. Dantas Martins dos Reis, Niceu Dantas e Amintas J. Jorge. Aracajú, 23 de Fevereiro de 1937. — (a) Dr. *Lauro Hora*, *Guilhermino Chaves de Rezende*, *Nicanor Ribeiro Nunes*”. Posto em discussão, foi esse parecer aprovado unanimemente, pelo que, passam a figurar no quadro de *sócios efetivos* os seguintes cidadãos: Dr. Artur de Sousa Marinho, bachareis Aldemar Hora Brito, Carlos Waldemar Acioli Rotemberg, José da Silva Ribeiro Filho, Afonso Ferreira dos Santos, Luiz Magalhães, Alfredo Rotemberg Leite, Togo Albuquerque e jornalista Exuperio Monteiro; no quadro dos *sócios correspondentes* os bachareis José Barreto Filho, Amando Fontes, e Rafael Xavier, residentes da Capital da República, havendo o sr. presidente determinado que se fizessem as devidas comunicações aos nossos consócios. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e assino. — (aa) *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Em 6 de Abril não se lavrou ata, mas um termo com declaração de não ter havido número para sessão.

Ata da sessão ordinária da Diretoria, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Maio de 1937.

Aos seis dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os srs. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. No expediente, foi lida, pelo 2.º secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidas pelo Instituto, no correr do mês de Abril pretérito. Em seguida, o sr. presidente, usando da palavra, deu ciência aos presentes de já se acharem iniciadas, há dias, as obras para a conclusão do magestoso palacete de propriedade do Instituto, à rua de Itabaianinha, nesta capital, onde o nosso antigo e utilíssimo sodalicio terá em breve a sua condigna e definitiva sede, dizendo mais que, por tal motivo, se congratulava com todos os nossos consócios.

Na ordem do dia, usando da palavra o secretário geral, dr. Niceu Dantas — “pediu que se consignasse na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do fulgurante jornalista baiano Henrique Cancio, fidalgo no trato com os homens e dotado de um grande coração, que lhe tornára nobre e generoso para quantos tivessem a ventura de com ele ter um encontro.

Amigo de Sergipe e dos sergipanos, dele, ouvia-se dizer as vezes, que o seu coração estava em Sergipe, e acrescentava:—“Sou casado com uma sergipana e dela tenho a filha inteligente que possuo, porque tem nas veias o sangue de sergipano”. De fato, Henrique Cancio era casado com uma filha de Sergipe, a exma. dona Clara Ribeiro, pertencente à distinta família de nosso Estado. Henrique Cancio era sócio correspondente do nosso Instituto e, por tudo isso, bem merece que lhe tributemos as homenagens traduzidas neste voto de pesar, que lembro à Casa, dando-se, em seguida, conhecimento à exma. família do saudoso extinto”. — Submetido à deliberação, foi esse requerimento do dr. Niceu Dantas, unanimemente aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, presidente. — *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Junho de 1937.

Aos seis dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais

e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Maio preterito. Na ordem do dia, usando da palavra o dr. Niceu Dantas, secretário geral — pediu que se consignasse na ata dos trabalhos da sessão um voto de pesar pelo falecimento do notável intelectual balaño, dr. Almáquio Díniz, catodraico de Direito, filósofo e historiador, acatado no Brasil inteiro, e que foi, em vida, um incansável estudioso, quer nas letras jurídicas, quer na literatura. Ligado a Sergipe, por pertencer a illustre família sergipana, sua memória é bem merecedora das homenagens traduzidas neste voto de pesar que proponho à Casa, deie, dando-se, em seguida, conhecimento a sua exma. família". Submitido à deliberação, foi esse requerimento do dr. Niceu Dantas, unanimemente aprovado. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — (aa) *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Julho de 1937.

Aos seis dias do mês de Julho de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo 2.º secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Junho preterito.

Na ordem do dia, usaram da palavra o desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, 2.º vice-presidente deste sodalicio, e presidente da Academia Sergipana de Letras, e o sr. Amfilóquio Vale, 2.º secretário do Instituto, ambos requerendo, respectivamente, que fossem mandados inserir na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de pesar pelo falecimento dos dignos e saudosos conterraneos dr. Laudelino Freire e coronel Manoel Corrêa Dantas, o primeiro — de personalidade destacada, em todo Brasil, como professor, filólogo, historiador, poeta e cultor do Direito, que já ocupara a Presidência da Academia Brasileira de Letras e que era socio correspondente do nosso Instituto; o segundo — pelos serviços que prestou a Sergipe, quer como adiantado agricultor e industrial, quer na suprema direção politico-administrativa do nosso Estado, onde se houve com patriotismo, zelo e incomum probidade. Pertencendo a uma digna e tradicional família, o coronel Manoel Corrêa Dantas sempre desfrutou em nosso meio social de uma crescida estima e de grande prestígio político; como Chefe do Estado, foi também presidente honorário do nosso Instituto, que também muito lhe deve; sendo bem assim requerido que, das homenagens traduzidas nesses votos de pesar, fosse pelo Instituto dado conhecimento às exmas. famílias dos saudosos e dignos sergipanos extintos. Submetidos a deliberação da Casa esses requerimen-

tos dos consócios desembargador Edison Ribeiro e Amfilóquio Vale, foram eles unanimemente aprovados.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, 2.^o secretário deste Instituto, a escrevi e assino. — (as) Epifanio da Fonseca Dória, presidente; Amfilóquio Vale, 2.^o secretário.

Ata da sessão de Assembléa Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 30 de Julho de 1937, como abaixo se declara :

Aos trinta dias do mês de Julho do ano de milnovecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edificio da Biblioteca Pública do Estado, sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes vinte e cinco associados, conforme o livro de presença, assumiu a presidência o sr. Epifanio da Fonseca Dória, que depois de ter verificado haver número legal para a sessão de Assembléa Geral, convocada para a eleição da nova Diretoria e das Comissões Permanentes, na conformidade do que dispõem os artigos 28 e 29 dos vigentes Estatutos, declarou aberta a sessão, convidando, em seguida, os consócios dr. José da Silva Ribeiro Filho e Amfilóquio Vale para as funções de 1.^o e 2.^o secretários da Assembléa Geral, respectivamente.

Instalada a Mesa para a direção dos trabalhos, lida e aprovada a ata da sessão anterior, o dr. Niceu Dantas, secretário geral do Instituto, procedeu à leitura do seu relatório, dando assim, cumprimento ao que estabeleceu o citado art. 29 dos referidos Estatutos e o sr. Joaquim Lins de Carvalho, tesoureiro, apresentou o balanço da receita da despesa da Tesouraria do Instituto, correspondente ao período de sua gestão, verificando-se desse balanço a existência de um saldo, no total de seis contos setecentos e quarenta e três mil e quatrocentos réis (6:743\$400) assim representado: na caderneta n. 19.214, da Caixa Econômica Federal, 6:470\$000; dinheiro em Caixa, 273\$400.

A seguir, o sr. presidente anunciou a eleição da nova Diretoria e das Comissões Permanentes, convidando os consócios presentes a darem os seus votos, lendo para o devido esclarecimento da matéria, o que a respeito prescreve o art. 30 dos Estatutos deste sodalicio.

Procedida a eleição, apurou-se o seguinte resultado:

Para presidente — Epifanio da Fonseca Dória, onze votos (11); dr. Artur de Sousa Marinho, nove votos (9); dr. Gervásio de Carvalho Prata, cinco votos (5). Para 1.^o vice-presidente — dr. Artur de Sousa Marinho, dezesseis votos (16); Epifanio da Fonseca Dória, cinco votos (5), dr. João Dantas Martins dos Reis, quatro votos (4). Para 2.^o vice-presidente — dr. Manoel de Carvalho Barroso, dezanove votos (19); professor Florentino Teles de Menezes, quatro votos (4) e Godofredo Diniz Gonçalves, dois votos (2). Para secretário geral — dr. Niceu Dantas, vinte e quatro votos (24) e dr. Alvaro Andrade, um voto (1). Para 1.^o secretário — dr. Alvaro Andrade, vinte e quatro votos (24) e dr. Otto Leite, (1). Para 2.^o secretário — Amfilóquio Vale, vinte e dois votos (22) e dr. Alfredo Leite, três

votos (3). Para orador — desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, vinte e quatro votos (24) e dr. Alfredo Rolemberg Leite, um voto. Para tesoureiro — Joaquim Lins de Carvalho, vinte e quatro votos (24) e Guilhermino Chaves de Rezende, um voto (1).

Comissão de Fazenda e Orçamentos: Drs. Inocêncio Astério de Menezes Lins, Otto Leite e Alencar Mota, vinte e quatro votos (24) cada um e dr. João Dantas Martins dos Reis, três votos (3).

Comissão de História: Drs. João Dantas Martins dos Reis, Luiz Magalhães e José da Silva Ribeiro Filho, vinte e quatro votos (24) cada um e dr. Luiz José da Costa Filho, três votos (3).

Comissão de Geografia: Almirante Amintas José Jorge, professor José Augusto da Rocha Lima e dr. Luiz José da Costa Filho, vinte e quatro votos (24) cada um e professor Manoel Franco Freire, três (3) votos.

Comissão de Manuscritos e Autógrafos: Professores Florentino Teles de Menezes e Manuel Franco Freire, vinte e quatro votos (24) cada um, Alfredo Rolemberg Leite, vinte e um votos (21) e dr. Gentil Tavares da Mota, seis votos (6).

Comissão de admissão de sócios: Nicanor Ribeiro Nunes, D. Maria da Conceição Melo Costa e dr. Lauro Hora, vinte e quatro votos (24) cada um e Guilhermino Chaves de Rezende (3) votos.

Comissão de Revista: Drs. Carlos Waldemar Acioli Rolemberg, Simeão Vieira Sobral e jornalista Exuperio Monteiro, vinte e quatro (24) votos cada um e Manuel Franco Freire três votos.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente proclamou nominalmente eleitos os consócios mais votados, segundo o resultado da eleição, e os convidou para sessão de posse de seus respectivos cargos, a qual terá lugar no próximo dia 6 de Agosto, de acôrdo com o disposto no art. 28 dos vigentes Estatutos, suspendendo em seguida a sessão por vinte minutos, a fim de ser lavrada a presente ata que eu, Amfilóquio Vale, 2.º secretário, a escrevi par ser lida e aprovada e também assino. — (aa) Epifanio da Fonseca Dória, presidente; José da Silva Ribeiro Filho; Amfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão de posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Agosto de 1937, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mês de Agosto de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual séde provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, membros da nova Diretoria e grande número de sócios, havendo número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo, em seguida, lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo 2.º secretário, uma relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Julho pretérito.

Usando da palavra, o sr. presidente disse que a presente sessão estava convocada de acôrdo com o parte final do art. 28 dos vigentes Estatutos, que era especialmente para a posse da nova *Diretoria* e das *Comissões Permanentes*, eleitas para o biênio de 1937-1939, declarando em seguida, empossados nos respectivos cargos todos os consócios eleitos e proclamados na sessão da Assembléa Geral realizada no dia 30 de Julho do corrente ano, convidando a todos para trabalharem pelo soerguimento, pelo prestígio e pela prosperidade do mais antigo sodalício sergipano, que é o nosso Instituto Histórico, declarando mais que as obras da construção do seu Palácio, à rua de Itabaianinha, nesta Capital, estavam em bom andamento, graças ao direto auxílio que patrioticamente lhe tem dispensado o atual Governo do Estado, em melhor entendimento com a Diretoria do Instituto, por isso, tudo fazendo esperar que em breve o nosso sodalício venha a funcionar em a sua própria, nova e definitiva sede social.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente, mandando que o secretário geral, dr. Niceu Dantas, fizesse, na conformidade dos Estatutos, as necessárias comunicações da eleição e posse da nova Diretoria e das Comissões Permanentes e declarou encerrada a sessão, mandando lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — (na) *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Outubro de 1937, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mês de Outubro de mil novecentos e trinta e sete, às 19 horas, no salão de conferências do edificio da Bibliotéca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo 2.º secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Setembro pretérito, destacando-se, entre os livros recebidos, o intitulado "Identidade e Identificação", da autoria do ofertante, o nosso erudito confrade dr. Rodrigues Dória, diretor e professor da Faculdade de Direito da Baía.

Na ordem do dia, foi lida uma proposta, assinada por cinco consócios, contendo os nomes dos drs. Edgard Ferreira, deputado à Assembléa Legislativa do Estado e Renato Domingues, funcionário público federal, ambos residentes nesta capital, para o quadro dos sócios efetivos d'este sodalício, havendo o sr. presidente encaminhado a referida proposta à *Comissão de Admissão de Sócios*, para emitir o necessário parecer.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, 2.º secretário d'este Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Janeiro de 1938 :

Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Dezembro pretérito.

Na ordem do dia, foi lida, ainda pelo segundo secretário, uma proposta assinada por cinco dos senhores consócios, na conformidade do que dispõem os arts. 9.º e 10.º dos vigentes Estatutos, indicando o nome do bacharel *José Calazans Brandão da Silva*, distinguido intelectual patricio, residente em Aracaju, e *Onésimo de Araujo Pinto*, inteligente diretor da Diretoria da Secretaria da Fazenda, deste Estado, também residente em Aracaju, para o quadro dos *sócios efetivos* deste sodalicio ; *dr. José de Arimatéu Pinto do Carmo*, advogado, jornalista e professor, e *dr. Osvaldo Melo Braga de Oliveira*, ilustre bibliotecário da Academia Brasileira de Letras, ambos residentes na Capital Federal, para o quadro dos *sócios correspondentes*, havendo o sr. presidente encaminhado a dita proposta à "Comissão de Admissão de Sócios", para emitir o necessário parecer.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente ; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Fevereiro de 1938 :

Aos seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Janeiro pretérito. Na ordem do dia, foi lido o parecer da *Comissão de Admissão de Sócios*, dado favoravelmente, em uma proposta assinada pelos consócios Amfilóquio Vale, Epifanio da Fonseca Dória, Joaquim Lins de Carvalho, J. Dantas Martins dos Reis e Elias Carmelo, lida e apresentada na sessão anterior, indicando os nomes dos srs. bacharel *José Calazans Brandão da Silva* e *Onésimo de Araujo Pinto*, residentes em Aracaju, para o quadro dos *sócios efetivos* deste sodalicio ; drs

José de Arimatéo Pinto do Carmo e Osvaldo Mélo Braga de Oliveira, residentes na Capital Federal, para o quadro dos sócios correspondentes. Posto em discussão, e não havendo quem sobre ele se manifestasse, foi a esse parecer unanimemente aprovado, mandando em seguida o sr. presidente que aos novos consócios fossem feitas, pela Secretaria, as devidas comunicações. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que, em Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Maio de 1938, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o senhor Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr dos meses de Fevereiro, Março e Abril findos.

Na ordem do dia, usando da palavra o consócio Amfilóquio Vale, pronunciou, visivelmente emocionado, algumas palavras a respeito do falecimento do eminente consócio dr. Rodrigues Dória, fazendo referências aos inconfundíveis méritos do saudoso sergipano, como homem de letras e de ciência, como homem público, como homem caridoso e como amigo lealíssimo, palavras com as quais, cabalmente justificou, apresentando à deliberação da Casa o seguinte voto de pesar : — "Proponho que a Diretoria deste Sodalício mande inserir na ata dos trabalhos da sua sessão ordinária de hoje, um voto de sincero pesar, profundo respeito e saudade, pelo falecimento do *Dr. José Rodrigues da Costa Dória*, ocorrido na capital do vizinho Estado da Bahia, em meados de Fevereiro último, de vez que esse notável e eminente nosso conterrâneo e consócio honorário — como homem de ciência e de letras, como professor de duas Faculdades Superiores, como presidente do Estado e seu representante por muitas vezes no Parlamento Nacional, também como médico humanitário, como político, escritor e jornalista, enfim como amigo abnegado e leal, como homem bom e verdadeiramente caridoso que soube sempre ser, muito honrou e engrandeceu o nome de Sergipe, sua e nossa terra, a que ele serviu abnegadamente até os últimos dias da sua vida. Sergipe, seus homens e suas cousas constituíram sempre as melhores cogitações cívico-patrióticas desse seu grande filho e grande sábio agora extinto. Sala das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 6 de Maio de 1938. — (a) *Amfilóquio Vale*". Submetido à deliberação da Diretoria, foi esse voto de pesar unanimemente aprovado; tendo em seguida, o consócio segundo secretário, sr. Amfilóquio Vale, requerido que, dessa

manifestação de pesar e saudade que o Instituto acabava de prestar ao saudoso sergipano dr. Rodrigues Dória, se desse conhecimento à família do mesmo, o que foi deferido pelo sr. presidente.

Também fazendo uso da palavra o sr. presidente major Epifanio Dória, disse que, tendo-se em vista os grandes e inconfundíveis méritos do saudoso conterrâneo e eminente consócio dr. José Rodrigues da Costa Dória, bem assim, os seus inestimáveis serviços prestados a Sergipe e ao Brasil, os dêste, prestados por intermédio da mocidade estudiosa, nas cátedras de duas Faculdades do Ensino Superior da República, não bastava, ao seu vêr, manifestação de pesar que a Diretoria do Instituto agora acabava de prestar ao mesmo, e, por isso, êle, presidente, convocaria uma sessão extraordinária para, cívica e solenemente, se homenagear a memória do venerando e notável sergipano, que a morte, inesperadamente, fizera excluir do quadro dos sócios honorários do nosso Instituto; devendo ter cabimento a mesma sessão solene, no dia 25 de Junho próximo, que assinalava a efeméride natalícia daquele cuja memória se irá dêsse modo homenagear.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Junho de 1933, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual séde provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Maio pretérito.

Na ordem do dia, foi lida uma proposta, assinada pelos consócios Amfilóquio Vale, Nicanor Ribeiro Nunes, José Calazans Brandão da Silva, Epifanio da Fonseca Dória e Edison de Oliveira Ribeiro, — justificando e indicando os nomes do escritor e publicista *professor Jorge Bahlis*, consul do México no Rio Grande do Sul, e *dr. José Catalino Lós Reis*, jovem médico e nosso talentoso conterrâneo, clínico no Estado de S. Paulo, para o quadro dos *sócios correspondentes* dêste sodalício, sendo encaminhada a dita proposta à *Comissão de Admissão de Sócios*, para o devido parecer.

Em seguida, o sr. presidente recomendou à Secretaria do Instituto que fizesse e providenciasse, para ser amplamente divulgado pela imprensa local, o edital de convite aos srs. consócios, autoridades em geral, amigos e admiradores do inesquecível sergipano dr. Rodrigues Dória, para, com suas exmas. famílias, compareceram à solene sessão cívica que o Instituto promoverá, no próximo dia 25 de Junho corrente,

em homenagem à memória desse seu saudoso consócio honorário, eminente médico, professor e homem público, que tanto elevou e engrandeceu o nosso Estado.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Julho de 1938, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mês de Julho de mil novecentos e trinta e oito, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, às 20 horas, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente; drs. Artur de Sousa Marinho, Edison de Oliveira Ribeiro e Alvaro Andrade, srs. Joaquim Lins de Carvalho e Amfilóquio Vale, da Diretoria do mesmo sodalício; e exmo. sr. dr. Interventor Federal no Estado, representado na pessoa do Secretário da Fazenda, sr. Epifanio Dória; cônego Edgard Brito, representando o exmo. e revmo. sr. Bispo de Aracaju; srs. Godofredo Dinis Gonçalves, prefeito da capital e Edgard Barrôso, seu secretário; comissão de oficiais da Polícia Militar do Estado; officialidade do colégio "Tobias Barrêto"; membros da alta magistratura do Estado, professores, advogados, representantes da Imprensa de Aracaju, elementos de seu alto comércio e demais classes laboriosas, muitas senhoras e gentis senhorinhas e grande número de sócios do Instituto, foi declarada aberta a sessão pelo sr. presidente Epifanio da Fonseca Dória, que leu um belo discurso alusivo à cerimônia que no momento promovia o Instituto Histórico de Sergipe, em homenagem ao seu saudoso consócio dr. *José Rodrigues da Costa Dória*, com a solidariedade do elemento mais culto e mais dilatado da sociedade aracajuana, ali presente.

No expediente, por haver o sr. presidente dispensado a leitura da ata da sessão anterior, de vez que a mesma leitura somente interessava à Diretoria do sodalício e não à numerosa e distinta assistência, pelo sr. Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, foram lidos telegramas do dr. João Rodrigues da Costa Dória, de Baía, pedindo ao dr. Leandro Dinis para, nesta mesma solenidade, representar os da família do homenageado, o inesquecível dr. Rodrigues Dória; telegrama do desembargador Símeão Sobral, justificando o seu não comparecimento pessoal à sessão do Instituto, e dando à mesma os loucos de solidariedade; carta do sr. Antônio Travassos, dizendo que o mau tempo reinante, lhe impedia o comparecimento à homenagem à memória do dr. Dória, bem assim dos seus numerosos outros amigos residentes na Barra dos Coqueiros.

Dada a palavra ao orador official do Instituto, assomou à tribuna o exmo. sr. desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, que, eloquentemente, como era de esperar do seu elegante e culto espírito, leu uma aprimorada oração em torno da notável personalidade do dr. Rodri-

gues Dória, conquistando, ao terminar o seu belo discurso, uma significativa salva de palmas, da numerosa e seleta assistência.

Em seguida, tendo o sr. presidente franqueado a palavra a quem dela quizesse fazer uso, ocupou a tribuna o consócio Amfilóquio Vale, que leu uma expressiva oração, dizendo da sua velha, ininterrupta e grande estima ao dr. Rodrigues Dória, focalizando de modo inconfundível, as nobres e raras qualidades que formavam o reluzente espírito, a vitoriosa, querida e inesquecível personalidade do dr. Dória, seu maior e melhor amigo, terminando por convidar a todos os presentes para, de pé, conservarem-se num momento do mais profundo silêncio, eloquente sinal da respeitosa homenagem cívica que todos ali prestaram à memória do eminente e querido sábio, patricio, demonstração de respeito e saudade que em seguida se verificou, impressionantemente.

De um lado da Mesa da Diretoria do Instituto, via-se um belo retrato a óleo, do dr. Rodrigues Dória, em tamanho natural, artisticamente ladeado de bellissimas flores naturais.

Encerrando a magna sessão, o sr. Epifanio Dória, presidente do Instituto, ainda pronunciou eloquente improviso, dizendo do agradecimento da Diretoria, a todos que, com o seu honroso comparecimento, tanto abrilhantaram a merecida homenagem que o sodalício sergipano prestara ao seu saudoso e tão estimado consócio, dr. Rodrigues Dória, e pedindo que o mesmo comparecimento se repetisse, sempre que o Instituto tiver de homenagear a outros sergipanos notáveis.

Em frente ao edificio da Bibliotheca Pública, tocou algumas peças do seu escolhido repertório a afinada Banda da Policia Militar do Estado, gentilmente mandada pelo digno comando dessa Corporação.

Nada mais havendo ocorrido, de tudo, para constar, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, lavrei a presente ata, que lambem a assino. — (as) *Epifanio Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão extraordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 11 de Julho de 1938, como abaixo se declara:

Aos onze dias do mês de Julho de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edificio da Bibliotheca Pública do Estado, actual séde provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a presente sessão, extraordinariamente convocada, afim de serem discutidos e votados diversos pareceres da *Comissão de Admissão de Sócios*, sendo em seguida lidas e aprovadas as atas das sessões dos dias 6 de Junho e 6 de Julho em curso.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Junho pretérito.

Ainda no expediente foram igualmente lidas as seguintes propostas, que se encontravam sobre a Mesa : — “*Proposta* : Os abaixo firmados, sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na conformidade do que estabelecem os arts. 9.º e 10.º dos respectivos Estatutos, propõem para o quadro dos *Sócios correspondentes* do mesmo sodalício, os drs. *Pedro Calmon Moniz de Bitencourt* e *Levi Carneiro*, que desfrutam de remarcada personalidade nos meios intelectuais e jurídicos da nossa Pátria, ambos residentes na Capital Federal; e para o quadro dos *Sócios efetivos*, os ilustres drs. *Luis Garcia*, *Manuel Ferreira da Silva Neto* e *Lauro de Brito Porto*, este conceituado médico clínico, aqueles provetos e dignos advogados em nosso Estado, todos no mesmo residentes. Aracajú, 25 de Junho de 1938. — (aa) José Calazans Brandão da Silva, Amfilóquio Vale, Luis Magalhães, Alvaro Andrade, Epifanio da Fonseca Dória, Dr. Lauro Dantas Hora, Maria da Conceição Melo Costa, Nicanor Ribeiro Nunes. — “*Proposta*” : Os abaixo firmados, sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de acôrdo com o disposto no art. 9.º dos vigentes Estatutos dêste sodalício, propõem os senhores revmo. monsenhor *Carlos Camélio Costa*, digno vigário geral da Diocese de Aracajú, e dr. *Pedro Alves dos Santos*, inteligente e zeloso delegado fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, nossos conterraneos, ambos residentes nesta capital, para o quadro dos *Sócios efetivos*. Aracajú, 25 de Junho de 1938. — (aa) Epifanio da Fonseca Dória, M. de Carvalho Barrôso, Luis Magalhães, Togo Albuquerque, Amfilóquio Vale, M. da Conceição Melo Costa, dr. Lauro Dantas Hora, Nicanor Ribeiro Nunes”. Pelo segundo secretário foi dito que, estando as propostas que acabam de ser lidas, assinadas pelo número de sócios exigido pelos Estatutos, e também ainda assinada por todos os membros que integram a *Comissão de Admissão de Sócios*, desnecessário era, ao seu vêr, que ditas propostas fossem mandadas a essa Comissão, de vez que, por ela estão implicitamente aceitas, e requereu que as mesmas fossem também postas à deliberação da Diretoria, ainda na ordem do dia da sessão de hoje, sendo êste requerimento deferido pelo sr. presidente, depois de prévia consulta aos demais componentes da Mesa.

Na ordem do dia, foi lido e aprovado o parecer da *Comissão de Admissão de Sócios*, dado em proposta assinada pelos consócios Amfilóquio Vale, Nicanor Ribeiro Nunes, José Calazans Brandão da Silva, Epifanio da Fonseca Dória e Edison de Oliveira Ribeiro, — opinando pela aceitação do eminente professor *Jorge Bahlins*, escritor e publicista de renome, cônsul do México em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e dr. *José Catalino Lós Reis*, nosso talentoso conterraneo, médico clínico, no Estado de S. Paulo, para o quadro dos *Sócios correspondentes* dêste sodalício; postas em discussão e votação as propostas lidas no expediente da presente sessão, foram aprovadas por unanimidade, havendo o sr. presidente determinado que a Secretaria expedisse as devidas comunicações a todos os novos consócios.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Agosto de 1938, como abaixo se declara:

Ans seis dias do mês de Agosto de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Julho pretérito, sendo igualmente lida uma proposta, devidamente assinada pelo número de sócios exigido nos vigentes Estatutos, contendo os nomes do professor dr. Anibal Matos, renomado intelectual mineiro; drs. Domingos Cavalcante de Sousa Leão Júnior e Melchisedeck de Figueirêdo Monte, conceituados advogados, residentes na Capital Federal, este último nosso digno conterrâneo, para o quadro dos *Sócios correspondentes* deste sodalício; cónego Serapião Machado de Aguiar, professor da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando"; dr. Joel Macieira de Aguiar, delegado especial de Segurança Política e Social do Estado; Adroaldo Campos, jornalista e diretor do Departamento de Assistência Municipal; Deolindo Nascimento, jornalista e diretor do Departamento de Estatística Geral e Publicidade; Humberto Pixzi, desenhista e auxiliar dos serviços de engenharia da Repartição de Obras Públicas do Estado; srs. Jeferson Silva de Oliveira e Edmundo Maia, funcionários públicos e jornalista; e dr. João Batista Perez Garcia Moreno, médico clínico, todos residentes nesta capital, para o quadro dos *Sócios efetivos*.

Ainda no expediente, foi igualmente apresentada e lida uma proposta, assinada por vinte e cinco srs. consócios, na forma dos Estatutos, contendo o nome do eminente brasileiro e grande jurista dr. José Carlos de Macêdo Soares, atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o quadro dos *Sócios honorários* do nosso Instituto Histórico.

Essas propostas foram pelo sr. presidente mandadas à *Comissão de Admissão de Sócios*, para os devidos pareceres.

Em seguida, pelo sr. presidente foi dito que, tendo o nosso erudito consócio dr. Artur de Sousa Marinho, transferido sua residência para fóra do Estado, ficara desta modo, vago o cargo de 1.^o vice-presidente da Diretoria, que ele, dignamente exercia, e que, em face da expressa disposição do art. 33 dos Estatutos, determinava a Secretaria Geral mandasse publicar edital convocando os sócios para no dia 6 de Setembro próximo procederem à eleição para o preenchimento da vaga.

Comunicou em seguida que, tendo igualmente transferido suas residências para fóra deste Estado, os dignos consócios almirante Amintas Jorge e dr. José da Silva Ribeiro Filho, respectivamente, membros das comissões de Geografia e de História resolvera, de acôrdo com o art. 49 dos Estatutos, designar os sócios efetivos, dr. Pedro

Alves dos Santos e José de Calzans Brandão da Silva, para preencherem, respectivamente, ditas vagas.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no no dia 6 de Setembro de 1938, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Setembro de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Agosto pretérito, sendo igualmente lida uma proposta, assinada pelos consócios Amfilóquio Vale, dr. José Calzans Brandão da Silva, padre Carlos Costa, Joaquim Lins de Carvalho e dr. Luis Magalhães, contendo os nomes dos bachareis Olavo Leite, Ernani Mesquita Prata, Mário de Araújo Cabral, João Marques Guimarães e José Rodrigues Nou, este digno magistrado, os demais advogados nos auditórios deste Estado, nossos ilustres conterrâneos, todos residentes nesta capital, para o quadro dos sócios efetivos deste sodalício. Essa proposta foi, pelo sr. presidente, mandada à *Comissão de Admissão de Sócios*, para o devido parecer.

Na ordem do dia, foram lidos e aprovados pareceres da *Comissão de Admissão de Sócios*, dados em propostas que lhe foram presentes, concluindo ditos pareceres pela aceitação do nome do eminente brasileiro o exmo. sr. dr. *José Carlos de Macêdo Soares*, atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o quadro dos *sócios honorários*; do professor dr. *Aníbal Matos*, renomado intelectual mineiro; drs. *Domingos Cavalcanti de Sousa Leão Júnior* e *Melquisedeck de Figueiredo Monte*, conceituados advogados, residentes na Capital Federal, este último nosso digno conterrâneo, para o quadro dos *sócios correspondentes*; cónego *Serapião de Aguiar Mochado*, drs. *Joel Macieira de Aguiar* e *João Batista Perez Garcia Moreno*, jornalistas *Adroaldo Campos*, *Edmundo Maia*, *Deolindo Nascimento*, *Jefferson Silva de Oliveira*, e desenhista *Humberto Pizzi*, todos residentes nesta capital, para o quadro dos *sócios efetivos*, havendo o sr. presidente determinado, em seguida, que a Secretaria expedisse as devidas comunicações a todos os novos consócios.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também a assino. — (aa) *Epifanio da Fonseca Dória*, *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Outubro de 1938, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mês de Outubro de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no Salão de Conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Setembro pretérito, a saber : *Livros* : Resumo histórico da estatística no Rio Grande do Sul, por Albano Gaspar de Oliveira, oferta da Diretoria Geral de Estatística daquele Estado ; A borracha, estudo econômico e estatístico pelo embaixador J. C. Macêdo Soares ; o Brasil e a Sociedade das Nações, Justiça, estudo referente à revolução paulista e discursos sobre os rumos da diplomacia brasileira pelo mesmo, oferecidos pelo autor ; Defesa de Marinho Tavares, pelo dr. Niceu Dantas, oferta do autor ; Conferências de Curso de 1937, edição e oferta do Instituto Histórico e Geográfico del Uruguaí ; Um sertanejo de valôr, por Gonçalo de Ataíde Pereira, oferta do autor ; Sinópse estatística do Estado do Rio Grande do Sul, oferta da Diretoria Geral de Estatística daquele Estado. *Revistas* : Brasil Ferro Carril, Liga Marítima Brasileira, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagôas vol. XIX ; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, volume 30 bis e 34 ; Revista da Academia Brasileira de Letras, volume 55.

Ainda no expediente foi igualmente lida uma proposta assinada por cinco srs. consócios, indicando os nomes dos revmos. cônegos Domingos Fonseca e Filadelfo Jônatas de Oliveira, nossos talentosos conterrâneos, residente neste Estado, para o quadro dos *sócios efetivos* deste sodalício, sendo, pelo sr. presidente, enviada a dita proposta à *Comissão de Admissão de sócios*, para o devido parecer.

Na ordem do dia foi aprovado o parecer da *Comissão de admissão de sócios* dado na proposta que lhe fôra enviada, concluindo o dito parecer pela aceitação dos nomes dos srs. drs. *Olavo Ferreira Leite, Ernani Mesquita Prata, Mário de Araújo Cabral, João Marques Guimarães e José Rodrigues Nou*, para o quadro dos *Sócios efetivos* deste sodalício.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário do Instituto, a escrevi e assino. — *Epifanio Dória*, Presidente ; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

tuto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Novembro de 1938, como abaixo se declara :

Aos seis dias do mês de Novembro de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edifício da Biblioteca Pública do Estado, atual sede provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no corrente mês de Outubro findo, a saber : *Periódicos* : "Brasil Ferro-Carril", Rio, n. 913 ; "O Estudante", Vilanova, n. 5 ; "Liga Marítima Brasileira", Rio, n. 375 ; "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, ano 60 (1933) ; "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", trimestre 3.º, de 1938 ; "Revista do Museu Paulista", vol. LXXI.

Livros : Subsídios para a História Marítima do Brasil, vol. I, oferta do Estado-Maior da Armada ; O Ministério da Guerra em 1938, pelo coronel Laurênio Lago, oferta do autor ; O Marechal José Simeão de Oliveira, dados biográficos pelo coronel Laurênio Lago, oferta do autor ; Brigadeiros e Generais de D. João VI e Dom Pedro I no Brasil, em 1808 a 1831, pelo coronel Laurênio Lago, oferta do autor ; O operário e a nova Sociedade, por Gastão Pereira da Silva, oferta do sócio correspondente, dr. J. A. Pinto do Carmo ; A Crítica de Ontem, por Nestor Vitor, oferta do mesmo sócio correspondente, e Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo, na Paraíba, oferta do presidente Epifanio Dória.

Constou mais o expediente de uma carta aérea do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, convidando o Instituto a se fazer representar nas solenidades comemorativas da passagem do primeiro centenário daquele sodalício, sendo pelo presidente designado o consócio dr. Amando Fontes ; telegrama d'este, comunicando aceitar a incumbência da representação ; carta de d. Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, comunicando a remessa de volumes que lhe foram solicitados ; officio do Prefeito Municipal de Ribeirópolis, Felton Francisco dos Santos, comunicando que a sua Prefeitura concorrerá com 200\$000 para a construção da sede d'este Instituto, já tendo pedido autorização para a abertura do respectivo crédito ; officio do prefeito municipal de Pôrto da Folha, comunicando que a sua Prefeitura resolveu concorrer com a quantia de 150\$000 para a construção da sede d'este Instituto, estando a referida quantia á disposição d'este sodalício ; officio do prefeito municipal de São Francisco, Flávio Teixeira Tojal, comunicando ter enviado ao tesoureiro do Instituto a quantia de 300\$000, como auxílio daquele município á construção da sede do Instituto ; officio do prefeito municipal de Siriri, tenente José de Oliva Freire, fazendo igual comunicação quanto á remessa de 200\$000.

Ainda no expediente, foi igualmente lida uma proposta, assinada por cinco sócios, na fôrma do art. 9.º dos vigentes Estatutos, con-

tendo os nomes do illustre magistrado dr. Manuel Dias Lima e José Carlos de Farias, jornalista e funcionário público, nossos dignos conterrâneos, residentes neste Estado, para o quadro dos *sócios efetivos* deste sodalício, tendo o sr. presidente enviado esta proposta à *Comissão de Admissão de Sócios*, para o devido parecer.

Na ordem do dia foi aprovado o parecer da *Comissão de Admissão de Sócios*, dado na proposta que lhe fôra enviada, concluindo o mesmo parecer pela aceitação dos nomes dos srns. cónego *Domingos Fonseca* e *Padre Filadelfo Jônatas de Oliveira* para o quadro dos *sócios efetivos* deste sodalício.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.^o secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Dezembro de 1938 :

Aos seis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e trinta e oito, às 19 horas, no salão de conferências do edificio da Bibliotéca Pública do Estado, atual séde provisória do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidas pelo Instituto, no correr do mês de Novembro findo, a saber : *Periódicos* : *Bôa Nova*, Rio, 64 ; *Memórias Del Museu de Entre Rios*, Paraná (Argentina), n. 9 ; *Rev. do Arquivo Municipal de São Paulo*, ns. 48 bis e 50 ; *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 25, 2 volumes ; *Revista Naval*, Rio, n. 19 ; *Sergipe Artífice*, Aracajú, n. 8. *Livro* : *Da Terra*, pelo dr. Felte Bezerra, tése de concurso, oferecida pelo autor. *Ofícios, cartas e cartões* : do dr. Antônio Serrano, diretor do Museu de Entre Rios, Paraná (Argentina), pedindo livros para a Bibliotéca do Museu ; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, agradecendo o apóio deste sodalício às festas comemorativas da passagem do 1.^o centenário de sua fundação ; do dr. Leopoldo Passos, delegado auxiliar desta capital, comunicando a sua posse no referido cargo ; do Diretor da Repartição de Obras Públicas do Estado, cedendo, de ordem do preclaro Chefe do Estado, 126m2. de tacos para as obras do Instituto ; do dr. Levi Carneiro, agradecendo a sua eleição para sócio correspondente e remetendo a importância da respectiva joia ; do dr. Jorge Bahls, em idêntico sentido ; do Padre Filadelfo Jônatas de Oliveira, idem ; do Prefeito Municipal da Estancia, cidadão Leopoldo Araujo, remetendo o donativo de quinhentos mil réis daquele município para as obras do Instituto ; do Prefeito do Espírito Santo (ofício e telegrama), cidadão João Vilanova, enviando cem mil réis como dádiva daquele município para as mesmas obras ; do Prefeito do Rosário,

cidadão Polycarpo Diniz de Rezende, comunicando que em Dezembro corrente aquele município concederá um auxilio para as referidas obras ; do Prefeito do Carmo, cidadão José Lino Filho, comunicando já ter enviado o auxilio de cem mil réis, daquele município, para as mencionadas obras ; do Prefeito de Muribéca, cidadão Francisco Vieira da Silva, fazendo igual comunicação quanto ao seu município ; do Prefeito de Ribeirópolis, cidadão Fenehon Francisco dos Santos, fazendo igual comunicação quanto ao seu município, cujo auxilio foi de duzentos mil réis ; do Prefeito do Siriri, tenente José de Oliva Freire, remetendo uma fotografia que lhe foi pedida ; do Prefeito de Campo do Brito, padre Fernando da Graça Liete, comunicando ter a Prefeitura a seu cargo concedido um auxilio de 200\$000 para as obras do Instituto e remetendo uma cópia do ato que abria o devido crédito.

Ainda no expediente, foi igualmente lida uma proposta, assinada por oito ara. consócios, inclusive todos os membros da *Comissão de Admissão de Sócios*, contendo os nomes do dr. Felte Bezerra, illustre professor, nosso conterraneo, residente em Aracajú, para o quadro dos *sócios efetivos* ; dr. João Pinheiro, conhecido intelectual e membro da Academia de Lêtras do Piauí, residente em Terezina, e dr. Lauro Borba, culto engenheiro sanitarista e intelectual, residente em Recife, no Estado de Pernambuco, ambos para o quadro dos *sócios correspondentes*. Já se achando essa proposta tambem assinada por todos os membros da *Comissão de Admissão de Sócios*, e d'este modo, logicamente aceita pela mesma Comissão, foi, pelo consócio tesoureiro, sr. Joaquim Lins de Carvalho, requerido que a mesma fôsse posta em discussão ainda na ordem do dia da sessão de hoje, sendo aprovado esse requerimento.

Na ordem do dia, foi lido e aprovado o parecer da *Comissão de Admissão de Sócios*, dado em proposta que lhe fôra encaminhada, enccluindo o dito parecer pela acitação dos nomes dos nossos illustres conterraneos dr. *Manuel Dias Lima* e jornalista *José Carlos Costa Farias*, para o quadro dos *sócios efetivos*, sendo igualmente aprovada a proposta apresentada e lida no expediente da sessão de hoje, contendo os nomes dos dres *Felte Bezerra*, para o referido quadro, *João Pinheiro* e *Lauro Borba* para o quadro dos *sócios correspondentes*, tendo o sr. presidente, em seguida, determinado á Secretaria que fizesse aos novos consócios a devida comunicação.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu Amfilóquio Vale, segundo secretario d'este Instituto, a escrevi e tambem assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente ; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretario.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Março de 1939 :

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos e trinta e nove, às 19 horas, no salão de conferências do edificio da Bibliotheca Pública do Estado, atual séde provisória do Instituto Histórico e Geo-

gráfico de Sergipe, presentes os srs. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão, sendo, em seguida, lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, pelo segundo secretário, foi lida a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto nos meses de Janeiro e Fevereiro findos. Ainda no expediente, foi igualmente lida uma proposta, assinada por cinco senhores consócios, na forma dos Estatutos vigentes, indicando o nome do bacharel *Antônio Xavier de Assis Júnior*, advogado, nosso conterrâneo e residente em Aracajú, para o quadro dos *sócios efetivos* deste sodalício, havendo o sr. presidente mandado essa proposta à *Comissão de Admissão de Sócios*, para o devido parecer.

Não havendo matéria para a ordem do dia, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, dizendo, antes, o seu desejo de ser inaugurada a nova sede deste sodalício em o seu magestoso edifício próprio, sito à rua Itabaianinha, nesta capital, no dia 2 do próximo mês de Abril, de vez que já se encontra pronto o mesmo edifício, declarando ainda que assim desejava como uma merecida homenagem ao exmo. sr. dr. Eronides Ferreira de Carvalho, d. Interventor Federal neste Estado, que naquela data completaria quatro anos à frente do Governo de Sergipe, tornando-se êle credor dessa homenagem da Diretoria do Instituto, como agradecimento pela vultosa cooperação e auxílio que s. excia. prestára na construção do aludido edifício; mandando, em seguida, lavrar a presente ata, que, eu Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 2 de Abril de 1939 :

Aos dois dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e trinta e nove, às 14 horas, no salão nobre do novo e magestoso edifício de propriedade do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sito à rua Itabaianinha, n. 41, nesta capital, edifício esse onde este sodalício terá a sua sede definitiva, aí presentes a Diretoria do mesmo, o exmo. sr. dr. Eronides Ferreira de Carvalho, d. Interventor Federal neste Estado, seus secretários e ajudante de ordens; S. Excia. Revma. d. José Tomaz Gomes da Silva, Bispo de Aracajú; autoridades federais, estaduais e municipais, grande número de sócios e outras pessoas gradas, pelo sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente efetivo, foi dito que, em vista de se encontrar presente a esta solenidade o exmo. sr. Interventor Federal neste Estado, cumpria a s. excia. presidir os trabalhos da presente sessão, isso de acôrdo com o que preceitúa os vigentes *Estatutos* deste sodalício, tendo, nesse momento, lido substancioso discurso alusivo à vida do Instituto Histórico, aos esforços das suas diretorias e dos seus consócios para o conseguimento do seu edifício próprio, grato acontecimento que

hoje se verifica, e para o que muito especialmente contribuíram os Governos da República, do Estado e dos municípios sergipanos.

Em seguida, assumindo a cadeira da presidência, o dr. Eronides Ferreira de Carvalho, digno Interventor Federal no Estado, foi por s. excia. concedida a palavra ao orador oficial d'este sodalício, o exmo. desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, que, eloquentemente, leu um belo trabalho intelectual alusivo à solenidade que se realizava, entre o maior júbilo da Diretoria e consócios, agradecendo em nome do Instituto a todos que para ela contribuíram cívica e pecuniariamente, de modo a que a velha e justa aspiração do sodalício sergipano se tornasse, como agora se tornou, em uma vitoriosa e magnífica realidade, findando o mesmo orador o seu bellissimo discurso, entre uma salva de palmas, com um apêlo que fazia às elevadas autoridades do Estado, presentes, para que continuassem a auxiliar e prestigiar o Instituto Histórico, que estendessem êsse auxilio e apêlo também à Academia Sergipana de Lêtras, da qual êle, o orador, era o presidente, que jamais deixassem essas utilíssimas instituições culturais entregues ao indiferentismo oficial ou mesmo ao abandono. A êsses discursos, precedeu a bênção religiosa do edificio, cerimônia esta que fôra feita por d. José Tomaz Gomes da Silva, nosso virtuoso e querido prelado, auxiliado pelo monsenhor Carlos Costa e padre Olívio Teixeira.

Por fim s. excia. o sr. dr. Eronides Ferreira de Carvalho deu por encerrada a sessão, antes agradecendo o comparecimento de todos que estavam abrilhantando tão grata solenidade. A banda da Policia Militar do Estado, postada no saguão do pavimento térreo do novo e magestoso edificio, tocou escolhidas peças do seu repertório.

Nada mais havendo a tratar-se, para constar, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário d'este Instituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Abril de 1939 :

Aos seis dias do mês de Abril de mil novecentos e trinta e nove, às 19 horas, na séde do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua de Itabaianinha, nesta capital, presentes os srs. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, pelo sr. presidente foi declarada aberta a sessão, sendo, em seguida, lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Março preterito. Ainda no expediente, foi igualmente lida uma proposta assinada pelos consócios Epifanio Dória, Amfilóquio Vale, coronel Francisco de Sousa Porto, dr. Afonso Ferreira dos Santos, Joaquim Lina de Carvalho e dr. Luiz Magalhães, indicando os nomes do dr. Heráclito Diniz Gonçalves, médico; bachareis Levindo Cruz, advogado, e João de Araújo Monteiro; professor Benedito Oliveira, diretor do Grupo Escolar "General Valadão", nossos ilustres conter-

raneos : o comandante Aldo de Sá Brito Sousa, culto oficial da Marinha de Guerra Nacional, todos residentes neste Estado, para o quadro dos sócios efetivos. Esta proposta foi mandada à Comissão de Admissão de Sócios, para o devido parecer.

Na ordem do dia, foi lido e aprovado o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, emitido na proposta que lhe fôra encaminhada, concluindo o dito parecer pela aceitação do nome do bacharel Antônio Xavier de Assis Júnior, advogado, natural deste Estado, residente nesta capital, para o quadro dos sócios efetivos deste Instituto, havendo, em seguida, o sr. presidente determinado que a Secretaria fizesse ao novo sócio a devida comunicação.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também assino. — Epifânio da Fonseca Dória, presidente; Amfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 21 de Abril de 1939 :

Aos vinte e um dias do mês de Abril de mil novecentos e trinta e nove, às 20 horas, no salão nobre do edifício sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabalaninha, nesta capital, presentes o sr. Epifânio da Fonseca Dória, presidente do sodalício, diversos membros da Diretoria, o tenente Ozias Nascimento, representante do exmo. sr. dr. Interventor Federal neste Estado, representações da Polícia Militar, do 28.º B. C., da Guarda Civil e do Corpo de Bombeiros, dos corpos docentes e discentes do ensino primário e normal, autoridades federais, estaduais e municipais, diversas pessoas gradas e grande número de sócios, pelo sr. presidente foi aberta a sessão, declarando s. s., em rápido discurso, que proferiu, a finalidade da mesma, conforme a respectiva convocação e o noticiário dos jornais desta capital, tendo em seguida, concedido a palavra ao orador oficial do Instituto, o exmo. sr. desembargador Edilson de Oliveira Ribeiro.

Com a palavra, o mesmo orador leu belo e substancioso discurso alusivo ao 1.º centenário do proto-mártir da Independência, alferes Francisco Xavier da Silva, cognominado — “Tiradentes”, dizendo, com eloquência e precisão da vida e da personalidade histórica do herói sacrificado, no largo da Lampadosa, há cem anos passados, pela Independência da nossa grande pátria — o Brasil.

Ao terminar o seu discurso, foi o dito orador oficial vivamente aplaudido por toda a seleta e numerosa assistência.

Também abrilhantou a sessão a afinada banda de música da Polícia Militar, que tocou, antes, algumas peças do seu escolhido repertório.

Por fim, usando da palavra, o sr. presidente agradeceu o comparecimento de todos os presentes, declarou encerrada a sessão, e

mandou lavrar a presente ata, que, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário d'êste Instituto, a escrevi e também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 30 de Abril de 1939 :

Aos trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e trinta e nove, às 20 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente do Instituto, diversos membros da sua Diretoria, o tenente Ozias Nascimento, representante de a. excia. o sr. Interventor Federal neste Estado, da Guarda Civil, do Corpo de Bombeiros, dos corpos docentes e discentes da Escola Normal "Rui Barbosa", do sr. capitão de corvêta Aldo de Sá Brito Souza, professores, autoridade federais e estaduais, grande número de sócios e pessoas gradas, foi pelo sr. presidente aberta a sessão, que fôra especialmente convocada para a comemoração cívica do 1.º centenário do nascimento de Floriano Peixoto, cognominado o "Marechal de Ferro", o invicto consolidador da República Brasileira. O presidente proferiu ligeiro discurso sobre o altruístico objeto da sessão e deu a palavra ao orador oficial d'êste sodalício, o exmo. sr. desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, êste leu aprimorado discurso, dissertando, cerca de 40 minutos, sobre a vida de Floriano, dizendo da sua infância, estudos militares, valente e patriótica atuação em defesa da nossa Pátria, quer nos campos do Paraguai, quer na suprema direção dos destinos do Brasil, sendo o mesmo orador, ao terminar o seu belo discurso, aplaudido por toda a numerosa e seleta assistência, com uma vibrante salva de palmas.

A sessão foi abrilhantada pela afinada banda musical da Polícia Militar do Estado, que tocára escolhidas peças do seu repertório.

Nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, antes agradecendo o comparecimento de todos que ali estavam civicamente comemorando a memória de um grande vulto da História da nossa grande Pátria.

De tudo para constar, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário, d'êste Instituto, escrevi a presente ata, que também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Maio de 1939:

Aos seis dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e nove, às 19 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta capital, presentes o sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente e demais membros da Diretoria, em número legal, pelo mesmo sr. presidente foi declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Abril pretérito, destacando-se o volume "O Barão de Geremoabo"; importante estudo biográfico da autoria do ilustrado dr. João da Costa Pinto Dantas Júnior, o ofertante.

Na ordem do dia foi lido e aprovado o parecer da *Comissão de Admissão de Sócios*, dado na proposta que lhe fôra enviada, concluindo o dito parecer pela aceitação dos dros. *Heráclito Diniz Gonçalves*, *Levindo Cruz* e *João de Araújo Monteiro*, professor *Benedito Oliveira* e comandante *Aldo de Sá Brito Sousa*, para o quadro dos sócios efetivos dêste sodalício, havendo o sr. Presidente determinado à Secretaria que fizesse aos novos consócios as devidas comunicações.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente deu por encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que eu, *Amfilóquio Vale*, segundo secretário, a escrevi e também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão solene, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, comemorativa do 1.º Centenário do dr. Tobias Barrêto, realizada no dia 7 de Junho de 1939:

Aos sete dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e nove, às 20 horas, no salão nobre do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes os srs. *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente efetivo dêste sodalício; diversos membros da Diretoria; o exmo. sr. dr. *Eronides Ferreira de Carvalho*, Interventor Federal neste Estado; altas autoridades federais, estaduais e municipais; representações do clero, do corpo docente da Escola Normal "Rui Barbosa", do 28 B. C., da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil, grande número de sócios dêste Instituto, pelo sr. presidente foi dito que, em vista de se achar presente a esta solenidade o exmo. sr. dr. Interventor Federal neste Estado, a s. excia. cabia presidir os trabalhos da presente sessão solene, isso de acôrdo com o que preceituam os vigentes *Estatutos* dêste sodalício, pelo que, convidou a. excia. para assumir a cadeira da presidência. Isso feito, ouve-se o hino nacional, brilhantemente cantado pelo côro orfeônico da Escola Normal "Rui Barbosa", sob a regência do maestro *Genaro Flech*.

Em seguida foi, pelo sr. presidente, mandado lêr a ata da sessão anterior, que foi unanimemente aprovada.

No expediente, fôram lidos os seguintes telegramas:

"Santos, 7. — Presidente Instituto Histórico, Aracajú — Fazendo parte das homenagens que em Santos estamos prestando ao grande Tobias Barrêto, aqui estão as nossas felicitações, que pedimos sejam transmitidas ao exmo. sr. Interventor Eronides de Carvalho. — (aa:) Claudon Vasconcelos, Antônio Freire de Oliva, Adelson Nogueira Barrêto". — "Aracajú, 7. — Exmo. sr. Epifanio Dória, Aracajú. — Lamento que meu estado saúde não permita assistir a sessão cívica que realiza-se hoje no Instituto Histórico, comemorando a passagem do 1.º centenário do meu grande mestre dr. Tobias

Barrêto de Menezes. Rogo distinto consócio fineza representar-me. Cordiais saudações — (a:) Simeão Sobral”.

Usando da palavra o sr. Epifanio Dória, presidente efetivo do Instituto, lê e apresenta uma indicação, assinada por 31 srs. consócios, inclusive todos os membros componentes da *Comissão de Admissão de Sócios*, propondo a aclamação, como sócio honorário deste sodalício, do eminente professor de direito dr. *Joaquim Inácio de Almeida Amazonas*, notável advogado e homem de letras, presente a esta solenidade, como representante oficial do Governo do Estado de Pernambuco e da Congregação da tradicional Faculdade de Direito do mesmo Estado, da qual Tobias Barrêto fizera parte, tendo por aluno e hoje também professor Inácio Amazonas a que se refere a indicação. O sr. Epifanio Dória, num feliz improviso, cabalmente justificou a mesma indicação, que, submetida à deliberação da tão seleta Assembléa, é simbólica e unanimemente aprovada por prolongada salva de palmas, sendo em seguida assinado pela Mesa e entregue ao novo e erudito consócio o seu respectivo Diploma de sócio-honorário. Ergue-se, então, o dr. Inácio Amazonas, que, com invulgar eloquência, profere o seu agradecimento a tão grata homenagem, dizendo das suas comoções, do bem estar e alegria que sentira nos poucos dias de sua permanência na terra sergipana e da emoção de saudade que já experimentava por ter de deixá-la, expressando de público a sua gratidão e a dos membros da brilhante embaixada acadêmica que o acompanhára, pelas cativantes provas de consideração e pela fidelidade do acolhimento que todos tiveram em Aracajú, terminando por dizer que não lhe sendo possível abraçar a todos, agradecia e se despedia de Sergipe e dos sergipanos, abraçando o seu digno Interventor Federal, dr. Eronides de Carvalho, o que fez, entre os aplausos da assistência.

Em seguida é pelo sr. presidente concedida a palavra ao digno magistrado e destacado intelectual, o exmo. sr. desembargador Humald Cardoso, orador oficial da presente sessão solene, o qual ao assomar a tribuna, é recebido por uma salva de palmas, tendo o dito orador, durante uma hora e 25 minutos, lido um belo, substancioso e erudito trabalho biográfico sobre a vida, idéias, lutas e repercussão da grande obra intelectual de Tobias Barrêto, mostrando, á saciedade, ser um profundo conhecedor da vida, da ação e do que produzira esse nosso imortal conterraneo, gigante do pensamento. Ao terminar a leitura da sua aprimorada dissertação sobre Tobias Barrêto, recebeu o desembargador Humald Cardoso, da grande e seleta assistência, mais uma prolongada salva de palmas.

Por fim, e antes de dar por encerrada a sessão, ergue-se o seu presidente, s. excia. o sr. dr. Eronides Ferreira de Carvalho, que leu aprimorado e eloquente discurso, onde também se mostrou bastante conhecedor da gigantésca obra de Tobias, enaltecendo-lhe as idéias e aplicando-as no presente momento político, dizendo por fim, da sua satisfação e dos sergipanos com a honra de hospedarem a brilhante embaixada do Governo e da Faculdade de Direito de Pernambuco, gloriosa terra, onde Tobias Barrêto lutára e vencêra pela inteligência e pelo saber, terminando por pedir ao dr. Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, que transmitisse ao eminente professor dr.

Agamenon Magalhães, honrado Interventor Federal de Pernambuco e da Congregação e aos alunos da sua tradicional e gloriosa Faculdade de Direito, por se terem feito dignamente representar nas festas com que Sergipe civicamente comemorou a passagem do 1.º Centenário de Tobias Barrêto, os agradecimentos do Governo e povo sergipanos.

Nos intervalos da presente sessão o afinado cõro orfeônico da Escola Normal, fazia-se ouvir, agradavelmente, com a suavidade musical das suas vozes, em hinos e cânticos patrióticos. Também a banda da Polícia Militar do Estado tocára, à porta do palacete do Instituto, várias peças do seu selecionado repertório.

De tudo para constar, eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário d'este Instituto, escrevi a presente ata, que também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Julho de 1939:

Aos seis dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e trinta e nove, às 19 horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes os srs. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, pelo sr. presidente foi declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretário, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr dos meses de Maio e Junho do corrente ano; officios do presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, com sede na Capital Federal, convidando este Instituto para, por um delegado seu, se fazer representar no Congresso das Academias de Letras e de Intelectuais, a realizar-se, sob os auspícios do Governo da República, de 21 de Junho a 2 de Julho vindouro; do sr. diretor do Departamento de Estatística Geral e Publicidade, acusando e agradecendo o recebimento do excelente trabalho relativo às principais efemérides da história sergipana, elaborado pelo ilustre intelectual e insigne consócio d'este Instituto, dr. José Calazans Brandão da Silva, e que constituiu valiosíssima contribuição às "Sinopses Estatísticas de 1938" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ainda no expediente, foi igualmente lida, uma proposta, assinada por cinco srs. consócios, na forma dos vigentes Estatutos, indicando os nomes do dr. Carlos Garcia, advogado neste Estado e conhecido intelectual patricio, e do jornalista Armando Barrêto, atual secretário da Escola Normal "Rui Barbosa", servindo, em comissão, no Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado, para o quadro dos sócios efetivos d'este sodalicio, havendo o sr. presidente mandado a dita proposta à Comissão de Admissão de Sócios, para o necessário parecer.

Não havendo matéria para a ordem do dia, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Am-

filóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também assino. — *Epifanio da Fonseca Dória*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão da Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 2 de Agosto de 1939 :

Aos dois dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e nove, às 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes os sr. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, demais membros da Directoria e grande número de sócios, foi pelo sr. presidente declarado que a presente sessão tinha por finalidade a eleição da nova Directoria e das comissões permanentes do Instituto Histórico, conforme o respectivo edital de segunda convocação, publicado no "Diário Oficial". Em seguida, mandou ler a lista de assinatura dos sócios presentes convidando depois o consócio exmo. desembargador Gervásio de Carvalho Prata para presidir a presente sessão da Assembléia Geral, como uma homenagem especial ao culto chefe do Poder Judiciário.

Assumindo a cadeira da presidência, o exmo. desembargador Gervásio Prata convidou os consócios Onésimo de Araújo Pinto e Amfilóquio Vale, para, respectivamente, ocuparem os lugares de 1.º e 2.º secretários.

Instalada assim a Mesa, para a direcção dos trabalhos foi, pelo sr. presidente, mandado ler a ata da sessão anterior, que foi unanimemente aprovada.

A seguir, o sr. presidente anuncia a eleição da nova Directoria e das Comissões permanentes, para o biénio de 1939-1941, convidando os consócios a darem os seus votos, lendo, para o devido esclarecimento da matéria, o que a respeito prescreve o art. 30 dos vigentes *Estatutos*, procedendo-se em seguida a chamada pelo livro de presença dos sócios, o que foi feito pelo 2.º secretário da Mesa.

Procedida a eleição, foi, pela Mesa, apurado o seguinte resultado : Directoria: Para Presidente — Desembargador Humald Cavêso, quatorze votos (14) ; Desembargador Gervásio Prata, um voto (1) ; para 1.º Vice-Presidente — jornalista Godofredo Diniz Gonçalves, quatorze votos (14) ; professor José Augusto da Rocha Lima, um voto (1) ; para 2.º Vice-Presidente — dr. M. de Carvalho Barroso, quatorze votos (14) ; dr. Gentil Tavares da Mota, um voto (1) ; para Secretário Geral — major Epifanio da Fonseca Dória, quatorze votos (14) ; dr. Niceu Dantas, um voto (1) ; para 1.º Secretário — dr. Álvaro Andrade, quinze votos (15) ; para 2.º Secretário, advogado Amfilóquio Vale, quatorze votos (14) ; dr. José Calzans Brandão da Silva, um voto (1) ; para Orador — dr. Francisco Leite Neto, quinze votos (15) ; para Tesoureiro — Joaquim Lins de Carvalho, quatorze votos (14) ; dr. Afonso Ferreira, um voto (1). Comissões Permanentes : *De Fazenda e Orçamento* — Coronel Francisco de Sousa Porto, dr. Pedro Alves dos Santos e major Onésimo de Araújo Pinto, quatorze votos (14) cada um ; Deo-

lindo Nascimento, drs. Gentil Tavares da Mota e Manuel Dias Lima, um voto (1) cada um. *Comissão de História*: Professor Artur Fortes, drs. Mário de Araújo Cabral e João Marques Guimarães, quinze votos (15) cada um. *Comissão de Geografia*: Drs. Felto Bezerra e Manuel Ferreira da Silva Neto, quinze votos (15) cada um, dr. João de Araújo Monteiro, onze votos (11) e comandante Aldo de Sá Brito, quatro votos (4). *Comissão de Admissão de Sócios*: Major Nicanor Ribeiro Nunes, dr. Lauro Dantas Hora e professora Maria da Conceição Melo Costa, quinze votos (15) cada um. *Comissão de Manuscritos e Autógrafos*: Professor José Sebrão de Carvalho Sobrinho, dr. Ernani Mesquita Prata e professor Florentino Teles de Menezes, quinze votos (15) cada um. *Comissão de Redação e Revista*: Dr. João Dantas Martins dos Reis, advogado Adroaldo Campos e jornalista Exupério Monteiro, quinze votos (15) cada.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente da Assembléa Geral proclamou nominalmente eleitos os sócios mais votados, segundo o resultado da eleição e os convidou para a sessão da posse dos seus respectivos cargos, a qual terá lugar no próximo dia 8 de Agosto corrente, de acôrdo com o disposto no art. 28 dos *Estatutos* deste sodalício, suspendendo em seguida a sessão por vinte minutos, afim de ser lavrada a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, servindo de 2.º secretário, a escrevi, para, depois de lida e aprovada, ser também assinada. — *Gervásio de Carvalho Prata*, presidente; *Onésimo de Araújo Pinto*, 1.º secretário; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão solene, de posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Agosto de 1939, como abaixo se declara:

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e nove, às 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes os srs. Epifanio da Fonseca Dória, presidente, membros da Diretoria cujo mandato terminava e da recém-eleita e grande número de sócios, havendo número legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Por não haver nenhuma ata para ser discutida, passou-se ao expediente, sendo, pelo 2.º secretário, lida uma relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Julho pretérito, destacando-se desses recebimentos, a vultosa e inestimável biblioteca que pertenceu ao eminente sergipano professor dr. José Rodrigues da Costa Dória, régia oferta patrioticamente feita ao Instituto Histórico, pelo nosso illustre conterraneo dr. João Rodrigues da Costa Dória, professor e clínico no visinho Estado da Bahia, digno irmão do saudoso dr. Rodrigues Dória, que era nosso inconfundível consócio honorário.

Em seguida, usando da palavra o sr. presidente, disse que a

presente sessão fôra convocada de acôrdo com a parte final do art. 28 dos vigentes *Estatutos* e era especialmente destinada à posse da nova Diretoria e das *Comissões Permanentes*, eleitas para o biênio de 1939-1941, dizendo ainda da ufania que teve em trabalhar para o auspicioso resultado da eleição da nova Diretoria e augurando que esta proporcione e assegure o crescente engrandecimento e o prestígio do sodalício, como era de esperar-se, de vez que o exmo. desembargador Humald Cardoso, seu presidente eleito e proclamado, era incontestavelmente portador de muita inteligência, aprimorada cultura e grande prestígio em nosso meio social, terminando por convidá-lo para tomar posse da cadeira presidencial, o que então se verificou entre palmas da seleta assistência.

Em seguida, é, pelo novo presidente, dada posse aos demais membros da nova Diretoria, o que também se verificou entre os aplausos da assistência, preferindo depois, o desembargador Humald Cardoso, uma eloquente e bela oração alusiva ao ato, sendo, ao terminar, muito aplaudido por todos. Falaram em seguida o 1.º vice-presidente sr. Godofredo Diniz Gonçalves e o 2.º secretário sr. Amfilóquio Vale, que também receberam muitas palmas de todos os presentes à solenidade.

Ainda fazendo uso da palavra, o secretário geral, sr. Epifanio da Fonseca Dória, propõe que seja pelo Instituto prestada uma merecida homenagem cívica, à memória do seu saudoso e digno consócio, o íntegro magistrado desembargador Otávio Gomes Cardoso, em dia que a Diretoria do sodalício haja por bem designar, sendo também, pelo presidente Humald Cardoso proposto que a nova Diretoria mandasse pôr, em uma das parêdes do salão nobre do edifício do Instituto, para ser festivamente colocado, o retrato do seu incansável sócio sr. Epifanio Dória, seu ex-presidente, vitorioso e consagrado, tornando merecedor dessa homenagem, como reconhecimento aos seus grandes serviços abnegadamente prestados, como também todos. Essas propostas mereceram unânime aprovação da nova Diretoria.

Em seguida, são pela Mesa assinados e entregues os diplomas de sócios efetivos conferidos aos novos consócios Drs. João de Araújo Monteiro e Antônio Xavier de Assis Júnior, que, por se acharem presentes, prestaram logo os respectivos compromissos.

Ao encerrar a sessão, o presidente desembargador Humald Cardoso fez palavras de leaver à Diretoria cujo mandato se extinguiu, ressaltando o seu dinâmico, eficiente e abnegado trabalho pela grandeza do Instituto, do qual se tornára tão benemérita, tendo ainda palavras de fé pelo destino e pela prosperidade do sodalício, como instituição cultural em nosso meio, fazendo um vibrante apelo a todos para que lhe auxiliassem a coligir e guardar o largo patrimônio da inteligência, cultura e altas tradições acumuladas pelos nossos antepassados.

Nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente deu por encerrada a sessão, mandando lavar a presente ata, que eu, Amfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também assino.
— Humald Cardoso, presidente; Amfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão extraordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 21 de Agosto de 1939:

Aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e nove, às 20 horas, no salão nobre do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, presidente; Epifanio da Fonseca Dória, secretário geral; dr. Alvaro Andrade, 1.º secretário; Amfilóquio Vale, 2.º secretário e Joaquim Lins de Carvalho, tesoureiro, havendo número legal, foi pelo sr. presidente declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foram lidos, pelo 1.º secretário, todos os officios e telegramas recebidos pelo Instituto, no corrente mês, destacando-se dessa correspondência um telegrama em que o dr. Luiz Vergara, do Gabinete do exmo. sr. Presidente da República, comunica à Diretoria do Sodalício, em nome do preclaro Chefe da Nação, ficar sua excia. inteirado e agradecido pela homenagem que lhe vai prestar, no "Dia do Soldado", o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; pelo 2.º secretário foi lida a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pela Secretaria do Instituto, no correr do mês de Julho préterito.

Ainda no expediente, foram lidas as seguintes propostas, que se encontravam sobre a Mesa:

"Nós, abaixo firmados, sócios deste Instituto Histórico e Geográfico, na conformidade do que dispõe o art. 9.º dos seus vigentes Estatutos, propomos os nomes dos srs. desembargadores Luiz Loureiro Tavares e Zacarias Lourenço de Carvalho, dos dres. Arlindo Silveira, Flávio da Rosa Melo, Paulo Costa, Nicanor Leal, José Rollemberg Leite, Clodoaldo Passos, Marcos Ferreira, Nelson Tavares da Mota, Joaquim Sabino Ribeiro e Francisco Alves de Oliveira, dos srs. Júlio Pinto Filho, Cantidiano Vieira, Elmano Ribeiro, Luiz Figueiredo, Jádriel Benevides, Abelardo Torres, Carlos Coêlho Muniz, Edgar Barrôso, Ricardo Lopes de Azevedo, Maximino Chaves José Ribeiro, Pedro Diniz Gonçalves Filho, Gonçalo Rollemberg do Prado, cônego José Geminiano de Freitas, capitão Odilon Siqueira, coronel Rivaldo Jardim de Brito, major Túlio Pais Leme, professor Napoleão Agêlio de Oliveira Dória e Cecilio Cunha e o do jornalista José Maria Fontes, todos cidadãos de relêvo em nossos meios jurídico, intelectual, comercial e burocrático, para o quadro dos *Sócios efetivos* deste sodalício. Aracajú, 18 de Agosto de 1939. — (aa) Hunald Cardoso, Epifanio da Fonseca Dória, Amfilóquio Vale, Afonso Ferreira dos Santos, padre Filadeifo Jônatas de Oliveira, M. de Carvalho Barrôso, Nicanor Ribeiro Nunes, Maria da Conceição Melo Costa. — "Os sub-firmados, sócios deste Instituto, inspirados em sentimentos de justiça, vêm propôr sejam proclamados *Sócios Beneméritos* do sodalício, os dres. Eronides Ferreira de Carvalho e João Rodrigues da Costa Dória, bem como o do laureado pintor conterraneo, Jordão Oliveira. Rezam os nossos Estatutos em seu art. 12: "Serão considerados sócios beneméritos os que prestarem relevantísimos servi-

cos ao Instituto ou que a este fizerem donativos de importancia nunca inferior a 2:000\$000". Ao preclaro patricio dr. Eronides de Carvalho deve o Instituto relevantissimos serviços prestados no curso de sua operosa administração no Estado e por ultimo a oferta ao mesmo de uma grande tela de valor superior a seis contos de réis ; ao segundo deve o Instituto a oferta da importante e vultosa bibliotheca que pertenceu ao seu notavel mano, dr. José Rodrigues da Costa Dória, bibliotheca que vale muitos contos de réis, pela sua riqueza bibliográfica ; e ao terceiro, deve o Instituto a oferta de uma grande tela, de sua autoria, representando o retrato do Interventor Federal no Estado, a qual póde ser avaliada em mais de seis contos de réis. O que ficou dito dispensa maiores justificações, pois as duas telas se acham no edificio, onde tambem se acha a grande bibliotheca que pertenceu ao erudito e saudoso sergipano dr. Rodrigues Dória. Aracajú, 19 de Agosto de 1939. — (aa) Epifanio da Fonseca Dória, Godofredo Diniz Gonçalves, João Marques Guimarães, Teonilo Leite, Manoel do Espírito Santo, Manuel Barbosa de Sousa, Joaquim Lins de Carvalho, dr. Lauro Dantas Hora, Gentil Tavares, Hunald Cardoso, Felte Bezerra, Alencar Mota, Eurípedes Lima, Amfilóquio Vale, João de Araújo Monteiro, M. de Carvalho Barrôso, Adroaldo Campos, Maria da Conceição Melo Costa, Afonso Ferreira dos Santos, Francisco de Sousa Porto, Nicanor Ribeiro Nunes, Edgar Ferreira, Alvaro Andrade, Virgínio de Santana, Antônio Xavier de Assis Júnior e cônego Domingos Fonseca de Almeida".

Verificando-se que essas propostas já se achavam tambem assinadas por todos os membros que integram a *Comissão de Admissão de Sócios*, foram, pelo sr. presidente, mandado que as mesmas figurassem na ordem do dia da presente sessão, para serem votadas.

Passando-se à ordem do dia, foi discutido e aprovado o parecer da *Comissão de Admissão de Sócios*, dado na proposta que lhe fôra enviada, assinada pelos consócios Amfilóquio Vale, Epifanio da Fonseca Dória, Domingos Fonseca de Almeida, Adroaldo Campos e Ernani Mesquita Prata, concluindo o dito parecer pela aceitação do bacharel Carlos Garcia e jornalista Armando Barrêto, nossos illustres conterraneos, residentes nesta Capital, para o quadro dos *Sócios efectivos* do Instituto ; tendo sido, depois, igualmente aprovadas as duas propostas lidas no expediente da presente sessão, sendo assim aceitos os nomes que delas constam, como sócios d'este sodalicio, na forma das respectivas indicações, pelo que, o sr. presidente determinou que a Secretaria fizesse a todos os novos consócios as devidas comunicações.

Em seguida, dizendo o sr. presidente que o Instituto tambem associava-se ás festas cívicas em comemoração ao "Dia do Soldado" — realizando, em sua séde, uma solene sessão, designou as seguintes comissões : para fazer pessoalmente convites ás altas autoridades federais, estaduais e municipais e eclesiásticas drs. Hunald Cardoso, Alvaro Andrade, cônego Domingos Fonseca de Almeida ; para receber os convidados na entrada do edificio do Instituto — Amfilóquio Vale, padre Filadelfo Oliveira, dr. João Marques Guimarães ; para receber os mesmos convidados e sócios na entrada do salão nobre dr. Alvaro Andrade, Epifanio Dória, Edgar Ferreira.

Nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, mandando lavrar a presente ata, que, em, Amfilóquio Vale, 2.º secretário deste Instituto, a escrevi e também a assino. —
(133) *Hunald Cardoso*, presidente; *Amfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão solena, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 25 de Agosto de 1939.

Aos vinte e cinco dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta capital, presentes o sr. presidente desembargador Hunald Cardoso e diversos membros da Diretoria; s. excia. o sr. dr. Eronides de Carvalho, Interventor Federal no Estado; desembargador Gervásio de Carvalho Prata, presidente do Tribunal de Apelação; sr. Godofredo Diniz Gonçalves, prefeito da capital; tenente Alfredo Neto Formosinho, representante do Comando e officialidade do 23.º B. C.; representantes do Bispo Diocesano; Comandante e officialidade da Polícia Militar do Estado; capitão Odilon Siqueira, Chefe de Polícia do Estado; representações da Guarda Civil e da Companhia de Bombeiros, grande número de aócijs e de pessoas gradas, foi, pelo sr. presidente, declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Em seguida, por se achar presente á sessão o exmo. sr. dr. Eronides de Carvalho, Interventor Federal neste Estado, de acórdio com o que dispõem os Estatutos deste sodalicio, o sr. presidente efectivo desembargador Hunald Cardoso convidou s. excia. para assumir a cadeira da presidência, o que, em seguida se verificou, entre aplausos da assistência, dizendo então s. excia. a finalidade da sessão e, em seguida concedeu a palavra ao dr. Francisco Leite Neto, orador official do Instituto, o qual foi recebido com aplausos da assistência, tendo s. s. lido belo e substancioso discurso alusivo á data que se comemorava "O dia do soldado" — focalizando, com grande erudição, a figura do Duque de Caxias, tão remarcada e tão glorificada na história militar e civil da nossa Pátria, sendo o dito orador, ao terminar o seu aprimorado discurso, muito aplaudido por toda a selecta assistência.

Em seguida, é concedida a palavra ao consócio cônego Domingos Fonsêca de Almeida, que, assomando a tribuna pronunciou uma bela oração, na qual demonstrando ser um grande vernaculista do idioma pátrio, disse dos relevantes serviços que a Sergipe vem prestando o atual Interventor Federal, dr. Eronides de Carvalho, comparando-o com um sol benfazejo e necessário á natureza da vida sergipana, terminando, entre os mais vivos aplausos da numerosa assistência, por mandar descerrar a cortina que envolvia a grande tela representando, em tamanho natural, o retrato de s. excia. o dr. Eronides de Carvalho, sócio benemérito deste sodalicio.

Dada a palavra ao professor Manuel Franco Freira, este leu aprimorada oração sobre a personalidade inconfundível do grande brasileiro dr. Getúlio Dornelas Vargas, eminente Chefe do Governo

Nacional, terminando por mandar descer a cartina que cobria a grande teta, ricamente emoldurada, com o retrato, em tamanho natural, do grande estadista brasileiro pedindo ainda a assistencia que a admirasse de pé, como uma merecida homenagem ao seu preclaro sócio benemérito.

Por fim, ergue-se o presidente da Mesa, o dr. Eronides de Carvalho, digno Interventor Federal no Estado que, eloquentemente, leu uma aprimorada oração, dizendo do que era e do quanto merecia o Instituto no meio cultural do Estado, agradecendo a sua eleição para sócio benemérito e a aposição do seu retrato na galeria dos grandes vultos da história de Sergipe, isso feito numa data que tambem elle cultuava como militar e brasileiro, terminando o seu belo discurso por afirmar que saberia guardar e zelar pela dignidade do seu diploma de sócio benemérito do sodalicio sergipano, depois do que, ouviu-se uma prolongada salva de palmas.

A banda da Policia Militar, postada no pavimento térreo do edificio, além do hino nacional, após cada discurso proferido, tocara antes varias peças do seu escolhido repertório.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidentedeu por encerrada a sessão, de tudo o que, para constar, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretario, lavrei a presente ata, que tambem assino.

Hunald Cardoso, presidente.

Anfilóquio Vale, 2.º secretario.

Ata da sessão solene, do Instituto Historico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Setembro de 1939.

Aos seis dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Historico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes o exmo. desembargador Hunald Cardoso, presidente; sr. Epifanio da Fousêca Dória, secretario geral; dr. Alvaro Andrade, primeiro secretario; Anfilóquio Vale, segundo secretario, e Joaquim Lins de Carvalho, tesoureiro, havendo número legal, foi pelo sr. presidente declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foi lida, pelo segundo secretario, a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr do mês de Agosto pretérito; pelo 1.º secretario foi lido o seguinte officio: "Sr. Secretario — Tenho a satisfação de acusar o recebimento do officio n. 4, desse Instituto, datado de 22 do mês de Agosto em curso, contendo a comunicação de haver sido o meu nome eleito para constituir o quadro de sócios beneméritos dessa Instituição. Honra-me sobremodo, a deliberação trazida ao meu conhecimento e agradecendo-a, quero me valer da oportunidade para declarar que sempre estarei disposto a servir a esse Instituto, certo de que estou servindo a Sergipe. Apresento a v. s. os meus protestos de estima e consideração. — (a) *Eronides Ferreira de Carvalho, Interventor Federal*".

Ainda no expediente, foi lida uma proposta, assinada pelos consócios Hunald Cardoso, Luiz Magalhães, Anfilóquio Vale, Onésimo

de Araújo Pinto, Antônio Xavier de Assis Júnior, Maria da Conceição Melo Costa, Nicanor Ribeiro Nunes e dr. Lauro D. Hora, indicando os nomes dos cidadãos abaixo relacionados, para o quadro dos *Sócios efetivos* deste sodalício: Dr. Herclio Brito, industrial e atual prefeito municipal de Propriá; dr. Luiz Pereira de Melo, promotor público em Vilanova; dr. Camerino Bragança de Azevêdo, médico, clínico, residente em Laranjeiras; dr. Benedito Cardoso, juiz municipal em Salgado; coronel José Amado, industrial; padre Artur Passos, diretor do Grupo Escolar "Olimpio Campos", em Vilanova; capitão Heráclito de Araújo Barros, tabelião público nesta Capital; professor Joaquim Mauricio Cardoso, funcionário federal aposentado; srs. Manuel Sobral, José Euclides de Souza e Manuel Nicanor Nascimento, tabeliães, residentes nesta Capital; José Cruz, funcionário do Departamento Estadual de Estatística do Estado; Antônio Bragança de Azevêdo, funcionário público federal em Aracajú; padre Possidônio Pinheiro da Rocha, professor aposentado do Ateneu Sergipense; dr. Vicente Barreiras de Alencar, juiz de direito em Estancia; coronel Leopoldo Araújo, industrial e prefeito municipal em Estancia; general Francisco José de Melo, nosso conterrâneo, residente em Aracajú; dr. João Bôscio de Andrade Lima, juiz de direito em Lagarto; dr. Mário de Menezes, advogado, residente em Riachuelo; dr. Arício Guimarães Fortes, diretor do Departamento de Educação do Estado; sr. Sebastião Baronto, funcionário público federal, em Aracajú; dr. Joaquim Mauricio Cardoso, médico, clínico, residente em Aracajú; sr. Nelson Garcez, capitalista, dr. João Firpo Filho, médico e diretor do Instituto Pareiras Horta; dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite, professor e advogado; dr. Otaviano Vieira de Melo, inspetor federal do ensino secundário; sr. Oscar Maynard Lemos, capitalista; dr. Oscar Nascimento, médico e professor; dr. Etelvino Tavares, diretor do "Grupo Escolar João Fernandes", em Propriá; sr. Vicente Hora de Mesquita, funcionário público federal em Aracajú; desembargador José de Barros, Acioli de Menezes, coronel Anísio Ezequiel de Barros e Manuel Santos Silva, industriais residentes em Laranjeiras; José Francisco de Oliveira, negociante em Aracajú; Alfredo Montes de Araújo Pinto, diretor da Biblioteca Pública; maestro Gensro Plech, professor da Escola Normal; dr. José Tomaz de Ayila Nabuco, médico, clínico em Aracajú; dr. Misael Viana, professor, residente em Aracajú; Irineu Marques de Oliveira, funcionário público do Estado; tenente José Corrêa, oficial do Exército, residente em Aracajú; Teodorico do Prado Montes, diretor da Recebedoria da Capital; sr. Raimundo Carvalho, oficial de Gabinete da Interventoria Federal, e majores Hermeto Rodrigues Feitosa e João José dos Anjos, da Força Policial.

Verificando-se já se encontrar essa proposta, devidamente assinada por todos os membros que integram a *Comissão de Admissão de Sócios*, tornando-se, por isso, desnecessária a sua ida á mesma comissão para o devido parecer, mandou o sr. presidente que a dita proposta figurasse na ordem do dia da presente sessão, para ser discutida e votada.

Passando-se á Ordem do dia, foi aprovada e aceita, por unanimi-

dade, a proposta que foi lida no expediente da presente sessão, havendo, por isso, o sr. presidente determinado á Secretaria que fizesse aos novos consócios as necessárias comunicações.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, em Anfilóquio Vale, segundo secretário, a escrevi e também assino.

Hunald Cardoso, presidente.
Anfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão solene, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 7 de Setembro de 1939.

Aos sete dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nesta capital, presentes o sr. presidente desembargador Hunald Cardoso, diversos membros da Diretoria, o tenente Ozias Vasco do Nascimento representante do exmo. sr. dr. Interventor Federad no Estado, capitão Durval da Silva Costa, representante do Comando e officialidade do 28 B. C.; representações da Guarda Civil, da Companhia de Bombeiros, da Escola Normal Rui Barbosa, grande número de sócios, senhoras, senhoritas e demais pessoas gradas, foi, pelo sr. presidente, declarada aberta a sessão, sendo lida a ata da sessão anterior.

Em seguida, fazendo uso da palavra, o sr. presidente disse da finalidade da presente sessão, que era a comemoração cívica do "Dia da Pátria", e, justificando o não comparecimento do dr. Francisco Leite Neto, orador official do sodalício, que teria de fazer a apresentação do orador escolhido pela Diretoria do Instituto para falar sobre a grande data nacional, êle próprio, o sr. presidente, fez a apresentação do consócio tenente Manuel Ferreira da Silva Neto, illustre official do Exército e conceituado causídico em nosso Estado, concedendo-lhe por fim, a palavra. Entre uma salva de palmas da seleta assistência, assomou á tribuna do Instituto o dr. Manuel Ferreira da Silva Neto, orador official da presente sessão, o qual, durante cerca de cincoenta minutos, leu bela e aprimorada alocução sobre a grande data nacional — 7 de Setembro — mostrando-se, dêsse modo, como um erudito conhecedor da nossa história política. Ao terminar o seu eloquente discurso, foi o dr. Ferreira Neto muito aplaudido por todos os presentes.

Por fim, o illustre consócio padre Filadelfo Jônatas de Oliveira, previamente designado pelo sr. presidente, para agradecer o comparecimento da numerosa e seleta assistência, assim se desincumbiu, pronunciando, de improviso, um eloquente e arrebatador discurso, terminando por solicitar de todos o constante comparecimento ás festas cívicas promovidas pelo Instituto Histórico, de vez que eram elas festas da intelligência e do espirito cultural dos sergipanos.

Estando presentes os novos consócios ars. Abelardo Gonçalves Tôrres e Antônio Bragança de Azevêdo, fôram êstes, pela Mês

convidados a prestarem o compromisso e receberem os seus respectivos diplomas o que então se verificou entre palmas da assistência.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto Histórico, a escrevi e também a assino.

(aa) *Hunald Cardoso* — Presidente
Anfilóquio Vale — 2.º secretário.

Ata da sessão extraordinária da Diretoria, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 9 de Outubro de 1939.

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta capital, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, presidente, demais membros da Diretoria, em número legal, foi, pelo sr. presidente, declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Não havendo matéria para o expediente, passou-se para a ordem do dia que constou: — usando da palavra o sr. desembargador presidente, em ligeira alocução, disse da finalidade da presente sessão da Diretoria, especialmente convocada para receber a Peregrinação Sergipana ao 3.º Congresso Eucarístico Nacional, realizado na cidade de Recife, e receber da mesma Peregrinação os donativos históricos que a mesma anunciára, num gesto de patriótico interesse pela história da nossa Pátria, terminando por conceder a palavra ao cônego Avelar Brandão, intérprete dos peregrinos sergipanos no ato que então se realizava. Assomando á tribuna do Instituto, entre uma salva de palmas da assistência, esse erudito e conhecido orador pronunciou, em linguagem aprimorada, um belo discurso, dizendo do que foi o Congresso Eucarístico de Recife, do relêvo da Peregrinação Sergipana ao mesmo Congresso, da imponência e dos brilhantes resultados do mesmo no espírito católico brasileiro, terminando a sua alocução por entregar á guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe um Album pertinente á oferta feita, pela Arquidiocese do Estado de São Paulo, de um belo *fac-simile* da Imagem de N. S. da Aparecida do Brasil e sua consagrada Padroeira, á Diocese na pessoa do seu virtuoso e querido Prelado d. José Tomaz Gomes da Silva e demais componentes da Peregrinação Sergipana áquele remarcado Congresso católico, contendo ainda, o dito *Album*, a assinatura de todos os membros que integram essa mesma Peregrinação: entregando bem assim, para aguarda do sodalício sergipano, dois importantes mapas da cidade de Recife, onde se realizou o referido Congresso religioso, documentos esses de apreciavel valôr histórico e adquiridos por louvavel iniciativa do peregrino dr. Afonso Pereira dos Santos. Ao terminar o seu discurso foi o orador, cônego Avelar Brandão, vivamente aplaudido pela Diretoria do Instituto, grande número de sócios e pela Peregrinação Sergipana ao referido

3.º Congresso Eucarístico Nacional do Recife, presentes a esta mesma sessão.

Em seguida, usando da palavra o sr. desembargador presidente, proferiu o agradecimento do Instituto por este gesto delicado e patriótico da Peregrinação Sergipana, concluindo por afirmar que o sodalício sergipano saberia guardar, e o fazia enfim congratulando-se com a mesma Peregrinação pelo seu destaque na cidade de Recife, o que somente era de esperar, por ter ela, á sua frente, a veneranda personalidade do D. José Tomaz Gomes da Silva e a orientação inteligente do ilustrado e operoso mosenhor Carlos Costa, distinguido consócio deste Instituto Histórico. Dando por encerrada a sessão, por nada mais haver a tratar-se, o sr. presidente mandou lavrar a presente ata, que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a escrevi e também assino. — *Hunald Cardoso*, presidente; *Anfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 21 de Outubro de 1939.

Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a rua Itabuaninha, nesta Capital, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, presidente, diversos membros da Diretoria, em número legal, grande número de sócios deste Instituto, autoridades e diversas pessoas gradas, foi pelo sr. presidente declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Em seguida, pelo sr. presidente foi dito, em ligeiras palavras, da finalidade da presente sessão, que fôra especialmente convocada para a comemoração cívica do cincoentenário do falecimento do valeroso e inesquecível brasileiro o Visconde de Mauá, feito o que, concedeu a palavra ao ilustrado consócio dr. José de Calazans Brandão da Silva, destacado intelectual e historiógrafo nosso conterraneo, que fôz recebido por uma salva de palmas ao assomar á tribuna do sodalício, onde, por cerca de trinta e cinco minutos, proferiu uma bela e impressionante biografia do Visconde de Mauá, salientando a sua vitóriasza atuação na política e nas indústrias do Brasil, de cujo progresso especialmente no setor da navegação e outros meios de transporte, tornou-se grande propulsor o referido e saudoso brasileiro, cuja memoria se comemorava. Ao terminar o seu belo discurso, foi o orador vivamente aplaudido pela numerosa assistência.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo sr. presidente declarada encerrada a sessão e mandado lavrar a presente ata que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto Histórico, a escrevi e também assino. — (aa) *Hunald Cardoso*, presidente; *Anfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 15 de Novembro de 1939.

Aos quinze dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nesta capital, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, presidente, diversos membros da Diretoria, em número legal, o exmo. sr. dr. Manuel de Carvalho Barrôso, Interventor Federal, em exercício, desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, presidente do Tribunal de Apelação, outras autoridades federais, estaduais e municipais, comandante e officialidade do 28 B. C., da Polícia Militar do Estado, corpos docente e discente do Grupo Escolar "Dr. Manuel Luiz", grande número de sócios e de pessoas gradas, pelo sr. presidente foi declarada aberta a sessão, sendo, em seguida, mandado lêr a ata da sessão anterior, que foi aprovada.

Lido o expediente, pelo 2.º secretário, em seguida, pelo exmo. sr. desembargador presidente foi dito que, estando presente a esta solene sessão o exmo. sr. dr. Interventor Federal no Estado, em exercício, de acôrdo com o que dispunham os vigentes Estatutos dèste sodalicio, a s. excia. cumpria presidir os trabalhos da Mesa, pelo que o convidava a assumir a presidência.

Isto feito em ligeira allocução, s. excia. o dr. Carvalho Barrôso, dizendo da finalidade da presente sessão, que fôra especialmente convocada para a comemoração da grande data nacional, que assinalava a implantação do regime republicano em nosso país, terminou por conceder a palavra ao orador official designado para dizer sôbre a magna data, o nosso illustre consócio sr. capitão de covêta Aldo de Sá Brito e Souza, digno comandante dos Portos, nêste Estado, o qual, depois de apresentado á assistência pelo talentoso consócio, jornalista Deolindo Nascimento, foi então recebido por uma prolongada salva de palmas.

Da tribuna official do Instituto, o illustrado official da nossa Marinha de Guerra, por espaço de 40 minutos, leu aprimorado discurso, pertinente aos acontecimentos marcantes da grande data que então civicamente se estava comemorando, recebendo o orador, ao terminar o seu belo trabalho histórico, uma vibrante salva de palmas.

Abrilantaram a sessão, além do corpo orfeônico do Grupo Escolar "Dr. Manuel Luiz", que, entoando hinos patrióticos, iniciára as solenidades, como igualmente as fechou, e mais as bandas militares do 28 B. C. e da Polícia do Estado que tocaram á chegada das autoridades e convidados.

Depois de se dirigir á assistência, agradecendo o seu comparecimento a esta solenidade, a tão solenidade, a tão útil festa cívica, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, dando por encerrada a sessão o exmo. sr. presidente mandou lavrar a presente ata, que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário dèste Instituto, a escrevi e tambem a assino.

(aa) *Hunald Cardoso* — Presidente
Anfilóquio Vale — 2.º secretário.

Ata da sessão solene, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 13 de Dezembro de 1939.

Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e trinta e nove, ás 20 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua de Itabaianinha, nesta capital, presentes os srs. desembargador Hunald Cardôso, presidente, diversos membros da Diretoria, em número legal, grande número de sócios e pessoas gradas, foi pelo sr. presidente declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. Não houve matéria para expediente.

Na ordem do dia, usando da palavra o secretário geral do sodalício, sr. Epifano da Ponsêca Dória, disse dos objetivos da presente sessão, especialmente convocada pela Diretoria do Instituto para homenagear o seu ilustre consórcio comandante Aldo de Sá Brito e Souza, entregando-se ao mesmo o seu diploma de sócio efetivo do sodalício sergipano.

Entregue pelo Presidente, sob palmas, o diploma na data de hoje — “Dia do Marinheiro” ao omandante Aldo de Sá Brito e Souza, o desembargador Hunald Cardôso proferiu veemente oração, em que estudou os feitos heróicos da Marinha Brasileira, focalizando, principalmente, a sangrenta Batalha do Rischuelo. O orador referiu-se á grandeza moral e á coragem indômita dos nossos chefes navais, citando, a propósito, expressivos fatos que se verificaram com os Almirantes Pedro de Frontin, Izaias Noronha e Protógenes Guimarães.

Proseguindo, o desembargador Hunald Cardôso leu a vida militar do homenageado, tecendo um hino ás suas excepcionais qualidades de marinheiro e cidadão, em meio ás calorosas palmas da grande assistência.

Em seguida, o Comandante Aldo de Sá Brito e Souza, em veemente e comovido improviso, agradeceu a manifestação que lhe fazia o Instituto Histórico e Geográfico, ressaltando a elevada missão da Marinha Brasileira no atual regime. O culto marinheiro terminou o seu discurso com um hino a Sergipe e ao seu povo, sendo muito cumprimentado pelos presentes.

Sob palmas da assistência, fôram também entregues os diplomas dos srs. Carlos Garcia e major Hermelo Rodrigues Feitosa, novos sócios efetivos do Instituto, os quais, nesse ato, também prestaram os juramentos estatutários.

Dando por encerrada a sessão o sr. Presidente mandou lavrar a presente ata, que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário deste Instituto, a lavrei e também assino.

Hunald Cardôso, presidente.

Anfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Janeiro de 1940.

Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e

quarenta, ás 19 horas no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua de Itabaianaba, nesta capital, presentes o exmo. sr. desembargador Humald Cardêso, presidente; Epifanio da Fonsêca Dória, secretário geral; dr. Alvaro Andrade, 1.º secretário e Joaquim Lins de Carvalho, tesoureiro, havendo número legal, o sr. Presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida, pelo 2.º secretário, a relação dos livros, jornais e Revistas recebidos no correr dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do ano próximo findo. Foi igualmente lida uma proposta, assinada pelos consócios Julio Pinto Filho, Deolindo Nascimento, Anfilóquio Vale, José Francisco de Oliveira e Joaquim Lins de Carvalho, indicando os nomes dos srs. dr. Ladisláu Millet, médico clínico e José Felizola, proprietário, ambos residentes em Aracajú, para o quadro dos sócios efetivos deste sodalício. Tendo sido enviada esta proposta mandada á Comissão de Admissão de sócios para o devido parecer.

Ainda no expediente foi apresentada e lida em mesa, para a deliberação da Diretoria, a seguinte proposta, assinada pelo sócio, Epifanio Dória, secretário geral deste Instituto:

Proposta

Atendendo á necessidade urgente em que está o Instituto de organizar a sua bibliotéca, já numerosa em livros, tornando-a acessivel e útil, não só aos sócios mas também aos estudiosos, propozho que seja creado, desde já, *ad referendum* da Assembléa Geral, em sua primeira reunião ordinária, o cargo de bibliotecário, preenchido mediante contrato e com o vencimento mensal de duzentos mil réis .. (200\$000), pago no começo do mês seguinte ao vencido, cabendo-lhe, enquanto não se baixar regulamento, as seguintes obrigações: a) abertura e fechamento do edificio em todos os dias úteis, nas horas regulamentares; b) permanecer no mesmo edificio das 8 ás 12 e das 19 ás 21 horas, em todos os dias úteis; c) catalogar os livros, documentos e peças das coleções que se organizarem no Instituto; d) velar pela conservação dos livros, documentos, móveis, edificio e do mais que pertencer ao sodalício; e) apresentar ao Secretário Geral um relatório do movimento administrativo do Instituto em Janeiro do ano seguinte ao vencido; f) permitir a cópia de manuscritos que não fôrem considerados reservados, á juízo da Diretoria; g) fornecer livros a leitura pública no salão próprio, exercendo fiscalização para que os leitores não danifiquem nem desmanchem os mesmos livros; h) fazer retirar da sala de leitura as pessoas que se portarem inconvenientemente, proibindo-lhes a entrada na mesma sala na seguinte ordem: I — por 5 dias, na primeira falta; II — por 10 dias na segunda falta; III — por 20 dias, na terceira falta; IV — por 30 dias na quarta falta; V — definitivamente, na quinta falta; parágrafo único. Quando o leitor se tornar obstinado, não querendo atender á solicitação para retirar-se, por medida de prudência, o bibliotecário dará o caso por encerrado cuidando de fechar o edificio, encerrando, deste modo o expediente diurno ou no-

turno, conforme o caso, aplicando, e seguir, ao leitor menos educado, a pena V da letra h), mesmo que se trate da primeira falta cometida, dada a gravidade da mesma: l) procurar manter inalterável, por meio de providências adequadas, o silêncio na sala de leitura; 1) atender com solicitude aos pedidos de livros e de informações formulados pelos membros da diretoria e pelos próprios consultantes da biblioteca; k) fazer o serviço da Secretaria que lhe fôr determinado; l) levar as atas das sessões da Diretoria, na ausência do segundo secretário e as da Assembléa Geral, calcadas sobre as notas tomadas pelo respectivo secretário; m) auxillar os trabalhos da tesouraria; n) examinar todos os dias se as obras ou documentos consultados no dia anterior se acham nos seus lugares; o) cumprir com zelo e solicitude as ordens emanadas dos membros da Diretoria no que concernir aos serviços e interesses do Instituto; p) fazer o que mais se tornar necessário a bem do Instituto, sempre em harmonia com as determinações dos membros da diretoria, a quem caiba a iniciativa de qualquer providência, q) receber e entregar a correspondência oficial do Instituto aos devidos destinatários. Sala das Sessões, Aracajú, 6 de Janeiro de 1940. — *Epifanio da Fonseca Dória*, Secretário Geral.

Pelo sr. Presidente foi mandado que esta proposta figurasse na ordem do dia da presente sessão, a fim de ser discutida e votada.

Passando-se á ordem do dia, conatou esta da leitura, discussão e votação da proposta apresentada pelo consócio Epifanio da Fonseca Dória, Secretário Geral do Instituto, na expediente da sessão de hoje, sendo dita proposta, que crea o lugar de bibliotecário deste Instituto, unanimemente aprovada em todos os seus termos. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, a escrevi e tambem assino.

(aa) *Humald Cardoso* — Presidente
Anfilóquio Vale — 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Fevereiro de 1940.

Aos seis dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta, ás 19 horas, no salão nobre do edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua do Itabaianinha, nesta capital, presentes a exmo. sr. desembargador Humald Cardoso, Presidente; Epifanio da Fonseca Dória, secretário geral; dr. Alvaro Andrade, 1.º secretário; Anfilóquio Vale, 2.º secretário e Joaquim Lima de Carvalho, tesoureiro, havendo número legal, foi pelo sr. Presidente, declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida pelo 2.º secretário a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto no correr do mês de Janeiro findo.

Foi igualmente lida uma proposta, assinada pelos consócios Anfilóquio Vale, Deolindo Nascimento, Onésimo Araújo Pinto, dr. Luiz

Magalhães e Manuel Sobral, indicando os nomes dos acadêmicos Renato Cantidiano Ribeiro, residente na Estância; Raimundo de Souza Araújo, tabelião público da mesma cidade; Cônego Antônio de Freitas; bacharel Ito Reis de Ataíde, Delegado Auxiliar desta capital; José Mesquita da Silveira, tabelião público em Itabaiana; Mozart Aboim, jornalista, e do bacharel Hélio Moura Cardoso, residentes neste Estado, para o quadro de sócios efetivos deste sodalicio, havendo o sr. Presidente enviado a dita proposta à comissão de admissão de sócios para o devido parecer. Na ordem do dia foi lido e aprovado o parecer da Comissão de Admissão de Sócios dado na proposta que lhe fôra enviada, concluindo o mesmo parecer pela aceitação dos nomes do dr. Ladisláu Milet e do sr. José Felizola, proprietário, ambos residentes nesta capital, para o quadro dos sócios efetivos deste Instituto. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário deste Instituto, escrevi e assino. — (aa) *Hunald Cardoso*, presidente; *Anfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Março de 1940.

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta, às 19 horas, no salão nobre do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à rua de Itabaianinha, nesta capital, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, Presidente; Epifanio de FONSECA Dória, Secretário Geral; dr. Alvaro Andrade, 1.º secretário; Anfilóquio Vale, 2.º Secretário; e Joaquim Lins de Carvalho, tesoureiro; havendo número legal, foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida pelo 2.º secretário a relação dos livros, jornais e revistas recebidos no correr do mês de Fevereiro pretérito.

Na ordem do dia foi lido pelo 1.º secretário o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, dado na proposta que lhe fôra enviada, concluindo o mesmo parecer, que foi aprovado, pela aceitação dos senhores cônego Antônio Freitas, acadêmico Renato Cantidiano Ribeiro, tabelião Raimundo Souza Araújo, tabelião José Mesquita da Silveira, dr. Ito Reis de Ataíde, dr. Hélio Moura Cardoso e jornalista Mozart Aboim para sócios efetivos, havendo o sr. Presidente mandado que a Secretaria fizesse as devidas comunicações às pessoas aceitas.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata que, eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei e também assino. — (aa) *Hunald Cardoso*, Presidente; *Anfilóquio Vale*, 2.º secretário.

Térmo de comparecimento, no dia 6 de Abril de 1940.

Aos seis dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e qua-

renta, ás 19 horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes o exmo. desembargador Hunald Cardoso, presidente, o dr. Alvaro Andrade, 1.º Secretário, e o sr. Anfilóquio Vale, 2.º Secretário, ausentes os demais membros da Diretoria, foi, pelo sr. Presidente, declarado que, por falta de número legal, deixava de se realizar a sessão ordinária que hoje teria lugar, determinando para constar que fôsse lavrado o presente termo de comparecimento, que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, o escrevi e também o assino.

(aa) *Hunald Cardoso* — Presidente
Anfilóquio Vale — 2.º secretário.

Térmo de comparecimento, no dia 6 de Maio de 1940.

Aos seis dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e quarenta, ás 19 horas no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta Capital, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, presidente, comigo, Anfilóquio Vale, segundo secretário, ausentes os demais membros da Diretoria d'êste sodalicio, foi pelo mesmo presidente declarado que, por falta de número legal, deixava de abrir a sessão ordinária que hoje deveria realizar-se, na fôrma dos vigentes Estatutos, determinando que, para constar se lavrasse o presente termo, que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, o escrevi e também o assino.

(aa) *Hunald Cardoso* — Presidente
Anfilóquio Vale — 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 6 de Junho de 1940.

Aos seis dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e quarenta, ás 19 horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, presidente, e demais membros da Diretoria, em número legal, foi pelo sr. presidente declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior, realizada no dia 6 de Março do corrente mo. No expediente foi, pelo segundo secretário, lida a relação dos livros, jornais e revistas recebidos pelo Instituto no decorrer dos meses de Março, Abril e Maio do ano em curso.

Não havendo, como não houve, matéria para a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário d'êste Instituto, a escrevi e também a assino.

(aa) *Hunald Cardoso* — Presidente
Anfilóquio Vale — 2.º secretário.

Térmo de comparecimento no dia 6 de Julho de 1940.

Aos seis dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e quarenta, ás 19 horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta capital, presente o exmo. sr. desembargador Hunald Cardoso, comigo, Anfilóquio Vale, segundo secretário, ausentes os demais membros da Diretoria deste sodalicio, pelo mesmo presidente foi declarado que, por falta de número legal, deixava de se realizar a sessão ordinária que hoje deveria ter lugar, e, para constar, mandou lavrar o presente termo que, eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, escrevi e também assino.

(an) *Hunald Cardoso*, presidente.
Anfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão de Assembléa Geral, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Agosto de 1940.

Aos seis dias do mês de Agosto de mil novecentos e quarenta, ás vinte horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua de Itabaianinha, desta cidade de Aracajú, Capital do Estado de Sergipe, presentes os sócios em número legal, foi aberta a sessão de Assembléa Geral do mesmo Instituto, sob a presidência do Desembargador Hunald Cardoso.

Foi lido e aprovado sem debates o termo de comparecimento de 6 de Julho findo.

No expediente foi lida a correspondência, inclusive a relação de jornais, revistas, folhétos e livros recebidos por último.

Passando á ordem do dia o presidente leu o seu relatório relativo ao ano social de 1939-1940.

Em seguida comunicou á Assembléa que, de acôrdo com a Diretoria, contratara, por portaria de 19 de Fevereiro deste ano, os serviços do ginasião João Batista de Lima e Silva, para exercer o cargo de bibliotecário do Instituto, pelo período de um ano, mediante a gratificação mensal de duzentos mil réis (200\$000), podendo o contrato ser rescindido antes de findo o prazo, na hipótese de assim convir aos interesses do sodalicio, sem que ficasse ao funcionário contratado direito a qualquer reclamação.

Submeteu em seguida á aprovação da casa esse ato que foi unanimemente aprovado.

O tesoureiro apresentou o balanço do período de 1.º de Agosto de ano passado a 31 de Julho deste ano, segundo o qual a despesa com foi de quatro contos setecentos e onze mil e quatrocentos réis (4:711\$400) e a receita subiu a vinte e quatro contos quinhentos noventa e três mil e quinhentos réis (24:593\$500), soma que se avultou em consequência do recebimento demorado da subvenção federal de vinte contos de réis, relativa ao exercício de 1939.

O presidente congratulou-se com os consócios pelo recebimento da referida subvenção, que foi uma demonstração cabal do espirito

de conjuvação do grande chefe nacional, o eminente brasileiro Dr. Getúlio Vargas, e do seu culto Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema, vivamente interessados em alargar os meios de educação e cultura do povo brasileiro.

Acentuou o mesmo presidente a circunstancia de ter o Instituto registrado, em 31 de Dezembro último, um número já bem considerável de livros, cujo manuscio se acha franco aos estudiosos, sem nenhuma distincão.

Naquella data tinha o Instituto 3.872 obras com 8.833 volumes, segundo disse o presidente.

Continuando, disse que o número de sócios em 31 de Dezembro de 1939 era de 292, sendo 285 do sexo masculino e 7 do feminino, e 263 brasileiros e 29 estrangeiros, estes, todos, do sexo masculino.

Na mesma data os sócios estavam assim divididos, segundo as classes dos mesmos: efetivos, 155; honorários, 51; correspondentes, 76; beneméritos, 10.

O Secretário Geral Epifanio da Fonsêca Dória requereu que se consignasse na ata da sessão um voto de pesar pelo falecimento dos sócios: Pedro Sotero Machado, em 29 de Dezembro de 1939; Dr. José Antônio de Abreu Fialho, em 18 de Março deste ano e General José Maria Moreira Guimarães, em 10 de Fevereiro também, deste ano, e Dr. Justiniano de Melo e Silva a 12 do mês de Fevereiro.

Este requerimento foi unanimemente deferido.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata. — (aa) *Hunald Cardôso*, Presidente; *Anfilóquio Vale*, 2.^o Secretário.

Ata da sessão extraordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de
22 de Agosto de 1940.

Presentes os membros da Diretoria, Senhores Godofredo Diniz Gonçalves, dr. Alvaro Andrade, Epifanio da Fonsêca Dória, Joaquim Luis de Carvalho e Anfilóquio Vale, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro, na ausência do Presidente efetivo, que a justificou.

Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou de livros, folhetos, revistas e jornais recebidos por último. O Presidente mandou encaminhar o expediente lido à Bibliotheca.

Aberta a ordem do dia declarou o Presidente ser ella a solução de dois assuntos: a representação do Instituto no IX Congresso Brasileiro de Geografia a se reunir em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, de 7 a 16 de Setembro próximo, e o registro da Revista do Instituto, de acôrdo com as exigências da nova lei de imprensa.

Aberta discussão a respeito do primeiro item o Secretário Geral Epifanio Dória, propôs que se designasse o Presidente do Instituto Desembargador Hunald Cardôso, para ir a Florianópolis representar o sodalicio no IX Congresso Brasileiro de Geografia, ao qual o Instituto já dêra sua adesão, oficiando-se ao exmo. sr. Interventor Federal, pedindo-lhe o financiamento da viagem por conta do Estado,

por não poder fazê-lo o Instituto, acrescentando o orador que já falara ao chefe do Estado, obtendo dele promessa de ser atendido o pedido do sodalício.

A proposta foi unanimemente aceita.

Em seguida tratou-se do registro da Revista do Instituto, em obediência a lei de imprensa. Ficou deliberado que coubesse a responsabilidade da direção da mesma Revista ao consócio Epifanio Dória, em caráter absolutamente gratuito, visto ser ele membro da Associação de Imprensa na mesma matriculado com o n. 29.

O escolhido, presente á sessão declarou aceitar o encargo. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente declarou encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, segundo Secretário, lavrei a presente ata.

(na) *Godofredo Diniz Gonçalves, P.*
Anfilóquio Vale, 2.º S.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Outubro de 1940.

Presentes os membros da Diretoria: Desembargador Hunald Cardoso, dr. Alvaro Andrade, Joaquim Lins de Carvalho, Epifanio da Fonseca Dória, comigo, 2.º secretário, Anfilóquio Vale; foi aberta a sessão, sob a presidência do Desembargador Hunald Cardoso. Foi lida e aprovada, sem impugnação, a ata da sessão anterior, que foi devidamente assinada.

O expediente constou de um officio do consócio Eupéro Monteiro, devolvendo os originaes de versos inéditos de Pedro Calazans, os quaes lhe tinham sido confiados para dirigir a publicação dos mesmos, por conta do Estado; de uma circular do Cônego Florentino Barbosa, 1.º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria do referido sodalício; de um officio do Diretor do Departamento Estadual de Estatística, oferecendo á bibliotéca do Instituto um exemplar do 3.º volume da SINOPSE ESTATÍSTICA DO ESTADO; de dois officios do Prefeito desta Capital, Godofredo Diniz Gonçalves, oferecendo á coleção numismática do Instituto duas medalhas dos JOGOS de VERÃO realizados no povoado Atalaia Velha, em Outubro de 1938 e Novembro do ano passado; de um terceiro officio do mesmo Prefeito, dirigido á Comissão instituída para se encarregar da comemoração do IV Centenário da Companhia de Jesus, comunicando que atendeu ao apêlo da mesma Comissão no sentido de ser dada a uma rua desta Capital o nome de Padre Gaspar Lourenço, que foi o primeiro Jesuíta despachado para a catequese do indígena sergipano, de um telegrama do dr. Alberto Ramos de Queiroz, official de Gabinete do Chefe da Nação, agradecendo, em nome deste, as felicitações do Instituto enviadas na passagem do Dia da Pátria; de outro telegrama do sr. Ministro da Educação, dr. Gustavo Capanema, agradecendo iguaes felicitações que lhe enviou, no mesmo dia, o Presidente do Instituto; de um cartão do Diretor do Departamento Estadual de Estatística, acusando o recebimento de um questionário que lhe fôra devolvido, depois de de-

vidamente respondido, constou ainda o expediente de vários livros, folhetos, revistas e jornais que fôram encaminhados á bibliotheca.

Fôram apresentadas sete propostas, que o Presidente mandou reservar para a ordem do dia da sessão de hoje, uma sugerindo a transferência de sócios efetivos para a classe dos correspondentes, nos termos do artigo 13 dos Estatutos, pelo fato de terem mudado residência para fóra do Estado; uma de admissão de sócios correspondentes; uma de admissão de sócio efetivo e quatro de admissão de sócios honorários.

Aberta a ordem do dia o presidente, Desembargador Huald Cardôao, disse que aproveitava o ensejo para dar sucinta noticia de sua missão junto ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Florianópolis, Santa Catarina, de 6 a 16 de Setembro findo, ao qual comparecêra, como representante do Instituto.

No referido Congresso, que fôra presidido pelo culto sergipano, Ministro Bernardino José de Souza, tudo fizera para bem desempenhar o seu honroso mandato. Declarou que lhe coubera a honra de tomar parte em todas as sessões, participando de todas as deliberações da notável assembléa, desempenhando ainda os encargos de relator na sexta comissão (Explorações Geográficas e Geografia Histórica) e de orador do Congresso na romaria que êste promoveu no túmulo de José Boiteux, no cemitério em que êste notável catarinense dorme o sono eterno, na cidade de Florianópolis. Disse ainda que cumpria-lhe agradecer a confiança que o Instituto depositára em sua pessoa, salientando que recebêra na Capital de Santa Catarina as maiores demonstrações de aprêço, o que evidencia o grande prestígio que cerca a instituição representada por êle orador nos meios culturais do sul do país. Terminado sua rápida exposição comunicou que entregára á Secretaria dêste Instituto uma coleção de mapas e estampas que coligira na Secretaria do Congresso para trazê-la ao Instituto como recordação do mesmo Congresso.

Mandou em seguida que o secretário lêsse as propostas reservadas á ordem do dia da presente sessão.

Leu o Secretário uma proposta do Secretário Geral, Epifanio Dória, no sentido de serem transferidos para a classe dos sócios correspondentes, por se acharem residindo fóra do Estado na fórma do artigo 13 dos Estatutos, os sócios Abelardo Gonçalves Torres, Comandante Aldo de Sá Brito e Souza, Dr. Artur de Souza Marinho, Carlos Coêlho Muniz, Cícero Sampaio, dr. Pedro Alves dos Santos, Sebastião Batista Baronto, e Major Túlio Páis Leme. Esta proposta, não dependendo de parecer da comissão de admissão de sócios, por se tratar de méra formalidade estatutária, foi logo deferida. Passou-se á segunda proposta, firmada pelos sócios Epifanio Dória, Onésimo Pinto, Irineu Oliveira, dr. Afonso Ferreira, Joaquim Lins e Francisco Pôrto, no sentido de serem aceitos sócios correspondentes os intelectuais drs. Edmundo Krug, residente em Sorocaba, Estado de São Paulo, e Leocádio Corrêa, residente em Curitiba, Estado do Paraná. O Presidente depachou dita proposta á Comissão de Admissão de Sócios, para o necessário parecer. Foi lida a terceira, firmada pelos sócios Epifanio Dória, Armando Barrêto, Onésimo Pinto, Irineu Oliveira e dr. Oto Leite, no sentido de ser aceito sócio efetivo

o jornalista patricio sr. Everal Pimentel, residente nesta Capital, onde exerce, com distincção, as funções de Delegado Geral do Recenseamento. O Presidente despachou a Comissão de Admissão de Sócios para o devido parecer esta outra proposta. Fôram lidas a seguir, uma por uma, as quatro propostas de sócios honorários, cada uma firmada por 26 sócios, com a indicação dos seguintes nomes: Professor Gilberto Freyre, grande nome nas letras nacionais, que em breve visitará esta Capital; dr. Lourival Fontes, diretor do Departamento Federal de Imprensa e Propaganda, e um dos nomes de maior projeção nas letras sergipanas; dr. Josué Sorôa da Mota, diretor da Casa da Moeda e uma das figuras de maior relevo na vida pública do País; Dona Maria da Conceição Menezes, filha do notável escritor sergipano, dr. Felisbello Freire e viúva do antigo político conterraneo dr. Josino Menezes, ex-presidente do Estado e ex-representante de Sergipe na antiga Camara dos Deputados, a qual deve o Instituto repetidos donativos e real dedicação, em que a nobre matrona revela os seus sentimentos cívicos, o seu amor á terra natal.

Um dos subscritores das referidas propostas, Epifanio Dória, lembrando que todas elas estavam assinadas pela Comissão de Admissão de Sócios, propoz que, seguindo-se a praxe já estabelecida na casa, de missão em tal hipótese, affim de serem discutidas e votadas as propostas. Deferido este requerimento fôram as propostas submetidas ao voto dos presentes, uma por uma, sendo todas accitas unanimemente.

Mandou o Presidente que se fizesse as necessárias communicações aos-eleitos e se providenciasse a expedição dos diplomas.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) *Hunald Cardoso, Presidente.*
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Novembro de 1940.

Presentes os membros da Diretoria, desembargador Hunald Cardoso, dr. Alvaro Andrade, Joaquim Lins de Carvalho e Epifanio Dória, comigo, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Hunald Cardoso.

Foi lida e aprovada sem impugnação a ata da sessão anterior.

O expediente constou de um telegrama do jornalista Guerra Fontes, comunicando que o Departamento de Imprensa e Propaganda defirira o pedido de registro da Revista do Instituto; de um officio do diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pedindo uma coleção da Revista do Instituto; de uma Circular n. 1 do Comando da Força Policial, remetendo, em carácter obsequioso, um exemplar do Almanaque da mesma Força, do ano de 1940; de uma Circular n. 2 do mesmo Comando, comunicando ter o comandante efetivo entrado em gozo de férias; de uma Circular n. 3 do mesmo Comando, comunicando ter assumido o exercício de comandante, em

caráter interino, o Major João José dos Anjos; de uma Circular da Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande do Sul, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; de uma Circular n. 4, dos encarregados do Instituto do Açúcar e do Alcool neste Estado, comunicando a transferência de sua sede para o edifício do Banco do Comércio e Indústria de Sergipe.

Constou ainda o expediente de números das seguintes publicações periódicas: Boletim de Comércio do Departamento Estadual de Estatística de Bahia; Boletim de Comércio do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe; Boletim da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas; Boletim do Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo; Boletim do Rotari Clube do Recife; Brasil Ferro Carril, do Rio; Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo; Revista Nacional de Cultura de Caracas, Venezuela; Educação, de Caracas, Venezuela; O Estímulo, de Quintal, Laranjeiras; Boletim Municipal, do Porto Alegre; Liga Marítima Brasileira, Rio; Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio; Mensário de Estatística, Manaus; Santo Antônio, Bahia; Revista da Academia Petropolitana de Letras, Petrópolis; Revista das Academias de Letras, Rio; Informaciones Argentinas, Buenos Aires; Boletim Bibliográfico Argentino, Buenos Aires.

Constou também o expediente dos seguintes livros e opúsculos: Sinopse Estatística de Santa Catarina, 3; Leis do Estado do Piauí, de 1935 a 1937 Decretos do Governo do Estado do Piauí de 1935 e 1936; Organização Judiciária do Piauí, de 23 de Novembro de 1935; The Acaxee a mountain tribe of Durango and Sinaloa by Ralph L. Beals; Studies in the administration of the indians in New Sapam by Lesley Bird. O presidente mandou acusar e agradecer toda a matéria do expediente.

Aberta a ordem do dia fôram apresentadas duas propostas de sócios efetivos, uma no sentido de ser aceito o professor José Barreto Fontes, da Escola de Comércio Conselheiro Orlando e outra dos dres. Antônio de Oliveira Brandão pretor do termo de Santa Luzia; Osman Hora Fontes, pretor do termo de S. Cristóvão, e Osvaldo Lagea, pretor do termo de Rosário, despachando o presidente as duas propostas á Comissão de Admissão de Sócios.

Fôram em seguida lidos e unanimemente aprovados os pareceres da mesma comissão favoráveis á aceitação do jornalista Everaldo Fimentel para sócio efetivo e dr. Edmundo Kruger e Leocádio Correia para o quadro de sócios correspondentes, mandando o presidente que a secretária fizesse as necessárias comunicações.

Mandou ainda o presidente que se tomassem as necessárias providências para a inauguração solene no dia 10, no salão de festas do sodalício, do busto do bemfeitor do Instituto o exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, busto generosamente oferecido pelo nosso culto patriótico e consócio dr. Lourival Fontes.

Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão, de que eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(aa) *Hunald Cardoso*, presidente.
Anfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão extraordinária da Assembleia
Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,
de 10 de Novembro de 1940.

A's 20 horas, de edificio do Instituto, presentes a directoria, grande número de sócios, o representante do exmo. sr. Interventor Federal e do exmo. e revmo. sr. Bispo Diocesano, além de numerosa e seleta assistência e da magnífica banda de música do 28 B. C., gentilmente cedida pelo digno comandante daquela unidade, coronel Otelo Carvalho, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Humald Cardoso.

O segundo secretário declarou não estar lavrada ainda a ata da sessão anterior.

Não houve expediente.

Abrindo a ordem do dia o presidente declarou que o fim da presente sessão era comemorar o décimo aniversário da constituição da nova política do Brasil, modificados os velhos rumos por ela então seguidos, os quais não podiam oferecer ao país horizontes descortinados para os avançados que elle estava a pedir no terreno politico-económico, comemoração que se ia fazer collocando no salão principal do nosso edificio o busto do exmo. sr. Presidente Getúlio Vargas, a cujo espirito de coadjuvação deve o sedalício o inestimável beneficio de um auxilio eficiente para a ultimação da construção do seu edificio; tendo sido o referido busto offerta do nosso notável conterraneo dr. Lourival Fontes, sócio honorário do Instituto.

Na falta, justificada, do orador da casa, fez o discurso official o próprio presidente que ao terminar sua brihante oração foi grandemente applaudido.

Antes de encerrar a sessão agradeceu o presidente á seleta assistência a sua colaboração para o realce da festa civica do Instituto.

Na da mais ocorrendo foi encerrada a sessão que eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(aa) *Humald Cardoso*, presidente.
Anfilóquio Vale, 2.º secretário.

Ata da sessão ordinária da Directoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Dezembro de 1940.

Presentes os membros da Directoria, desembargador Humald Cardoso, dr. Alvaro Andrade, Epifanio da Fonseca Dória, Joaquim Lins de Carvalho, comigo, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Humald Cardoso.

Fôram lidas e aprovadas, sem apresentação de emendas, as atas das sessões de 6 e 10 de Novembro findo.

O expediente constou de telegramas do Chefe da Nação e do Ministro da Educação, agradecendo cumprimentos do Presidente do Instituto, por ocasião a passagem do décimo aniversário do Estado Novo e do dr. Josué Serôa da Mota, director da Casa da Moeda, agradecendo a sua eleição de sócio honorário. Constou ainda de cartas, cartões

e officios, agradecendo a remessa do número 15 da Revista, enviados pelo Biblioteca Calisto Nóbrega, de João Pessoa; Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro; Conselho Nacional de Geografia; Frei Fidilla Ott; Instituto Geográfico e Histórico da Baía; e Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Constatou mais o expediente de um offício do Prefeito de N. S. das Dôres, oferecendo um exemplar da lei orçamentária daquele município para o exercício de 1941 e outro do diretor do Serviço de Assistência a Psicopatas deste Estado, pedindo permissão para os Drs. Luiz Cerqueira e Teotonillo Mesquita, efetuarem uma pesquisa na biblioteca que pertenceu ao dr. Rodrigues Dória, afim de coligirem elementos para um fichário de trabalhos sobre Neurologia e Psiquiatria, pedido que foi deferido. Constatou ainda de duas circulares, sob ns. 4 e 6, do Comando da Força Policial do Estado, a primeira convidando o Instituto para se representar na festa da Bandeira, a celebrar-se no quartel da mesma Força, a 19 de Novembro e a segunda, comunicando posse do comandante efetivo, coronel Rivaldo Brito, após o seu regresso do sul, onde estivera, no gozo de férias. Foi lida uma proposta assinada por cinco sócios, propondo os nomes dos Drs. Luiz da Rocha Cerqueira e Teotonillo Mesquita para o quadro de sócios efetivos, proposta que foi enviada à Comissão de Admissão de sócios, para o devido parecer. Foram apresentados à Mesa exemplares recebidos durante o mês findo das seguintes publicações periódicas: Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo; Boletim do Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo; Boletim del Archivo General del Gobierno, de Guatemala; Brasil Ferro Carril, do Rio de Janeiro; Educacion, de Caracas, Venezuela; Liga Marítima Brasileira, do Rio de Janeiro; Revista das Academias de Letras, do Rio de Janeiro, e Revista Nacional de Cultura de Caracas, Venezuela. Foram também apresentados no expediente os seguintes livros e folhetos, recebidos no mês findo: Localidades catarinenses; Palhoça por José Lupercio Lopes; e Blumenau, por José Ferreira da Silva, todos oferecidos pelo Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina; Registro Geral da Camara da Cidade de São Paulo, vol. 29; e Orçamento do município de N. S. das Dôres para 1941. Aberta a ordem do dia o Secretário Geral comunicou que estava em entendimento com a firma paulista Ugo Bernardini para a compra de um conjunto de estantes de aço, pelo preço de vinte contos de réis, aproveitando-se para tal o auxílio federal da mesma quantia, ficando de dar na próxima sessão notícias mais precisas, pois as negociações não estavam terminadas ainda. Diante dos gráficos apresentados e da correspondência trocada todos tiveram ótima impressão das demarches até então levadas a efeito. Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) *Hernald Cardoso*, Presidente.
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário.

PÁGINA DE SAUDADE

No decênio de 1930-1940 perdeu o Instituto, colhidos pelo tufão da morte, os seguintes sócios, cuja perda muito lamentamos :

- Coronel Antônio Alvares Valadão, em 26-7-1930
- Dr. Hermes Fontes, em 26-12-1930
- Dr. Joaquim do Prado de Sampaio Leite, em 13-2-1932
- Anibal Falcão de Lima, em 21-5-1932
- Dr. Clodomir de Souza e Silva, em 10-8-1932
- Marechal José Joaquim Pereira Lôbo, em 24-2-1933
- Desembargador João Maynard, em 4-4-1933
- Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles, em 15-5-1935
- Desembargador Abdias de Faria e Oliveira, em 18-5-1935
- Coronel Sabino Ribeiro, em 20-5-1935
- Dr. Alvaro Teles de Menezes, em 6-6-1935
- Coronel José Antônio de Lemos, em 17-6-1935
- General Anibal Amorim, em 8-11-1935
- General Gabriel de Souza Bota Fogo, em 25-2-1936
- Desembargador Braulio Xavier Pereira da Silva, em 1-6-1936
- Dr. João Antônio de Oliveira, em 20-8-1936
- General Francisco Fontes da Silva, em 29-1-1937
- Coronel Manuel Correia Dantas, em 5-6-1937 - *Salvo Honorário*
- Dr. Laudelino de Oliveira Freire, em 18-6-1937
- Dr. Manuel R. Rodrigues da Cruz, em 21-8-1937
- Almirante Protógenes Guimarães, em 6-1-1938
- Dr. José Rodrigues da Costa Dória, em 14-2-1938
- Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, em 9-3-1938
- Dr. José Fernandes de Barros Lima, em 16-5-1938
- Conde de Afonso Celso, em 11-7-1938
- Francisco Moreno Brandão, em 27-8-1938
- Barão de Studart, em 24-9-1938
- Dr. Augusto Cezar Lopes Gonçalves, em 22-11-1938
- General Lino de Oliveira Ramos, em 22-11-1938
- Dr. Francisco Vieira de Melo, em 1-1-1939
- Dr. Josino Odorico de Menezes, em 5-2-1939
- Coronel Antônio do Prado Franco, em 1-6-1939
- Desembargador Otávio Gomes Cardoso, em 24-6-1939
- + Vicente Temudo Lessa, em 19-11-1939
- Pedro Sotero Machado, em 29-12-1939
- Dr. Francisco de Carvalho Nobre, em 2-2-1940
- General José Maria Moreira Guimarães, em 10-2-1940
- Dr. Justiniano de Melo e Silva, em 12-2-1940
- Dr. José Antônio de Abreu Fialho, em 18-3-1940
- Dr. João da Silva Campos, em 4-6-1940
- Coronel Francisco de Andrade Melo, em 5-12-1940.

do Rego

NUMERAÇÃO DA REVISTA

Para facilitar o trabalho dos colecionadores, de vez que não houve uma certa ordem na numeração de nossa revista, damos aqui a relação total dos fascículos já publicados.

- 1 — Corresponde á 1.^a parte do vol. I
- 2 — “ ás 2.^a, 3.^a e 4.^a partes do vol. I
- 3 — “ á 1.^a parte do vol. II
- 4 — “ á 2.^a parte do vol. II
- 5 — “ ás 3.^a e 4.^a partes do vol. II
- 6 — “ ao vol. III
- 7 — “ ao volume especial consagrado ao dr. Inácio Joaquim Barbosa, em 1917.
- 8 — Corresponde ao vol. IV
- 9 — “ ao vol. V
- 10 — “ ás partes 1.^a e 2.^a do vol. VI
- 11 — “ ás partes 3.^a e 4.^a do vol. VI
- 12 — “ ao vol. VII (1926 e 1927)
- 13 — “ ao vol. VIII (1928)
- 14 — “ ao vol. IX (1929), cuja tiragem foi de 200 exemplares apenas, quando as demais eram de 300
- 15 — Corresponde ao X vol. consagrado ao Centenário de Tobias Barreto. Tiragem : 400 exemplares.
- 16 — Corresponde ao Vol XI (1930-1940). Tiragem 400 exemplares.

NOTA. —

As 15 primeiras edições estão esgotadas, com exceção da 13.^a. O Instituto muito agradecerá a oferta dos números esgotados a quem possuí-los em duplicata.

ÍNDICE ORDINAL

- No pòrtico por Epifânio Dória, pp. I e II
- Geografia de Sergipe no domínio holandês, pelo dr. Luiz da Câmara Cascudo, pp. 1.^o 5
- Aspectos da formação sergipana, pelo dr. José Calazans Brandão da Silva, pp. 7 a 13
- A doutrina possibilista em geografia humana, pelo dr. Felto Bezerra, pp. 15 a 19
- Conferência realizada perante as professoras do colégio "Voluntários da Pátria", do Porto Alegre, a 5 de Outubro de 1938, pelo dr. Jorge Bahls, pp. 21 a 24
- Vida alheia, por Zecorreia, pp. 25 e 26
- As almas das Carnalhas; um céu no Riachão: resquício das intituladas "Santidades", pelo dr. J. Dantas Martins dos Reis, pp. 27 e 28
- O Histórico de nossas superstições: conferência feita em Campinas, S. Paulo, em 18 de Novembro de 1940, pelo dr. Edmundo Krug, pp. 29 a 48
- Tribunal de Apelação de Sergipe, desde sua criação até hoje, pelo dr. J. Dantas Martins dos Reis, pp. 39 a 57
- Sombrias perspectivas. — A iminência da seca, pelo dr. Carvalho Neto, pp. 59 a 73
- Bibliotéca Provincial de Sergipe: elementos para a sua história, por Epifânio da Fonseca Dória, pp. 75 a 89
- Tobias Barreto: irradiações feitas pelo dr. Luiz José da Costa Filho, delegado da Academia Sergipana de Letras junto á Federação das Academias de Letras do Brasil, no microfone da Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, pp. 91 a 95
- Atas das sessões do Conselho do Governo da provincia de Sergipe de 2 de Maio a 27 de Junho de 1831, pp. 99 a 112
- Escritura do sítio Cachorro Morto, pp. 113 a 116
- Para a história do Poço-verde. Abaixo assinado, pp. 117 a 120
- Escritura do Poço-Verde, pp. 121 a 123
- Traslado da escritura de doação de terras á Santa Cruz do Poço-Verde, pp. 124 a 125
- Escritura de doação (segunda), pp. 126
- Escritura de doação de um pedaço de terra á Santa Cruz do Poço Verde, por Manuel da Rocha Franco e sua mulher d. Rosália Maria do Espírito Santo para aumentar o patrimônio da mesma Santa Cruz, pp. 127
- Atas das sessões do Instituto de 1930 a 1940, pp. 129 a 199.
- Cadastro social, pp. 201-208
- Página de Saudade, relação dos sócios falecidos, p. 209
- Numeração da revista, pag. 210
- Índice onomástico, pag. 211.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

BAHLIS, dr. Jorpe — Conferência realizada no colégio "Voluntários da Pátria", de Porto Alegre, a 5 de Outubro de 1938. pp. 21-24.

BEZERRA, dr. Felte — A doutrina possibilista em geografia Lamana. pp. 15-19.

CARVALHO NETO, dr. — Sombrias Perspectivas. — A iminência da seca. pp. 59-73.

CASCUDO, dr. Luiz da Câmara — Geografia de Sergipe no domínio holandês. pp. 1-6.

COSTA FILHO, dr. José Luiz da — Tobias Barreto : irradiações feitas na Rádio Tupi, do Rio de Janeiro. pp. 91-95.

DÓRIA, Epifanio da Fonseca — No pórtico. pp. I e II.

— Bibliotéca Provincial de Sergipe : elementos para a sua história. pp. 75-89.

KRUG, dr. Edmundo — História de nossas superstições : conferência feita em Campinas, S. Paulo, a 18 de Novembro de 1940. pp. 29-48.

REIS, dr. J. Dantas Martins dos

— Almas das Carnaibas; um céu no Riachão: resquício das intituladas Santidades. pp. 27 e 28.

— Tribunal de Apelação de Sergipe, desde sua criação até hoje. pp. 49-57.

SILVA, dr. José Calazans Brandão da — Aspectos da formação sergipana. pp. 7-13.

ZECORREA (Tenente José Correia dos Santos) — Vida Alheia. pp. 25 e 26.